

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL (PEPI)

MATHEUS DE FREITAS CECÍLIO

A relação China-Estados Unidos à luz do desenvolvimento a  
convite

Rio de Janeiro  
2024

Matheus de Freitas Cecílio

A relação China-EUA à luz do desenvolvimento a convite

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/IE/UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Economia Política Internacional.

Orientadora: Profa. Dra. Isabela Nogueira de Moraes

2024

## FICHA CATALOGRÁFICA

C388r    Cecílio, Matheus de Freitas.  
A relação China-Estados Unidos à luz do desenvolvimento a convite / Matheus de Freitas Cecílio. – 2024.  
238 f.

Orientadora: Isabela Nogueira de Moraes.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2024.  
Bibliografia: f. 223 - 238.

1. China. 2. Estados Unidos. 3. Desenvolvimento a convite. 4. Relações econômicas. 5. Desenvolvimento econômico. I. Moraes, Isabela Nogueira de, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 338.951

Matheus de Freitas Cecílio

A relação China - EUA à luz do desenvolvimento a convite

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/IE/UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Economia Política Internacional.

Aprovada em: 04/10/2024

---

Profª. Dra. Isabela Nogueira de Moraes (UFRJ)

---

Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros (UFRJ)

---

Prof. Dr. Nicholas Miller Trebat (UFRJ)

---

Profª. Dra. Alana Camoça Gonçalves de Oliveira (UERJ)

---

Prof. Dr. Célio Hiratuka (UNICAMP)

## Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, à minha companheira de longa data, Gabriela Ibara Tenório, cuja parceria foi crucial para a conclusão dessa pesquisa. A condução deste trabalho, que passou pela pandemia da COVID-19 e pela forte redução ao número de bolsas de pesquisa disponíveis, certamente não teria sido possível sem seu apoio intelectual, emocional e material. Muito obrigado.

Agradeço à minha orientadora, professora Isabela Nogueira de Moraes, que me garantiu o privilégio de me guiar durante este processo de investigação, deixando com que eu me aproximasse de uma intelectual e docente exemplar. Sua capacidade de orientar e de trazer o melhor de seus alunos é impressionante, e eu a agradeço imensamente por ter aceitado me acolher como orientando. Uma vez a professora Isabela disse que eu era um “pesquisador autônomo”, ao que eu imediatamente respondi que eu possuía autonomia para errar. Dessa forma, quaisquer erros desta investigação são de responsabilidade minha e vítimas dessa autonomia.

Agradeço a todos os mestres e professores que participaram da minha jornada de formação acadêmica e intelectual, ao longo da minha graduação e pós-graduação, na UNESP e na UFRJ. Gostaria de mencionar especificamente Marcos Cordeiro Pires, Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos, Maurício Metri, Raphael Padula, Cristina Soreanu Pecequilo e Carlos Aguiar de Medeiros. Muito obrigado por terem sido meus mestres e por terem me garantido o privilégio de compartilhar de suas aulas, palestras, comentários e trabalhos. Suas produções mudaram a minha vida e as vidas de inúmeros outros alunos.

Também gostaria de agradecer aos colegas do LabChina, cujos comentários ao longo de nossas frequentes reuniões me ajudaram em momentos críticos dessa pesquisa. Em especial, agradeço ao professor Célio Hiratuka pelos seus pontos levantados. Suas notas ligadas ao papel do Estado chinês dentro do contexto da nossa hipótese de ‘convite para o desenvolvimento’ foram essenciais em um período crucial da nossa investigação e me ajudaram imensamente.

Agradeço à minha família pelo permanente apoio emocional e pelo papel desempenhado na minha formação educacional e intelectual. Em especial, ao meu pai, Antônio Jorge Cecílio Sobrinho Jr., agradeço profundamente pelo seu incentivo e apoio. A boa fase do Palmeiras nos últimos anos felizmente nos liberou de críticas excessivas e livrou espaço para que pudéssemos aprofundar nossas prazerosas conversas que certamente contribuíram em muito para as minhas reflexões. Obrigado, pai.

Menciono postumamente meu avô materno, José Neves de Almeida Freitas, e meu sogro, José Tenório. A partida de vocês nos últimos anos nos machucou profundamente, mas logo deu lugar à bonita lembrança de como conduziram a vida. Essa lembrança nos inspira e nos motiva diariamente. Obrigado.

Por fim, agradeço aos meus amigos que, ao longo desses últimos anos, me agraciaram com sua amizade incondicional e toleraram sem falha meus frequentes sumiços em períodos de ausência devido à pesquisa. Passando por Marília, pelas nossas peladas no Botafogo e tardes na mureta da Urca no Rio de Janeiro, e finalmente por São Paulo, incluindo aqueles que hoje se encontram fora do País, gostaria de agradecer especialmente a Amanda Azevedo Bonome, Igor Cândido de Oliveira, Joana Dresch, Angelo Marcantonio Junior, Thaís Folgosi, Lui Spolador, João Victor Guimarães, Ana Paula Benetti, Guilherme Viana, Daniel Almeida, Ana Beatriz Pelicioni, Nathana Garcez, Friedrich Maier, Hugo Merchan, Daniel Farina, Fabio Pacca e Luca Cardoso. Muito obrigado pelo seu companheirismo.

“O homem não tem preocupação mais angustiante e mais urgente do que encontrar a quem entregar depressa aquela dádiva da liberdade com a qual infelizmente nasce”

Fiódor Dostoiévski, *Os Irmãos Karamázov*

## RESUMO

O presente trabalho busca discutir de quais maneiras a relação econômica especial estabelecida entre China e Estados Unidos a partir da década de 1970 pode ou não ser adequadamente analisada sob a égide do conceito de “desenvolvimento a convite”. Elaborado a fim de jogar luz sobre o arranjo geoeconômico entre Washington e seletos aliados no contexto da Guerra Fria, o conceito de desenvolvimento a convite avança sobre facilidades garantidas a esses seletos aliados, em especial no que se referia à promoção de exportações e à abertura por vezes unilateral do mercado doméstico americano. A fidelização e o enriquecimento destes Estados respondia a critérios geopolíticos com vistas a ampliar o cerco contra a União Soviética nas franjas da Eurásia no contexto da Geopolítica da Contenção. Neste trabalho, discutimos os casos históricos de desenvolvimento a convite analisando as trajetórias japonesa e alemã no primeiro capítulo. Nos segundo e terceiro capítulos, analisa-se a trajetória chinesa nos marcos deste conceito, partindo da reaproximação da década de 1970 até o desenlace deste arranjo após 2008.

**Palavras-chave:** China, Estados Unidos, Japão, Alemanha, Desenvolvimento a convite

## **ABSTRACT**

The present work seeks to discuss the ways in which the special economic relationship established between China and the United States from the 1970s onward can be adequately analyzed under the concept of "development by invitation." Elaborated to shed light on the geoeconomic arrangement between Washington and select allies in the context of the Cold War, the concept of development by invitation advances the notion of facilitation granted to these select allies, particularly in terms of export promotion and sometimes unilateral opening of the American domestic market. The loyalty and enrichment of these states responded to geopolitical criteria aimed at expanding the containment of the Soviet Union on the fringes of Eurasia within the context of Containment Geopolitics. In this work, we discuss historical cases of development by invitation through the exams of the Japanese and German trajectories in the first chapter. In the second and third chapters, the Chinese trajectory is analyzed within the framework of this concept, starting from the rapprochement in the 1970s to the unraveling of this arrangement following 2008.

**Keywords:** China, United States, Japan, Germany, Development by invitation

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Destino das exportações japonesas (1953 - 1974).....	77
Tabela 2. Indicadores de desempenho setorial na China, 1952 - 1995. Taxas de crescimento em percentual, média anual.....	90
Tabela 3. Taxa do crescimento do PIB (setorial e total) na China, 1890 - 1995, em percentagem.....	91
Tabela 4 Fluxos de IED, exportações totais e exportações por empresas controladas por estrangeiros (FIEs) na China, 1980 - 1999, em milhões de dólares americanos.....	120
Tabela 5. Menções de firmas no registro congressional americana e em notícias de jornais sobre o debate MFN, entre 1993 e 1994, ranqueada por menções totais:.....	163
Tabela 6. Exportações chinesas nos anos 1990, discriminadas por tipo, valor em milhões de US\$ e taxas de crescimento. 1990 - 2000.....	177

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. O Heartland e o Crescente Interior.....	22
Figura 2. Ciclo vicioso e gargalos ao fim do período de Mao Zedong.....	93

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. O crescimento das exportações e importações da Alemanha Ocidental, 1950 - 1970, preços correntes.....	56
Gráfico 2. Fusões e aquisições na RFA, 1963 - 81.....	61
Gráfico 3. Volume de investimentos na RFA em bilhões de marcos alemães. 1950 - 1960....	61
Gráfico 4. Reservas da RFA em milhões de Direitos Especiais de Saque. 1957 - 1991.....	64
Gráfico 5. Exportações alemãs de bens e serviços em bilhões de dólares correntes. 1971 - 1991. Gráfico.....	65
Gráfico 6. Crescimento do PIB alemão. 1951 - 2019.....	66
Gráfico 7. Participação das exportações no PIB, Japão e Alemanha, 1970-1990.....	81
Gráfico 8. Saldo comercial americano com o Japão e a Europa Ocidental em bilhões de dólares. 1980 - 1989.....	81
Gráfico 9. PIB per capita do Japão (dólares correntes 2011).....	83
Gráfico 10 . Industrialização e Mudança Estrutural. Estrutura do PIB chinês em % do total, preços correntes.....	91
Gráfico 11. Número de protestos, manifestações e greves nos Estados Unidos, 1948 - 1972.....	111
Gráfico 12. IED para a China, em dólares americanos, preços correntes, 1979-1989:.....	115
Gráfico 13. Comércio entre EUA e China, 1979 - 2000, em bilhões de dólares:.....	119
Gráfico 14. Percentual de manufaturados nas exportações totais. Comparação entre China, Japão, Alemanha e Coreia do Sul. 1985 - 2015. Fonte: WORLD BANK DATA.....	121
Gráfico 15. Taxas nominais de câmbio de seletos países asiáticos em relação ao dólar. 1980 - 1995. Índice 1980 = 100.....	124
Gráfico 16. Importações chinesas em bilhões de dólares (preços correntes). 1960 - 1991....	125
Gráfico 17. Percentual da força de trabalho empregada na manufatura não-agrícola nos Estados Unidos. 1975 - 2008.....	175
Gráfico 18. Balança comercial americana com a China, em milhões de dólares. 1989 - 2000... 178	
Gráfico 19. Volume de Investimento Externo Direto para a China, 1988 - 1998, US\$ correntes.....	179
Gráfico 20. Balança comercial de Estados Unidos e China, em bilhões de dólares. 2001 - 2011.....	185
Gráfico 21. Importações, exportações, volume total de comércio e déficit comercial americano. 1991 - 2015.....	187
Gráfico 22. Comércio em manufaturados (excluindo processamento) como parcela do PIB na China. 1995 - 2024.....	189
Gráfico 23. Número de processos movidos por corporações americanas contra entidades chinesas no tema de propriedade intelectual, 1993 - 2019.....	190
Gráfico 24. Exportações da China aos Estados Unidos, 2001 a 2020, milhões de US\$.....	195
Gráfico 25. FDI americano na China, 2000 a 2022, em bilhões de dólares.....	195

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>Apresentação do tema, perguntas, objetivos e hipóteses.....</b>	<b>15</b>
<b>Seção de revisão bibliográfica.....</b>	<b>19</b>
<b>Arcabouço teórico e metodológico.....</b>	<b>35</b>
<b>Estrutura de capítulos.....</b>	<b>39</b>
<b>1. PRIMEIRO CAPÍTULO: OS CASOS HISTÓRICOS DE DESENVOLVIMENTO A CONVITE.....</b>	<b>41</b>
<b>1.1. Casos nacionais de desenvolvimento a convite.....</b>	<b>43</b>
<b>1.2. O caso europeu de desenvolvimento a convite: a República Federal da Alemanha.....</b>	<b>49</b>
<b>1.3. O caso japonês de desenvolvimento a convite.....</b>	<b>67</b>
<b>1.4. Conclusões do primeiro capítulo.....</b>	<b>84</b>
<b>2. SEGUNDO CAPÍTULO: O CONVITE À CHINA.....</b>	<b>86</b>
<b>2.1. Introdução ao segundo capítulo.....</b>	<b>86</b>
<b>2.2. Desenvolvimento econômico sob Mao e seus gargalos.....</b>	<b>88</b>
<b>2.3. A ruptura sino-soviética.....</b>	<b>95</b>
2.3.1. O lento degradar das relações sino-soviéticas.....	96
2.3.2. Nixon e Kissinger: preparando o terreno para o convite e o rapprochement.....	103
<b>2.4. O convite à China: aspectos geoeconômicos e geopolíticos.....</b>	<b>108</b>
2.4.1. O contexto do convite à China: cadeias globais de valor, desindustrialização e crise..	109
2.4.2. Ganhos para a China.....	112
2.4.3. Ganhos para os EUA.....	126
<b>2.5. Vozes liberais: armadilhas em Washington e Pequim.....</b>	<b>130</b>
<b>2.6. Conclusões do segundo capítulo: do convite à autonomia.....</b>	<b>137</b>
<b>3. TERCEIRO CAPÍTULO: O CONVITE NO PÓS-GUERRA FRIA.....</b>	<b>142</b>
<b>3.1. Introdução.....</b>	<b>142</b>
<b>3.2. O convite no pós-Guerra Fria e o recalibramento das expectativas: o que fazer sem a União Soviética?.....</b>	<b>146</b>
<b>3.3. O aspecto geopolítico do convite durante a década de 1990: “aliança sem sentido” ou “novos paradigmas”?.....</b>	<b>151</b>
3.3.1. A crise ligada à renovação do estatuto de nação mais favorecida: Clinton, direitos humanos e lobby.....	153
<b>3.4. Geopolítica com apoio vacilante da classe capitalista doméstica: o restante dos anos 1990 e suas tensões episódicas.....</b>	<b>170</b>
<b>3.5. O aspecto geoeconômico do convite durante a década de 1990: aprofundamento de laços apesar de tensões pontuais.....</b>	<b>174</b>
<b>3.6. O aspecto geoeconômico do convite no século XXI: “Chimérica” e a crise de 2008.....</b>	<b>180</b>
3.6.1. A “Chimérica” e a união entre “produtores-poupadores” e “consumidores-tomadores”... 180	
3.6.2. A crise de 2008 e o desgaste do aspecto geoeconômico do convite.....	187
<b>3.7. O aspecto geopolítico do convite no século XXI: desenlace, competição e uma “nova Guerra Fria”.....</b>	<b>197</b>
<b>3.8. Conclusões do terceiro capítulo: o fim do convite para o desenvolvimento americano à</b>	

<b>China.....</b>	<b>206</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>217</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>223</b>

## INTRODUÇÃO

### **Apresentação do tema, perguntas, objetivos e hipóteses**

O conceito de “desenvolvimento a convite”, conforme avançado por Medeiros e Serrano (1999) a partir do trabalho de Wallerstein (1979), busca jogar luz sobre as relações econômicas especiais estabelecidas entre os Estados Unidos e seus aliados após a Segunda Guerra Mundial. Já no contexto da Guerra Fria e do sistêmico embate contra a União Soviética, a certos seletos Estados “convidados” era avançada uma série de facilitações. De forma geral, o vasto e pujante mercado doméstico americano era disponibilizado para as exportações destes estados convidados, o que aliviava suas restrições externas. A inserção exportadora, combinada ao processo de mudança estrutural, impulsionava o desenvolvimento econômico dos convidados. A abertura, por vezes unilateral, do mercado doméstico americano aparecia ao lado de outras vantagens avançadas aos convidados, como a manutenção de taxas de câmbio desvalorizadas favoráveis à competitividade dos aliados dentro de Bretton Woods, a tolerância com políticas protecionistas, missões de ajuda técnica, e incentivo à expansão das multinacionais americanas, que muitas vezes possibilitava transferência de tecnologia.

A viabilização de uma série de “milagres” econômicos e de processos de desenvolvimento acelerado nestes Estados era interpretada como uma das partes de um arranjo geoeconômico, o convite para o desenvolvimento. Fidelizados e firmemente inseridos no capitalismo avançado, estes Estados eram solidamente localizados sob o bojo geopolítico de Washington e perfilavam as fileiras do bloco ocidental capitalista no contexto da disputa contra a União Soviética, portanto pagando as facilitações econômicas com o alinhamento estratégico. Fidelizando e “convidando” Estados nas franjas da Eurásia ao desenvolvimento, Washington pôde fechar o cerco gradualmente contra a União Soviética dentro dos marcos de sua Doutrina da Contenção. Os casos mais notórios deste tipo de arranjo geoeconômico conforme caracterizado pela literatura são Japão e Alemanha Ocidental, dois Estados que experimentaram uma veloz reconstrução de seus capitalismo nacionais no pós-Segunda Guerra Mundial.

Usando este conceito do desenvolvimento a convite e analisando o desdobramento da Guerra Fria, a nossa problemática de pesquisa nasce a partir do exame do *rapprochement* entre China e Estados Unidos desde a década de 1970. Essa reaproximação, patrocinada por Nixon e Kissinger e bem-recebida pelos chineses no contexto do racha sino-soviético, fora inicialmente motivada pela oposição conjunta de Washington e Pequim a Moscou. Fustigada pelos problemas recorrentes da relação sino-soviética, a China decide aceitar a “carta americana” (Kissinger, 2011, p. 211) e flexibilizar suas relações com os Estados Unidos. Embora inicialmente motivada geopoliticamente, essa aproximação logo se torna também econômica, à medida em que as reformas chinesas gradualmente passam a oferecer espaço aos capitais americanos e ocidentais e as exportações chinesas passam a penetrar nesses mesmos mercados.

Do nosso ponto de vista, esta reaproximação entre China e Estados Unidos guarda muitas semelhanças com o mecanismo geoeconômico do desenvolvimento a convite. De fato, na literatura encontramos que o próprio autor do conceito teria afirmado que “a China trilhou pela última vez o caminho do desenvolvimento a convite” (Medeiros, 1999, p. 391). Muitos aspectos do relacionamento sino-americano estabelecido e fortalecido a partir de 1972 lembram as facetas do desenvolvimento a convite: inserção exportadora, mudança estrutural, desenvolvimento econômico acelerado. Contudo, a inserção da China neste arranjo também guarda enormes diferenças quando comparada a casos clássicos. Em especial, nota-se a sua alargada autonomia política, construída a partir de uma bem-sucedida revolução socialista. Em contrapartida, Tóquio e Bonn tiveram suas elites políticas locais firmemente reorganizadas em direção a Washington. É a partir desse aparente desconforto que procuramos organizar a nossa problemática de pesquisa: como entender a reaproximação entre China e Estados Unidos à luz do conceito de desenvolvimento a convite? Se podemos falar em convite, quais foram suas peculiaridades e quando se dá seu ocaso?

A trajetória chinesa no marco deste mecanismo também guarda uma série de interessantes ideias quando se pensa o desenvolvimento das unidades políticas dentro dos moldes do sistema interestatal capitalista. Outros processos robustos de desenvolvimento nacional que ameaçaram a hegemonia vigente já tomaram lugar na história do capitalismo: Estados Unidos e Alemanha almejando ao posto do Reino Unido no século XIX figuram como grandes exemplos. No entanto, a maior parte destes esforços parece ser do tipo “aproveitar a chance”, como caracterizou Wallerstein (1979), ou seja, do tipo de desenvolvimento autóctone, com barreiras à entrada de importações, que se vale de uma falta

de atenção do Hegemon ou de um momento disruptivo no núcleo do sistema, como uma guerra entre potências ou uma crise de grandes proporções. O enorme sucesso dos modelos de crescimento liderado pelas exportações (*export led*) na segunda metade do século XX logrou bons resultados em termos de renda per capita e de crescimento, mas a China figura como o único exemplo de um convidado que parece ameaçar de fato a hegemonia estadunidense. Este parece ser um fato novo na história do sistema interestatal capitalista: a efetiva utilização do tipo “promoção por convite”, como coloca Wallerstein, para desafiar o núcleo do sistema. Este percebido fato novo aparece nesta pesquisa como parte de sua problematização.

Através do exame dos casos de desenvolvimento a convite e da idiossincrática trajetória chinesa no bojo desse mecanismo, nossa aposta é a de que o pleno entendimento a respeito deste arranjo geoeconômico pode elucidar como as unidades políticas do futuro conseguirão se valer dele, sob novas facetas. Não é sabido o caráter futuro das próximas hegemonias dentro do sistema interestatal capitalista, nem suas formas de acomodação de aliados, mas é essencial entender os mecanismos recentes para que o Brasil e outros Estados periféricos do Sul Global possam pensar com clareza sua estratégia de desenvolvimento para o amanhã. As preocupantes tendências recentes de estagnação, reprimarização da pauta exportadora, e de desindustrialização apontam para um possível “rebaixamento” de nosso estatuto dentro do sistema. Sendo assim, o completo entendimento a respeito da temática do convite pode sinalizar bons aprendizados para as futuras estratégias de desenvolvimento do Brasil e dos Estados periféricos no geral.

No mais, o processo de acirramento das relações entre Estados Unidos e China rapidamente se tornou um dos principais temas do debate em Geopolítica, Relações Internacionais e Economia Política Internacional. A perspectiva de troca no topo da hierarquia do sistema interestatal contemporâneo gera uma série de interpretações variadas sobre a natureza do processo, seu caráter, e seu encaminhamento. Esta pesquisa busca jogar luz sobre o período de aparente associação e aproximação entre Estados Unidos e China, justamente para que o próximo momento de recrudescimento das relações possa ser mais bem entendido. Para que se possa analisar a ideia do *decoupling*, é preciso entender primeiro o *coupling*.

Portanto, são dois os objetivos que norteiam a investigação aqui presente. Em primeiro lugar, pretende-se entender de maneira mais completa o mecanismo de

“desenvolvimento a convite”. Para atingir tal objetivo, buscar-se-á entender como se desenrolaram os casos históricos de desenvolvimento a convite, Alemanha Ocidental e Japão. Em segundo lugar, pretende-se abordar o caso específico do relacionamento entre China e Estados Unidos no sentido de entender como ele se relaciona aos demais casos “clássicos” de convite elencados na literatura. No que toca a este segundo objetivo, é de especial interesse entender o momento do “desconvite” sino-americano, isto é, quando os laços são desfeitos, uma vez que a literatura parece apontar para diferentes momentos.

Sendo assim, as perguntas que orientam esta pesquisa podem ser elencadas da seguinte forma, com duas indagações gerais e duas perguntas mais tópicas:

1) Como entender de maneira mais precisa a natureza do “desenvolvimento a convite”?

1.1) Em que consiste este mecanismo e como se articularam os seus principais beneficiários no pós-guerra, Alemanha e Japão?

2) Como entender a natureza da relação entre China e Estados Unidos a partir da reaproximação da década de 1970?

2.1.) Caso possamos falar em convite para a China, quando se dá o “desconvite”? O desengajamento ocorre logo ao fim da Guerra Fria ou acontece apenas com o atual desarranjo da “Chimérica” e com o Pivô Asiático/TPP e a Guerra Comercial a partir de Trump?

A investigação aqui proposta avança munido de duas hipóteses principais:

1) O mecanismo de desenvolvimento a convite responde a características muito específicas do período da hegemonia estadunidense sobre o capitalismo global, sendo apenas historicamente possível nos marcos da Doutrina da Contenção e na existência de um Estado líder emissor da moeda de referência mundial e de um atraente e pujante mercado doméstico. Japão e Alemanha foram convidados neste contexto; e o convite à China também responde a esses ditames geoestratégicos.

2) A extensão do mecanismo de convite à China após 1972 marca uma arriscada aposta de Washington, que sacrifica um dos postulados básicos deste mecanismo a fim de galgar uma posição vantajosa sobre a URSS. A alargada autonomia político-estratégica do

Estado chinês torna o convite à China um caso idiossincrático e totalmente *sui generis*. Avançamos 2008 como a data tentativa para explicar a desidratação do convite.

### **Seção de revisão bibliográfica**

Conforme avançamos, o conceito de "desenvolvimento a convite," proposto por Medeiros e Serrano (1999) com base nos estudos de Wallerstein (1979) e Arrighi (1994), serve como uma ferramenta para entender a relação econômica especial que se formou entre os Estados Unidos e seus aliados no período pós-Segunda Guerra Mundial. De maneira geral, os países convidados tiveram sua restrição externa aliviada, com suas exportações sendo incentivadas tanto nos mercados globais quanto no mercado americano. Esse processo de inserção exportadora ocorreu em paralelo a uma mudança estrutural, impulsionando o desenvolvimento econômico, a produtividade e a renda per capita dessas nações escolhidas. Uma série de facilidades eram promovidas aos convidados, tais como:

Circunstâncias especiais como a abertura unilateral do mercado americano; a manutenção de taxas de câmbio desvalorizadas favoráveis à competitividade dos aliados dentro do sistema de Bretton Woods; tolerância com políticas de proteção tarifária e não-tarifária; missões de ajuda técnica e o forte estímulo à expansão das multinacionais americanas, ajudaram a aliviar a restrição externa nestes países. Isto permitiu aos países europeus e ao Japão, rapidamente, a adoção de um regime de conversibilidade ao dólar e viabilizou uma onda de supostos 'milagres' nacionais de reconstrução e/ou crescimento econômico (Medeiros, Serrano, 1999, p. 133)

A lógica por detrás da seleção destes convidados respondia a determinantes geoestratégicos. O intuito de Washington era promover e financiar processos de desenvolvimento acelerado em regiões que lhe eram estratégicas. A seleção dessas regiões era informada por princípios fundamentais do pensamento geopolítico dos Estados Unidos. A intenção era fazer oposição à União Soviética, o inimigo eurasiático, em "pontos flexíveis e variados", conforme sugeria o Longo Telegrama de Kennan (1947). Essa estratégia de atuação americana ficou conhecida como a Doutrina da Contenção, embutida na mais ampla "Doutrina Truman", que estipulava a contenção global do comunismo nos marcos da Guerra Fria. Sendo assim, o enriquecimento e a fidelização de Estados-chave no contexto da Geopolítica da Contenção contribuíram para o cerceamento da União Soviética. A Europa Ocidental fornecia a "ponta de lança" mais próxima à capital Moscou e às regiões mais ricas, populosas, férteis e industrializadas da URSS. O Japão, a Coreia do Sul, e Taiwan figuravam como a "frente oriental", capaz de checar os soviéticos pelo leste, ameaçando suas fronteiras normalmente mais desguarnecidas. Como colocam os autores:

[...] podemos caracterizar como ‘desenvolvimento a convite’ a estratégia americana de não apenas permitir como também em vários casos promover deliberadamente o desenvolvimento econômico de países aliados nas regiões de maior importância estratégica para o conflito com a URSS. (Medeiros, Serrano, 1999, p. 133)

Estes Estados seletos eram frequentemente os derrotados da Segunda Guerra. De fato, a Alemanha Ocidental e o Japão figuram como dois exemplos de “desenvolvidos a convite”. No processo de integrá-los à nova ordem patrocinada pelos Estados Unidos, estes Estados eram firmemente localizados dentro do bloco geopolítico ocidental capitalista formado no bojo da Guerra Fria. Em muitos desses casos, Washington pôde, inclusive, manipular as elites locais e os arranjos políticos pós-guerra, processo este facilitado pelo incrivelmente alto grau de destruição do conflito pretérito. A fidelização destes Estados era tida como parte central da geoestratégia americana no contexto da Guerra Fria, à medida em que Washington procurava fustigar Moscou nas bordas da Eurásia.

Para Kennan, a liderança soviética era dotada de uma “flexibilidade tática” que permitia com que aceitasse derrotas pontuais e se mostrasse bastante paciente. Tais características, segundo Kennan, viriam da hipótese marxista de que o sistema capitalista estava fadado ao colapso e que sua derrocada ulterior era certa. Sendo assim, a liderança soviética poderia ser paciente e flexível, pois a vitória final sobre o capitalismo era dada como teoricamente inevitável. Em função desta disposição soviética, a oposição feita pelos Estados Unidos deveria ser inteligente e de longo prazo, como coloca o autor:

[...] será provado que a pressão soviética contra as livres instituições do mundo ocidental é algo que pode ser contido pela *disciplinada e vigilante aplicação de contra força em uma série de pontos políticos e geográficos sempre variáveis*, correspondendo às mudanças e manobras da política soviética [...]. (Kennan, 1947, p. 576, ênfase nossa).

O autor Halford Mackinder, referência incontornável no campo da geografia e da geopolítica, no início do século XX já salientava o papel desempenhado pela Eurásia no jogo mundial de poder:

Os espaços dentro do Império Russo e da Mongólia são tão vastos, e suas potencialidades em termos de população, trigo, algodão, combustível e metais são tão incalculavelmente grandes, que é inevitável que um vasto mundo econômico, mais ou menos à parte, irá desenvolver-se inacessível ao comércio oceânico. À medida que consideramos esta rápida revisão das correntes mais amplas de história, não se torna evidente uma certa persistência da relação geográfica? Não é a região pivô da política mundial essa extensa zona da Eurásia que é inacessível às embarcações, mas que na antiguidade estava aberta aos cavaleiros nômades e hoje está prestes a ser coberta por uma rede de ferrovias? (Mackinder, 1904 (2011), p. 97)

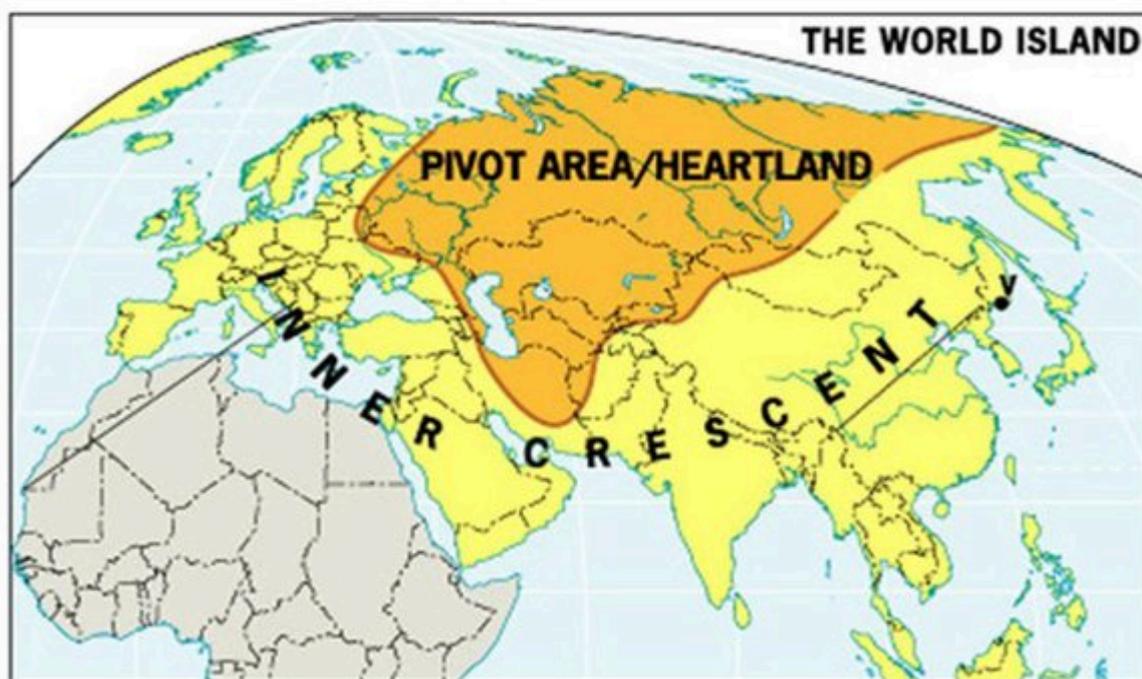
Partindo desses temas, o autor desenvolve a sua teoria do poder terrestre no tomo clássico “*O Pivô Geográfico da História*”. Sendo assim, a Rússia é classificada como uma civilização terrestre, em oposição às civilizações marítimas. Essa civilização terrestre, posicionada no coração da Eurásia, seria marcada por uma atuação expansionista nas beiradas da Eurásia, em suas regiões periféricas, a fim de alcançar os mares. De fato, é considerado princípio perene da atuação a nível de política externa russa a busca pelo acesso aos mares quentes.

A manutenção destes princípios da política externa russa se dá durante os séculos marcantes da expansão terrestre do país que se seguem ao período de domínio mongol, conforme aponta Alvares (2020). Contudo, a partir da Guerra Fria, o conflito global e o mundo bipolar passam a sugerir uma atuação mais ampla do país:

O mundo bipolar dava à Rússia a necessidade de uma geopolítica mais ampla, sobretudo para responder à estratégia de contenção adotada pelos Estados Unidos. Essa estratégia americana foi inspirada na Teoria do Rimland de Nicholas Spykman (1942) e foi sistematizada pelo diplomata George Kennan, no seu famoso “o Longo Telegrama”, assinado pelo codinome “Mr. X”, em 1946. Consistia em controlar as fimbrias marítimas que contornam a Eurásia através de um cordão de contenção em volta do Heartland. A ideia-chave estava ancorada na concepção geopolítica de evitar uma aliança entre potências anfíbias e a potência terrestre. Para isso, os EUA utilizaram seu poder econômico (através do Plano Marshall) e militar (através da OTAN e bases militares), além de organizações multilaterais para constituir e fortalecer seus aliados. A estratégia russa consistiu, ao contrário, em projetar seu poder para a Eurásia, e para a África. Fizeram parte desse movimento o apoio à Revolução Chinesa (1949), à Coreia do Norte na Guerra das Coreias (1950-1953) e ao Vietnã (1965-1975) durante o conflito com os Estados Unidos. (Alvares, 2020, p. 21).

A figura 1 resume, em forma de mapa, a teoria de Mackinder. Nota-se como a unidade política da União Soviética corresponde de maneira quase exata ao recorte da potência terrestre do *Heartland*. Nota-se também como China, Alemanha e Japão “beliscam” as franjas da Área-Pivô.

**Figura 1. O Heartland e o Crescente Interior**



Fonte: Quora.<sup>1</sup>

Sendo assim, a eventual aproximação entre China e Estados Unidos a partir de 1972 correspondia, certamente, à uma estratégia bem delineada e previamente definida pelos tomadores de decisão estadunidenses. A “aplicação de força em pontos geográficos sempre variáveis” permitiu com que, no entorno eurasiático que cercava o *Heartland*, os Estados Unidos pudessem fustigar sempre que possível a posição soviética, e acabaram por fazê-lo de maneira bem sucedida conforme as rupturas no bloco sino-soviético se tornaram largas demais.

Considerando essa adesão inequívoca aos esquemas securitários e geopolíticos de Washington por parte dos convidados, causa estranheza a ulterior reaproximação entre a China e os Estados Unidos a partir da década de 1970, uma vez que os chineses haviam chegado a combater tropas da OTAN na península coreana (1950-53). O *rapprochement*, patrocinado por Nixon e Kissinger, legou um cenário de cooperação bilateral entre os dois países que guardava todas as semelhanças em relação aos convites clássicos: arrancada exportadora do convidado, abertura do mercado interno do anfitrião, e mudança estrutural.

<sup>1</sup> Disponível em: (<https://www.quora.com/What-is-Mackinders-heartland-theory>). Acesso em: 21/02/2022.

De fato, foi afirmado que “a China trilhou o caminho do desenvolvimento a convite pela última vez” (Medeiros, 1999, p. 391).

Contudo, não é preciso muito esforço para enxergar como a China se diferenciava radicalmente dos outros convidados asiáticos e europeus. As diferenças se manifestavam em três frentes principais: a conexão geopolítica à Washington, o perfil político formal, e a temporalidade do convite. Como explorado, todos os convidados se localizavam firmemente dentro do bloco geopolítico ocidental-capitalista forjado pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, o que absolutamente não era o caso da China, cuja unidade política havia sido recentemente conquistada após um século de caos doméstico e externo, popularmente conhecido como o século da humilhação. Do ponto de vista do perfil político formal, não havia qualquer tipo de contestação à acumulação privada de capital ou aos direitos de propriedade privada por parte dos convidados clássicos, o que não era verdadeiro para a China. Do ponto de vista da temporalidade, o convite para a China chega um pouco mais tarde, a partir da década de 1970 e ganha corpo durante a década de 1980; enquanto que os convites “clássicos” datam do imediato pós-guerra.

Um elemento que ajuda a discernir o caso chinês dos outros convites clássicos é o próprio fato de que praticamente todos eles foram enquadrados ao modelo neoliberal financeirizado a partir da década de 1980 sem grandes problemas. O novo *mainstream* macroeconômico postulava a liberalização de uma série de instituições e mercados, o que foi atingido em virtualmente todos os convidados, com a exceção da China, que manteve um alargado arcabouço de políticas macroeconômicas interventoras e não cedeu à liberalização financeirizada característica do bloco capitalista ocidental. É virtualmente impossível encontrar o grau de intervenção presente na economia chinesa em outros convidados pós-1980. De fato, a pergunta de como a China teria “escapado” ao choque neoliberal tem motivado discussões<sup>2</sup>.

Sendo assim, o tipo específico de relacionamento entre China e Estados Unidos a partir do processo de *rapprochement* iniciado por Mao e Nixon em 1972 guarda muitas semelhanças com o mecanismo de desenvolvimento a convite estendido por Washington a seletos Estados, ao mesmo tempo em que reserva importantes particularidades. A nossa investigação, portanto, busca entender o caráter específico deste período de aproximação e como ele se relaciona ao mecanismo de desenvolvimento a convite. Em um eixo mais geral, a

---

<sup>2</sup> Ver WEBER, Isabella. **How China Escaped Shock Therapy**: The Market Reform Debate. 2021.

pesquisa aqui proposta também buscará jogar luz sobre o que significa este processo de “convite” e como diferentes partes da literatura o interpretam.

O sociólogo Immanuel Wallerstein (1979, pp. 80-81) se vale do termo “promoção por convite” (*promotion by invitation*) para se referir a uma das estratégias disponíveis a países da periferia de promoção aos escalões mais altos da economia-mundo capitalista. Para o referido autor, tal estratégia é mais presente em momentos de expansão desta economia-mundo, uma vez que nos momentos de contração tanto os países do núcleo como da semiperiferia buscariam proteger suas cadeias produtivas de maneira mais agressiva. Em Wallerstein, portanto, essa “promoção por convite” se refere à uma parceria colaborativa entre Estados periféricos e capitalistas externos (multinacionais). Tal curso de ação se difere, segundo o autor, do que ele chama de estratégia de “aproveitar a oportunidade” (*seize the chance*). Neste segundo modo, Estados periféricos se aproveitam de um momento disruptivo nos escalões mais altos da economia-mundo capitalista - guerras ou crises - para promoverem um tipo de desenvolvimento mais autóctone, como aquele da industrialização por substituição de importações. Sendo assim, como coloca Wallerstein, a “promoção por convite” é um tipo próprio dos momentos expansivos, enquanto que “aproveitar a chance” é um tipo próprio de momentos de contração.

Um exemplo clássico do tipo “aproveitar a chance” (*seize the chance*) é o ciclo de variadas tentativas industrializantes que tomou lugar na América Latina durante as décadas de 1930 e 1940. Em um período de caótica desorganização no centro do capitalismo, embaraçado por guerras, conflitos sociais e crises econômicas; os Estados da periferia latino-americana puderam se valer de processos de substituição de importações e obtiveram um grau moderado de sucesso em seus esforços industrializantes e manufatureiros.

Esta dinâmica de variadas expansões e contrações se relaciona bem com a perspectiva ampla dos teóricos ligados à abordagem dos sistemas-mundo. Dentro desta estrutura, os ciclos de Kondratieff estariam sempre mexendo com a hierarquia produtiva e política dentro do sistema interestatal, oferecendo e negando oportunidades (Wallerstein, 2004). Neste sentido, podemos ver algo até de “irresistível” ou “esperado” no convite, uma vez que os Estados, apesar de poderosos, não podem se sobrepor aos mecanismos mais gerais do funcionamento capitalista global e nem controlar os ciclos Kondratieff, segundo esta abordagem. Leituras tributárias do Realismo Político, no entanto, teriam dificuldades em

aceitar tais conclusões, sendo para elas muito estranho um Estado auxiliar produtivamente potenciais rivais, como nos marcos do convite.

Medeiros e Serrano (1999) partem da conceituação de Wallerstein sobre este desenvolvimento a convite, mas lhe garantem uma qualificação geopolítica. Enquanto Wallerstein parecia garantir mais atenção ao papel das multinacionais oriundas do núcleo no processo de “promoção por convite”, os autores referidos buscaram localizar este mecanismo dentro da Grande Estratégia de Washington para a Guerra Fria. Como foi explorado, a fim de isolar a União Soviética e galgar posições vantajosas, os Estados Unidos promoveram e financiaram processos de desenvolvimento em áreas-chave no contexto desta disputa. O relacionamento entre China e Estados Unidos no marco deste mecanismo foi pelos autores caracterizado como o último dos convites (Medeiros, 1999, p. 391). A grande penetração dos produtos chineses no mercado americano a partir da década de 1980 pode ser interpretada como evidência do sucesso de tal mecanismo, que reproduziria o caminho percorrido por convidados de outrora.

O período de aproximação entre China e Estados Unidos a partir da viagem de Nixon em 1972 foi também exaustivamente interpretado pela literatura sob variados prismas, embora o termo específico “desenvolvimento a convite” esteja mais localizado nos pensadores supracitados. Fiori se aproxima de uma leitura a nível da geoestratégia à medida em que salienta que a reviravolta geopolítica dos anos 1970 transformou a China em uma grande sócia norte-americana:

[...] o quebra-cabeças asiático ficou ainda mais complicado depois da inflexão geopolítica dos anos de 1970, que reaproximou os Estados Unidos da China e transformou a economia chinesa dos anos de 1990 e, em particular, do início do século XXI, na grande ‘sócia’ regional e global da economia norte-americana, e na segunda maior economia nacional do mundo. (Fiori, 2020, p. 73)

Neste sentido, Fiori nos oferece uma interessante leitura a respeito da expansão do sistema interestatal capitalista liderado pelos Estados Unidos a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Fazendo alusão ao conto bíblico da Torre de Babel, o autor aponta a ânsia estadunidense em destruir o próprio sistema que criou ao sugerir o conceito de “Síndrome de Babel”, assim destruindo e reorganizando hierarquias sucessivamente (Fiori, 2020, p. 63). Através desse ponto de vista, podemos enxergar o fim do período de “convite” à China como parte desta Síndrome. Assim como Deus desiste de seu projeto de universalidade para a

humanidade, aponta o autor, teriam desistido os Estados Unidos de seu projeto de “Fim da História” (Fiori, 2020, p. 64).

Também é necessário analisar a relação econômica especial estabelecida entre China e Estados Unidos no contexto do “convite” a partir do ponto de vista do grande capital estadunidense. Neste sentido, o trabalho de Hung (2022) é essencial, à medida em que o autor analisa o comportamento das principais e maiores firmas estadunidenses e seus variados humores referentes à China. O autor nos oferece uma análise sociológica aguçada, em que examina como diferentes classes sociais nos Estados Unidos se comunicaram no que tange ao aprofundamento de laços comerciais com a China.

Do ponto de vista do grande capital dos Estados Unidos, a “ida à China” esteve ligada ao momento de inauguração da Era Neoliberal. Seguindo a pista de boa parte da literatura, o autor salienta que o início da década de 1970 trouxe enormes problemas para o capitalismo americano. Sofrendo a concorrência das exportações alemãs e japonesas, que testemunhavam a bem-sucedida reconstrução dos seus respectivos capitalismo nacionais; o capital americano foi forçado a recuperar a sua lucratividade através do rebaixamento dos salários, da destruição do aparato anterior de proteção social e da deslocalização de suas atividades produtivas. Sendo assim, fazia água o projeto que havia marcado a Era de Ouro anterior, centrada na busca pela garantia do pleno emprego, intervenção do Estado e ampla rede de proteção social.

Após Tiananmen e a queda da União Soviética, a liderança chinesa se encontra indecisa sobre os rumos futuros do desenvolvimento do país. É o “Southern Tour” de Deng em 1992 que recupera o ímpeto exportador e a necessidade de “desenvolvimento para fora”, conforme salienta Hung (2022, p. 7). A partir deste período, a renovada decisão na China de apostar de vez no sucesso exportador dependia crucialmente do mercado americano, é evidente. Como detentor do maior déficit comercial do planeta, o mercado americano era o destino certo da arrancada exportadora, à maneira como os Quatro Tigres Asiáticos haviam feito anteriormente. Contudo, aponta o autor, é justamente neste momento-chave que a administração Clinton passa a introduzir dificuldades.

Motivada pelo *Zeitgeist* decorrente da queda da União Soviética e das leituras que apontavam para uma vitória retumbante e incontornável do capitalismo de livre mercado e a democracia liberal, a administração Clinton passou a pressionar a China através do mecanismo de renovação do status de Nação Mais Favorecida dentro do GATT. Desde

quando o presidente americano foi permitido a garantir este status a uma nação comunista, em 1974, a renovação deveria ser anual. De fato, até Clinton, as renovações aconteciam sem problemas e de forma quase automática. A partir de Clinton, este desconforto inicial nasceu pela intenção da Casa Branca de atrelar a renovação do status de Nação Mais Favorecida à uma melhoria na questão dos direitos humanos pós-Tiananmen. Como veremos mais à frente, Kissinger, arquiteto da reaproximação durante a década de 1970, faz uma avaliação bastante severa deste impulso da administração Clinton, salientando que provavelmente foi o pior momento da relação entre os dois países desde a Guerra da Coréia (Kissinger, 2011).

Hung nos oferece, então, uma análise profundamente original e pertinente ao analisar os humores das principais firmas dos Estados Unidos e assim consegue perceber a disposição do grande capital. A “crise Clinton” é o cenário perfeito para tal análise, uma vez que foi o primeiro desconforto de relevo entre os dois países que envolveu de fato o grande capital americano. Neste sentido, o autor aponta que duas grandes coalizões se formaram no seio do governo Clinton quando da crise. A primeira coalizão, apoiada pelo presidente e pelos Democratas, era anti-China e formada por idealistas e pelo trabalho organizado, que se ressentia dos postos de trabalhos americanos atacados pelas importações chinesas. A segunda coalizão, pró-China, era formada por Wall Street e pelo grande capital. O autor aponta (Hung, 2022, p. 13-14)<sup>3</sup> que as empresas que mais se empenharam no lobbying pró-China quando da crise Clinton foram as seguintes, em ordem de importância: Boeing, AT&T, GM, McDonnell Douglas, IBM, Chrysler, GE, Nike, Sears, Ford, Motorola, Westinghouse, Coca-Cola, Hughes, Lockheed, Exxon, Kodak, American Farm, Pepsi e Intel.

Esses achados nos informam algumas conclusões interessantes. É pertinente notar que de todas essas firmas, em 1993/1994, apenas Nike, American Farm e Sears se beneficiavam de fato do mercado chinês. Ou seja, isso nos leva à conclusão de que boa parte dessas firmas na verdade poderiam nutrir esperanças a respeito do mercado chinês, e participaram do lobby nutridas por essa especulação. Este foi o caso da AT&T que, conforme aponta o autor, havia sido prometida todo o mercado de comunicações na China após uma liberalização significativa. Com o passar dos anos, as autoridades chinesas voltaram atrás, escolhendo municipalizar as corporações locais, e a AT&T nunca teve o prometido. No caso da Boeing, por exemplo, a esperança não era de ganhar negócios futuros, mas de manter os atuais. A empresa teria sido informada pelas autoridades chinesas de que as companhias aéreas estatais

---

<sup>3</sup> Como maneira de averiguar o ímpeto pró-China desses diferentes lobbies, o autor partiu de uma análise que envolvia menções nos principais jornais do país, menções na mídia de forma geral, e documentos oficiais do Congresso americano que registram os pedidos das firmas.

no país não mais fariam encomendas com a empresa americana caso ela não se empenhasse no lobby (Ibid, p. 19). Outro ponto curioso é que empresas americanas que viriam a se beneficiar grandemente do comércio com a China posteriormente estavam ausentes do lobby pró-China em 1993/1994, caso da Apple e do Walmart, por exemplo.

Finalmente, em maio de 1994, a administração Clinton cede e anuncia que não mais vai atrelar a renovação do status de Nação Mais Favorecida à questão dos direitos humanos, sinalizando uma vitória da segunda coalizão, das altas finanças e do grande capital. Conforme aponta o autor:

A reversão da política de Clinton em relação ao comércio chinês representou um triunfo da coalizão dos negócios sobre a coalizão do trabalho organizado, da elite da política externa motivada pela questão dos direitos humanos e das indústrias intensivas em trabalho nos Estados Unidos. (Ibid, p. 18, tradução própria).

A vitória dessa coalizão em 1993/1994 garantiu o eixo normal da relação econômica entre China e o grande capital americano até a Crise de 2008. Conforme aponta o autor, as autoridades chinesas reagem à Crise promovendo um robusto processo de investimento público em ativos fixos, principalmente infraestrutura. Isso somado à estratégia chinesa de gradativamente promover as campeãs nacionais e de avançar na escala de complexidade tecnológica (resumida no *Made in China 2025*) faz com que as firmas estrangeiras passem a ter cada vez menos espaço no país. O grande endividamento promovido pela estratégia pós-2008 motiva um “squeeze” sobre o setor privado que atinge também as firmas estrangeiras (Ibid, p. 30). Isso muda o humor da comunidade do grande capital dos Estados Unidos, em uma reversão do cenário anterior: “O grande capital e as principais firmas americanas haviam sido a cola, o estabilizador das boas relações entre China e Estados Unidos.” (Ibid, p. 30). A partir de agora, muitas firmas se sentiam “enganadas”. A piora do humor do grande capital americano também se evidencia pelo aumento no número de reclamações judiciais dessas firmas, tanto na China como nos Estados Unidos (Ibid, p. 34). A crescente competição na escala tecnológica também implica em espinhosos casos de espionagem industrial e plágio.

Sendo assim, do ponto de vista das conclusões que nos são informadas pelo trabalho de Ho-fung Hung, temos que o “convite” tem uma grande vitória em 1994 e depois se desidrata a partir de 2008. Também é relevante a sua conclusão de que é a China quem “se convida” para a ordem internacional liberal liderada pelos Estados Unidos, em virtude de decisões políticas autônomas tomadas a partir da década de 1990, segundo o autor. Inserimos

Hung (2022) na nossa revisão da bibliografia sobre o tema à medida em que o autor oferece uma pertinente análise sociológica, que resgata o comportamento das classes sociais nos Estados Unidos como tema central para o exame da relação econômica com a China. Em especial, sua produção nos será de grande valia no terceiro capítulo, à medida em que analisaremos de maneira mais detida como a crise do governo Clinton nos oferece uma janela para examinar os humores de diferentes classes sociais e blocos da classe capitalista nos Estados Unidos.

O aprofundar das relações econômicas entre China e Estados Unidos também foi analisado, evidentemente, a partir do ponto de vista da ortodoxia, segundo o qual a visão mais predominante foi aquela que procurou enxergar o processo de desenvolvimento econômico da China como mais um exemplo de crescimento liderado pelas exportações (*export-led growth*), não muito distinto do que se averiguava em outras economias asiáticas durante as últimas décadas do século passado. Segundo essas abordagens, a China não fez mais do que se valer de suas vantagens comparativas, isto é, trabalho abundante e barato, numa leitura que faz eco à teoria do comércio internacional clássica de David Ricardo.

De modo geral, o “convite” não pode ser devidamente dimensionado dentro da tradição neoclássica e ortodoxa, uma vez que, para essas perspectivas, existe uma tendência à convergência absoluta entre países pobres e países ricos (Cole, Neumayer, 2003). Sendo assim, e de acordo com os postulados centrais do modelo neoclássico, a progressiva e decidida retirada de obstáculos ao livre funcionamento do mercado haveria como consequência a convergência de renda per capita internacional. Em outras palavras, não há razão para “convidar”, a elevação sustentada da renda per capita seria dada a partir do momento em que os Estados abraçassem o mercado como instrumento ótimo de alocação de recursos a nível nacional e internacional. De fato, o rápido crescimento chinês tem sido frequentemente interpretado, por indivíduos direta ou indiretamente ligados à tradição neoclássica, como mera consequência da “abertura” ao comércio internacional.

Lardy (1993, p.11), por exemplo, apesar de notar que o processo de integração da China à economia mundial foi motivado fundamentalmente por critérios geopolíticos; procura avançar a ideia de que o sucesso exportador se deu, em sua maior parte, à liberalização de preços. De fato, o autor trabalha sobre uma dinâmica em que todos os retrocessos são atribuídos às resistências das burocracias em relação ao processo de liberalização e todos os avanços são atribuídos ao nato benefício de preços livres. Lardy

procurou analisar o caso chinês a partir da oposição entre os modos de industrialização por substituição de importações e de promoção de exportações. É sobre esta chave que o autor enxerga o período, tirando duas lições fundamentais:

Assim, as lições-chave da experiência chinesa são duas. Em primeiro lugar, uma política adequada de taxa de câmbio e a provisão de outros incentivos para exportações são tão importantes em economias socialistas reformistas como em outros países em desenvolvimento, conforme foi demonstrado. Segundo, liberalização do mercado doméstico também é crítica. Sem isso, as reformas do comércio exterior e do câmbio terão apenas efeitos modestos. O desafio que agora enfrenta a China é o de expandir o papel do mercado de modo que sua influência seja mais sentida em áreas onde o legado do planejamento econômico ainda é forte. (Lardy, 1993, p. 147, tradução própria).

Ou seja, para o autor, as lições para as economias socialistas em reforma e para as economias capitalistas em desenvolvimento eram as mesmas: abandono da estratégia de industrialização por substituição de importações, liberalização de preços no mercado doméstico e liberalização da taxa de câmbio. De fato, trata-se do desdobramento a nível internacional dos pressupostos neoclássicos mais básicos: livre alocação dos fatores via mercado assegurando o maior nível possível de prosperidade. A tarefa essencial é remover os obstáculos para que a atividade inatamente virtuosa do mercado livre possa trazer o nível máximo de riqueza possível dadas as técnicas de produção.

Naughton faz coro às conclusões de Lardy, salientando que o modelo socialista de preços pré-reforma era “uma versão mais radical do modelo de substituição de importações averiguado em países capitalistas em desenvolvimento” (Naughton, 2007, p. 381). As exportações, neste estágio pré-reforma, salienta o autor, eram vistas como “um mal necessário, cuja única função era pagar pelas importações cruciais ao processo de industrialização” (Naughton, 2007, p. 381). Ou seja, ambos os autores se valem do caso chinês para realizar uma espécie de “dupla crítica”: ao mesmo tempo, critica-se o modelo socialista de preços e o modelo de industrialização por substituição de importações em economias capitalistas periféricas. Contudo, ao contrário de Lardy, Naughton não avança a ideia de que a abertura comercial tenha se dado fundamentalmente por motivos geopolíticos. O autor prefere a explicação de que os planejadores chineses precisavam acelerar o ritmo de exportações a partir do fim da década de 1970 a fim de cumprir os requisitos de moeda estrangeira necessários para importação de tecnologia (Naughton, 2007, p. 381).

Dentro de perspectivas liberais ligadas ao campo da Economia Política Internacional, o convite também pode ser interpretado de maneira particularmente interessante. Um

exemplo notadamente chamativo é a Teoria da Estabilidade Hegemônica, conforme capitaneada por Robert Gilpin, Charles Kindleberger e Stephen Krasner<sup>4</sup>. A premissa central dessa teoria é a de que:

O sistema econômico e monetário internacional *precisa de liderança*, um Estado que esteja preparado, consciente ou inconscientemente, sob *algum sistema de regras que ele internalizou*, a elencar padrões de conduta para outros Estados; e buscar com que outros o sigam, a tolerar uma maior parte dos custos do sistema [...] e manter um fluxo de capital para investimento [...]" (Kindleberger, 1973, p.28 apud Cohen, 2008, p. 71, tradução própria, ênfases próprias).

Ou seja, dentro da Teoria da Estabilidade Hegemônica, a lógica era clara: havia alguma correlação forte entre estabilidade internacional e prosperidade econômica. Durante o período de construção da teoria (anos 70 do século XX), os exemplos passados eram bastante convincentes: a *Pax Britannica* organizada em torno do padrão-ouro e o imediato pós-Segunda Guerra regulado sob Bretton Woods. Estes dois exemplos contrastavam com o cenário pós-Primeira Guerra, de ausência hegemônica clara e acompanhado de enormes crises com elevado custo humano e social. Neste sentido, parecia ser necessário, aos postulantes da teoria, que houvesse um Estado liberal forte disposto a cumprir o papel de organizador de um sistema econômico internacional liberal. Este sistema, então, seria o mais eficiente do ponto de vista econômico, gerando prosperidade a todos os Estados que participassem dele, com alguns custos ao Estado liberal organizador, que haveria de disponibilizar bens públicos globais: "Uma economia internacional liberal requer uma potência que possa administrar e estabilizar o sistema" (Gilpin, 1975, p. 40 apud Cohen, 2008, p. 73). De fato, Krasner notou que havia uma correlação sistêmica entre existência hegemônica e a abertura comercial: os tempos de comércio internacional mais livre eram também os tempos de existência de um líder hegemônico (Krasner, 1976, p. 323 apud Cohen, 2008, p. 74).

Para os postulantes da Teoria da Estabilidade Hegemônica, tal sistema internacional deveria ser dotado de algumas características. Como coloca Cohen, o Estado hegemônico deveria conter: um grau de abertura para as importações, oferta de liquidez de longo prazo para propósitos contra-cíclicos e oferta de empréstimos a curto prazo para efeitos de combate a crises imediatas (Cohen, 2008, p. 72). Do nosso ponto de vista, a exigência de "um grau de abertura para importações" é o mais relevante, uma vez que dialoga diretamente com os

---

<sup>4</sup> Embora os referidos autores sejam ligados ao campo da Teoria da Estabilidade Hegemônica, Krasner se localiza na vertente realista deste campo.

esforços exportadores e industrializantes dos convidados. Kindleberger, por ter passado pessoalmente pelo duro período da Crise de 1929, contemplava um arranjo internacional mais “benevolente”, em que o Estado hegemônico toleraria alguns custos para poder garantir a estabilidade. Assim, o “keynesianismo global e regulado” de Kindleberger sugeria um caráter mais “amigável” e mesmo heterodoxo à atuação do Estado hegemônico. Contudo, a Teoria da Estabilidade Hegemônica ganhou contornos mais realistas a partir de Gilpin e Krasner, que apontavam a possibilidade de atuação egoísta do Estado hegemônico (Cohen, 2008, p. 75). Em suas palavras, a atuação do Estado hegemônico dentro do sistema poderia se tornar então “*self-serving*”, egoísta.

Neste sentido, o diálogo entre uma das mais importantes teorias liberais do campo da Economia Política Internacional e o mecanismo de desenvolvimento a convite apresenta interessantes desdobramentos. Por um lado, de fato a esquemática regulada de Bretton Woods foi instrumental para os primeiros e bem sucedidos casos de desenvolvimento a convite. Contudo, mesmo após o fim do padrão ouro-dólar e de Bretton Woods, a economia estadunidense pôde continuar a fomentar processos desenvolvimentistas alhures e inclusive pode ser argumentado que ganhou maior margem de manobra nestes processos. Por exemplo, após o descarte do padrão ouro-dólar, o sistema perdeu estabilidade, mas ganhou abertura. Ou seja, perde o caráter “benevolente” de Kindleberger e se aproxima do caráter “egoísta” (*self serving*) de Gilpin e Krasner (Cohen, 2008, p. 75).

Já dentro do campo das teorias de inspiração marxista, destacam-se as interpretações ligadas à teoria do imperialismo. No que se refere à prática de desenvolvimento a convite, parece haver um certo desconforto entre ela e as variadas interpretações ligadas ao imperialismo. À primeira vista, pode parecer bastante estranho o fato do núcleo imperial fomentar processos desenvolvimentistas na periferia. Para sugerir um diálogo e ligar as pontas entre o objeto de pesquisa desta tese e as teorias ligadas ao imperialismo, elencamos a obra de Fred Halliday, cujo conceito de controle do conflito social a nível global figura como uma das mais importantes atribuições dos Estados inseridos no recorte capitalista moderno. Sendo assim, poderemos entender o desenvolvimento a convite tanto como motivado (geo)politicamente como também motivado pela necessidade de controle social e contrarrevolucionário no pós-Segunda Guerra.

Em *Repensando as Relações Internacionais*, o pensador marxista Fred Halliday se propõe a examinar quais contribuições o materialismo histórico poderia oferecer ao campo

das Relações Internacionais. Neste trabalho, nos focaremos na ideia de que o materialismo histórico sugere a possibilidade de atuação contrarrevolucionária dos Estados do sistema, algo que não está presente nos debates clássicos entre Realismo e Liberalismo, tidos como os diálogos norteadores do campo das Relações Internacionais.

Para Halliday, o perene conflito social que traz o capitalismo precisa ser entendido no âmbito das Relações Internacionais:

O conflito social, dentro e através de fronteiras, visando a riqueza e ao poder econômico, está presente na origem de inúmeros eventos internacionais. [...] Se este princípio do materialismo histórico é estendido ao internacional, então ele sugere que a preocupação central das relações internacionais se torne não a segurança, e as ações do Estado-Nação dirigidas para aumentá-la e defendê-la, mas, pelo contrário, o conflito e as formas pelas quais ele é gerado, conduzido e resolvido. (Halliday, 2007, p. 79).

Assim, Halliday sugere que, uma vez entendido o materialismo histórico no âmbito internacional, a preocupação do Estado-Nação ultrapassa o mero esquema da problemática de segurança – aumentar ou diminuir-la, como no debate entre Realismo e Liberalismo/Idealismo. O Estado-Nação teria de agir em termos mais amplos, buscando influenciar ou controlar os conflitos sociais permanentes que existem e existirão dentro de um recorte capitalista. Inserido nesse novo problema (lidar com o conflito social em escala global), o Estado-Nação passa a ser entendido como um ator mais complexo e multifacetado do que quando é enxergado pela mera problemática da segurança, característica do campo clássico Realista-Liberal. Como coloca o autor:

Marx tinha consciência disso na metade do século XIX. Escrevendo sobre o desafio ao equilíbrio de poder das cinco nações, a Pentarquia, ele alertou sobre a presença de uma sexta grande potência, a revolução. Assim, o problema dominante das relações internacionais do século XX é percebido pela teoria das relações internacionais convencionais como sendo aquele da segurança, mas muito deste período pode também ser considerado como um de contenção do conflito intercapitalista e da revolução social. Em outras palavras, *a administração do conflito social* é a questão que mais tem preocupado os políticos e os analistas acadêmicos da política externa. (Halliday, 2007, p. 80).

Ou seja, esta dimensão do comportamento dos Estados já estava presente mesmo em Marx. Halliday traz essas discussões para que possamos entender a atuação estatal em sua integralidade, complexa e multifacetada, que ultrapassa em muito a simples problemática da segurança em torno da qual digladiam-se realistas e liberais. Ao estarem sempre preocupados com a “Sexta Grande Potência”, isto é, a Revolução, o caos social, o conflito de classes, etc.,

os Estados precisam à ela se referenciar. É se valendo deste eixo explicativo que procuramos analisar a prática de desenvolvimento a convite, patrocinada pelos Estados Unidos no bojo da Guerra Fria.

Patrocinar esforços desenvolvimentistas e fidelizar as elites locais de territórios-chave serviam ao propósito de administrar o conflito social em escala global, o qual atingia níveis extremamente críticos neste período. Basta lembrarmos de que, em trinta anos (1918 – 1948), uma enorme parcela da Humanidade havia feito a Revolução Socialista, nos territórios da Rússia e da China. As palavras que dão início ao Manifesto Comunista, publicado em 1848, poderiam ser bastante válidas ainda um século mais tarde: “Um espectro ronda a Europa”. Na América Latina, território-chave cujo domínio assegura aos Estados Unidos uma “tranquilidade hemisférica e continental”, não houve desenvolvimento a convite, mas sim a promoção de um ciclo de ditaduras. A administração do conflito social em escala global, portanto, passou por modelos distintos: pôde-se promover o desenvolvimento das forças produtivas e o enriquecimento relativo da classe trabalhadora, como na Europa e no Japão; e pôde-se também estabelecer brutais ditaduras anticomunistas.

É possível traçar um interessante paralelo entre o mundo bipolar pós-Segunda Guerra Mundial e a multipolar Europa pós-Napoleônica. Lidando com as cinzas da erupção franco-napoleônica, as reestabelecidas aristocracias europeias, profundamente temerosas de um novo levante jacobino republicano, buscaram administrar o conflito social em escala continental. Fez parte deste esforço contrarrevolucionário o estabelecimento da Santa Aliança, acordo firmado entre a Rússia Czarista, a Prússia e a Áustria-Hungria, no contexto do qual se pretendia conter o liberalismo, o secularismo, e o republicanismo europeu. Da mesma maneira, os Estados Unidos, no topo do bloco capitalista que emergiu da Segunda Guerra, valeu-se do sentimento anticomunista amplamente promovido entre as sociedades ocidentais para assim poder, também, administrar e regular o conflito social, desta vez em escala planetária.

Quando pensamos este momento à luz do debate clássico sobre o problema do reformismo em Lênin e Kautsky, vemos que eles se relacionam de maneira bastante interessante. Conforme Lênin alertava, o andar do capitalismo permitiu a aproximação ideológica entre setores da aristocracia do trabalho e a burguesia (Bugiato, s.d.). O mecanismo de desenvolvimento a convite permitiu uma reedição desse movimento em escala internacional, com setores da periferia sendo alçados ao núcleo com vistas a conter o ímpeto

revolucionário e o conflito social. Dentro das sociedades centrais, este movimento foi absoluto. O “Período Dourado” do capitalismo pós-guerra pôde repartir seus ganhos com as classes trabalhadoras centrais, mediante um tácito acordo de exclusão dos partidos comunistas.

Sendo assim, buscamos avaliar que a prática de desenvolvimento a convite pode se comunicar com as teorias do imperialismo através da tarefa contrarrevolucionária dos Estados imperiais, sugerida por Halliday como uma das principais ofertas teóricas marxistas ao campo das relações internacionais. Ademais, salientamos que essas explicações não diminuem a importância das categorias geopolíticas, mas sim lhes são complementares.

Por fim, nesta seção de revisão bibliográfica, procuramos abordar as principais correntes teóricas e as mais importantes seções da literatura sobre o tema. Conforme mencionado, o conceito de desenvolvimento a convite propriamente dito se localiza de maneira detida em alguns autores principais, tendo sido interpretado por Medeiros e Serrano (1999) com base em Wallerstein (1979). Partindo disso, procuramos realizar uma revisão bibliográfica mais ampla, que não se limitasse apenas ao exame de como o conceito surge e se desenvolve em uma literatura mais restrita; ao invés disso, alargamos o nosso escopo a fim de abarcar várias correntes que interpretam o conceito de convite para o desenvolvimento e a aproximação entre China e Estados Unidos sob diversos prismas. Ao fazê-lo, nossa aposta é a de que essa revisão bibliográfica mais ampla nos autorize a dialogar com um número maior de autores e perspectivas, ao invés de nos restringirmos aos autores localizados imediatamente em torno do conceito. Durante o curso da nossa investigação, daremos preferência ao uso daquela literatura mais ligada ao nosso arcabouço teórico-metodológico de escolha.

### **Arcabouço teórico e metodológico**

Do ponto de vista do corpo teórico que orienta a pesquisa aqui presente, procurar-se-á utilizar abordagens relacionadas ao campo crítico de análise das disciplinas de Relações Internacionais e Economia Política Internacional. Tendo em vista que o próprio conceito nasce em uma abordagem que se vale de categorias da Geopolítica para explicar fenômenos de Desenvolvimento Econômico, procurar-se-á criticar abordagens liberais ou institucionalistas que busquem enxergar o processo de desenvolvimento econômico como fundamentalmente descolado do cenário geopolítico geral.

É importante notar que mesmo dentro da economia política dita heterodoxa, pode haver uma certa relutância em aceitar a importância de fatores geoestratégicos e geopolíticos como contribuintes sobre a discussão a respeito do desenvolvimento. De forma geral, pode haver, nessa literatura, um excessivo economicismo. Chang (2004, p. 92), por exemplo, classifica o desenvolvimento japonês no pós-Segunda Guerra como basicamente resultado da política ativa do Estado. Do nosso ponto de vista, a atuação do Estado faz parte do esquema geral do convite, juntamente a outros fatores tão ou mais importantes. Conforme devidamente introduzido, partimos da pressuposição de que o fator determinante para o sucesso dessas tentativas desenvolvimentistas no pós-Segunda Guerra foi a importância geoestratégica destes territórios.

Tendo em mente a íntima relação entre o processo de desenvolvimento a convite e a questão monetária, figura como abordagem proeminente nesta proposta a linha estruturalista-cepalina, cujas contribuições para o papel da restrição externa no desenvolvimento de unidades políticas periféricas foi central. Tavares chegou a afirmar que era na própria superação da restrição externa que jazia a questão sobre o sucesso ou o fracasso do programa de substituição de importações: “Na superação contínua dessas contradições (*ligadas à restrição externa*) reside a essência da dinâmica do processo de substituição de importações.” (Tavares, 2000, p. 233, adição nossa). São personagens centrais desta abordagem Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado, Aníbal Pinto, entre outros. Medeiros e Serrano (1999) também podem ser elencados como tributários deste quadro teórico, e dialogam com abordagens do poder global e da geopolítica, conforme definiremos a seguir. Em uma outra chave, também procuramos nos orientar teoricamente por autores que tratem da questão monetária como estratégica.

Como a investigação aqui proposta também busca analisar o capitalismo e suas “longas durações” para que se possa entender historicamente o convite e os convidados, faz-se necessário elencar como corpo teórico orientador a abordagem dos sistemas-mundo, cujas contribuições a respeito do comportamento das unidades do núcleo, semiperiferia, e periferia serão essenciais para se pensar o tema. Figuram como pensadores importantes desta vertente Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, André Gunder Frank, entre outros. Neste sentido, também será de importância central para esta investigação a linha de interpretação ligada à Teoria do Poder Global (Fiori, 2014), cuja leitura da história do sistema interestatal aponta para a importância das guerras e dos determinantes geoestratégicos. A contraposição entre a “economia-mundo” com seus determinantes econômicos e a “política-mundo” com

seus determinantes político-estratégicos norteará a discussão sobre o que há de “natural” no convite e o que há de deliberado.

Ainda ligados a esse corpo teórico, faremos uso de uma gama de leituras frouxamente organizadas em torno de uma perspectiva crítica das relações internacionais, que bebe tanto do materialismo histórico quanto da heterodoxia econômica. Hung (2022), Medeiros e Trebat (2024), e Nogueira e Hao (2021), por exemplo, forneceram instrumentos valiosos e reflexões originais para o pensamento a respeito da dinâmica entre classes sociais e a economia política da relação sino-americana. Em linhas gerais, ainda que não defendamos nosso quadro teórico como precisamente definido em torno de uma abordagem única, buscamos nos orientar por essa amálgama de abordagens críticas do campo das relações internacionais e da economia política internacional, a fim de propor uma análise original a respeito do convite americano à China, sua história e seus resultados.

Uma vez que a investigação também terá de visitar as disposições estratégicas próprias da Guerra Fria, serão de grande valor aquelas interpretações ligadas à Geopolítica Clássica, cujas contribuições a respeito do papel da Eurásia serão centrais para se entender a Doutrina da Contenção e o interesse estadunidense em isolar e cercear a União Soviética. Aparecem como figuras importantes Nicholas Spykman, Halford Mackinder, George Kennan, entre outros.

Do ponto de vista do método, sustentamos aqui que uma análise multifocal é crucial. Uma vez que o objeto de pesquisa desta proposta coaduna elementos da História, das ciências econômicas e das relações internacionais; um enfoque multidisciplinar se faz necessário, o que é refletido também na escolha de métodos científicos. Tendo-se em vista as particularidades da pesquisa aqui enunciada, foram eleitos como preferenciais métodos de procedimento os Métodos Histórico e Comparativo; e como método de abordagem, principal e mais amplo, o Método Hipotético-Dedutivo.

Esta pesquisa aqui presente se orientará, a nível de método de abordagem, pelo Método Hipotético-Dedutivo, uma vez que partiremos de um dado problema para tentar oferecer uma *teoria tentativa*, conforme define Popper (Popper, 1977, p. 140-1 apud Lakatos, Marconi, 2003, p. 95). Ou seja, parte-se de um dado ponto, não se observa no vácuo. Lakatos e Marconi (2003, p. 97) caracterizam a identificação do problema, dentro do Método Hipotético-Dedutivo, como o momento onde a “moldura que constitui nosso conhecimento é quebrada”. No caso específico desta proposta, quebra-se a noção de um tipo de acordo para o

desenvolvimento estabelecido entre Estados Unidos e aliados incondicionais no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. O tipo específico de relacionamento entre China e Estados Unidos neste mesmo contexto chama atenção pelas suas peculiaridades muito notáveis, o que “quebra” a nossa “moldura”, como colocam os autores supracitados, e portanto motiva a investigação. Neste processo, oferece-se uma tentativa de explicação, que invariavelmente levará a outros problemas de pesquisa futuros, fazendo assim jus à afirmação de Popper de que a ciência “caminha de problemas em problemas” (Popper, 1977, p. 140-1 apud Lakatos; Marconi, 2003, p.95). Conforme tentamos classificar adequadamente a relação entre estes dois países, buscamos também falsear o conceito, isto é, expô-lo a um escrutínio mais específico com base em um exame histórico.

Como exposto, por se tratar de um tema de pesquisa mergulhado nas décadas passadas, também será de valia o Método Histórico. A disputa geopolítica de grande relevo entre China e Estados Unidos na terceira década do século XXI figura atualmente como um dos temas de maior importância das relações internacionais e da economia política internacional. A pesquisa, portanto, fará uso do Método Histórico à medida em que busca entender as origens estruturais de um processo histórico bem definido e contextualizado.

O Método Comparativo também será de grande importância para esta pesquisa, uma vez que, essencialmente, buscar-se-á comparar tipos de acordos geopolíticos para o desenvolvimento econômico. Neste sentido, a pesquisa tem muito a compartilhar com o campo do Desenvolvimento Econômico Comparado, que justapõe sociedades em diferentes estágios do desenvolvimento capitalista. Neste caso, comparar-se-ão tipos distintos de acordos para o desenvolvimento, o que também aproxima a pesquisa, de certo modo, do Método Tipológico.

No que se refere às abordagens metodológicas mais típicas do campo das relações internacionais, esta proposta de pesquisa se orienta por uma abordagem de Estudo de Caso e Análise Comparativa, mas busca se distanciar de um modelo analítico puramente centrado nas relações bilaterais, uma vez que buscaremos analisar também movimentos geoeconômicos de longo prazo e grande alcance. Quanto aos elementos comparativos entre estes casos do convite, elegemos como principais fatores nesta pesquisa dados mais ligados à macroeconomia, desenvolvimento econômico e mudança estrutural; enquanto que do lado geoestratégico buscamos elencar como fatores principais de comparação aqueles ligados ao campo militar e de política externa.

## **Estrutura de capítulos**

Ao longo desta tese, estruturamos a pesquisa em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro capítulo, procuramos abordar os exemplos históricos de desenvolvimento a convite através do exame das trajetórias de desenvolvimento de Alemanha Ocidental e do Japão no pós-guerra. Propomos esta abordagem para acessar o tema e o conceito do desenvolvimento a convite de forma segura, que seja firmemente ancorada na análise desses casos históricos.. Ao longo deste primeiro capítulo, procuramos examinar estes modelos clássicos de desenvolvimento a convite não só como forma de mostrar como os Estados Unidos interagem com seus convidados e como se desenrolava a interação entre desenvolvimento econômico e geopolítico desses Estados, mas também como maneira de entender conceitualmente este arranjo geoeconômico. Nossa aposta é que entender Alemanha Ocidental e Japão no contexto deste convite nos forneça um instrumental coeso para que possamos assim passar ao exame do idiossincrático convite à China.

No segundo capítulo, passamos então ao exame do convite à China no seu estágio inicial. Abordamos como Washington pôde explorar as frestas do relacionamento sino-soviético, que se degradava rapidamente ao longo das décadas de 1960 e 1970. Junto da aproximação geopolítica, houve também a aproximação econômica e a resolução de muitos problemas estruturais para os dois lados. Nesta seção, procuramos abordar os ganhos para a China e os ganhos para os Estados Unidos, considerando este jogo de dois níveis, na economia e na estratégia. Caminhando em direção ao desenlace da década de 1980, abordamos como se estruturou e se desenvolveu este peculiar convite americano à China, e elencamos o colapso da União Soviética como ponto final deste capítulo. Abordamos também como a principal esperança americana para este convite, a “convergência de valores” e a liberalização política na China, não se materializou ao fim deste período, apesar de estresses pontuais.

No terceiro capítulo, avançamos como o convite amadureceu após o fim da União Soviética, cujo colapso removeu aquilo que havia sido a pedra de toque fundamental para o *rapprochement* sino-americano, que tinha tido seu início justamente em função da oposição conjunta a Moscou. Ao mesmo tempo, a década de 1990 inaugurava um momento de alargada hegemonia americana, em um inédito mundo unipolar. Procuramos demonstrar, ao longo desta terceira seção, como o convite para o desenvolvimento americano à China amadureceu e ulteriormente se desfez ao longo das décadas de 1990 e 2000, elencando 2008

como o ponto final deste relacionamento econômico especial. Aqui também organizamos a investigação ao longo do binômio economia - estratégia, e procuramos mostrar como diferentes momentos do convite à China eram às vezes comandados por uma lógica geoestratégica, e ora comandados pela lógica do capital. Sustentamos 2008 como ponto final do convite americano à China a partir do exame da literatura que nos informa a respeito da mudança do padrão de acumulação chinês, que se move do investimento em ativos fixos em direção ao *upgrade* tecnológico, mudando o padrão de relacionamento entre Pequim e Washington.

Finalmente, na conclusão, procuramos resumir os principais achados desta investigação. Procuraremos entender como se deu a peculiaridade deste idiossincrático convite americano à China e qual foi a sua herança. Por fim, tentaremos entender quais lições esta investigação oferece ao futuro, considerando o estado atual da rivalidade sino-americana e as perspectivas de *decoupling* e *nearshoring*. Nesta última seção, também discutiremos as limitações da pesquisa empreendida, quais são possíveis pontas deixadas para propostas futuras de investigação científica e nossas impressões finais.

## 1. PRIMEIRO CAPÍTULO: OS CASOS HISTÓRICOS DE DESENVOLVIMENTO A CONVITE

Neste primeiro capítulo, nosso intuito é o de fornecer uma aproximação explicativa a respeito do conceito de mecanismo de desenvolvimento a convite. Em outras palavras, procuraremos definir este mecanismo e elencar alguns quesitos regulares para que possamos fixar o que de fato significa este termo para que assim possamos, em capítulos futuros, passar ao exame mais detido da relação econômica especial estabelecida entre China e Estados Unidos a partir da tumultuosa década de 1970. Sendo assim, em resumo, o intuito é o de fazer uma “ontologia do desenvolvimento a convite” nestas etapas iniciais da pesquisa. Para fazê-lo, nos lançamos à análise dos casos clássicos de desenvolvimento a convite: um europeu e um asiático, Alemanha Ocidental e Japão, respectivamente.

Aqui, cabe uma breve explicação a respeito da escolha destes casos. Apesar da literatura fazer referência a “casos europeus e o Japão” (Medeiros, Serrano, 1999) e também avançar Coréia do Sul (Moreira, Bastos, 2023) e Taiwan (Gala, s.d.) como possíveis exemplos deste tipo de desenvolvimento associado, optamos aqui por restringir o exame aos casos de Alemanha Ocidental e Japão no pós-guerra. Fazemo-lo, sobretudo, para conservar nossos esforços e atenção aos dois casos mais notórios de desenvolvimento acelerado sob o conceito de desenvolvimento a convite no pós-Segunda Guerra. Embora este conceito seja útil e possa ser empregado para a análise de vários Estados neste contexto, limitamo-nos nesta pesquisa ao exame dos dois casos supracitados. Além de fornecer um escopo mais ajustado e limitado para a nossa pesquisa, apostamos que esses dois casos concentram em si as principais lições deste tipo de arranjo geoeconômico do pós-guerra.

Na revisão bibliográfica, encontramos que as variadas partes da literatura sobre desenvolvimento econômico e Economia Política Internacional nutrem diferentes visões a respeito do processo em questão. Leituras tributárias do Realismo Político, por exemplo, podem garantir maior atenção às negociações estatais que mediaram a Ruptura Sino-Soviética e o eventual processo de *rapprochement* entre China e Estados Unidos a partir da década de 1970. Leituras mais ligadas ao Liberalismo, no entanto, procuram entender o processo de uma maneira a garantir maior importância a fatores econômicos, chegando a, em suas versões mais radicais, entendê-lo como parte da marcha inexorável da Humanidade rumo aos mercados livres e à democracia (Fukuyama, 1992). Do nosso ponto de vista, conforme introduzimos, a interação entre os aspectos econômicos e estratégicos constrói o mecanismo geoeconômico do convite. Sua inovação teórico-conceitual é justamente avançar

como estes casos de desenvolvimento acelerado funcionaram em dois níveis: economia e estratégia.

Munidos desse espírito, buscamos analisar os casos nacionais de desenvolvimento de Japão e Alemanha Ocidental, exemplos clássicos do convite, para que possamos ter um modelo a partir do qual analisar o caso chinês. O intuito é, em preparação ao exame do convite à China, elencar variáveis centrais que compõem o chamado convite, para que assim a pesquisa possa analisar o caso chinês com um nível maior de certidão e poder finalmente avançar algumas ideias a respeito do grau de aproximação entre estes três casos.

Na conclusiva seção deste capítulo, buscamos destilar as principais lições dos casos de desenvolvimento a convite clássicos de Alemanha e Japão. O intuito é que, a partir disso, a pesquisa possa avançar, nos próximos capítulos, ao exame do relacionamento econômico especial entre China e Estados Unidos a partir da década de 1970 munida de um conceito mais fechado de “desenvolvimento a convite”. Em outras palavras, para averiguarmos com maior certeza se a China foi de fato “a última das convidadas” (Medeiros, 1999)

Prosseguimos desta maneira para que a pesquisa possa fechar este primeiro capítulo com alguns objetivos cumpridos: saberemos identificar as variadas formas através das quais a literatura lida com o período e o processo em questão; e sairemos munidos de uma estrutura conceitual mais firme para que, nos capítulos seguintes, passemos ao exame mais detido da relação entre China e Estados Unidos. Ou seja, como a nossa pergunta de base exige aproximar o caso chinês do mecanismo de desenvolvimento a convite a fim de averiguarmos as semelhanças e particularidades, faz-se absolutamente necessário termos de uma maneira mais ou menos firme a definição deste conceito e processo. É neste espírito que abordaremos os casos nacionais de Alemanha Ocidental e Japão: como maneiras de dialogar com o conceito elencado e averiguá-lo na história prática e real do desenvolvimento econômico.

Entender como o “convite” funcionou em termos históricos figura como uma tarefa essencial aos estrategistas de variados Estados inseridos na impiedosa disputa que existe dentro do sistema interestatal capitalista. As hegemonias futuras são desconhecidas, embora possam ser especuladas, mas o fato é que os Estados precisam defender constantemente seus arranjos nessas estruturas. Ter um firme conhecimento a respeito da prática de desenvolvimento a convite no passado pode nos ajudar em cenários futuros, sejam eles dotados de um ambiente monetário seguro, previsível e ordenado como Bretton Woods; ou caótico, livre e incerto como o dólar-flexível desde então. Tais lições são especialmente valiosas a Estados periféricos ou pouco poderosos que estão a todo o tempo negociando e renegociando seus claudicantes papéis.

### 1.1. Casos nacionais de desenvolvimento a convite

Nesta seção, procuramos avaliar os casos nacionais de desenvolvimento de dois Estados que correspondem ao “tipo clássico” de desenvolvimento a convite, Alemanha Ocidental e Japão. São dois Estados que compartilham de várias características em seus respectivos processos nacionais de desenvolvimento. Segundo a literatura que nos informa e a pergunta de pesquisa de partida, avaliamos estes casos conforme a nossa ideia de desenvolvimento geopoliticamente motivado.

Embora o nosso recorte temporal de interesse seja justamente aquele correspondente ao pós-Segunda Guerra, passamos agora a um rápido exame de História comparada entre os dois Estados, que nutrem curiosas semelhanças.

Consta como semelhança entre os dois países o robusto processo de crescimento econômico e mudança estrutural engendrado durante o século XIX. Embora a Alemanha só alcance a sua unificação em 1871, sob liderança prussiana; o Japão, embora nacionalmente coeso há muito mais tempo, finalmente dá pontapé ao seu processo de industrialização e desenvolvimento a partir da Era Meiji, cujo início data de 1868. Sendo assim, as últimas décadas do século XIX, em especial, representam um momento de radical mudança para estes dois Estados, durante o qual postulam e ganham acesso ao rol de potências ricas e poderosas dentro do sistema interestatal capitalista.

Em termos geopolíticos, os dois Estados adentram a arena do sistema interestatal motivando reorganizações significativas do arranjo de alianças e blocos. A unificação alemã em 1871 e o seu posterior chocante crescimento industrial motivaram uma rápida reorganização das relações interestatais entre as potências europeias estabelecidas. O Reino Unido foi forçado a voltar os olhos da sua política externa para o continente agora que uma potência na Europa Central parecia ter condições de mudar o centro de gravidade daquele espaço e eventualmente unificá-lo. A França, por sua vez, foi forçada a um *rapprochement* com a Rússia a fim de oferecer um flanco oriental à Alemanha unida. Ao longo das últimas décadas do século XIX, o crescimento do produto e da indústria na Alemanha rapidamente eclipsa todas as demais nações europeias. Por sua vez, a industrialização e ascensão do Japão incomodam a Rússia Imperial, razão pela qual os dois países se encontram no campo de batalha durante o início do século XX. O Reino Unido, potência hegemônica à época, possui uma postura hostil à Alemanha, mas inicialmente próxima ao Japão. De qualquer modo, Alemanha e Japão, neste período, junto aos Estados Unidos, representam um tipo muito

definido de desenvolvimento econômico pautado na presença do Estado e de ampla proteção tarifária e não-tarifária à indústria nascente.

Medeiros e Serrano (1999) classificam o caminho industrial percorrido por Alemanha, Japão e Estados Unidos ao longo do século XIX como uma das duas possíveis estratégias de desenvolvimento disponíveis no contexto do padrão monetário ouro-libra. Segundo os autores, ao longo do período de domínio internacional monetário da libra, que vai desde o fim das Guerras Napoleônicas até a Primeira Guerra Mundial; duas trajetórias industriais bem-sucedidas foram traçadas por países que ascenderam ao centro do sistema interestatal capitalista. Um dos caminhos era calcado no desenvolvimento de cadeias produtivas que fossem complementares ao processo industrial britânico. Um dos grandes exemplos desta opção foi a Argentina, cuja exportação de trigo e carne vermelha foi o suficiente para alimentar um robusto crescimento do seu produto ao longo do século XIX e fez com que o país tivesse o maior PIB per capita da América Latina na virada do século.

Um segundo tipo de trajetória, este sim percorrido por Estados Unidos, Alemanha e Japão; era calcado em dois elementos-chave: proteção à indústria nascente e construção e manutenção de sistemas financeiros próprios (Ibid, p. 128). Beneficiados pelo “déficit de atenção” britânico, que tolerou esses processos de industrialização através de uma “negligência sábia e saudável” enquanto mantinha seu controle sobre o subcontinente indiano, estes Estados saem de sua condição periférica e ao longo do século XIX rivalizam ou mesmo ultrapassam a Grã-Bretanha em termos industriais.

No caso dos Estados Unidos, conforme aponta Bairoch, (1993, p. 51-2 apud. Chang, 2004, p. 58), durante todo o século XIX e até a década de 1920, o país teve a economia que mais cresceu no período enquanto tinha a economia mais protegida. De fato, e corroborando com a leitura avançada por Medeiros e Serrano, O'Rourke (2000) apresenta evidências estatísticas de que há correlação positiva entre proteção tarifária e crescimento econômico na Era de Ouro do Liberalismo (1875 - 1914).

Durante a Primeira Guerra Mundial, o Japão participa ao lado da Tríplice Entente e desempenha um crucial papel no conflito, especialmente no aspecto naval, mantendo a segurança das linhas comerciais e de suprimentos no Pacífico Ocidental e no Oceano Índico contra a Marinha da Alemanha Guilhermina. Ao fim do conflito, apesar de pretensões mais ambiciosas, os ganhos territoriais de Tóquio são modestos, recebendo a Micronésia alemã. De seu lado, a Alemanha fracassa em sua tentativa de garantir uma rápida vitória contra a

França antes de voltar seu peso contra São Petersburgo (Plano *Schlieffen*) e vê suas tropas se atolarem na lenta e brutal guerra de trincheiras, a qual viria posteriormente a perder em 1918.

Já na Segunda Guerra Mundial, a frustração japonesa com a partilha dos espólios da Primeira Guerra - sentimento também presente entre as elites italianas - e a ascensão do fascismo e do militarismo no país o aproxima da Alemanha Nazista. Unidos a partir do Pacto Anti-Comintern de 1935 e formalmente aliados a partir do Pacto Tripartite de 1940, os dois países ficam assim irmanados no Bloco do Eixo até a sua ulterior derrota, em 1945.

De acordo com Schaller (1987), durante as discussões entre os parceiros ocidentais que levaram ao Acordo de Bretton Woods e à construção de um novo mundo pós-conflito, a perspectiva inicial estadunidense era a de criar uma hierarquia política e monetária no pós-guerra que contasse com dois parceiros, um “sênior” (EUA) e um “júnior” (Reino Unido). Neste sistema, a libra esterlina teria o papel de servir, junto ao dólar, como uma moeda de reserva que pudesse prover liquidez internacional no pós-guerra. Contudo, as crises da balança de pagamentos no Reino Unido em 1946 e 1947 jogaram o possível parceiro júnior em uma outra direção, o forçando a suspender a conversibilidade da libra em relação às moedas dos países derrotados e ocupados. Esta demonstrada fraqueza londrina acendeu a luz de alerta em Washington.

A partir do momento em que ficou evidente para os estrategistas americanos que o Reino Unido seria incapaz de cumprir o papel estratégico que lhe fora designado por Washington, a opinião da política externa estadunidense passa por uma mudança significativa. Os Estados Unidos agora seriam forçados à uma reavaliação de sua política mundial. Os arquitetos dessa reavaliação, segundo o autor, foram o Secretário de Defesa James Forrestal e o funcionário do Departamento de Estado George Kennan:

De acordo com o ponto de vista Forrestal-Kennan, o fracasso britânico exigia a reestruturação da economia mundial com base numa potência central flanqueada por dois centros regionais. Os Estados Unidos seriam a potência central, com fortes ligações à Alemanha Ocidental a leste e ao Japão a oeste. A República Federal foi considerada como uma potência econômica regional na Europa, enquanto que o Japão deveria tornar-se o centro manufatureiro de um região asiática ainda não definida. (Halewi, 2016, p. 359, tradução própria).

É interessante notar o uso do termo “região asiática ainda não definida” pois é justamente esta incerteza inicial a respeito do papel do Japão que é varrida para debaixo do mapa quando da vitória comunista na Guerra Civil Chinesa e da Guerra da Coreia. Estes desdobramentos geopolíticos no Leste Asiático rapidamente reorganizam o papel deste território dentro da Geopolítica da Contenção, conforme veremos a seguir. Uma hipotética

vitória do grupo de Chiang Kai-shek, por exemplo, poderia legar um outro destino ao território ocupado do Japão.

Sendo assim, a política externa estadunidense teria de considerar outros parceiros que não o Reino Unido para forjar esta nova ordem monetária e política do pós-guerra. Estes parceiros seriam, justamente, os “convidados”: Japão e Alemanha Ocidental.

No manejo dos territórios ocupados de Alemanha e Japão no pós-Segunda Guerra, os cenários são diferentes a depender do grau de avanço Aliado. Na Alemanha, os americanos e seus aliados franco-britânicos tiveram de partilhar o território com os soviéticos, à medida em que estes haviam tomado Berlim e invadido a porção oriental do país nos momentos finais do conflito. Não apenas o território nacional fora dividido, como a própria capital Berlim também o é. Já no Japão, os americanos puderam se valer de um grau maior de controle e ocupação, uma vez que as tropas soviéticas não invadiram nenhuma das três ilhas principais japonesas e a rendição incondicional de Tóquio após o episódio brutal do bombardeio atômico em Hiroshima e Nagasaki pôde garantir à Washington o domínio completo do país. A recusa americana em executar Hirohito por crimes de guerra mantém a paz e a estabilidade social dentro do país (Bix, 2000).

Sobre a natureza “ocupada” e “artificial” destes dois Estados no contexto do pós-Segunda Guerra e da organização para o embate da Guerra Fria, Fiori coloca:

Transformado, depois do início da Guerra Fria, num híbrido neomercantilista sob proteção militar externa, o Japão acabou convertendo-se numa potência industrial e comercial sem conseguir entretanto impor o seu sistema financeiro à sua própria região, ou mesmo conseguir construir um sistema de pagamentos regional baseado em sua moeda. Como potência econômica desarmada, também desativou ou fragilizou suas elites internas capazes de comandar algum tipo de reversão nacionalista [...]. Algo análogo aconteceu com a Alemanha, do ponto de vista da sua condição de protetorado militar norte-americano. No seu caso, contudo, a proteção americana induziu um projeto de integração regional [...]. Nos dois casos, japonês e alemão, os norte-americanos foram obrigados a permitir o renascimento de formas de articulação financeira e estatal intoleráveis ao liberalismo anglo-saxão. Mas, nos dois casos, as elites de tipo nacionalista foram dizimadas, forçando uma economização radical do princípio da nacionalidade.” (Fiori, 1999, p. 75).

Ou seja, conforme aponta o autor, a tolerância que Washington demonstrou em relação aos dois processos de reconstrução nacional teria sido impensável para o modelo hegemônico anterior, sob égide britânica. Esta ideia nos fornece uma poderosa ilustração do que significava a ameaça soviética para os círculos da política externa em Washington. O

Reino Unido, em seu tempo, havia ascendido ao topo do sistema interestatal sobre as cinzas do império de Napoleão, sem um grande competidor claro. Pelo contrário, Londres contava com um mosaico de outros poderes europeus, entre os quais destacavam-se Rússia, Áustria e Prússia, Estados que formariam a Santa Aliança. Em um cenário bastante diferente, esta hegemonia americana, no pós-Segunda Guerra, ascende já com um competidor claro à vista, que lhe fornece uma alternativa não só de poder mundial, mas também de modelo social, a União Soviética.

De fato, vale a pena notar a obsessão que as elites em Washington desenvolveriam em torno da prática de “*nation building*”, que amadurecida se torna um retumbante fracasso nas variadas tentativas americanas ao longo do século XXI no Oriente Médio: Iraque, Afeganistão e, em menor grau, Líbia e Síria. Os modelos mais bem-sucedidos de *nation building* continuam a ser, no histórico americano, Alemanha e Japão pós-guerra.

Do lado alemão, os julgamentos de Nuremberg e o processo de “denazificação” do Estado forneceram os pretextos necessários para a reorganização deste país frente aos novos ditames da Guerra Fria e da confrontação com Moscou. Do lado japonês, a ausência de uma investida soviética mais séria<sup>5</sup> garantiu à Washington uma maior margem de manobra. Ambos os Estados são, como apontou Fiori (1999), “potências econômicas desarmadas”. No caso de Tóquio, o artigo 9 da Constituição elaborada sob ocupação americana lhe proíbe expressamente a criação e manutenção de Forças Armadas<sup>6</sup>.

De fato, é bastante curioso e interessante o fato de que os dois Estados estejam unidos, em dois recortes temporais distintos, a dois “tipos” muito bem definidos de desenvolvimento econômico. No século XIX, são dois casos típicos de crescimento e industrialização calcados na expansão do mercado interno, na proteção tarifária e não-tarifária à indústria nascente e na conquista, mais ou menos bem-sucedida, de mercados externos para exportação de produtos e aquisição de matérias-primas. Neste contexto, o Japão representou uma pequena parte da Ásia que escapou ao processo de Grande Divergência e que se liga materialmente ao mundo do capitalismo ocidental. Também neste contexto, os próprios Estados Unidos, que mais tarde jogariam o papel de líder hegemônico a promover

---

<sup>5</sup> A investida soviética sobre o Leste Asiático e sobre a Manchúria em agosto de 1945 só acontece nos capítulos finais da Segunda Guerra Mundial e só se materializa em um contexto de derrota japonesa no teatro do Pacífico. De fato, a exata influência da investida soviética no teatro do Pacífico sobre a decisão de rendição japonesa tem sido debatida pela literatura. Ver HASEGAWA, Tusyoshi - *Racing the Enemy: Stalin, Truman and the Surrender of Japan* (2015).

<sup>6</sup> Vale ressaltar que, embora a nova Constituição japonesa proibisse o Japão de manter forças armadas ofensivas, o país era na verdade encorajado a manter forças armadas defensivas. De fato, a Guerra da Coreia forneceria uma imediata justificativa para o emprego de forças militares japonesas.

casos nacionais de desenvolvimento a convite; também se coloca como um dos três grandes casos bem-sucedidos de industrialização no período. Já no pós-Segunda Guerra, recorte temporal de interesse desta investigação, os dois Estados voltam a representar um “tipo” muito claro de estratégia desenvolvimentista, dessa vez calcada no desenvolvimento a convite, na promoção das exportações e na mudança estrutural sob o guarda-chuva do novo líder hegemônico e do pretexto de combate à ameaça socialista.

Na verdade, um aspecto adicional ainda conecta todos os Estados envolvidos nessa investigação. Tanto a Alemanha quanto o Japão, no contexto do desenvolvimento a convite, não estão de fato dando o pontapé em seus respectivos processos de industrialização e de mudança estrutural. Os dois Estados já adentram o século XX como potências ricas e de industrialização bem-sucedida. A tarefa, no pós-Segunda Guerra, é justamente a de reabilitar e de reequipar esses Estados em seus respectivos recortes capitalistas nacionais a fim de fazer frente à ameaça soviética, à potência do *Heartland*. De maneira similar, o rápido desenvolvimento chinês também pode ser interpretado como uma readequação da China ao seu papel histórico. Conforme aponta Nayyar (2013), a China e a Índia reuniam a maior parte da manufatura mundial antes da Grande Divergência. Se, em 1820, a Ásia era responsável por aproximadamente 56% do PIB mundial em 1950 ela é responsável por aproximadamente 15,6%, o que denota a sua clara “periferização” dentro da economia mundial que se construiu (Nayyar, 2013, p. 15). Discriminando os dados para a China, temos que ela concentrava 36,6% do PIB global em 1820, passando a concentrar apenas 4,6% em 1950 (Nayyar, 2013, p. 15). Ou seja, trata-se da recuperação e da reabilitação de Estados outrora ricos.

No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, ambos os Estados retomam suas respectivas trajetórias de crescimento e mudança estrutural a níveis ainda mais impressionantes, capazes mesmo de ofuscar o outrora impressionante sucesso do século XIX. A inserção exportadora desses Estados caminha simultaneamente ao processo de desenvolvimento econômico sustentado. O crescimento japonês chegou inclusive a motivar um número crescente de acadêmicos, durante as décadas de 1970 e 1980, a considerar que tomava corpo ali um projeto de contestação à hegemonia americana.. Evidentemente, os Acordos de Plaza de 1985 e a forçada valorização do marco alemão e do iene japonês pareceu reestabelecer a hierarquia entre esses parceiros e arrefecer o sucesso exportador nipo-alemão, em um movimento que ficou caracterizado na literatura como a “Diplomacia do Dólar” (Tavares, 1985).

Dessa forma, passamos agora ao exame do caso de desenvolvimento a convite da República Federal da Alemanha.

## **1.2. O caso europeu de desenvolvimento a convite: a República Federal da Alemanha**

Nesta seção do primeiro capítulo, examinaremos a trajetória da República Federal da Alemanha (doravante RFA), oficialmente criada em maio de 1949, sobre as cinzas da derrotada e dividida potência do pré-guerra. Nosso intuito é o de demonstrar como a trajetória de reconstrução do capitalismo neste Estado corresponde à hipótese do “desenvolvimento a convite”. Ao longo da segunda metade do século XX e até a sua reunificação com a sua contraparte oriental, a RFA passou por um robusto processo de reconstrução. Seu capitalismo avançado foi reestabelecido, suas cadeias produtivas reconfiguradas e a nação pôde uma vez mais ascender ao rol de potências mais prósperas do sistema.

O nosso recorte temporal de interesse é aquele que compreende o período entre 1945, o imediato pós-guerra; e 1990, ano da reunificação alemã. Ao longo deste período, procuraremos fazer uma aproximação sobre a Economia Política alemã no contexto da hipótese do desenvolvimento a convite. Ao longo da década de 1980, que acompanha o enfraquecimento soviético e que culmina com a vitória estadunidense na Guerra Fria e com a reunificação alemã; o “convite alemão” se desidrata e a sua política externa ganha novos ares, agora com um grau mais elevado de autonomia (embora não completa).

Também procuramos salientar a grande tolerância demonstrada tanto por Washington quanto por Bonn ao processo de recartelização e de reconcentração econômica que tomou corpo na RFA ao longo do pós-guerra, o que faz eco com um dos principais elementos da Economia Política da Alemanha Imperial (1871 - 1918).

É interessante notar que havia um espaço econômico alemão antes da Alemanha. Isto é, mesmo antes da unificação alemã sob o jugo prussiano em 1871, a união aduaneira do *Zollverein* já fornecia um recorte geográfico especial, que proporcionava a industrialização nascente dos diversos e variados Estados alemães, que agora buscavam, na Prússia, um marco jurídico e político que pudesse aglutinar-los após a dissolução do Sacro Império Romano-Germânico por Napoleão em 1806. Criado em 1834, a união aduaneira do *Zollverein* reunia 39 Estados alemães e facilitava o comércio entre eles, através da remoção de barreiras alfandegárias. Criava-se um mercado unificado. A experiência do *Zollverein* viria

a ser instrumental para a posterior marcha industrializante alemã durante as últimas décadas do século XIX (Tilly, Kopsidis, 2020). De maneira similar, a criação de um mercado europeu unificado no pós-Segunda Guerra também seria instrumental para a promoção das exportações alemãs, que teriam amplo terreno fértil no mercado europeu receptor, conforme veremos adiante.

Após quase oito décadas de bem-sucedida parceria estratégica e de retumbante desenvolvimento econômico alemão, pode parecer fácil enxergar a relação estabelecida entre Estados Unidos e Alemanha Ocidental no pós-Segunda Guerra como um empreendimento tranquilo, consciente e fadado ao sucesso. Contudo, é fato que o tratamento dispensado por Washington à derrotada Alemanha no imediato pós-guerra não foi questão uníssona dentro do círculo de tomadores de decisão estadunidenses. Havia diferentes perspectivas a respeito de como encaminhar a Economia Política daquele Estado recém-vencido. É exemplar para ilustrar essa ideia o debate existente entre os Planos Marshall e Morgenthau.

Por um lado, o Plano Marshall, mais notório, foi bem-sucedido em aglutinar as recalcitrantes unidades políticas europeias em um novo arranjo de Economia Política mundial no contexto do qual puderam se reconstruir e se reestabelecer no círculo dos países mais ricos do sistema.

Contudo, no imediato pós-guerra, o secretário do Tesouro Henry Morgenthau Jr. propunha seu plano homônimo, datado de 1944 e resumido no memorando “*Suggested Post-Surrender Program for Germany*”, que argumentava pela completa destruição da base industrial alemã e de sua futura capacidade de fazer a guerra. Neste plano, a Alemanha pós-guerra seria reduzida a uma grande nação agrária, totalmente desmuniada da manufatura. Segundo Morgenthau, este seria um caminho certo para a neutralização de quaisquer ameaças futuras advindas do país europeu:

Morgenthau então delineou um plano [...] para permanentemente destruir a capacidade econômica e militar da Alemanha em fazer a guerra. Para tornar a Alemanha um ‘país pastoral’, seria necessário eliminar a indústria alemã, particularmente no Vale do Ruhr, na Renânia e no Sarre, e enviar uma grande parcela da população urbana de volta ao campo. Respondendo a Penrose, que apontou não haver terra arável suficiente na Alemanha para absorver todos esses alemães, Morgenthau então sugeriu que ‘a população excedente deveria ser empurrada para o Norte da África.’ (Petrov, 1967, p. 153, tradução própria)

É debatido o quão a sério foram levadas as propostas de Morgenthau em Washington<sup>7</sup>, mas o fato de uma figura tão importante poder sugerir um tratamento tão rigoroso à Alemanha derrotada denota que a consolidação ideológica e prática em torno do Plano Marshall e da reconstrução europeia ainda não estava amadurecida e que ainda havia um enorme ressentimento a respeito das atrocidades cometidas durante a guerra e um latente desejo de punição.

De fato, em Potsdam (1945), os aliados já haviam avançado preliminarmente em um arranjo calcado em um completo desarmamento e desmilitarização da Alemanha, acompanhado da eliminação de sua indústria bélica.

De qualquer forma, a "vitória ideológica" do Plano Marshall sobre o "Plano Morgenthau" está amplamente ligada à consolidação material e prática da Doutrina da Contenção, ou Doutrina Truman, em termos mais informais; conceito intimamente ligado ao desenvolvimento a convite. Em 12 de março de 1947, falando ao Congresso, Truman assevera que "tem que ser a política dos Estados Unidos apoiar os povos livres que estão resistindo à subjugação tentada por minorias armadas ou pressão externa" (Judt, 2005, p. 127). Em abril, um relatório da CIA já afirmava que "o maior perigo para a segurança dos Estados Unidos é a possibilidade de um colapso econômico na Europa Ocidental e a consequente ascensão ao poder (de) elementos comunistas" (Judt, 2005, p. 94, adição própria).

Portanto, Marshall anuncia o seu "*European Recovery Program*", mais informalmente conhecido como "Plano Marshall", cuja meta era a de:

[...] quebrar o círculo vicioso e restaurar a confiança do povo europeu no futuro [...] dos seus próprios países e da Europa como um todo. Em vez de apenas oferecer ajuda em dinheiro, ele propôs a provisão gratuita de bens, entregues aos países europeus numa base de requisições anuais formuladas como parte de um plano quadrienal por cada Estado beneficiário. Esses bens, quando vendidos em cada país, gerariam os chamados "fundos contraparte" na moeda local, que poderiam ser usados de acordo com acordos bilaterais entre Washington e cada governo nacional. Alguns países usaram esses fundos para comprar mais importações; outros, como a Itália, os transferiram para as suas reservas nacionais em antecipação a necessidades futuras de câmbio estrangeiro. A forma não usual de fornecer assistência trouxe implicações inovadoras. O programa obrigou os governos europeus a planejar e calcular as futuras necessidades de investimento. Ele lançou sobre eles uma exigência para negociar com e consultar não apenas os Estados Unidos, mas uns com os outros, uma vez que o comércio e os câmbios implicados no

---

<sup>7</sup> Frederick Gareau (1961) aponta que as considerações de Morgenthau tiveram alguma influência até meados de 1947, momento a partir do qual o Plano Marshall ganha corpo e a postura americana em relação à Alemanha torna-se mais decisiva e consciente.

programa foram destinados a mudar do bilateral para o multilateral assim que possível. Ele constrangeu governos, empresas e sindicatos a colaborar em planejar taxas de crescimento de produto e as condições prováveis para facilitá-las. E acima de tudo, ele bloqueou qualquer retorno às tentações que tinham impedido o progresso da economia do entreguerras: subprodução, o protecionismo mutualmente destrutivo e o colapso do comércio. (Judt, 2005, p. 93)

Ou seja, o intuito não era somente o de recuperar a infraestrutura e a capacidade produtiva destes recém devastados estados europeus, mas também era o de motivar um mecanismo regular de consulta multilateral e de planejamento econômico e, em última instância, engendrar a estabilidade social. Estavam muito frescos na memória dos postulantes do Plano Marshall os problemas que haviam dilacerado a Europa no entreguerras e ulteriormente motivado as crises sociais que desembocaram em regimes fascistas: política de desvalorizações competitivas, subprodução, subemprego, radicalização política e crises sociais.

Sendo assim, a partir do amadurecimento dessas estratégias em Washington, as propostas revanchistas e vingativas referentes à Alemanha gradativamente cedem lugar a um novo plano, mais preocupado com a União Soviética e a possibilidade do socialismo do que com o passado nazi-fascista daquele Estado. Reunida ao mercado europeu e mundial, a indústria alemã, lentamente, recupera sua pujança.

A consolidação da estratégia do desenvolvimento a convite e da ideia de contenção ativa da União Soviética rapidamente promove uma reinterpretação do papel da Alemanha no novo arranjo global. Conforme postula Kosinski:

[...] foi em função da estratégica geopolítica americana de contenção do comunismo soviético - na qual a Alemanha, na condição de fronteiras entre os dois pólos em disputa, desempenhava o papel de 'pivô' mais essencial - que os americanos forneceram aos alemães ocidentais uma série de facilidades ao seu desenvolvimento produtivo, num processo que foi chamado de desenvolvimento a convite." (Kosinski, 2019, p. 151).

No rol das facilitações especiais garantidas por Washington à Alemanha Ocidental, o autor enumera:

[...] entre as muitas iniciativas tomadas pelos Estados Unidos orientadas para esse fim, podemos citar: a abertura dos Estados Unidos às exportações alemãs; a criação do Plano Marshall e da União Europeia de Pagamentos, que permitiram o financiamento da reconstrução alemã (e europeia, em geral) num contexto de grande escassez de divisas fortes; o apoio diplomático americano à integração aduaneira europeia através da instituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (que também veremos adiante); o estabelecimento de uma taxa de câmbio subvalorizada para o Deutsche Mark de 4,20 para cada dólar, no regime de taxas fixas inaugurado em Bretton Woods; a suspensão da conversibilidade da moeda alemã, restabelecida apenas em 1958 [...]; e o cancelamento de  $\frac{2}{3}$  da dívida alemã com os Estados

Unidos contraída após a guerra, confirmado com a assinatura do Tratado de Londres de fevereiro de 1953, entre outros (Kosinski, 2019, p. 151).

Os efeitos práticos desses estágios iniciais do convite já são impressionantes. Logo em novembro de 1950, o volume de exportações da Alemanha Ocidental já é três vezes maior daquele auferido em outubro de 1949 (Ibid, p. 151). Contudo, é a partir dos eventos relacionados à Guerra da Coréia (1950-1953) que o arranque exportador alemão realmente ganha tração. A decisão estadunidense, ligada ao conflito na península coreana, de realizar encomendas de material bélico e de insumos industriais à Alemanha Ocidental representa um ainda maior incentivo à recuperação produtiva e ao (re)arranque exportador daquele país (Ibid, p. 152).

Leaman considera que pode ser contraditória a decisão de reaparelhar antigos competidores industriais. Contudo, pondera:

A decisão americana de ajudar as economias capitalistas da Europa Ocidental foi o primeiro ato de reintegração para a Alemanha Ocidental e para outras economias, mas era potencialmente contraditório, no sentido de que o ERP (*European Recovery Program*), além de apresentar novos mercados para os bens e capital dos Estados Unidos, também fortalecia seus competidores industriais. De qualquer maneira, os Estados Unidos preferiram reconstruir seus competidores na Europa Ocidental e no Japão ao invés de perder estes Estados para o sistema mundo capitalista. (Leaman, 1988, p. 91-2, tradução própria, adição própria).

Ou seja, embora a decisão de reequipar estes Estados recém-derrotados possa parecer contraditória para Washington por relançar seus outrora adversários industriais, sua lógica essencial não é econômica, e sim geopolítica, conforme nos informa a hipótese do desenvolvimento a convite.

Adicionalmente, conforme aponta Halewi (2016, p. 355), no caso europeu a Alemanha puxava o restante da Europa. O “convite alemão” tinha uma contraparte continental relevante: desde o imediato pós-guerra até a primeira revalorização significativa do marco alemão em 1969, a economia da Alemanha Ocidental atuou como um motor para a expansão da demanda efetiva na Europa, sendo assim peça chave para a reconstrução do continente. Sobre o papel da RFA dentro da Europa como um todo, o autor também nota:

A recuperação europeia foi auxiliada pelos Estados Unidos através de medidas que buscavam prevenir crises na balança de pagamentos assim como permitiam à Europa proteger suas próprias indústrias. Neste contexto, o crescimento geral europeu veio a depender crucialmente no ritmo da acumulação da Alemanha Ocidental. (Ibid, p. 355-6, tradução própria).

Atuando como pólo e motor do crescimento europeu durante as prósperas décadas da chamada “Era de Ouro do Capitalismo”, a economia da RFA foi responsável pela criação e manutenção da estrutura interindustrial europeia, conforme avança o autor:

Ao longo da década de 1950, a República Federal expandiu-se mais rapidamente do que o resto da Europa. Este factor aumentou a procura da Alemanha por importações, estimulando a modernização de muitos sectores da indústria europeia. Os outros países europeus tenderam a expandir as exportações para a Alemanha mais do que para o resto do mundo (Milward, 1992). Embora Bona tivesse uma balança de excedentes comerciais com o resto do continente, o baixo nível das taxas de juro relativamente às taxas de crescimento estimulou uma rápida transformação dos excedentes em créditos comerciais. O elevado crescimento alemão foi o principal factor para a criação de uma estrutura interindustrial à escala europeia e para a concentração deste crescimento na própria Europa. (Ibid, p. 356, tradução própria).

É evidente que as demais nações europeias possuem suas próprias histórias e estratégias dentro do contexto da recuperação continental durante a Guerra Fria. Não é o nosso objetivo reduzir todas as suas dinâmicas a uma mera observância do estatuto alemão. Contudo, dado o tema de interesse desta pesquisa, garantimos maior atenção ao papel desempenhado pela Alemanha Ocidental justamente por seu papel relevante dentro do contexto do “desenvolvimento a convite” e pelo seu robusto processo de crescimento no período. É lícito notar que o aspecto populacional da Alemanha não foi um impeditivo para a retomada do processo continuado de desenvolvimento. Seria natural esperar que o enorme custo humano do maior conflito da história da humanidade pudesse gerar um descarrilhamento do processo de crescimento econômico e cuja resolução levasse décadas. Contudo, conforme a autora aponta, este não foi o caso:

A perda de homens em idade de trabalho na guerra foi compensada pela chegada de imigrantes combinada a um alto nível de treinamento profissional durante a guerra, deixando a força de trabalho igual tanto em termos de qualidade como quantidade conforme era antes da guerra. (Carlin, 1993, p. 18, tradução própria)

É importante notar que a indústria de defesa, uma das mais relevantes para a Alemanha pré-guerra, recebe um especial impulso com a A Guerra da Coreia. O conflito ajudou a economia da Alemanha Ocidental em vários sentidos, conforme nota o autor:

“[...] ela ajudou os grandes negócios alemães de várias maneiras: 1) impulsionou exportações em bens de capital relacionados à defesa, onde a Alemanha possuía uma enorme capacidade excessiva; 2) removeu as ainda existentes restrições à produção industrial, tais como produção de navios e o estabelecimento de uma marinha mercantil; 3) convenceu os poderes ocidentais de que a República Federal da Alemanha deveria ser integrada ao

sistema ocidental de alianças e, finalmente, 4) levou ao calote na União Europeia de Pagamentos (Kosinski, 2019, p. 170, tradução própria)

De fato, o autor afirma, fazendo alusão ao desenvolvimento a convite:

Sem esse sólido suporte internacional, precisamente na grande potência militar e comandante do capitalismo internacional que então era construído no pós-guerra, é pouco provável que a RFA - ela própria um produto dos interesses e iniciativas daquele potência - encontrasse meios para prosperar (Kosinski, 2019, p. 152).

Encontrando meios para prosperar, a RFA poderia assim cumprir de maneira satisfatória a estratégia americana de conter o comunismo soviético:

A partir daquele momento, reconstruir e desenvolver as partes da Alemanha sob a hegemonia dos Estados Unidos tornou-se um objetivo estratégico fundamental da sua estratégia de contenção ao comunismo soviético na Europa. Com isso, afinal, o pouco que havia sobrado do território alemão original em poder dos aliados ocidentais readquiriu uma função nas relações internacionais, nas quais os alemães haviam se tornado párias desde a derrota. Era uma Alemanha de dimensões amesquinçadas, política e militarmente subordinada e que sequer ainda contava ainda com governo próprio. Mesmo assim, através dos fundos concedidos pelo Plano Marshall e pela União Europeia de Pagamentos, ela foi integrada pela potência líder do capitalismo internacional ao seletor clube dos países considerados merecedores do ‘desenvolvimento a convite’ (Ibid, p. 154).

Já em 1957, tendo-se passado quase uma década de crescimento do produto sob o guarda-chuva do Plano Marshall e do desenvolvimento a convite, as reservas da República Federal da Alemanha já alcançam o valor equivalente a 23 bilhões de marcos (Ibid, p. 152). Ponto fundamental para esta arrancada exportadora e para o reestabelecimento do produto alemão foi a tolerância, a partir de Washington, de uma taxa de câmbio desvalorizada dentro do sistema de Bretton Woods. Ao falar sobre a estratégia de consolidação e recuperação do capitalismo alemão frente aos ditames da Guerra Fria, Braga coloca:

Além do Plano Marshall de ajuda financeira, ocorreu a ‘providencial’ percepção dos Estados Unidos de que razões geopolíticas vinculadas à Guerra Fria impunham a reconstrução de um capitalismo vigoroso na Alemanha. Uma implicação econômica imediata dessa estratégia foi a concordância implícita dos americanos com o estabelecimento de uma taxa de câmbio, subvalorizada, de 4,20 marcos alemães por dólar no quadro do regime de taxas de câmbio fixas, instaurado em Bretton Woods. A livre conversibilidade da moeda só veio a ser adotada em 1958, quando a estabilidade e o crescimento já estavam assegurados. Em 1961, a taxa foi a 4 marcos por dólar, o que não eliminou a subvalorização, que persistiria por toda a década de 60, criando assim condições para a consolidação de saldos de balança comercial favoráveis e da consequente posição de credor mundial. (Braga, 1999, p. 215-6)

De fato, a tolerância em relação a taxas de câmbio desvalorizadas figura entre as principais características elencadas como fazendo parte da estratégia de desenvolvimento a

convite. O crescimento do produto também foi chamativo: “Entre 1950 e 1959, o PIB cresceu a quase 8 por cento por ano, mais rápido do que em qualquer lugar na Europa e contrastando com a experiência do pós-Primeira Guerra.” (Eichengreen, Ritschl, 2008, p.1).

No gráfico 1, podemos ver o ritmo bastante impressionante das exportações alemãs. Com base nos cálculos de Vonyo (2018, p. 137), temos um chamativo aumento de 74% das exportações já em 1950. De forma semelhante, tanto o volume de exportações como de importações crescem substancialmente ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970:

**Gráfico 1. O crescimento das exportações e importações da Alemanha Ocidental, 1950 - 1970, preços correntes.**

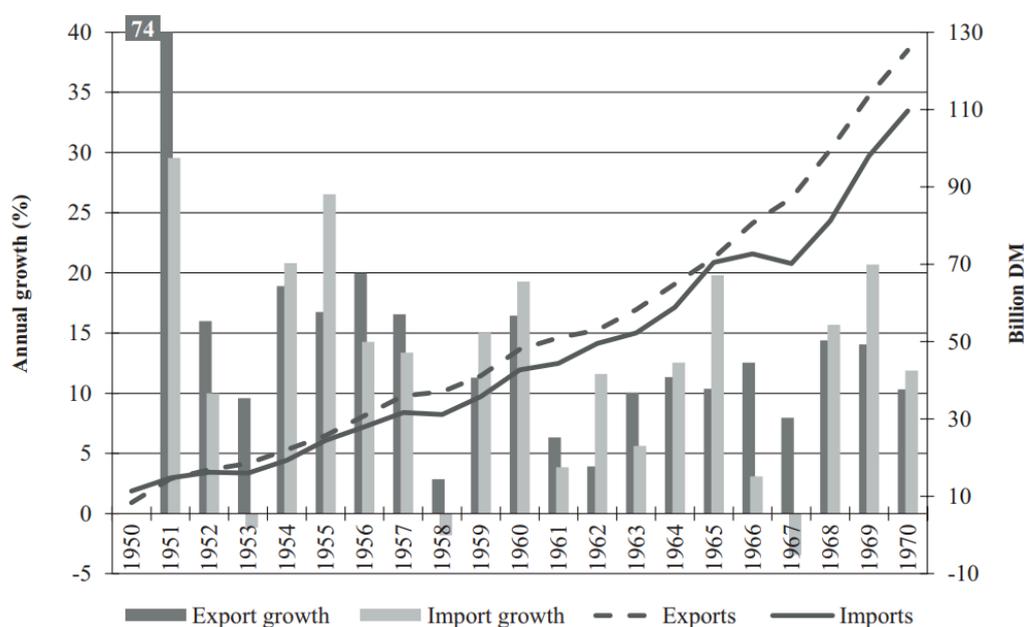


Figure 4.2 The growth of West German exports and imports in current prices.

Fonte: Vonyo, 2018, p. 137.

É interessante notar que os preços alemães eram vantajosos apenas em relação aos Estados Unidos. Apesar de ter experimentado um grande aumento na participação no mercado europeu, as exportações alemãs obtinham vantagem de preço apenas em relação aos Estados Unidos, conforme aponta o autor:

A taxa de câmbio assegurava uma vantagem de preço substancial para a Alemanha Ocidental apenas em relação aos Estados Unidos. A desvalorização de 20,6% do marco alemão em setembro de 1949 tornou os produtos americanos, em média, pelo menos 10% mais caros relativos aqueles dos competidores alemães na indústria pesada até 1953 [...]. Não é surpreendente que o valor total das exportações dos Estados Unidos para a Europa Ocidental declinou em 2% entre 1953 e 1958, enquanto as

exportações alemãs, na mesma região, cresceram em 75%. Contudo, este padrão não era específico à Alemanha Ocidental. Como todas as grandes moedas europeias foram desvalorizadas em relação ao dólar no outono de 1949, em comparação regional, o marco alemão se tornou mesmo um pouco sobrevalorizado [...]. (Vonyo, 2018, p. 140, tradução própria).

Ou seja, dentro do espaço europeu, o marco alemão na verdade experimentava uma leve valorização. Conforme aponta o autor, a desvalorização da moeda alemã era mais patente quando se examinavam as suas relações com o dólar americano, lastreando ainda mais a hipótese do desenvolvimento a convite. De fato, ao comparar o perfil exportador da República Federal da Alemanha aquele da Alemanha Nazista pré-guerra, o autor chega à conclusão de que a mudança mais notória é a substituição do Reino Unido pelos Estados Unidos como principal centro receptor das exportações alemãs:

O legado mais dramático e duradouro da guerra e do arranjo pós-guerra para o comércio exterior da Alemanha Ocidental foi a substituição da Grã-Bretanha pelos Estados Unidos como o principal mercado para as mais dinâmicas indústrias exportadoras alemãs, produtos químicos e produtos de engenharia de alto valor agregado, automóveis e equipamento elétrico em especial. (Vonyo, 2018, p. 162, tradução própria).

De fato, o desempenho das suas exportações foi essencial para a retomada do capitalismo na RFA. Conforme aponta o autor, o desempenho das exportações foi muito mais importante para o crescimento do país do que o componente da demanda doméstica:

A dinâmica de crescimento das exportações da Alemanha Ocidental foi bem mais forte do que aquela da demanda doméstica, o que é demonstrado pela virtual duplicação da cota de exportações da Alemanha Ocidental de 9,3% em 1950 para 17,2% em 1960, e a quase triplicação de sua cota nas exportações mundias, de 3,5% a 10,1% no mesmo período. Crescimento exportador e doméstico nasceram primordialmente no setor industrial da economia. (Leaman, 1988, p. 108, tradução própria)

Adicionalmente, a quadratura da economia europeia e mundial durante as primeiras décadas de existência da RFA se prestou de maneira crucial ao seu desenvolvimento baseado nas exportações:

Uma combinação da melhoria dos termos de troca (como uma medida da equivalência de valor entre bens finais alemães exportados e as importações de matéria-prima estrangeira) e uma taxa de câmbio desvalorizada do marco alemão relativo a todas as grandes moedas as quais estavam envolvidas na compra de bens finais alemães providenciaram um contexto ideal para o desenvolvimento ótimo da competitividade industrial da Alemanha Ocidental (Leaman, 1988, p. 133, tradução própria).

É bastante interessante notar que parte significativa da reativação e recuperação do capitalismo alemão dentro do recorte da Guerra Fria passou por uma promoção global das exportações alemãs. A manufatura da RFA possuía uma inserção favorável não somente nos mercados europeu e americano, mas também a América Latina representava um interessante ponto de recepção para esses produtos. Sob a batuta de Washington e do novo sistema de alianças ao qual a RFA era gradualmente submetida, firmas alemãs, em cooperação com suas contrapartes americanas, recebiam o serviço de consultores de exportação que possibilitavam uma maior participação da manufatura alemã no mercado latino-americano, conforme aponta o autor:

O desenvolvimento de cooperação próxima com firmas dos Estados Unidos também foi essencial para os exportadores alemães que procuravam uma inserção nos mercados da América Latina. Sucesso nos mercados emergentes podia ser garantido somente pelo auxílio de consultores de exportação e financistas estadunidenses, que tinham experiência nesses mercados e também vastas redes de networking. Não surpreendentemente, o continente americano foi o principal destino das crescentes exportações de capital da Alemanha Ocidental. (Vonyo, 2018, p. 162, tradução própria)

As economias latino-americanas, no período, vinham, há décadas, conduzindo políticas econômicas calcadas no projeto de substituição de importações. Contudo, a onda liberal e democratizante que varreu o continente no pós-Segunda Guerra Mundial modificou radicalmente a configuração de comércio internacional desses Estados. Caso bastante emblemático é o do Brasil. Após os anos de guerra e as décadas de substituição de importações sob o regime desenvolvimentista e industrializante de Getúlio Vargas, os curtos anos de Dutra experimentam uma depleção não-estratégica das reservas acumuladas durante os anos do conflito. Reigoto, Mattos e Cerqueira (2019, p. 1) apontam que a nova liberdade concedida ao movimento de capitais no governo Dutra acabou resultando em uma saída substancial de divisas na monta de 500 milhões de dólares entre os anos de 1946 e 1950. Outras nações do continente também se encontravam no mesmo cenário, recém-saídas de décadas de exercício de gestões macroeconômicas pautadas pela substituição de importações. Do nosso ponto de vista, munidos da hipótese do convite, sugerimos que o aumento da participação dos produtos alemães nessa região de histórica presença estadunidense se refere à uma partilha estratégica de um mercado preferencial do líder hegemônico com o seu “convidado” preferencial.

As firmas da Alemanha Ocidental, em cooperação com Washington e as firmas estadunidenses, encontravam neste cenário fértil terreno:

Embora as exportações para as maiores economias da América do Sul tenham crescido mais vagarosamente do que exportações para o resto do mundo, a indústria da Alemanha Ocidental se inseriu de maneira bem sucedida em mercados outrora dominados pelas firmas estadunidenses e que havia se tornado incrivelmente difícil de ser penetrado em função das políticas de substituição de importações. A manufatura alemã rapidamente reconheceu o potencial único nesses mercados emergentes. [...] Comprar insumos e materiais primários em troca de bens de capital alemães reduzia as importações líquidas da zona do dólar enquanto que a semelhança do mercado sul-americano aquele da Europa Oriental ajudou as firmas alemãs tradicionalmente voltadas para a *Mitteleuropa* a sobreviver. (Vonyo, 2018, p. 158, tradução própria).

Ou seja, conforme o autor aponta, o mercado emergente da América do Sul cumpria interessantes funções para o processo de reativamento do capitalismo na Alemanha Ocidental. Em primeiro lugar, as exportações alemãs se beneficiavam do auxílio de Washington e podiam assim penetrar em um mercado outrora de difícil acesso. Em segundo lugar, a possibilidade de trocas diretas feitas entre insumos e bens de capital ajudava a reduzir a pressão sobre a balança de pagamentos da RFA, uma vez que dispensava-se o uso do dólar. Em terceiro lugar, e conforme aponta o autor, a semelhança entre os mercados da América do Sul e da *Mitteleuropa* foi instrumental para garantir a sobrevivência das firmas alemãs dependentes deste segundo destino para suas exportações. No pós-Segunda Guerra, a Europa Oriental se encontra sob a influência soviética e portanto deixa de ser um destino para a manufatura da RFA.

Sobre o desempenho econômico da República Federal da Alemanha, é bastante presente a discussão a respeito do conceito de “Economia Social de Mercado”. Criado pelo economista alemão Alfred Muller-Armack, em 1947, o modelo seria uma tentativa de união entre os princípios da liberdade de mercado com o princípio da equidade social (Armack, 1978). Como coloca Braga, a Economia Social de Mercado era:

Além da obsessão anti inflacionária, da retomada da dinâmica industrial multissetorial, da dispensa de reparações de guerra, a Alemanha pós-nazismo é marcada sobretudo pelo surgimento da Economia Social de Mercado [...] uma estranha denominação para um projeto político-econômico bem-sucedido, que desde o seu princípio se propunha distanciar-se tanto do intervencionismo fascista ou socialista quanto do liberalismo de mercado anglo-saxão [...]. (Braga, 1999, p. 211).

Sobre a chamada “obsessão anti inflacionária”, Kosinski (2019) coloca que a estabilidade monetária era princípio fundamental da reorganização econômico-material na República Federal da Alemanha promovida por Erhard. A memória da hiperinflação do pós-Primeira Guerra e de suas consequências desastrosas para o nascimento e fortalecimento

do nazifascismo motivaram as elites alemãs que participaram de reativação do Estado após a Segunda Guerra Mundial em uma determinada direção no que se refere à moeda: a necessidade imperativa da estabilidade monetária e a percepção do crescimento econômico como solução e harmonização social e estabilidade política. Sendo assim, está presente neste Estado reabilitado, desde cedo, uma percepção muito acurada da moeda como elemento político e social. Sobretudo, eram necessários o crescimento sustentado do produto e a ausência de episódios hiperinflacionários potencialmente deletérios para o tecido social e político da (re)fundada nação: “Na visão de Erhard, a desordem monetária no pós-guerra representava um dos principais obstáculos para a reorganização e prosperidade da Alemanha” (Kosinski, 2019, p. 128).

Apesar do verniz ideológico garantido pelos conceitos de Economia Social de Mercado e do Ordoliberalismo dar bastante importância à questão da concorrência justa entre firmas, a verdade é que a Economia Política da Alemanha Ocidental, de maneira similar àquela da Alemanha Pré-Guerra; permitiu a concentração econômica, que chegou a níveis bastante relevantes. No esforço de reconstruir o capitalismo alemão, Washington voltou a permitir um grau elevado de concentração econômica e de cartelização da economia de seu parceiro europeu.

[...] a concentração orgânica de capital se tornou uma característica crescentemente dominante na vida comercial da Alemanha Ocidental. A tentativa desinteressada e mal-aconselhada por parte dos Aliados em desconcentrar os setores da química, da indústria pesada e dos bancos foi quase toda revertida. [...] (Leaman, 1988, p. 64-5, tradução própria<sup>8</sup>).

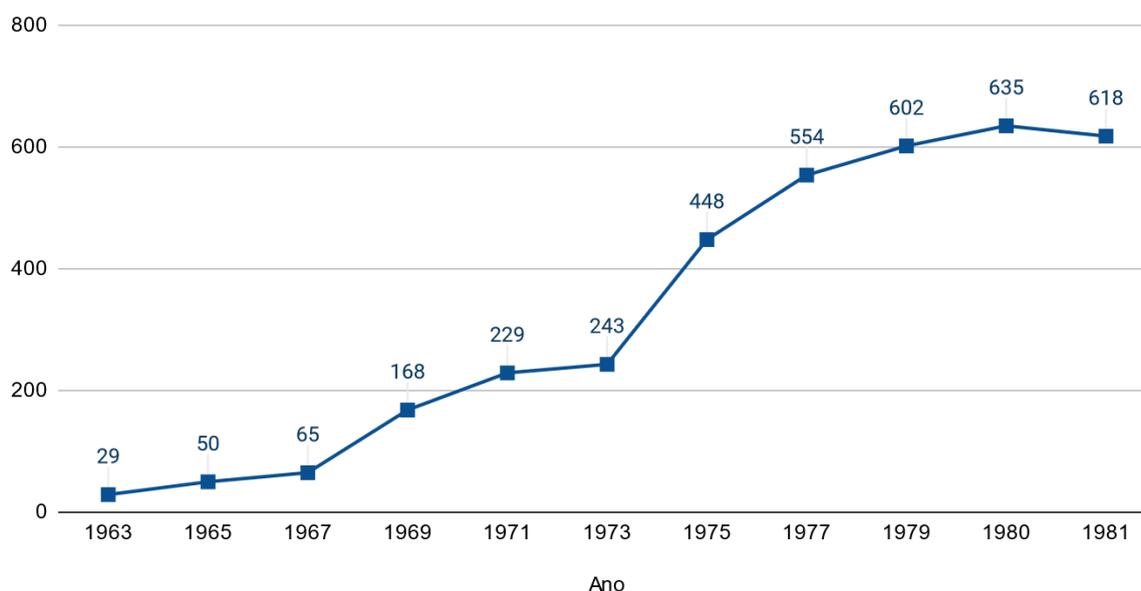
Conforme aponta o autor (Leaman, 1988, p. 65), as maiores firmas da RFA passaram a abocanhar frações cada vez maiores do setor industrial no país. Em 1954, as cinquenta maiores firmas da RFA representavam 25,4% de todo o volume de negócios industriais. Em 1960, esse montante havia passado para 33,5%. Em 1967, este montante já era de 42,5%. Do ponto de vista da força de trabalho, os dados também parecem inequívocos. As dez maiores firmas empregavam 13,4% de toda a força de trabalho industrial em 1965 e passaram a empregar chocantes 22,7% em 1980 (o que correspondia a 7,6% de toda a força de trabalho nacional).

---

<sup>8</sup> No original, em inglês: “it is thus not surprising perhaps that organic capital concentration has become an increasingly dominant feature of commercial life in West Germany. The half-hearted and ill-considered attempts by the Allies to deconcentrate the heavy industrial, chemical and banking sectors, were almost all reversed.”

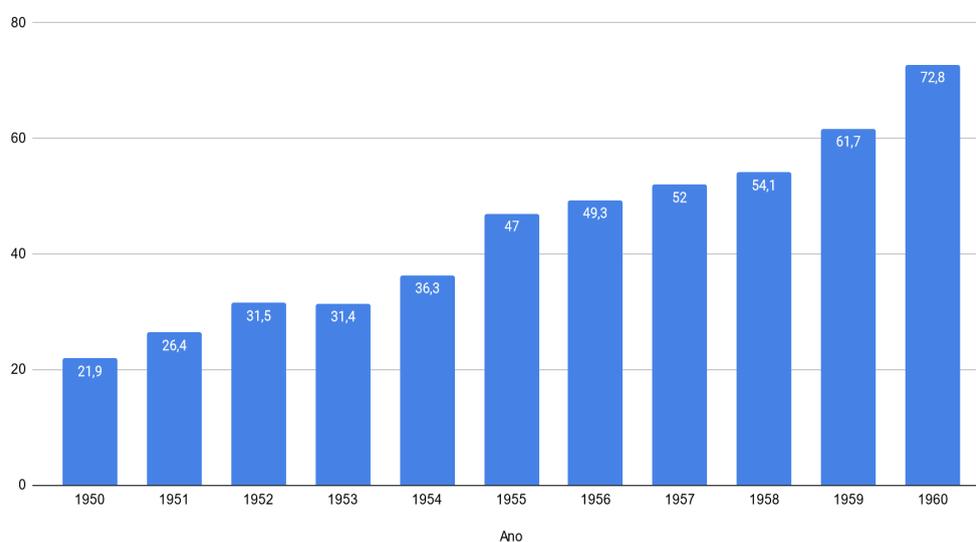
Adicionalmente, a velocidade do crescimento das maiores firmas da Alemanha Ocidental foi maior do que aquela do crescimento da própria economia da RFA (Ibid, p. 67). No gráfico 2, podemos ver o crescente papel das fusões e aquisições na economia da Alemanha Ocidental. De modo geral, consideramos que o aumento dessas fusões e aquisições e a reconcentração oligopólica na RFA se conectam ao convite na medida em que sinalizam o abandono dos planos pretéritos de Washington para a região. Se, no imediato pós-guerra, o establishment washingtoniano flertou com a ideia de uma Alemanha agrária e para sempre inofensiva, na forma do notório Plano Morgenthau, agora maturava-se a opção em torno de uma Alemanha dotada de um capital reconcentrado, poderoso e aos moldes dos seus antigos cartéis.

**Gráfico 2. Fusões e aquisições na RFA, 1963 - 81.**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados contidos em: Leaman, 1988, p. 68.

**Gráfico 3. Volume de investimentos na RFA em bilhões de marcos alemães. 1950 - 1960.**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados contidos em: Leaman, 1988, p. 110.

Domesticamente, o autor resume os determinantes do crescimento alemão: “O nível do coeficiente de investimento [...] aponta para os componentes fundamentais do crescimento: um estoque de capital rapidamente expansivo, crescente intensidade de capital e crescente produtividade do trabalho.” (Ibid, p. 110). No gráfico 3, acima, podemos ver o comportamento do investimento na RFA entre 1950 e 1960.

De fato, a única medida de desconcentração aprovada pelos Aliados que foi bem-sucedida foi o desmembramento da IG-Farben em suas três companhias originais, Hoechst, Bayer e BASF; as quais posteriormente viriam a se tornar elas próprias parte da família de grandes firmas da RFA (Leaman, 1988). Sendo assim, é interessante notar que o elevado grau de concentração permitido por Washington no processo de reconstrução do capitalismo na RFA reconfigura uma das características mais marcantes da trajetória de industrialização do Império Alemão ao longo do século XIX.

O desempenho dessas grandes empresas concentradas era funcional à medida em que elas rendiam muitas receitas de exportação, ou seja, eram excelentes *export earners*. À medida em que avançavam a concentração e a cartelização do capitalismo na RFA, também aumentavam as reservas alemãs e aliviava-se a sua situação externa.

De fato, o Estado alemão, a nível ideológico, sustentava as noções de anti-monopolismo e de Ordoliberalismo enquanto que, na prática, a realidade do comércio internacional e a racionalidade técnica impulsionavam a concentração. Conforme avança o autor, o “anti-monopolismo, a pedra de toque social do Ordoliberalismo, falhou completamente na Alemanha Ocidental.” (Leaman, 1988, p. 74).

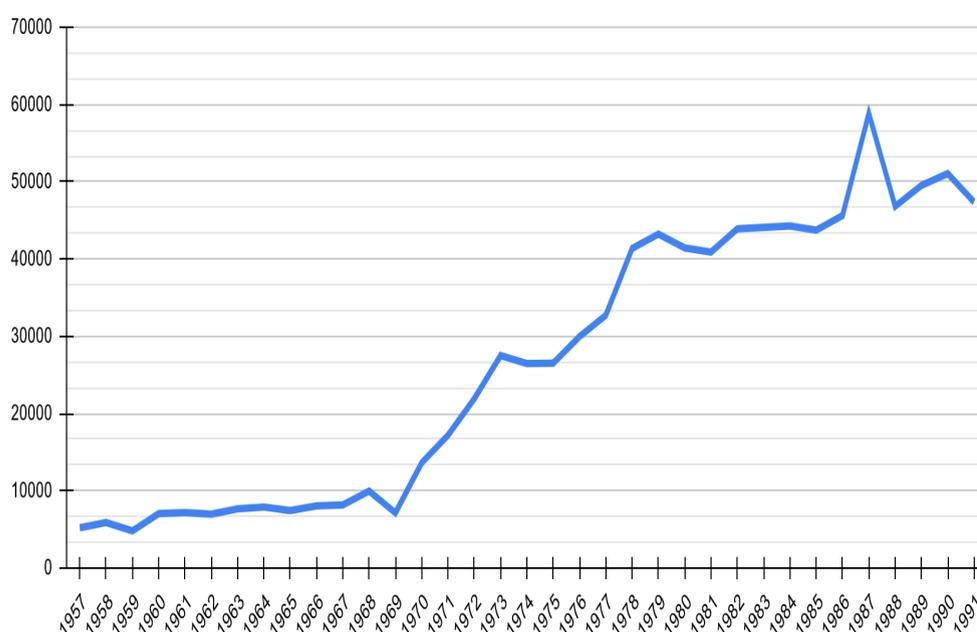
Contudo, apesar da evidente importância dos modos internos de organização da Economia Política da República Federal da Alemanha, nesta pesquisa garantimos maior atenção à sua dinâmica de desenvolvimento a convite, escolhendo o caminho de interpretar o exitoso capitalismo alemão à luz do recorte geopolítico estabelecido no pós-Segunda Guerra, conforme devidamente introduzido. Isso não quer dizer, evidentemente, que sucesso da Alemanha Ocidental a nível de mudança estrutural e de crescimento do produto possa ser explicado meramente por “fatores externos” ao seu capitalismo doméstico; mas sim que a nossa opção de investigação se dá pela importância geopolítica do território no contexto da Guerra Fria e do enfrentamento estratégico entre Estados Unidos e União Soviética.

A integração da República Federal da Alemanha ao bloco ocidental se deu formalmente através de dois caminhos distintos. Por um lado, a adesão ao Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que correspondia ao aspecto estratégico-militar. Por outro lado, correspondeu ao aspecto econômico a adesão às organizações econômicas ocidentais, tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Comunidade Econômica Europeia (que viria a se tornar a União Europeia), e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). À RFA foi permitida a manutenção de forças armadas na monta de 500,000, que respondiam exclusivamente à OTAN, ao contrário de todos os outros participantes da Aliança (Speier, 1957, p. 196) .

Dessa forma, concluímos o exame do caso nacional de desenvolvimento a convite representado pela exitosa trajetória da Alemanha Ocidental. Através do exame da literatura, buscamos mostrar que Washington tolerou e promoveu o rearranjo do capitalismo na República Federal da Alemanha, após um breve contencioso doméstico a respeito do tratamento adequado a ser dispensado ao país europeu recém-derrotado. Conforme visto, o intuito por detrás deste “desenvolvimento geopoliticamente motivado” era o de fazer frente à ameaça soviética que tomava corpo no *Heartland* eurasiático. A potência do *Heartland* motivava um enorme desconforto nas elites estadunidenses pois está ligada aos ditames mais básicos de sua tradição doméstica a nível de geopolítica.

Dentre as facilitações toleradas ou mesmo promovidas por Washington no caso alemão, sustentamos, através do exame da literatura, alguns dos mais importantes. A permissão de um câmbio desvalorizado em relação ao dólar por várias décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial e dentro do quadro de Bretton Woods continuava a alimentar o robusto processo de crescimento das exportações alemãs. A trajetória de crescimento dessas exportações foi essencial para o bom encaminhamento do processo mais amplo de desenvolvimento econômico e de reasserção daquele capitalismo, incluindo o acúmulo de reservas externas e o alívio à restrição externa.

**Gráfico 4. Reservas da RFA em milhões de Direitos Especiais de Saque. 1957 - 1991.**



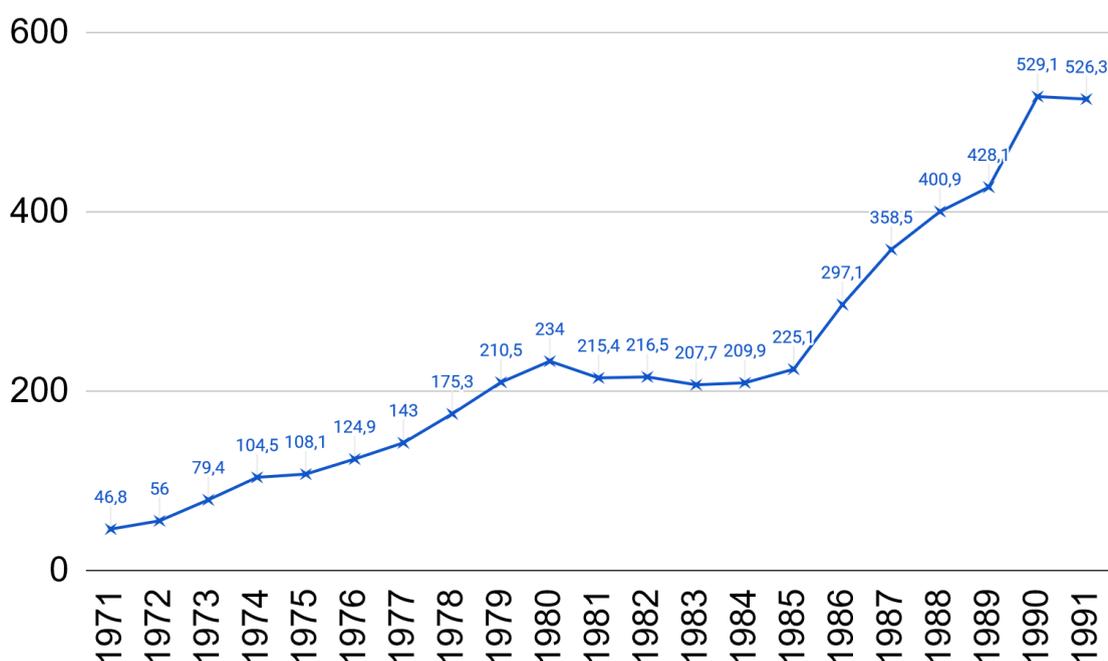
Fonte: Elaboração própria com base nos dados contidos em: OECD Data.<sup>9</sup>

De maneira similar, sob o guarda-chuva de Washington, as firmas da RFA obtiveram grande auxílio na tarefa de exportação de produtos para a Europa e para a América Latina. No primeiro caso, a formação de um mercado único representou um terreno extremamente fértil para a manufatura alemã, apesar de um câmbio ligeiramente valorizado, conforme procuramos demonstrar. No segundo caso, as firmas estadunidenses e seus consultores de exportação e financistas puderam facilitar a introdução de produtos alemães em um mercado

<sup>9</sup> Dados disponíveis em: ( <https://data.oecd.org/gga/government-reserves.htm#indicator-chart> ). Acesso em: 22/11/2021.

emergente que tradicionalmente se situava sob a esfera de Washington. Munidos da hipótese do desenvolvimento a convite, aproveitamos este exame da trajetória exportadora alemã para sugerir que se trata de uma divisão consciente da esfera de influência do líder hegemônico, que compartilhou seus mercados preferenciais a fim de reequipar o parceiro alemão no contexto da Geopolítica da Contenção.

**Gráfico 5. Exportações alemãs de bens e serviços em bilhões de dólares correntes.** 1971 - 1991.



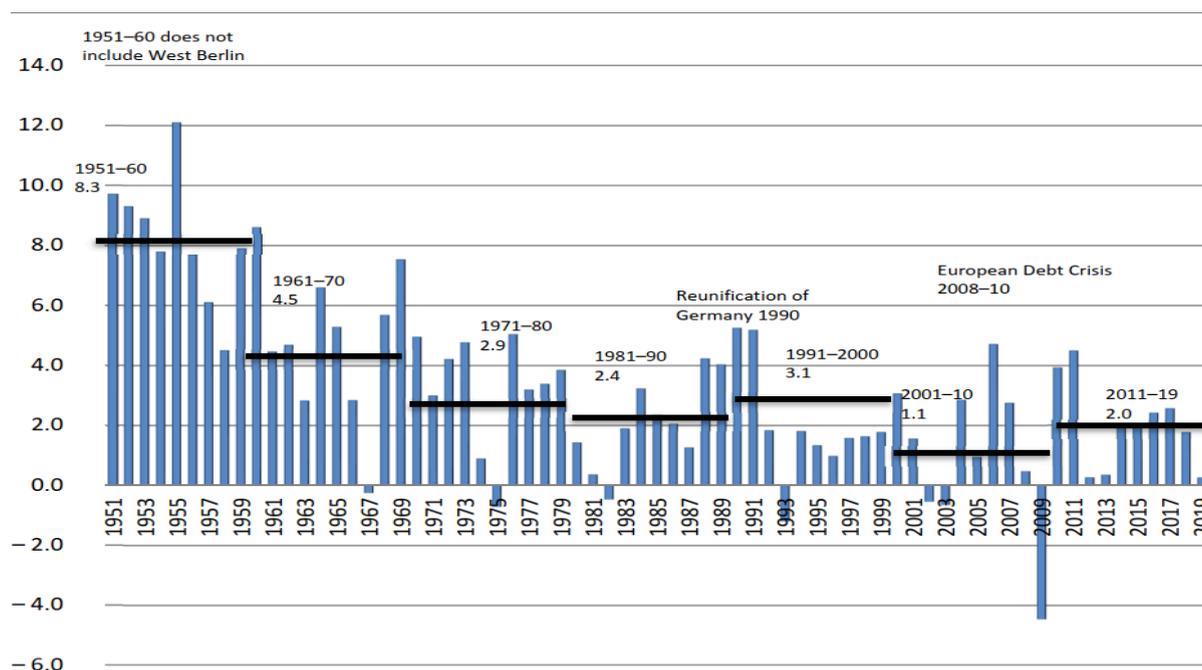
Fonte: Elaboração própria com base em dados contidos em: World Bank Data.<sup>10</sup>

No gráfico 6, podemos analisar como essa conjunção de fatores promotores do crescimento contribuiu positivamente para a sustentada ampliação do produto na RFA no pós-guerra, especialmente nas primeiras décadas imediatamente posteriores ao conflito.

<sup>10</sup> Disponíveis

em: (<https://data.worldbank.org/indicator/BX.GSR.TOTL.CD?end=1991&locations=DE&start=1971&view=chart>). Acesso em: 25/11/2021.

**Gráfico 6. Crescimento do PIB alemão. 1951 - 2019.**



Fonte: Zestos, Cooke, 2020, p. 3

Adicionalmente, sob o guarda-chuva de Bretton Woods e das políticas de reconstrução nacional, o Estado alemão pôde valer-se de uma grande margem de manobra na condução da Economia Política do país. A manutenção de um elevado grau de investimento e do pleno emprego sob os marcos da Era Dourada do Capitalismo garantia a continuidade do processo sustentado de desenvolvimento econômico e de aumento da produção. Tal grau de atuação estatal seria castigado mais tarde, na era pós-convite e de afirmação dos princípios neoliberais dos anos 1980 em diante. Sob a quadratura do conceito de Economia Social de Mercado, o Estado pôde desempenhar um papel interventor de relevo, mantendo perseguição constante ao pleno emprego e altos níveis de investimento. A continuidade do exitoso processo exportador também alimentava a contínua elevação da produtividade do trabalho e do ritmo do progresso técnico. Sob o guarda-chuva desta ESM que buscava se situar no meio-campo entre economias “dirigistas” e o liberalismo de mercado anglo-saxão, pôde tomar corpo uma gestão econômica de corte interventor que foi capaz de fazer “a parte doméstica do convite”.

Em suma, esses são os elementos principais que caracterizam o convite alemão. Em resumo, elencamos a proteção do Estado, o câmbio cronicamente desvalorizado (em relação ao dólar especialmente), a promoção das exportações a mercados especiais, e a aproximação

militar-estratégica. Através do exame da literatura e munidos da hipótese do desenvolvimento a convite, sustentamos que essas facilidades garantidas por Washington fizeram parte da grande estratégia global do período, ligada à Geopolítica da Contenção.

Na próxima seção, passaremos ao exame do Japão, o convidado asiático.

### **1.3. O caso japonês de desenvolvimento a convite**

Nesta seção, examinaremos a bem-sucedida trajetória japonesa no pós-Segunda Guerra. De forma similar à RFA, a rearticulação do capitalismo no Japão passou pela adequação de Tóquio à grande estratégia de Washington, pautada pela necessidade do confronto com a União Soviética e mediada pela estratégia de contenção. Também de forma similar à RFA, argumentamos que a promoção das exportações japonesas aos mercados americano e mundial, a tolerância à reconcentração econômica japonesa, a tolerância à presença do Estado japonês nas atividades econômicas e a estreita cooperação militar-estratégica entre Estado Unidos e Japão foram partes constituintes deste processo de desenvolvimento a convite. Sendo assim, o recorte temporal que nos interessa é aquele que compreende o período entre 1945, o imediato pós-guerra, e 1991, ano do ulterior colapso soviético.

Para entendermos a situação japonesa no imediato pós-guerra, no entanto, vale uma breve introdução histórica a respeito do Estado japonês e de sua Economia Política. Conforme introduzido anteriormente, o processo de *Catch Up* japonês, único na Ásia do século XIX, tem seu início a partir da superação política de seu sistema feudal, com a ascensão do Imperador Meiji. O elevado ritmo da industrialização japonesa deve muito aos seus grandes conglomerados financeiros-industriais, famosos na literatura pelo nome de *zaibatsus*, como Mitsubishi, Mitsui, Sumitomo e Yasuda. A conquista de mercados alhures assemelha-se às práticas das potências coloniais europeias. Tóquio procura assegurar para si os mercados e territórios asiáticos ainda não tocados pelos colonizadores ocidentais, como a península coreana, a ilha de Taiwan (Formosa), o Sudeste Asiático e certas partes da China continental.

No século XX, a ascensão do ultramilitarismo e do ultranacionalismo japonês, combinado a outros elementos radicais, resulta no seu tipo específico de fascismo dentro do período Showa. Organizados em torno da figura do Imperador Hirohito, esses elementos colocam o Japão em um caminho de agressiva expansão militar e econômica, pautado pela

ideia de estabelecer uma “Esfera de Co-Prosperidade Asiática”, uma espécie de “Espaço Vital” para Tóquio na Ásia. O progresso japonês nesse sentido coloca Tóquio em rota de colisão com os Estados Unidos. A decisão de Roosevelt de suspender a exportação de petróleo americano para o Japão motiva a agressão de Tóquio em Pearl Harbor. Os seguintes anos de batalha pelo controle do Pacífico têm sua conclusão no horror atômico em julho e agosto de 1945.

Conforme introduzido no início desta seção, o Japão possuía uma história econômica e produtiva prévia bastante exitosa antes do período do desenvolvimento a convite e de sua concomitante adesão ao bloco securitário de Washington no contexto da Guerra Fria. A Era Meiji, cujo início data de 1868, marcou o fim do período do Shogunato e a ascensão do ofício centralizado do Imperador. As elites japonesas, profundamente impactadas e amedrontadas pelo elevado grau de degradação imposto pelas potências ocidentais à China no contexto das Guerras do Ópio e de outros momentos durante o século da humilhação, se motivam a não deixar o Japão sofrer o mesmo destino. A partir das últimas décadas do século XIX, toma corpo no país um robusto processo de crescimento da produção e de industrialização, apesar do inicial desconforto que lhe foi imposto pelas leis de livre comércio asseveradas pelos Estados Unidos a partir da chegada das embarcações negras da Expedição do Comodoro Perry, em 1853.

No que se refere à possibilidade de proteção comercial à indústria nascente, o Japão se tratou de um caso específico, pois foi preso a tratados de livre comércio estipulados pela Esquadra Negra de Matthew Perry. Conforme salienta Ha-Joon Chang:

Nos primeiros estágios do desenvolvimento, o Japão não pôde se valer do protecionismo estatal por causa dos ‘acordos desiguais’ que fora obrigado a firmar em 1858 e que proibiam a fixação de tarifas superiores a 5%. [...] Até recobrar a sua autonomia, que só aconteceria em 1911, o governo japonês teve de lançar mão de outros meios para estimular a sua industrialização. (Chang, 2004, p. 87).

Uma importante diferença entre os dois casos de desenvolvimento a convite analisados nesta seção é justamente o grau do avanço aliado nos momentos finais da Segunda Guerra Mundial. No caso alemão, Washington e as demais potências ocidentais tiveram de negociar e tolerar a presença soviética no leste do país. Afinal de contas, foi o avanço soviético que consumiu a maior parte das divisões alemãs no conflito e que finalmente tomou Berlim. No Japão, Washington pôde se valer de uma maior margem de manobra e da integridade territorial do país recém derrotado. De fato, uma das razões frequentemente

elencadas como motivadoras do bombardeio atômico sobre o país asiático foi o desejo de encerrar o conflito de maneira imediata a fim de não dar tempo aos soviéticos, que preparavam sua invasão nos idos de 1945. Por outro lado, na Alemanha Washington tem de se preocupar apenas com a União Soviética e sua influência no sudeste e leste europeus, enquanto que no Japão os americanos devem manter a atenção não somente em relação ao inimigo do *Heartland* moscovita mas também, após 1949, na República Popular da China.

Da mesma maneira que havia ocorrido em relação à RFA, os círculos responsáveis pela política externa em Washington inicialmente se guiavam por uma perspectiva punitivista em relação ao Japão. Conforme avança Torres:

[...] O objetivo inicial dos EUA era punir permanentemente o povo japonês por sua aventura militarista, através da desmontagem de suas indústrias pesada e tecnologicamente de ponta, da desarticulação de seus grandes blocos de capital e da eliminação, de uma vez por todas, do poder econômico e político de suas classes dirigentes, particularmente o das famílias proprietárias dos grandes conglomerados, os *zaibatsus*, dos latifundiários e dos militares. Um relatório do governo americano de novembro de 1945 afirmava que ‘não devem ser tomadas atitudes no sentido de ajudar o Japão a manter um nível de vida superior ao dos países vizinhos prejudicados pela agressão japonesa... No balanço global das necessidades, o Japão deve ter a última prioridade’. Em suma, o projeto inicial dos americanos era impedir com que o Japão tivesse uma inserção favorável na nova ordem internacional. Este lugar agora estava reservado para seu aliado na região, a China. Parecia, assim, definitivamente enterrado o sonho de autonomia e soberania nacional que havia sustentado, desde a Revolução Meiji [...] o projeto nacional-desenvolvimentista (Torres, 1999, p. 235).

Como veremos a seguir, foi justamente o acirramento das questões geopolíticas no Leste Asiático, a partir, principalmente, da vitória comunista na Guerra Civil Chinesa, mas também da Guerra da Coréia; que motiva o realinhamento das percepções sobre o Japão em Washington. O duro choque de *realpolitik* na franja leste do *Heartland* anula o projeto dos punitivistas em Washington e abre as portas para um novo Japão. Também vemos que a reforma agrária nada tinha a ver com perspectivas de justiça social ou de equidade no direito de acesso à terra, mas era sim relacionada à ideia de punição e de desarticulação dos grupos privilegiados da sociedade japonesa que haviam colocado o país em um caminho de confrontação com os Estados Unidos. Adicionalmente, a desarticulação dos grandes conglomerados teria vida curta, como veremos a seguir.

Neste contexto de acirramento geopolítico e de renovada importância do Japão, suas autoridades foram capazes de extrair maiores concessões de seus parceiros americanos. Conforme aponta o autor:

Aproveitando-se da gravidade da situação, as autoridades japonesas conseguiram negociar com os americanos alguns pontos de extrema importância para o arranjo institucional que deu suporte ao crescimento acelerado dos anos 1950/1960. O câmbio seria monopólio do Estado. As importações e a entrada de capital estrangeiro seriam diretamente controladas pelo governo. Posteriormente, os EUA aceitaram que os japoneses realizassem um esforço de exportação direcionado para o mercado americano, baseado em política agressivas de subsídio. A partir deste marco institucional, a reinserção do Japão na economia internacional foi realizada em condições defensivas tais que permitiram que o país, ao longo dos dez anos seguintes, apresentasse taxas reais de crescimento da ordem de 10% ao ano, sem desacelerações relevantes, ou seja, uma trajetória sem precedentes na história do país e das nações industrializadas para um período tão longo. (Torres, 1999, p. 236).

Ou seja, este novo contexto institucional, tolerado e mesmo incentivado pelos Estados Unidos, permite com que o Japão tenha o seu milagre econômico. Contudo, em 1960, conforme aponta o autor, ocorre uma “renegociação” da parceria entre o anfitrião e o convidado:

Somente em meados da década de 1960, quando a balança comercial passou a ser estruturalmente superavitária e por pressão dos Estados Unidos, o governo aceitou iniciar um processo de eliminação das barreiras formais à entrada de mercadorias e de capitais estrangeiros, bem como dos mecanismos de promoção às exportações que não fossem aceitos pelas regras da ‘boa convivência entre nações responsáveis’. Nesse momento, os grupos econômicos nacionais já tinham acumulado porte e experiência suficientes para fazer frente diretamente a seus competidores estrangeiros. (Ibid, p. 241).

Ou seja, a constante perspectiva de renegociação entre os Estados Unidos e seus Estados convidados no contexto da Guerra Fria nos informa do fato de que essas relações não eram monolíticas, mas sim a todo o tempo sensíveis aos deslocamentos subterrâneos promovidos pelos capitais nacionais e pelo estado das relações internacionais e do grau percebido de ameaça soviética. Estes momentos de “reajustes na parceria” também nos dão uma previsão a respeito do que viria a acontecer em 1985, nos Acordos de Plaza, que tratamos aqui nesta pesquisa como o ponto último e fim definido dessas relações econômicas especiais, ou seja, do convite. A história da cooperação entre Estados Unidos e seus convidados Japão e Alemanha Ocidental ao longo da Guerra Fria não caminha em sentido único, mas sim reflete as mudanças constantes no percebido grau de poder e riqueza desses parceiros. A década de 1980 engendra uma revolução na perspectiva do relacionamento entre esses países. Não somente a União Soviética entra em declínio, como também o sucesso exportador dos convidados e o seu relativo grau de riqueza alcançado parece incomodar Washington, que caminha no sentido de forçar uma valorização tanto do iene como do marco

alemão no contexto dos Acordos de Plaza (1985), em um movimento que ficou conhecido na literatura como a Diplomacia do Dólar (Tavares, 1985).

Extrapolando a ideia, podemos tentar enxergar o recrudescimento recente das relações entre China e Estados Unidos como mais uma tentativa de Washington de renegociar as regras do jogo com um parceiro<sup>11</sup>. A diferença fundamental é que em relação à Alemanha e ao Japão, se jogava apenas um jogo de riqueza; enquanto que aqui se joga um jogo de riqueza e poder. Isto é, Washington valia-se de ampla margem de manobra estratégico-militar no que se referia a Japão e Alemanha. Afinal de contas, esses eram Estados constitucionalmente proibidos de nutrir forças militares ofensivas e, mais importante do que isso, já estavam firmemente localizados dentro do bloco capitalista e ocidental. No contexto da China, Washington trata com um Estado totalmente diferente, que não somente tem na sua constituição política interna marcada uma busca incessante pela modernização como sinônimo de sobrevivência, como também é militarmente muito mais relevante.

Valendo-se de ampla margem de manobra sobre o Estado japonês incondicionalmente derrotado, Washington avança em reformas gerais e toca praticamente em todos os setores da sociedade japonesa, em suas Forças Armadas, em sua constituição interna e, principalmente, em sua Economia Política. Como foi notado anteriormente, a tarefa estadunidense pode ter sido mais fácil pela relativa distância da União Soviética, que não pôs tropas no Japão propriamente dito e tenha se limitado à ocupação da Manchúria, embora o cenário no Leste Asiático tenha se tornado mais quente com o progresso da Guerra Fria.

Entre 1945 e 1952, a administração do território foi direta, estabelecida pelas Forças Armadas dos Estados Unidos então sob o comando do General Douglas MacArthur. Embora tecnicamente internacional e contando com representantes soviéticos, britânicos e da República da China, a administração era comandada por MacArthur e respondia diretamente aos Estados Unidos. Durante o período de ocupação, Washington prosseguiu com algumas reformas importantes. Cidadãos e soldados japoneses que se encontravam alhures foram repatriados. Prisioneiros políticos foram liberados. A indústria bélica foi desarticulada. Certas figuras oficiais foram julgadas por crimes de guerra e sete execuções foram ordenadas (comparadas à dez no caso de Nuremberg). A figura do Imperador Hirohito representou a

---

<sup>11</sup> De fato, certas leituras apontam para essa ideia. Vlsentini (2019), por exemplo, sugere que a tensão entre China e Estados Unidos a partir de Trump não passa de uma tentativa de renegociação entre antigos parceiros, sendo que a disputa hegemônica “verdadeira” se dá, em sua visão, entre Alemanha e Estados Unidos, verdadeiros rivais no contexto da disputa pela primazia na Quarta Revolução Industrial.

situação mais delicada. Embora o intuito inicial fosse o de responsabilizá-lo pelos crimes de guerra e de, eventualmente, julgá-lo; a política externa americana decidiu poupá-lo. A solução encontrada foi a de isolá-lo legalmente dos crimes praticados pelas Forças Armadas do Japão Imperial durante a guerra, apresentando-o então como juridicamente inimputável por tais crimes. De fato, em uma carta ao Congresso dos Estados Unidos, MacArthur teria escrito que perseguir e executar Hirohito seria análogo à morte de Cristo aos olhos ocidentais (Bix, 2000). Sendo assim, MacArthur sugere a manutenção da vida de Hirohito a fim de que a paz e a estabilidade da ordem americana em Tóquio pudessem ser asseguradas. Munido dessa grave advertência, Truman opta por seguir a recomendação de MacArthur. O Imperador foi então reduzido a um estatuto meramente cerimonial.

Em 1947, uma nova Constituição é promulgada, que investe poder em um governo democrático, substituindo assim a Constituição Meiji<sup>12</sup>. Nela, o Japão renuncia ao seu direito de empreender a guerra e às mulheres é dado o direito ao voto. Dentre as reformas importantes empreendidas por Washington durante a sua administração direta do território japonês, está a reforma agrária. A porcentagem de fazendeiros que não possuíam suas próprias terras caiu de 46% para 10%. Adicionalmente, a administração americana procurou quebrar os grandes monopólios dos *zaibatsus*, marco do desenvolvimento japonês pretérito. Os sindicatos foram inicialmente encorajados, mas o receio de organizações laborais de esquerda e o progresso da Guerra Fria fizeram com que o Estado passasse a controlar o trabalho de maneira mais detida.

A decisão de promover uma reforma agrária estava ligada à percepção de que o poder da rica elite latifundiária japonesa havia ditado os rumos do Japão Imperial e que era preciso reduzir a sua influência durante o processo de rearticulação do capitalismo no país<sup>13</sup>. Uma crise econômica entre 1947 e 1948 somado ao crescente sentimento de que os comunistas iriam ulteriormente vencer a guerra civil na China motiva uma reorganização da percepção de Washington para o território japonês. O Leste Asiático parecia estar em xeque. Tomava corpo então a Doutrina da Contenção, que se amadurecia entre os círculos da política externa nos

---

<sup>12</sup> Vale ressaltar que, embora nova e forjada a partir deste contexto do pós-guerra sobre um Japão derrotado, a constituição de 1947 na verdade pôde se comunicar com vários temas que já estavam previstos na Constituição Meiji. Assim como poupar a vida do Imperador, essas concessões foram vistas como recuos necessários para garantir uma inclusão bem-sucedida de Tóquio ao pós-guerra. Para mais detalhes, ver Carol Gluck (2019).

<sup>13</sup> Departamento de Estado: (<https://history.state.gov/milestones/1945-1952/japan-reconstruction>). Acesso em 12/01/2022.

Estados Unidos. Após 1948, o ritmo das reformas diminui e maiores considerações securitárias e geopolíticas passam a tomar conta da estratégia de Washington para o país.

Do ponto de vista estratégico-militar, a situação japonesa pós-guerra era bastante distinta daquela experimentada pela RFA. Na Europa, o cenário posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial legou ao continente uma divisão Leste-Oeste marcada pelo grau dos avanços dos Aliados. Desde muito cedo, a percepção estratégica dos Estados Unidos e das demais potências ocidentais já era pautada pela centralidade do território alemão, seja por sua história prévia dentro da geopolítica europeia seja pelos contornos que lhe estavam sendo dados pela Geopolítica da Contenção. No caso do Japão, como veremos a seguir, o gradual mas inexorável recrudescimento da situação geopolítica no Leste Asiático e na Ásia como um todo marcam o território-chave dentro da Grande Estratégia de Washington para a região.

Diante deste cenário, a Guerra da Coreia (1950-1953) inclui inequivocamente o Japão na estratégia militar dos Estados Unidos para a Ásia. De fato, as ilhas japonesas são utilizadas como plataformas de lançamento e de reabastecimento das tropas americanas no conflito. Além do fator estratégico-militar, a demanda gerada pela mobilização americana também atua como estímulo à economia japonesa em reconstrução, de uma maneira similar ao efeito que o conflito teve sobre a economia da Alemanha Ocidental.

Adicionalmente, o fim inconclusivo do embate na península coreana, cujos efeitos perduram até os tempos atuais, ratifica o papel chave desempenhado pelo Japão na Geopolítica dos Estados Unidos para a Ásia. Uma vez que a década de 1950 acompanha a divisão amarga da península coreana e o estabelecimento pleno de uma China comunista, os compromissos securitários de Washington no Leste Asiático se tornam mais claros e inequívocos, contribuindo para a inclusão decisiva do Japão na sua grande estratégia. Ulteriormente, os acontecimentos no Sudeste Asiático como a Guerra do Vietnã, contribuem neste sentido. Do nosso ponto de vista, o encaminhamento estratégico do Leste Asiático e o ulterior avanço de muitos movimentos socialistas na região contribui para a definição final da geoestratégia americana para Tóquio.

Tendo sido estabelecido de maneira definitiva o papel estratégico e a relevância geopolítica do Japão pós-guerra, os principais aspectos do novo capitalismo japonês passam a tomar corpo. De maneira similar à questão dos cartéis na Alemanha, a formação dos *zaibatsus* foi bastante promovida por Tóquio já na sua primeira fase desenvolvimentista. Conforme aponta Chang:

Na década de 1920, fortemente influenciado pela Alemanha, o Japão passou a incentivar a racionalização das indústrias-chave, sancionando a formação de cartéis e incentivando as fusões com o objetivo de restringir a ‘concorrência predatória’, obter economias de escala, a padronização e a introdução do gerenciamento científico. (Chang, 2004, p. 90).

É curioso notar que Washington foi forçada a tolerar a reconcentração econômica nestes dois casos de desenvolvimento a convite, recuperando o poder dos cartéis alemães e dos *zaibatsus* japoneses (agora *keiretsus*). No esforço de reconstruir o capitalismo nestes Estados, a concentração econômica provou mais uma vez ser parte central na articulação do capitalismo moderno, conforme nos informa parte da literatura sobre desenvolvimento econômico (Dowbor, 2018).

De forma similar à Alemanha, o esforço inicial de Washington em desconcentrar os grandes conglomerados não teve vida longa. O relevante papel desempenhado pelos *zaibatsu* no pré-guerra foi substituído pela figura do *keiretsu* no pós-guerra. Conforme salienta Torres, as reformas durante a ocupação americana foram suficientes apenas para acabar com os grupos menores, o que, paradoxalmente, reforçava o aspecto concentrado daquele capitalismo:

Nos *zaibatsu*, os bancos possuíam um papel secundário, agindo basicamente como elemento redistribuidor de fundos dentro do grupo, [...] enquanto que o controle era exercido pelas holdings centrais (*honsha*). As *honsha* foram destruídas pelas reformas de ocupação e desapareceram. Os grandes grupos, entretanto, sobreviveram em uma estrutura distinta. No caso da Mitsubishi, Mitsui e Sumitomo, os principais *zaibatsu*, coube ao banco do grupo o papel de reaglutinar, sob sua liderança, as empresas do antigo conglomerado. Os *zaibatsu* menores e mais fracos, no entanto, não tiveram a mesma sorte. Em lugar de se reagruparem, tiveram suas empresas absorvidas pelos novos grupos *keiretsu*, que em sua maior parte surgiram em torno de outros grandes bancos como o Fuji, o Dai-Ichi e o Sanwa. (Torres, 1983, p. 109).

Adicionalmente, após o fim da ocupação direta americana, em 1952, o governo japonês relaxou a legislação anti-monopolista, dando maior fôlego ao processo de reconcentração em curso (Torres, 1983, p. 120).

De fato, conforme aponta o autor:

[...] todo o processo japonês teve como pré-condição a mudança política ocorrida no cenário internacional, em decorrência do acirramento da Guerra Fria. Não fosse este evento, dificilmente os Estados Unidos teriam tolerado as medidas de remonopolização e de restrições à entrada de capitais e manufaturados estrangeiros, praticados por seu antigo inimigo. (Ibid, p. 136).

Neste sentido, a rearticulação do capitalismo japonês, patrocinado pelos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria compartilha com o caso alemão interessantes

semelhanças, dentre elas a tolerância por parte de Washington à remonopolização de suas economias, à proteção tarifária e não-tarifária às suas cadeias produtivas e à desvalorização crônica de suas taxas cambiais.

Sobre o perfil comercial japonês, Amsden salienta:

As principais características da história comercial do Japão incluíam assim uma propensão relativamente elevada para a exportação baseada na entrada precoce nos mercados de exportação, concentração em poucos produtos de exportação, um setor líder que gerava emprego e oportunidades empresariais (têxteis de seda e algodão), tarifas relativamente baixas, desvalorizações cambiais agressivas, um regime de promoção das exportações altamente diretiva (especialmente após a Segunda Guerra Mundial), e diversificação do comércio que explorava os mercados regionais (a infame "Grande Esfera da Co-Prosperidade da Ásia Oriental") (Amsden, 2001 p. 176, tradução própria)

A respeito do baixo perfil tarifário japonês apontado pela autora, Chang coloca que na verdade o Japão optava por uma estratégia tarifária mais detida e seleta ao invés de lançar mão de grandes cobertores tarifários gerais. Em suas palavras, o Japão havia empregado preferencialmente:

[...] uma proteção 'focada', seletiva, conservando um regime tarifário geral moderado, mas dando forte proteção a algumas indústrias-chave, em vez de lançar mão do 'cobertor' protecionista usado por países como os Estados Unidos, a Rússia e a Espanha na época. (Chang, 2004, p. 90).

O sucesso sustentado do processo japonês dentro do convite acumula dados interessantes: conforme aponta Amsden (2001, p. 256) a parcela japonesa em valor adicionado pela manufatura no mundo saltou de 10,5% em 1975 para incríveis 22% em 1993.

É interessante notar como o assentamento da ordem econômica mundial criada por Washington no pós-Segunda Guerra reservava certos mercados preferenciais a seus convidados. Como visto anteriormente, a manufatura alemã encontrava mercados interessantes na América Latina e no Oriente Médio (Vonyo, 2018). No caso japonês, suas ligações históricas no Leste Asiático foram preservadas e no pós-guerra seus mercados foram novamente terrenos férteis para a manufatura de Tóquio. Conforme salienta a autora:

Fortes ligações do pós-guerra em geral são sugeridas por fluxos de bens de capital. Um bem de capital é um potencial transmissor de know-how porque encarna a tecnologia. Um vendedor de um bem de capital pode também fornecer a um comprador assistência técnica a longo prazo [...], em qualquer dos casos em 1970, 1990, ou ambos os anos, o Japão foi o principal fornecedor de bens de capital à Indonésia, Coreia, Malásia, Taiwan e Tailândia. (Amsden, 2001, p. 169, tradução própria).

Ao longo das duas primeiras décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial, o esforço primordial da rearticulação do capitalismo japonês foi concentrado no estabelecimento de uma competente indústria pesada e na promoção de seus produtos manufaturados nos mercados externos. Ao longo das décadas seguintes e até o fim da Guerra Fria, o papel da exportação de manufaturados se acentua e o capital japonês passa gradativamente a “se espalhar” pelo restante da Ásia, em um processo que ficou conhecido na literatura como “Gansos Voadores” (Palma, 2009).

De fato, embora faça advertências sobre a classificação do crescimento japonês pós-guerra como “liderado pelas exportações”<sup>14</sup>, Torres (1983, p. 86-7) nota que as exportações no período 1953 - 1973 cresceram a um nível de 14,7% a.a, maior do que a economia como um todo; e que o destino preferencial dessas exportações fora o mercado americano. Conforme nota o autor:

[...] O aumento das exportações permitiu aos japoneses financiar suas necessidades crescentes de importação de bens, matérias-primas e bens de capital, e serviços - nova tecnologia - sem ter que recorrer ao investimento direto estrangeiro aos financiamentos compensatórios de organismos internacionais, como o FMI. [...] Nesse sentido, as exportações cumpriram o papel de limite máximo do ritmo da acumulação interna do Japão, dentro de uma estratégia de *growth without debt*. (Torres, 1983, p. 89-90).

Sendo assim, embora garanta maior importância a fatores internos ao capitalismo japonês, o autor também nota o papel-chave desempenhado pelas exportações do país. Durante o pós-guerra, o ritmo do crescimento das exportações japonesas se aquece e o país se aproxima tanto do outro convidado europeu, a Alemanha, como do próprio anfitrião, Estados Unidos:

No que diz respeito às exportações, cabe inicialmente ressaltar que a participação japonesa no total das exportações de bens manufaturados pelos países industrializados cresceu acentuadamente durante todo o pós-guerra. De 1955 a 1972 o Japão saltou de uma posição relativa de 3,68% para 10,37%, ocupando assim uma parcela do espaço que os Estados Unidos perderam no comércio internacional ao longo do período. Apesar de, em termos absolutos, a participação japonesa ser em 1972 inferior à da Alemanha e dos Estados Unidos, a velocidade de seu crescimento foi absolutamente sem precedentes [...]. (Torres, 1983, p. 92-3).

É interessante notar que os países do capitalismo avançado passam a abocanhar uma fração maior das exportações japonesas ao longo das décadas que se seguiram à Segunda

---

<sup>14</sup> “O *drive* exportador foi, nessas décadas, muito relevante para garantir a liquidez externa da economia, mas pouco relevante do ponto de vista da dinâmica macroeconômica. A indústria foi mercado para si mesma, criando condições endógenas de realização para uma produção manufatureira ascendente” (TORRES, 1999, p. 240).

Guerra Mundial. Conforme podemos averiguar na tabela 1, os Estados Unidos e a Europa Ocidental passam a receber uma maior parte das exportações japonesas, com um decréscimo notável da parcela destinada a países não-industrializados e ao Sudeste Asiático. Do nosso ponto de vista, isso reflete a maior aproximação entre o convidado Japão e seu anfitrião e parceiros, os Estados Unidos e Europa Ocidental.

**Tabela 1. Destino das exportações japonesas (1953 - 1974).**

Região	1953	1963	1974
1. Países Industrializados	28,9%	43%	36,4%
1.1. Estados Unidos	18,4%	27,6%	23%
1.2 Europa Ocidental	9,3%	13,1%	13,4%
2. Países Não-Industrializados	70,7%	52,3%	45,3%
2.1. Sudeste Asiático	47%	29,5%	22,8%
3. Outros	0,4%	4,7%	18,3%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados contidos em: Torres, 1983.

O ritmo exportador foi acompanhado da mudança da composição industrial do país. A presença na pauta exportadora de máquinas e equipamentos elevou-se de 16% em 1955 para mais de 50% em 1973 (Ibid, p. 95). Da mesma forma, a presença de insumos básicos na pauta exportadora manteve-se relativamente constante, enquanto que a de bens de consumo, principalmente têxteis, baixou de 46,5% para 14,7% no mesmo período (Ibid, p. 95). Neste sentido, comparando os dados, podemos averiguar que o convite ao Japão muda de forma relevante o seu perfil exportador e comercial, indo de um exportador de bens de consumo não duráveis (principalmente têxteis) aos seus vizinhos não-industrializados a um exportador de bens de alto valor agregado a seus parceiros capitalistas avançados, principalmente aos Estados Unidos.

No processo japonês, assim como no alemão, também se destacam os ditames internos de seu Estado. Apesar de munidos da hipótese do convite e orientados pela Grande Estratégia de Washington que bebe da Geopolítica, nós não desconsideramos o enorme papel desempenhado pelas instituições e práticas internas desses Estados que, apesar de

completamente derrotados, eram herdeiros de um rico processo material e de preocupadas elites. Conforme aponta Torres:

É, também, uma novidade a forma como o Estado japonês participou deste processo. Cabe destaque à atuação do Banco do Japão - Banco Central - que garantiu, durante todo o tempo, um nível de liquidez compatível com as necessidades de expansão dos grandes bancos comerciais e da economia como um todo. Foi ainda mais importante o papel desempenhado pelo Ministério da Indústria e do Comércio Exterior (MITI), tanto no sentido de reservar o mercado japonês para os capitais nacionais como para orientar os investimentos dos grandes blocos de capital para os setores industriais que, de seu ponto de vista, permitiram o rápido crescimento do mercado externo e o rompimento da situação estrutural de estrangulamento do balanço de pagamentos. (Torres, 1983, p. 136).

Em relação à uma inicial incerteza a respeito do papel do renascido Japão no continente asiático, Washington optou por dar o pontapé no processo de rearticulação do capitalismo naquele Estado de maneira direta, “driblando” assim a Ásia. Conforme anotado previamente, uma parte importante do “convite” estava relacionada ao levantamento dos tradicionais problemas ligados à restrição externa e à balança de pagamentos, em especial no caso japonês. Nota o autor:

Neste contexto, o financiamento das importações japonesas de tecnologia e de bens de capital dos Estados Unidos e de outros países capitalistas avançados ocorreu driblando a Ásia. Na prática, isso era devido à decisão americana de liberar o Japão de uma restrição estrutural de sua balança de pagamentos enquanto permitia ao governo de Tóquio e aos transformados *zaibatsus* (*keiretsus*) perseguir uma industrialização completa de larga escala domesticamente. [...] Ao todo, as transferências diretas americanas aumentaram em mais de 80% o teto importador japonês nos anos que precederam a Guerra do Vietnã e cobriam o déficit de conta corrente japonês até a segunda metade dos anos 1960. **Com os Estados Unidos garantindo o ambiente externo, a industrialização japonesa foi liberta de seus problemas históricos de balança de pagamentos.** Durante os anos 1930, com mercados limitados, a parcela de exportações no PIB foi de aproximadamente 18%, mas a partir da segunda metade dos anos 1950, esta parcela variou entre 9 e 11% [...]. A industrialização completa de larga escala deu prioridade ao investimento doméstico enquanto as exportações serviam a um propósito de segmentação industrial [...] (Halewi, 2016, p. 360-1, tradução própria, ênfase própria).

De fato, Halewi corrobora algo que já fora anotado por Torres, o processo japonês do pós-guerra é fundamentalmente auto-centrado, apesar do excelente desempenho global que as exportações japonesas construíram ao longo das décadas da segunda metade do século XX em diante.

Como vimos no caso do “desenvolvimento a convite” alemão, onde Washington pôde impulsionar os produtos da manufatura da RFA para outros mercados além da Europa,

incluindo a América Latina; no caso japonês Washington também auxiliou o comércio internacional japonês:

Os Estados Unidos até mesmo fizeram lobby em outros países para que eles aceitassem a falta de reciprocidade japonesa. Tal atividade diplomática aconteceu durante a candidatura de Tóquio ao GATT e à OCDE [...]. A industrialização completa de larga escala e os arranjos institucionais assimétricos dos quais Tóquio gozava explicam a posterior posição oligopolística das firmas japonesas na Ásia. (Halewi, 2016, p. 361, tradução própria).

No que se refere à adesão japonesa às principais organizações que regulavam o comércio internacional no pós-guerra, Nester nota a enorme ajuda garantida por Washington, que tolerava a postura recalcitrante e "cosmética" das autoridades japonesas:

[...] (O Japão) continuou a depender de Washington a persuadir com que outros países permitissem a adesão do Japão em organizações econômicas chave. Enquanto isso, continuavam a fazer promessas de abrir sua economia enquanto na verdade faziam apenas reformas cosméticas e continuavam suas políticas neomercantilistas. Como resultado, o Japão teve a sua entrada nas organizações econômicas internacionais permitidas, mas sem ter de pagar o preço cheio de sua adesão. Por exemplo, o Japão entrou no GATT em 1955 depois de prometer abrir seus mercados às exportações de outros países, mas, depois de entrar, ele construiu uma rede ainda mais elaborada de barreiras tarifárias e não-tarifárias. Tóquio seguiu o mesmo comportamento quando entrou na OCDE em 1964. Ele prometeu eventualmente liberalizar mas negociou 18 reservas com a OCDE que lhe permitiram manter suas barreiras comerciais. Na verdade, Tóquio até aumentou suas restrições a investimentos estrangeiros depois de ter entrado na OCDE, e só começou um lento processo de abertura depois de 1967 [...]. Então, o Japão gozou de todos os benefícios econômicos e psicológicos de adesão às organizações econômicas internacionais sem ter de pagar nenhum custo significativo. (Nester, 1990, p. 313, adição própria, tradução própria).

De fato, corroborando com os achados dos autores supracitados e conforme podemos ver no gráfico 7, é curioso notar que durante todo o período entre as décadas de 1970 e 1990, a relevância das exportações no PIB da Alemanha Ocidental foi bem mais elevado do que no caso japonês, o que subsidia a hipótese de que o papel das exportações foi bem mais importante para o convite europeu do que para o convite asiático. Durante todo o período, a porcentagem alemã flutua entre 14 e 24%, enquanto que a sua contraparte japonesa flutua entre 9 e 14%;

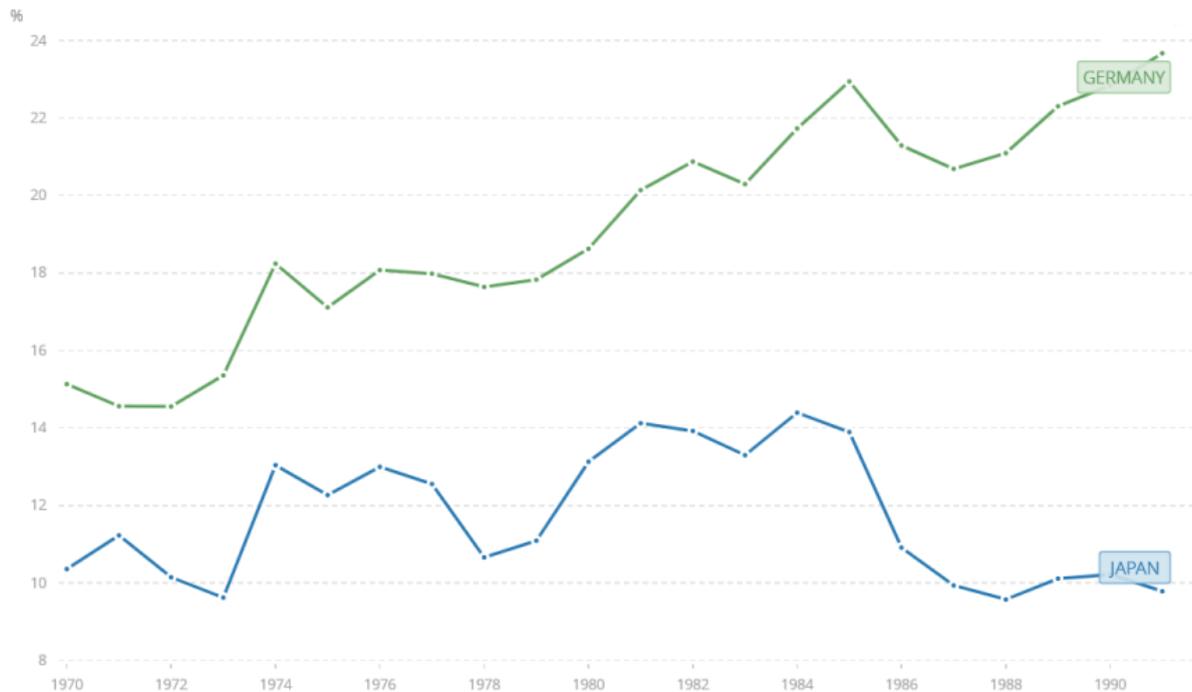
Dentro da hipótese do convite, associamos essa discrepância à suposta “incerteza” a respeito da área asiática dentro da qual inserir-se-ia o convidado Japão, conforme notou previamente Halewi (2016). Enquanto a Alemanha Ocidental possuía a sua área de expansão comercial bem definida dentro da Europa, o desdobramento irregular e incerto dos

acontecimentos geopolíticos no Leste Asiático legava ao Japão um papel comercial mais instável dentro da Grande Estratégia de Washington. Contudo, a longo prazo, os esforços modernizantes de alguns Estados asiáticos passaram a representar um terreno fértil para as exportações de bens de capital a partir de Tóquio. Em 1970, por exemplo, o Japão exportou 43,6% dos bens de capital importados pela Coreia, 30% daqueles importados pela Indonésia, 27,7% da Malásia, 59,8% de Taiwan e 43% da Tailândia (Amsden, 2001, p. 168).

O “desenvolvimento associado à Tóquio” desses países finalmente garante ao Japão um espaço econômico e comercial mais definido, a exemplo do que a convidada Alemanha já possuía logo no pós-guerra. Dentro da literatura econômica, este processo ficou conhecido como “Os Gansos Voadores”. Segundo Palma (2009), conforme o desenvolvimento econômico japonês avançava, as cadeias produtivas que antes se encontravam no Japão partiam em direção às outras crescentes economias asiáticas em busca de salários mais baixos e melhor competitividade. Evidentemente, dentro do escopo deste trabalho, interpretamos este processo à luz da hipótese do desenvolvimento a convite. Enquanto a convidada Alemanha possui dentro do espaço europeu seu terreno claro de articulação e expansão, o convidado Japão tem de esperar algumas décadas pelo seu espaço definido.

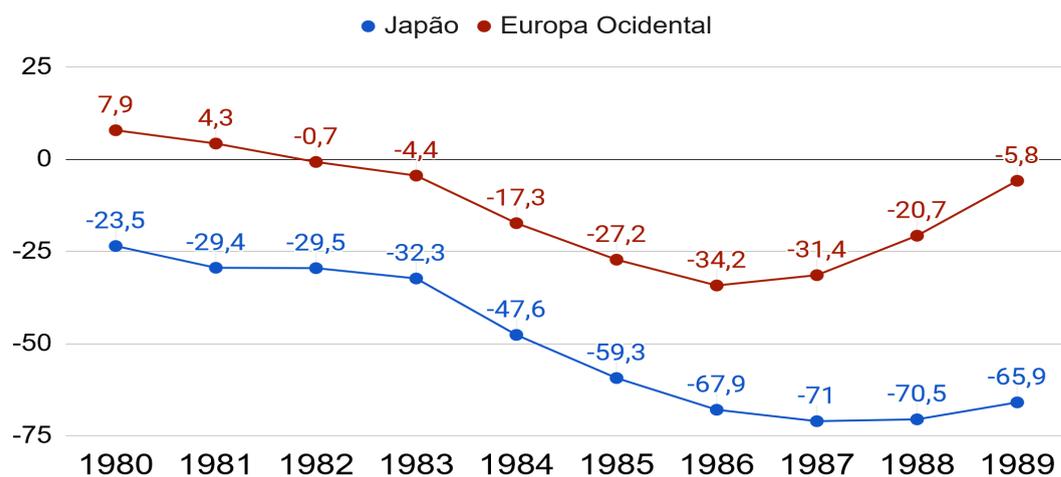
Em função disso, os Estados Unidos tiveram de ser responsáveis por uma maior absorção das exportações japonesas. Conforme podemos averiguar no gráfico 8, o Japão entra na década de 1980 como o principal responsável pelo déficit comercial americano, obtendo um déficit bem maior do que aquele obtido por toda a Europa Ocidental. Segundo os nossos achados, isso se deve ao fato de, conforme visto, haver uma certa incerteza inicial a respeito do espaço econômico comercial destinado ao Japão na Ásia, incerteza esta que nunca existiu no caso alemão. Também é interessante notar no gráfico 8 o fato de que o déficit americano em relação ao Japão só dá sinais de arrefecer nos anos posteriores à forçada valorização do iene, durante os Acordos de Plaza.

**Gráfico 7. Participação das exportações no PIB, Japão e Alemanha, 1970-1990.**



Fonte: World Bank Data.<sup>15</sup>

**Gráfico 8. Saldo comercial americano com o Japão e a Europa Ocidental em bilhões de dólares. 1980 - 1989.**



Fonte: Elaboração própria com base em dados contidos em: AMSDEN, 2011, p. 257.

<sup>15</sup> Dados disponíveis em: (<https://data.worldbank.org/indicator/NE.EXP.GNFS.ZS?end=1991&locations=JP-DE&start=1970>). Acesso em: 22/10/2021.

Dentro de todo o amplo guarda-chuva do mundo ocidental que reunia múltiplos países ao fim da Segunda Guerra Mundial, houve o combate direto ou indireto à percebida ameaça socialista. Conforme o mundo se moldava à nova realidade bipolar estabelecida pela Guerra Fria, as nações capitalistas ocidentais - centrais e periféricas - construía e mantinham ferramentas para o controle de sindicatos e de outros movimentos sociais perigosos à ordem estabelecida. Partindo da hipótese de Halliday (2007), também consideramos aqui que o desenvolvimento a convite fez parte dessa tentativa global de controle social. A formalização do socialismo real como alternativa plausível a partir dos sucessos revolucionários em Moscou, Pequim e alhures; somado ao prestígio soviético que fluiu da impressionante e custosa vitória sobre as tropas nazistas no contexto da Segunda Guerra inauguraram uma nova etapa no conflito social e distributivo mundial.

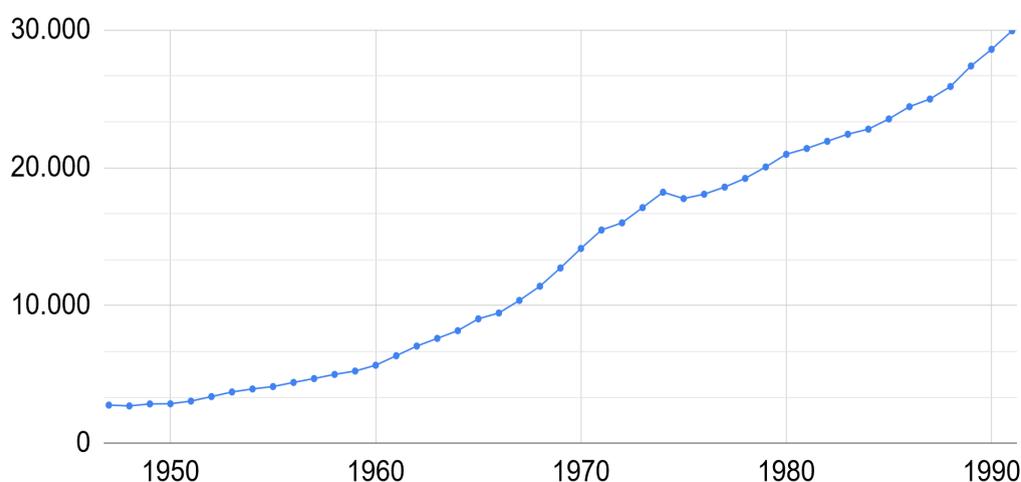
É evidente que nem todas as sociedades ocidentais sob o guarda-chuva geopolítico de Washington puderam contar com um convite para o desenvolvimento tão generoso. Na América Latina, por exemplo, Washington auxiliou a construção de ditaduras brutais que reprimiram quaisquer movimentos mais ou menos alinhados ao socialismo. Este também foi o ferramental utilizado durante o período em muitos outros lugares do globo. Nos convidados, porém, o sustentado processo de elevação da renda per capita e crescimento econômico facilitava bastante a convivência entre capital e trabalho. No caso japonês, Torres coloca:

A classe trabalhadora organizada, a não ser no período da ocupação, sempre teve uma atitude extremamente cooperativa para com as empresas e o governo. Essa prática não foi resultado de nenhum pacto *welfarista* de estilo ocidental. O compromisso político do governo e das empresas com os sindicatos, até o início da década de 70, se limitou à estabilidade do emprego, à ampliação dos postos de trabalho e ao aumento dos salários reais, objetivos que foram plenamente viabilizados pelo êxito do projeto de crescimento econômico acelerado. Os ganhos de produtividade eram, em parte, transferidos aos trabalhadores do setor formal através de salário extras (bônus), vinculados aos resultados obtidos pelas empresas. Cerca de um terço da renda anual dos empregados japoneses era proveniente dessa forma de participação nos lucros. (Torres, 1999, p. 239-240).

De fato, conforme podemos ver no gráfico 9, o PIB per capita japonês só fez crescer a partir da década de 1950, garantindo com que a expansão da produtividade fosse gradualmente traduzida em salário, e também com que os bônus anuais continuassem a ser pagos à classe trabalhadora. Nesse contexto, estava assegurada a convivência harmoniosa entre capital e trabalho dentro de um ‘convidado’ importante no contexto da Guerra Fria.

Do ponto de vista da convidada Alemanha, o combate ao socialismo seguiu os moldes do esquema mais amplo da Europa Ocidental, este sim calcado em um amplo pacto de bem-estar social, característico do período da “Era de Ouro do Capitalismo”. Leaman (1988, p. 54), no entanto, salienta que a maior parte dos benefícios sociais garantidos por Bonn já estavam presentes na constituição de Weimar, e que o componente “social” da “Economia Social de Mercado” era exagerado e mais ideológico do que prático. De qualquer forma, o processo acelerado e sustentado de enriquecimento dessas sociedades “convidadas” pôde atingir um objetivo ideológico talvez muito mais importante do que a literatura econômica a princípio pode sugerir: a consolidação e fidelização de classes médias e elites que se aproximam de Washington e marcam definitivamente o local geopolítico e ideológico dessas sociedades, mesmo após o fim do convite e da relação econômica especial estabelecida com os Estados Unidos. Dessa forma, o desenvolvimento a convite também se comunicou com a perspectiva de controle e administração do conflito social a nível global.

**Gráfico 9. PIB per capita do Japão (dólares correntes 2011).**



Fonte: Elaboração própria com dados contidos em: The Maddison Project Database 2020.<sup>16</sup>

Nesta seção do primeiro capítulo, procuramos demonstrar as facilitações garantidas ao Japão pelos Estados Unidos no contexto do pós-Segunda Guerra, segundo a hipótese do desenvolvimento a convite. Conforme visto, procuramos demonstrar alguns elementos-chave deste relacionamento econômico especial, tais como: a tolerância a barreiras protecionistas

<sup>16</sup> Disponível em:

(<https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/releases/maddison-project-database-2020>). Acesso em: 30/11/2021.

tarifárias e não-tarifárias; as medidas tomadas por Washington com vistas a reduzir a restrição externa para o Japão; a promoção de um papel privilegiado para a manufatura japonesa dentro do recorte asiático; a tolerância à retomada do papel concentrador dos *zaibatsus* (*keiretsus*); e, finalmente, o estreitamento da cooperação estratégico-militar entre anfitrião e convidado. Dessa forma, esperamos demonstrar os aspectos práticos do “desenvolvimento a convite”.

#### 1.4. Conclusões do primeiro capítulo

Através do exame dos casos nacionais de desenvolvimento a convite de Alemanha e Japão, procuramos demonstrar o caráter especial e historicamente relevante deste mecanismo. No pós-guerra, a relação econômica especial estabelecida entre o anfitrião Washington e seus parceiros convidados foi essencial para a poderosa rearticulação desses capitalismo. Conforme introduzido, o relacionamento econômico estabelecido entre os Estados Unidos e a China no contexto do *rapprochement* durante a década de 1970 nutre algumas semelhanças com estes processos.

Como elementos chave do convite para o desenvolvimento estendido por Washington, podemos elencar: a tolerância a taxas de câmbio bastante desvalorizadas em relação ao dólar; a abertura do mercado americano à manufatura do anfitrião; o estreitamento securitário e estratégico anti-soviético; a promoção dos interesses do convidado nas organizações econômicas internacionais; a promoção regional e global das exportações do convidado; e o relaxamento da restrição de balança de pagamentos ao convidado, por vias diversas.

É evidente que não existem trajetórias perfeitamente idênticas. No caso japonês, como procuramos demonstrar, o papel das exportações à Ásia foi inicialmente menos relevante, com os Estados Unidos tendo de desempenhar um papel maior. No caso alemão, a Europa em reconstrução fornecia o terreno natural para a expansão de seu capitalismo doméstico, sendo que no caso japonês houve uma incerteza inicial a respeito do papel comercial do continente asiático para o convidado Japão. No longo prazo, também o mercado americano seria mais útil ao Japão do que à Alemanha. Ou seja, há diferenças significativas entre os processos de reconstrução nacional no pós-guerra, como não poderia deixar de ser.

No próximo capítulo, buscaremos analisar “o convite chinês” e suas particularidades, procurando responder em quais graus a experiência chinesa se aproxima deste conceito e também em que medida Washington ajudou a China nos marcos de uma relação econômica

especial a partir de 1970. Daremos especial atenção ao período de preparação para o convite, passando pela ruptura das relações entre China e União Soviética.

## 2. SEGUNDO CAPÍTULO: O CONVITE À CHINA

### 2.1. Introdução ao segundo capítulo

Ao longo do último capítulo, foram examinados os dois casos clássicos de desenvolvimento a convite no pós-guerra, Alemanha Ocidental e Japão. Foi possível averiguar que a estratégia de Washington para os dois pólos diferiu consideravelmente, sendo a única constante a necessidade premente de contenção aos desígnios que partiam da União Soviética em direção ao vasto *Rimland* e às franjas da Eurásia. Contudo, conforme procuramos demonstrar, em ambos os casos, Washington pôde usar o seu grande mercado doméstico como elemento dinamizador das economias convidadas, cujas exportações capitaneavam - em maior ou menor grau - os esforços (re)desenvolvimentistas de Japão e Alemanha Ocidental.

No caso chinês, cujo exame propomos neste presente capítulo, houve a necessidade de um longo período de preparo para o convite, representado pelo lento, mas inexorável, degradar das relações entre Pequim e Moscou e pelo vacilante, mas notório *rapprochement* entre Pequim e Washington. A diferença fundamental se expressa pelo distinto grau de autonomia da convidada China: forjada no bojo de uma revolução socialista, valeu-se de uma autonomia político-estratégica da qual não puderam aproveitar o Japão, militarmente submisso e ocupado; ou a Alemanha, dividida. A China transita do convite dos anos 70 e 80 ao seu próprio caminho pós-90 de maneira autônoma e confiante, em um caminho que simplesmente não figurava como opção viável a outros convidados.

Contudo, antes de receber o “convite para o desenvolvimento” através do Pacífico, Pequim teve que passar por um processo de distanciamento em relação à União Soviética. Como é bem sabido, Moscou desempenhou um papel relevante nos anos iniciais da República Popular, com ajuda técnica e de planejamento econômico (Garver, 2016). A União Soviética, além disso, foi o primeiro país a reconhecer a República Popular da China (Tucker, 2005). Sendo assim, sustentamos aqui que uma compreensão completa a respeito da ruptura da amizade sino-soviética é necessária para entender como foi preparado o cenário para o vindouro “convite à China”. Do lado de Washington, a herança da teoria do *Heartland* - imiscuída na nova Doutrina de Contenção a partir da administração Truman - continuava a informar diretamente a política externa americana. Do lado de Pequim, como visto no

capítulo anterior, a substituição da visão estratégica do tipo “Três Mundos”, que enfatizava a peculiaridade chinesa, pela do tipo “Linha Horizontal”, que salientava a necessidade de barrar Moscou; habilitando com que os chineses, desarmados assim da retórica de irmandade comunista, recebessem a boa vontade americana à medida em que temiam o ímpeto soviético (Kissinger, 2011).

Dessa forma, este capítulo está estruturado em cinco partes, com vistas a compreender o peculiar “convite à China” desde o seu preparo até o seu desenlace décadas mais tarde. Como horizonte temporal para o exame deste capítulo, elencamos o colapso soviético e sua repercussão para as esperanças liberais a respeito da China como pontos finais. Para executar esse objetivo, nos valem aqui de pesquisa bibliográfica com foco especial em atores relevantes neste processo histórico, análise de dados de comércio internacional e macroeconômicos, além da análise de política externa.

Na primeira parte, intitulada “Desenvolvimento econômico sob Mao e seus gargalos”, exploram-se os dilemas produtivos e estratégicos que Pequim enfrentou logo nas primeiras décadas posteriores ao sucesso da sua revolução socialista, as rusgas iniciais com Moscou e os tentativos primeiros passos rumo à aproximação com os Estados Unidos. O exame desses temas é crucial para que possamos entender em qual posição se encontrava a China quando ela decide aceitar o convite e jogar a “carta americana”.

Na segunda parte, intitulada “A ruptura sino-soviética”, passamos pelo degradar do relacionamento entre Moscou e Pequim, buscando explorar como Washington realizou a leitura estratégica correta naquele momento e apostou suas fichas na aproximação com a China, resolvendo problemas delicados como a questão de Taiwan, a representação nas Nações Unidas e o reestabelecimento de relações diplomáticas e comerciais formais.

Na terceira parte, intitulada “O convite à China: aspectos geoeconômicos e geopolíticos”, exploramos os principais desdobramentos desse convite à China, garantindo especial atenção ao fato de que o processo de *rapprochement* concentrou movimentos econômicos e geopolíticos. Isto é, a aproximação entre a China e os Estados Unidos respondia a ditames geopolíticos e também a ditames econômicos, uma vez que o período que se inaugura a partir da década de 1970 marca um momento crítico na história do capitalismo global, repleto de mudanças estruturais e realinhamentos produtivos globais. Passamos pelo momento de amadurecimento deste convite, na década de 1980, indo em direção ao desenlace dessa década, marcada indelevelmente pelo colapso soviético, e

passando pelos Acordos de Plaza. Esta terceira seção dividimos em três partes, ao longo das quais abordamos o contexto deste convite à China e posteriormente os ganhos auferidos pela China e os ganhos auferidos pelos Estados Unidos.

Na quarta parte, intitulada “Vozes liberais: armadilhas em Washington e em Pequim”, buscamos explorar o malfadado sonho liberal a respeito do desfecho desse convite à China. Esperanças liberais ligadas a um “desfecho soviético” em Pequim ao fim da década de 1980 e início da década de 1990 não se materializam. Contudo, com base na obra de Isabella Weber (2021), sustentamos também que a trajetória não foi exatamente tranquila e que “atravessar o rio pulando as pedras”, como se diz no provérbio chinês, provou ser uma tática essencial para se evitar descontroles neste crítico período.

Finalmente, na quinta e última seção, procuramos concluir as principais lições do exame do convite para o desenvolvimento à China, buscando refletir sobre este convite chinês.

## **2.2. Desenvolvimento econômico sob Mao e seus gargalos**

Como foi previamente mencionado na introdução, nesta seção procuramos analisar os principais dilemas produtivos e estratégicos que fustigavam a posição chinesa durante as décadas anteriores à reaproximação com os Estados Unidos. Fazemo-lo para adequadamente compreender o cenário dessa economia quando foi tomada a decisão de apostar na carta americana, a partir de meados dos anos 1970.

Após um século de humilhação, no contexto do qual fora ocupada e saqueada por uma miríade de potências imperialistas, tanto ocidentais como não-ocidentais, a China se estabelecia como um Estado unificado e coeso ao fim do período da Guerra Civil, em 1949. Assim, recém-saída de cem anos de espoliação, a China adentra a década de 1950 com uma renda per capita ainda inferior àquela de 1800, em um estado muito crítico e precário (Maddison, 2007). Portanto, as primeiras décadas da era Mao Zedong são tomadas por uma necessidade febril de industrialização e modernização. Para executar os ambiciosos planos da nova elite política nascida com a revolução, o modelo soviético foi tido como a inspiração preferencial, uma vez que fora feita a leitura de que o modelo ocidental burguês havia sido tentado na China em 1911 e fracassado (Garver, 2016). Dessa forma, o conselho e a assistência soviéticos seriam cruciais no primeiro momento da República Popular. Contudo, nem mesmo nos seus melhores momentos este relacionamento entre chineses e soviéticos se

deu sem obstáculos. A primeira visita de Mao a Moscou já causara desconforto, uma vez que o líder russo se mostrou vacilante em aceitar as principais sugestões de sua contraparte chinesa. Em especial, Stalin temia que se aproximar demais da China naquele momento pudesse prejudicar os ganhos soviéticos no Extremo Leste e levar a uma confrontação com os Estados Unidos (Radchenko, 2013).

Além do mais, a liderança soviética nutria uma desconfiança em relação aos revolucionários chineses em função do aspecto de classe. Enquanto a Revolução Russa fora urbana e havia sido feita com base nos operários fabris, a Revolução Chinesa havia sido rural e essencialmente camponesa (Garver, 2016; Anderson, 2018). Contudo, apesar das desconfianças, a cooperação sino-soviética avançara e chegara ao seu ápice em 1950, quando da assinatura do Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviético (Heinzig, 2004). A década de 1950 marcou o auge das relações entre a China e a União Soviética sendo marcada por quinze mil chineses estudando entre os soviéticos, mais de 700 filmes soviéticos foram exibidos na China, e nunca antes um país exercera tanta influência cultural e técnica sobre a China (Ibid). O “modelo soviético” figurava assim, no início da caminhada dessa jovem república socialista, como uma espécie de guia inicial para o intenso desejo da recém-forjada classe política em prol da modernização e da industrialização, o mais rápido possível.

É fato que, apesar do enorme tumulto político-estratégico doméstico e internacional nessas críticas décadas entre 1950 e 1970, a República Popular da China experimenta um inicial sucesso desenvolvimentista e de mudança estrutural. Podemos examinar na tabela 2 a evolução significativa tanto da produtividade do trabalho industrial como do emprego industrial. Os números também são reveladores ao mostrar o grau de estagnação da produtividade do trabalho agrícola, que acumulou crescimento quase nulo no período. É evidência da mudança estrutural ocorrida sob Mao o fato de que já em 1978, pouco após a retomada de relações com os Estados Unidos e o Ocidente, metade da pauta exportadora chinesa já era composta por manufaturas (Maddison, 2007, p. 87).

**Tabela 2. Indicadores de desempenho setorial na China, 1952 - 1995. Taxas de crescimento em percentual, média anual.**

	1952-78	1978-95
<b>PIB agrícola</b>	2,20	5,15
Emprego agrícola	2,02	0,84
Produtividade do trabalho agrícola	0,17	4,27
<b>PIB industrial</b>	9,29	8,82
Emprego industrial	5,84	4,83
Produtividade do trabalho industrial	3,25	3,81
<b>PIB serviços</b>	4,18	7,86
Emprego serviços	3,20	6,73
Produtividade do trabalho serviços	0,96	1,05
Produtividade do trabalho agregada	1,78	4,74

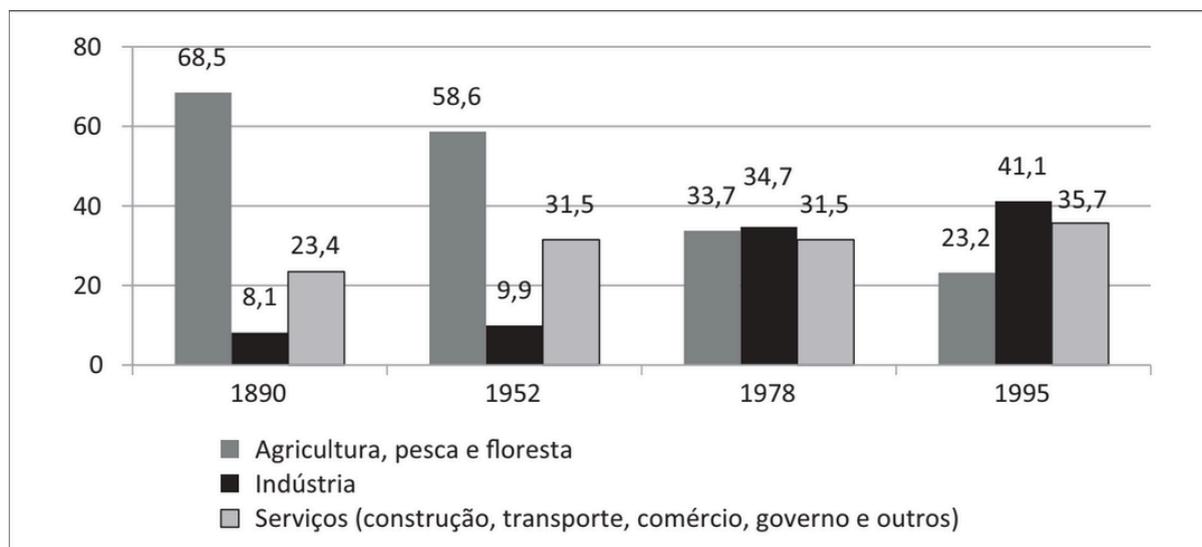
Fonte: Maddison, 1998 apud Nogueira, 2019.

Como podemos observar no gráfico 10, o percentual de participação da indústria no PIB saltou de 9,9% em 1952 para 34,7% em 1978, período que corresponde, evidentemente, às primeiras décadas pós-revolução. Na tabela 3, podemos ver a taxa de crescimento discriminada em setores. Entre 1952 e 1978, o setor industrial cresceu 9,6%, superando inclusive o período posterior, que compreende o tempo passado entre 1978 e 1995.

Conforme coloca Medeiros:

[...] o cenário anterior ao das Reformas de 1978 (onde foram definidas as quatro modernizações) de forma alguma pode ser descrito como recessivo: entre 1965 e 1980 a taxa média de crescimento do PIB foi de 6,8%, sendo superada apenas pela dos países do leste asiático que neste período cresceram a 7,3%. A questão do desenvolvimento chinês nos 60s e 70s não era de falta de dinamismo, mas da existência de profundos desequilíbrios setoriais (em particular o atraso da agricultura) [...] (Medeiros, s.d, p.2)

**Gráfico 10 . Industrialização e Mudança Estrutural. Estrutura do PIB chinês em % do total, preços correntes.**



Fonte: Maddison (1998) apud Nogueira (2019)

**Tabela 3. Taxa do crescimento do PIB (setorial e total) na China, 1890 - 1995, em porcentagem.**

	1890-1952	1952-1978	1978-1995
Agricultura, pesca e floresta	0,3	2,2	5,1
Indústria	1,7	9,6	8,5
Construção	1,6	7,2	11,1
Transporte e comunicação	0,9	6,0	10,0
Comércio e restaurantes	0,8	3,3	9,9
Outros serviços (incl. governo)	1,1	4,2	6,7
<b>PIB</b>	<b>0,6</b>	<b>4,4</b>	<b>7,5</b>
<b>PIB per capita</b>	<b>0,0</b>	<b>2,3</b>	<b>6,0</b>

Fonte: Maddison (1998) apud Nogueira (2019)

Os “profundos desequilíbrios setoriais” aos quais faz referência o autor dizem respeito, sobretudo, à difícil situação no campo, onde os avanços de produtividade eram poucos ou quase nulos ao longo deste período inicial (Maddison, 2007; Nogueira, 2019).

Nogueira (2019) busca a explicação desse imbróglio doméstico no cenário externo. O preparo permanente para a guerra estimulava a autossuficiência produtiva das comunas, o que não permitia especializações produtivas em função do imperativo estratégico. De fato, uma breve recapitulação do estado das coisas nos arredores chineses durante as duas primeiras

décadas após a Segunda Guerra Mundial não deixa espaços para se duvidar deste imperativo estratégico. A guerra na península coreana, as guerras de independência do Vietnã na Indochina, os conflitos fronteiriços com a Índia, as tensões com a União Soviética e as interferências ocidentais no Irã são eventos que pontuam de maneira indelével a tumultuada paisagem do entorno estratégico chinês no período em questão. Soma-se a todos esses eventos os próprios desenlaces recentes da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Civil Chinesa, que ainda deixavam suas lembranças na forma de uma Coreia dividida e de Taiwan, respectivamente. Este breve exame da “rosa dos ventos estratégica” a partir de Pequim nos ajuda a compreender de maneira bastante lúcida a decisão em favor de uma política industrial descentralizada e que promovesse a autossuficiência produtiva das comunas: em caso de perda de algumas províncias no contexto de uma invasão externa, haveria suficiente poder industrial no restante do território para organizar o esforço de guerra. Nogueira resume:

A guerra, ou a ameaça de guerra, foi uma constante durante todo o período de desenvolvimento da China sob Mao. E é ela que vai determinar a estratégia de mudança estrutural da China revolucionária. Fica evidente, tanto em discursos (MAO, 1969 e 1977a) quanto pelas políticas efetivamente adotadas, que o modelo de industrialização maoísta obedecia a objetivos estratégico-militares, e, como uma derivação deste, também a propósitos de melhor distribuição regional da indústria. Nesse sentido, a industrialização assumiu um caráter *altamente descentralizado* em um país com dimensões continentais, com intensa ênfase na indústria pesada e cobrindo ampla parcela do território. Isso levou à formação do que Medeiros (1999) caracterizou como uma coleção de economias regionais, com *baixíssimo grau de especialização e elevada descentralização*. (Nogueira, 2019, p. 33, ênfase própria).

Contudo, apesar da razoabilidade estratégica do plano, seus efeitos para o desenvolvimento econômico da China logo se provaram bastante problemáticos. Apesar do aumento nos níveis de produção industrial e do inicial processo desenvolvimentista e de mudança estrutural, estabeleceu-se uma espécie de deletério ciclo vicioso na China que adentra a década de 1970. O baixo crescimento da produtividade no campo impedia maior liberação da mão-de-obra para atividades de maior produtividade nas cidades, o que é, dentro da literatura sobre o desenvolvimento, um dos mais conhecidos “fatos estilizados”<sup>17</sup>. Adicionem-se a isso os problemas externos mencionados e também os infames desdobramentos domésticos, como o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural.

---

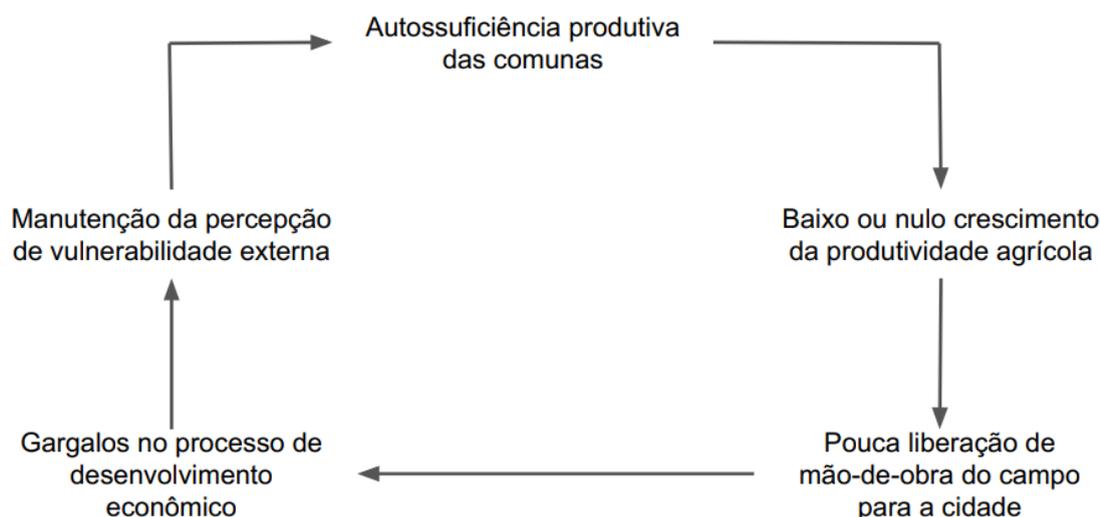
<sup>17</sup> De fato, a maior parte dos países em desenvolvimento não pôde ou não foi capaz de bem regular a transição da mão-de-obra do campo para as cidades, incorrendo, em muitas vezes, na criação de grandes zonas urbanas de baixa infraestrutura nas periferias das grandes cidades. No caso da China, a introdução do *hukou* em 1958 dialoga com esta questão.

A pressão pela distribuição produtiva e pela autossuficiência das comunas prejudicava a produtividade: “Em conjunto com a autossuficiência, segundo Lardy (1978 e 1983), teriam vindo a redução dos ganhos com especialização e escala – *ao ter que produzir de tudo, a comuna produzia tudo ineficientemente.*” (Nogueira, 2019, p. 44, ênfase própria). Esta “coleção de economias regionais com baixíssimo grau de especialização e elevada descentralização” era justamente o que impedia avanços sustentados de produtividade no campo e, portanto, contribuía para a manutenção da percepção de vulnerabilidade entre a classe política chinesa. Assim, tem-se o ciclo vicioso; com a manutenção do gargalo para o desenvolvimento, estimulava-se a percepção de vulnerabilidade, e esta, por sua vez, estimulava a manutenção do plano de descentralização produtiva:

O que nos parece ser o principal ponto crítico do desenvolvimento chinês ao longo do maoísmo, e o gargalo que levará à falência do antigo sistema, é a estagnação no ritmo de crescimento da produtividade agrícola. A produção de grãos cresceu, em média, 2,1% ao ano entre 1957 e 1978, praticamente idêntica ao crescimento populacional de 2,0% ao ano. (Nogueira, 2019, p. 40).

Resumimos na figura abaixo os principais elementos deste ciclo vicioso que fustigava a economia chinesa ao fim do período maoísta.

**Figura 2. Ciclo vicioso e gargalos ao fim do período de Mao Zedong.**



Fonte: Elaboração própria com base em Nogueira (2019).

Esperamos que o elemento visual acima ajude a comunicar a ideia deste ciclo vicioso que procuramos estruturar como marcante do período maoísta. A pressão pela

autossuficiência nascia de uma percepção de vulnerabilidade estratégica. Esta pressão atuava contra o crescimento da produtividade agrícola, o que segurava a liberação de mão de obra do campo para a cidade e o envolvimento em atividades mais produtivas. Este gargalo no processo de desenvolvimento e mudança estrutural contribuía para manter a ideia de uma China vulnerável, o que, por sua vez, retroalimentava a pressão pela autossuficiência produtiva das comunas. Neste sufocante ciclo, a percepção de vulnerabilidade externa jogava papel central e, segundo nossa hipótese, foi justamente o relaxamento externo que permitiu com que este ciclo encontrasse seu desenlace.

Portanto, sobre o período “pré-convite” maoísta, conclui-se:

Nada mais falacioso do que a caracterização da China maoísta como um período de atraso, estagnação econômica ou apenas de acúmulo de tragédias, como é tão comum na literatura que rapidamente revisa o tema. [...] o período maoísta é um profundo emaranhado de contradições, e cujo legado é crucial para a trajetória da China potência que conhecemos hoje. Como primeiro grande legado, foi sob Mao que a China fez sua primeira transformação estrutural e se converteu em uma nação industrializada, claramente nacionalista e anti-imperialista, *conectando a necessidade de modernização com a iminência da guerra*. O investimento em infraestrutura e em ativos fixos já aparece ali como elemento dinâmico da acumulação, como queriam os autores pioneiros do desenvolvimento, com taxas sempre expressivamente elevadas. Entretanto, ao mesmo tempo em que mantém a população nas zonas rurais, sem permitir a urbanização, Mao adota uma política de *desenvolvimento voltada para a guerra* que era, ao mesmo tempo, descentralizada, autoritária e ineficiente, *com economias regionais que deveriam ser autossuficientes em praticamente tudo*, inclusive na indústria pesada. (Nogueira, 2019, p. 48, ênfase nossa).

Dessa forma, a aparição da “carta americana” a partir dos anos 1970 se reveste de importância à medida em que sinalizava a possibilidade de redução da tensão no entorno estratégico chinês e prometia assim ao país a suavização do requisito de descentralização industrial e produtiva.

É evidente que a solução desses problemas internos da economia chinesa passou por reformas domésticas, como, por exemplo, a redução das exigências sobre a classe campesina, que são amplamente referenciadas pela literatura (Lardy, 1993, Naughton, 1996). Contudo, do nosso ponto de vista, foi crucial a retirada da tensão estratégica que motivava muitas das opções de política econômica escolhidas pela liderança maoísta, conforme aponta Nogueira (2019). É importante salientar que o *rapprochement* sino-americano não só aliviou as relações entre Pequim e Washington, mas também aliviou toda a tensão acumulada no entorno estratégico do leste chinês. Coreia do Sul, Taiwan e Japão agora estavam livres para

estabelecer outros tipos de relações com a China e o que se viu no período seguinte foi um relativo aprofundar dos laços econômicos entre todos esses estados do Leste Asiático, em especial no que se refere à relação entre o Japão e a China. De fato, Lardy afirmou que a o processo de abertura a partir dos anos 1970 foi prioritariamente informado pela geopolítica:

[...] a abertura da China ao mundo ocidental no início dos anos 1970 foi motivada largamente por considerações geopolíticas e estratégicas, não por fatores econômicos. Relações com o Ocidente, em particular com os Estados Unidos, foram melhoradas para incrementar a posição chinesa vis-à-vis a União Soviética não porque houvesse qualquer consenso político de alto nível de que a China deveria abandonar a sua política de longo prazo de autossuficiência econômica. (Lardy, 1993, p.11)

Sendo assim, conclui-se que apesar da “carta americana” ter surgido como uma grande opção para as lideranças em Pequim durante o decorrer da década de 1970, não é verdade que o país dependeu única e exclusivamente deste caminho de desenvolvimento, como pretende avançar, em certas ocasiões, a literatura; e nem é verdade que o período maoísta não entregou resultados macroeconômicos e de mudança estrutural relevantes durante as primeiras décadas pós-revolução. É comum, entre certas seções do pensamento econômico, tanto acadêmico quanto popular, a ideia de que a economia chinesa “só deu certo” ao adotar o capitalismo a partir de Deng Xiaoping. É curiosa essa asserção porque nem a China “dava errado” antes, nem Deng “adotou o capitalismo”. Tem-se, na verdade, um cenário complexo e multifacetado: por mais que a economia chinesa tivesse avançado a passos largos durante as primeiras décadas pós-revolução, ainda assim a “carta americana” e o convite ao desenvolvimento através do Pacífico representavam opções interessantes; seu aceite acabou por determinar a trajetória de desenvolvimento do país de maneira decisiva.

Contudo, o aceite desse caminho de desenvolvimento dependia dos desdobramentos da Diplomacia Triangular. O encontro de interesses entre Washington e Pequim passava necessariamente pelo degradar das relações entre Pequim e Moscou. Na próxima seção, abordamos a condição *sine qua non* do convite: o racha sino-soviético.

### **2.3. A ruptura sino-soviética**

Como mencionado, o aceite do convite para o desenvolvimento que partia do outro lado do Pacífico em direção à China também passava por um repaginamento da leitura estratégica interna que Pequim fazia sobre Moscou. Apesar do auxílio prestado por Moscou à

jovem república popular chinesa em seu início, como mencionado na seção anterior, o acúmulo de tensões entre os dois países fazia degradar lentamente as suas relações. Entre os temas que mais fustigaram a amizade sino-soviética estiveram disputas sobre a condução do movimento socialista global, partilha de assistência técnica e segredos atômicos, conflitos internacionais, disputas de fronteira e outros (Goh, 2005). O notório e amargo divórcio entre as duas nações, que começou com polêmicas públicas e terminou em uma escaramuça de fronteira com ameaças nucleares, permanece sendo um dos eventos mais interessantes e indecifráveis da história da Guerra Fria. Para compreender este divórcio, dividimos a atual seção em duas partes. Na primeira, exploramos as razões para o lento degradar desse relacionamento. Na segunda, jogamos luz sobre a investida americana, que, no momento certo, soube ler o jogo geopolítico e se aproximar da China.

### **2.3.1. O lento degradar das relações sino-soviéticas**

É importante notar que a vitória comunista no contexto da Revolução Chinesa não trouxe uma amizade imediata entre União Soviética e China. De fato, o primeiro encontro entre Mao e Stalin fora bastante problemático, conforme nota o autor:

O primeiro encontro entre Stálin e Mao não tinha ido bem. Quando Mao veio se colocar sob o guarda-chuva de segurança de Moscou, ele levou dois meses para convencer Stalin, e mesmo assim teve de pagar pela aliança com pesadas concessões econômicas na Manchúria e no Xinjiang, o que prejudicou a unidade da China (Kissinger, 2011, p. 162, tradução própria<sup>18</sup>).

Mao viria, posteriormente, em uma conversa com Khrushchev, a se referir a essas concessões na periferia chinesa como o estabelecimento de “semi-colônias” da União Soviética, evidenciando o pesado custo percebido por Pequim (Kissinger, 2011, p. 170). Isso salienta o fato de que as relações estabelecidas entre Moscou e Pequim não eram as relações fraternas e amigáveis entre dois grandes irmãos comunistas. Seu grau variou consideravelmente ao longo das décadas posteriores à Segunda Guerra, mas mesmo nos seus melhores momentos nunca se livrou completamente dos temores mútuos e desconfianças. Inclusive, tem sido notado pelo debate estratégico contemporâneo o curioso fato de que as relações entre Moscou e Pequim hoje atingiram seus melhores níveis, após as nações terem

---

<sup>18</sup> No original, em inglês: “The first meeting between Stalin and Mao had not gone well. When Mao came to put himself under Moscow’s security umbrella, it took him two months to convince Stalin, and he had to pay for the alliance with major economic concessions in Manchuria and Xinjiang impairing the unity of China.”

tomado caminhos bastante diferentes no que se refere aos seus ordenamentos ideológicos internos.

Adicionalmente, é muito revelador Mao ter caracterizado essas concessões aos soviéticos na Manchúria e no Xinjiang como o estabelecimento de “semi-colônias”, uma vez que isso resgata a visão chinesa a respeito das agressoras potências coloniais estrangeiras. Ao longo do século XIX, a Rússia não havia se furtado a explorar a China no contexto do neocolonialismo e a memória deste século da humilhação constitui pesada chaga para a identidade nacional chinesa.

Já no contexto da Guerra Fria, ponto inicial das rugas sino-soviéticas já houvera ocorrido logo em meados da década de 1950, com a ascensão de Nikita Khrushchev à liderança do Partido Comunista da União Soviética. Em seu discurso secreto, onde toma lugar a denúncia ao período de Stalin, Khrushchev expressa ideias que não foram bem recebidas por Mao. Khrushchev e colegas denunciam a política de culto à personalidade de Stálin e promovem uma “desestalinização” do aparato burocrático soviético, processo este que foi muito mal recebido em Pequim. Sobre a postura de Khrushchev em relação à China, Kissinger comenta:

Em direção à China, a postura de Khrushchev era um misto de condescendência e frustração que os autoconfiantes líderes chineses presumiam enunciar a predominância ideológica de Moscou. Ele entendia o significado estratégico da aliança com a China, mas ele temia muito as implicações da versão chinesa da ideologia. Ele tentava impressionar Mao, mas nunca aprendeu o vernáculo do que Mao poderia levar a sério. Mao, por sua vez, usou a ameaça soviética sem prestar muita atenção às prioridades soviéticas. No fim, Khrushchev recuou de seu compromisso inicial de se aliar à China em direção à uma postura de indiferença mal-humorada enquanto gradualmente aumentava a presença militar ao longo da fronteira chinesa, tentando o seu sucessor, Leonid Brezhnev, a explorar a ideia de ações preemptivas contra a China. (Kissinger, 2011, p. 162, tradução própria).

De fato, Mao parecia saber muito bem usar a “indiferença mal-humorada” (*sulky aloofness*, no original) de Khrushchev de maneira extremamente estratégica. Kissinger, inclusive, dá muita importância à incrível capacidade de Mao de, como dito, “usar a ameaça soviética sem se importar com as prioridades soviéticas”. Um exemplo claro desta asserção se relaciona à Segunda Crise do Estreito de Taiwan, em 1958. Em 23 de agosto deste ano, o Exército Popular de Libertação iniciou mais uma campanha massiva de bombardeio contra as ilhas de Quemoy (Jinmen) e Matsu, territórios da República da China (Taiwan), a exemplo do que havia acontecido na Primeira Crise do Estreito, em 1954-55. Mao sabia que a elite

soviética era oposta à intensificação do conflito por Taiwan e que Khrushchev havia inaugurado uma política de coexistência pacífica com o Ocidente. Contudo, Mao se vale do fato de que o líder soviético havia visitado a China três semanas antes do incidente como uma maneira de sugerir aos americanos que os soviéticos estavam cientes do ataque, ou pior, o haviam fomentado; quando, na verdade, a operação não havia sido discutida<sup>19</sup>. Kissinger nota a grande vitória “psicológica e moral” de Mao, que sabia se valer dos soviéticos quando necessário fosse:

Pequim estava adicionando seu aliado soviético à sua estratégia diplomática *contra a sua vontade* e mesmo *sem com que Moscou percebesse que estivessem sendo usados*. [...] A única parte da diplomacia triangular que não entendeu o que estava acontecendo foi o próprio Khrushchev. [...] (Kissinger, 2011, p. 174-5, tradução e ênfase próprias).

Posteriormente, Kissinger também viria a notar que Khrushchev era “como um ator em uma peça que havia sido escrita por outros” (2011, p. 176). De maneira geral, o autor salienta como Mao sabia usar os soviéticos para os seus propósitos, frequentemente os envolvendo em uma dança diplomática que não os beneficiava diretamente. Do outro lado, foi notado que Khrushchev considerava que a postura provocativa de Mao no referente à possibilidade de guerra nuclear como muito preocupante (Garver, 2016, p. 128).

Também é válido lembrar que o desconforto e a eventual ruptura entre China e União Soviética são fenômenos que possuíam um caráter ideológico, ligado às disputas internas sobre a condução do marxismo-leninismo. Embora os aspectos materiais e geopolíticos da ruptura sino-soviética devam, do nosso ponto de vista, ser entendidos como prioritários, é evidente que aspectos ideais e/ou ideológicos também desempenham seus papéis e que se comunicam de maneira direta ou indiretamente com a realidade material estabelecida.

Mao Zedong denunciava a política de coexistência pacífica com o Ocidente capitalista implementada por Moscou quando da ascensão de Khrushchev e de seu “Discurso Secreto” como uma atitude revisionista. O autor Lorenz Luthi compreende a oposição entre Mao e o revisionismo de Khrushchev como algo fundamentalmente inspirado pelos desafios domésticos do líder chinês (Luthi, 2008). Conforme a indisposição de Mao com as políticas postas em marcha por Khrushchev se recrudescia, também crescia a esperança de que forças anti-Khrushchev poderiam retomar a dianteira do partido após a sua queda. É justamente

---

<sup>19</sup> Putin executou uma manobra exatamente oposta em 2022, quando da invasão à Ucrânia, recebendo Xi Jinping semanas antes da operação, deixando o Ocidente a se perguntar se o líder chinês sabia ou havia avalizado a operação. Para mais detalhes, ver Cecílio, 2023, disponível em: <https://www.opeu.org.br/2023/03/13/guerra-da-ucrania-e-o-jogo-de-percepcoes-entre-moscou-pequim-e-washington/>, 10/03/2023.

quando essa esperança não se materializa que Mao opta por ir à ofensiva contra seus adversários internos, conforme coloca o autor:

A queda de Khrushchev em outubro de 1964 não levou nem à uma queda do revisionismo nem à submissão do partido soviético à vontade de Mao. O fato de que o revisionismo continuou firme e forte na União Soviética após a queda de Khrushchev, combinado com o seu medo de que ele prosperaria na China, fizeram com que Mao tomasse medidas radicais no cenário doméstico. Em 1965, ele tomou uma série de atitudes confrontacionais [...] que levariam à Revolução Cultural um ano mais tarde. Como Mao retoricamente ligava seus adversários internos ao revisionismo soviético, o colapso final das relações partidárias entre China e URSS em março de 1966 foi primeiramente em função das suas políticas domésticas (Luthi, 2008, p. 285, tradução própria).

O mal-estar entre Mao e Khrushchev também passava pela relutância soviética em apoiar os esforços nucleares de Pequim. Após sucessos iniciais e grande assistência no desenvolvimento do programa nuclear chinês, a União Soviética retira seu apoio. Essa recusa soviética em fornecer mais assistência nuclear à China exacerbou as fissuras entre os dois países, contribuindo para o agravamento das hostilidades. A ausência de apoio nuclear por parte da União Soviética levou a China a desenvolver seu próprio programa nuclear, marcando uma virada significativa na dinâmica de poder dentro do bloco comunista e contribuindo para a posterior ruptura sino-soviética. Em 1959, Khrushchev declarou: “Sob nenhuma circunstância deve a União Soviética continuar a transferir segredos atômicos à China” (Reed, Stillman, 2010, p. 101). Mao viria depois a declarar que o programa atômico chinês havia sido construído de maneira totalmente independente.

Se as relações sino-soviéticas já não estavam muito boas sob a liderança de Khrushchev, elas não sobreviveriam ao período de Brezhnev.

A ascensão de Brezhnev (1964 - 1982) e a consolidação daquilo que ficou conhecida como a sua doutrina só fez amargar o relacionamento sino-soviético.. Após a intervenção na Tchecoslováquia, em 1968, a União Soviética assumia uma postura vista em Pequim como arrogante e interventora, capaz de interferir em estados comunistas “desviantes”. Do ponto de vista de Moscou, é óbvio, não havia estado comunista mais desviante do que a China. Desde a ascensão de Brezhnev, a URSS havia fortalecido a oposição política na China e havia também distribuído um número cada vez maior de tropas na fronteira (Sutter, 2010, p. 70). Considerando o número médio de soldados em uma divisão soviética no período, Moscou moveu provavelmente algo próximo a um milhão de soldados para a fronteira com a China<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Cálculos feitos com base em Tucker (1995).

Essas tropas também eram, em sua maioria, divisões motorizadas e mecanizadas, mais próprias para um avanço rápido e decisivo, ao estilo daquele realizado pelos soviéticos contra a Manchúria japonesa no período final da Segunda Guerra Mundial (Sutter, 2010). O volume e o tipo das tropas, portanto, justificadamente causavam rusgas em Pequim. Neste contexto tenso, escaramuças de fronteira se tornavam cada vez mais prováveis, conforme resume o autor:

As autoridades chinesas tomaram a iniciativa no contexto da crescente presença militar soviética ao longo da fronteira, surpreendendo e emboscando tropas soviéticas em patrulha ao longo de uma ilha fluvial contestada no início de março de 1969 e publicando o incidente em suas mídias oficiais. Ao invés de se intimidarem, as forças soviéticas sob Brezhnev responderam mais tarde no mês de março aniquilando uma unidade fronteira chinesa, preparando assim o cenário para uma escalada retórica e de confrontos militares durante a primavera e o verão de 1969. Os choques posteriormente levaram à uma batalha maior em agosto que viu os soviéticos infligirem perdas significativas à China. Oficiais soviéticos então fizeram correr notícias por canais de outros países, que com certeza chegariam a Pequim, de que Moscou estava em contato com demais países para assegurar a neutralidade em caso de conflito e de que a União Soviética preparava um ataque frontal contra a China, incluindo o possível uso de armas nucleares. (Sutter, 2010, p. 71).

O avançar da doutrina Brezhnev foi provavelmente o fator decisivo para o início das conversas sobre o *rapprochement* e o convite. Tucker avança:

O que fez 1971 a primeira verdadeiramente ocasião viável para o *rapprochement* foi o ímpeto estratégico fornecido pela agressão soviética. Sob a doutrina Brezhnev de 1968, Moscou clamava o direito de violar a soberania para proteger o socialismo, colocando a segurança da China em risco. Nixon e Kissinger compartilhavam da ânsia chinesa em interromper a expansão moscovita e para fazê-lo jogaram a ‘carta China’. (Tucker, 2005, p.121).

Neste contexto, com a China se vendo cada vez mais alienada de Moscou e sendo inclusive ameaçada com retaliações nucleares, a opção pela carta americana e pelo *rapprochement* figurava como uma atraente escolha que poderia, ao mesmo tempo, resolver ditames geoestratégicos e geoeconômicos. Nesse sentido, Kissinger (2011) nos oferece uma janela única de compreensão a respeito da cambiante visão estratégica chinesa. Segundo o homem de Estado estadunidense, a deterioração das relações entre Pequim e Moscou teria colocado os chineses em uma delicada posição na qual precisavam decidir rapidamente qual das duas superpotências da Guerra Fria lhes representava o maior perigo. O autor narra um episódio em que Mao resgata dois antigos marechais, perseguidos durante o período da Revolução Cultural, e os consulta sobre essa sensível questão. A conclusão dos oficiais é

unânime: a ameaça soviética se mostra maior e, em caso de progressiva deterioração das relações com Moscou, a China deveria fazer eco à sua antiga tradição de manipular os bárbaros uns contra os outros, trocando os de perto por aqueles de longe; e assim jogar a “carta americana” (Kissinger, 2011, pp. 211-12).

Esta opção por parte de Pequim provocou uma mudança na leitura que a própria China fazia de suas relações exteriores. Kissinger nota que Mao havia passado de uma leitura do tipo “Três Mundos” para uma de tipo “Linha Horizontal” (Kissinger, 2011, p. 303). A leitura de “Três Mundos” havia sido aquela sustentada por Pequim em momentos de grande incerteza, pois lhe garantia uma certa flexibilidade tática: a China não se postava nem como aliada americana nem como aliada soviética, mas sim como parte do “Terceiro Mundo”, oposto aos dois mundos de então: o americano e o soviético. Já o conceito de “Linha Horizontal” aproximava Pequim a Washington na tarefa de conter Moscou ao longo de tal linha, uma espécie de “cinturão eurasiático” que serviria como um grande limite horizontal aos esforços expansionistas soviéticos. Kissinger aponta que Pequim se valia de uma dessas duas visões conforme ditasse a conveniência. Nos momentos em que a relação sino-americana atingia seus graus mais íntimos, Pequim esposava a visão da Linha Horizontal; enquanto que nos momentos em que a China necessitava de margem de manobra e de flexibilidade nas suas relações exteriores, era hora de se valer da visão de “Três Mundos” (Kissinger, 2011, p. 390). É válido notar como o conceito de “Linha Horizontal” dialoga com a própria prática do convite. Se se tratava de um “grande cordão sanitário” do lado geopolítico, do lado geoconômico se traduzia em um grande convite para o desenvolvimento e para a mudança estrutural de seletos Estados localizados nesta faixa eurasiática.

Do lado americano, a relação íntima entre as políticas externa e doméstica se fez muito presente no contexto da Diplomacia Triangular. Kissinger salientou que Nixon utilizava a geopolítica para influenciar a política doméstica, sendo unicamente dotado nesse sentido (Kissinger, 2011, p. 218). É muito revelador como o *rapprochement* com a China repercutiu positivamente na sociedade americana. Em uma pesquisa realizada em março de 1966, menos de 1% dos americanos afirmava enxergar os chineses como um povo honesto e só 37% os enxergava como um povo trabalhador; em 1972, 20% consideravam os chineses honestos e 74% os consideravam trabalhadores (Arbage, 2021, p. 107). Ou seja, apesar dos flagrantes riscos inerentes ao ousado lance de política externa jogado por Nixon no contexto

da Ruptura Sino-Soviética e da Diplomacia Triangular, ele rendeu bons frutos domésticos ao presidente americano.

Enquanto a Ruptura Sino-Soviética gradualmente abria o “flanco” chinês para uma investida de Washington, os americanos também viam estímulos econômicos para o *rapprochement* com a China. De fato, o período de *rapprochement* entre os dois Estados correspondia a um cenário em que as duas economias nacionais eram impelidas ao diálogo. Se, por um lado, a Ruptura Sino-Soviética ajuda a explicar as motivações de Pequim e a Diplomacia da Contenção as de Washington; também é fato que as duas economias passavam por distintos momentos domésticos que também motivava a cooperação. Enquanto a China passava pelos supracitados gargalos produtivos e estratégicos, os Estados Unidos passavam por um momento de readequamento da ordem econômica internacional. Os autores Carvalho e Catermol resumem bem a questão:

A conjuntura instável verificada na década de 1970 marcou o fim da chamada “era de ouro” da economia mundial capitalista, evidenciado por baixo crescimento econômico, inflação acelerada e desequilíbrio monetário no âmbito internacional. *Foi nesse contexto que ocorreu a reaproximação entre EUA e China.* Os EUA consideravam a aproximação com a China uma alternativa favorável que fornecesse meios para manter sua hegemonia internacional. *A China seria uma fonte lucrativa provedora de recursos, como mão de obra barata, possibilitando redução nos custos de produção, ao fornecer ampla gama de manufaturas com preços reduzidos e representar uma imensa fonte de demanda para os produtos norte-americanos [...].* Para a China, que também se encontrava enfraquecida, a relação com os EUA seria vantajosa [...] além de ser importante na contenção das forças soviéticas que avançavam a caminho de territórios chineses e, principalmente, como fonte de recursos para a modernização da economia e da indústria chinesas, contribuindo para o desenvolvimento do país. Construíam-se, assim, uma *relação complementar entre os países*, que compreendeu trocas comerciais significativas e intercâmbio de conhecimentos tecnológicos cruciais para o desenvolvimento chinês. (Carvalho, Catermol, 2009, pp. 229-230), ênfase própria.

Sendo assim, munida da retórica da “Linha Horizontal” e desejosa de procurar soluções para os seus dilemas estratégico-produtivos domésticos, a China adentra a década de 1970 pronta para realizar a opção pelo convite dos Estados Unidos. Portanto, sustentamos aqui que este convite, cuja porção geopolítica ganha corpo a partir da década de 1970, foi o lance mais ousado e que mais rendeu frutos para a política externa estadunidense na segunda metade do século XX. O convite à China exemplifica de maneira irretocável os ditames da Doutrina da Contenção, elencados já em 1947 por Kennan, e escancara a estratégia geoeconômica de Washington no período. Os efeitos para a União Soviética tornam lícita a

suposição de que este talvez tenha sido o desdobramento geopolítico global mais importante desde o fim da Segunda Guerra Mundial; e os acontecimentos desde o colapso soviético dariam ainda mais lastro à esta hipótese. Em suma, se, em Lênin, “há semanas em que décadas acontecem”, o *rapprochement* sino-americano resume em si todas as principais características do grande jogo geopolítico das décadas pós-Segunda Guerra Mundial. Tendo-se em vista o enorme espaço ocupado pela rivalidade entre China e Estados Unidos nas três primeiras décadas deste século, sugere-se aqui que o convite sino-americano inaugurou o século XXI ainda nos anos 70 do século passado.

Concluindo, nesta seção pudemos explorar o principal imbróglio geoeconômico que impactava a China no início dos anos 1970. Do nosso ponto de vista, a solução daqueles problemas domésticos esteve intrinsecamente conectada ao aliviar das relações com o Ocidente. Agora que entendemos os ditames internos que ajudam a explicar a postura de Pequim nas décadas de 1960 e 1970, na próxima seção jogaremos luz sobre o primeiro momento deste convite para o desenvolvimento, substanciado na crítica década de 1970.

### **2.3.2. Nixon e Kissinger: preparando o terreno para o convite e o *rapprochement***

Em 1972, a ida de Nixon à China chocou o mundo, que estava habituado a ver o gigante asiático como um regime comunista isolado, misterioso e fechado. A ideia de que os Estados Unidos, uma superpotência anticomunista convicta, recém-saída de um período de intensa perseguição macarthista, se envolveriam com o seu oponente ideológico era impensável para muitos atores do sistema. A viagem foi fruto de um esforço diplomático cuidadosamente orquestrado com o objetivo de normalizar as relações entre os dois países.

O sigilo em torno da visita aumentou o valor do choque. Durante anos, os americanos recusaram-se a reconhecer a República Popular da China, mantendo em vez disso relações diplomáticas com Taiwan, representante dos partidários nacionalistas do Kuomintang, derrotados na guerra civil que se resumiu após a expulsão dos japoneses. A decisão de Nixon de romper com esta tradição ao engajar diretamente Pequim representou uma vontade de explorar um novo equilíbrio geopolítico, tornado possível pelo degradar das relações entre chineses e soviéticos, cujas frestas foram exploradas por Washington de maneira hábil. O simbolismo da visita de Nixon foi poderoso. O famoso aperto de mão entre Nixon e Mao, capturado em fotografias que reverberaram pelo planeta, representou um momento icônico na diplomacia do século XX. Sinalizou a possibilidade de *détente*, um degelo nas tensões da Guerra Fria e uma reconfiguração das alianças globais. Há poucos outros episódios históricos

que reuniram em si tamanho potencial reorganizador do sistema de equilíbrio de poder global.

Apesar do choque e da generalizada surpresa que a visita causou pelo mundo, a verdade é que o *rapprochement* sino-americano já estava sendo organizado há algum tempo (Dong, 2013, p. 223). Conforme vimos, Mao já havia recebido a avaliação, por parte de seus marechais, de que a União Soviética era mais perigosa que os Estados Unidos e que, se fosse o caso, Pequim deveria preferir a aproximação a Washington (Kissinger, 2011, p. 210), isto é, o bárbaro mais distante, para fazer referência à tradicional postura estratégica chinesa. Em 1967, em um artigo escrito para a revista *Foreign Affairs*, Nixon notoriamente afirmou que “nós simplesmente não podemos deixar a China para sempre fora da família das nações, sozinha alimentando suas fantasias, acalentando seus ódios e ameaçando seus vizinhos” e que era dever americano e ocidental engajar com a China<sup>21</sup> (Nixon, 1967). É digno de nota que desde os passos iniciais do *rapprochement* sino-americano está presente o intuito de Washington em mudar a China, trazendo-a para o escopo da democracia liberal entendida a partir do ocidente. Neste mesmo artigo referenciado, Nixon escreve que “o mundo não estará seguro até que a China mude” e que o intuito americano seria o de “influenciar eventos, induzir mudanças” (Nixon, 1967). Kissinger também faz eco a este sentimento, quando afirma que “a recompensa para o *rapprochement* sino-americano não seria um estado de amizade perpétua [...], mas sim um reequilíbrio global que, em tempo, poderia produzir uma *harmonia de valores*” (Kissinger, 2011, p. 274, ênfase própria). Veremos nas próximas seções deste capítulo como esta “esperança liberal” cresce e ganha fôlego à medida em que o colapso soviético se anuncia e adentramos o período unilateral dos anos 1990.

Em 1971, continuando a tendência de relaxamento das relações em preparação para a viagem de Nixon, Washington sinalizara uma postura mais aberta ao suspender o embargo comercial erigido contra a China<sup>22</sup>, autorizando a exportação de bens não-estratégicos e derrubando todas as restrições sobre importações da China. Em abril de 1971, a notória “diplomacia do ping pong” também fazia avançar o relaxamento sino-americano por vias não-tradicionais, através do intercâmbio de atletas desse esporte (Dong, 2013, p. 229).

Contudo, é a partir da ida de Nixon a Pequim que o ritmo do avanço relacional entre os dois países se intensifica. O comunicado de Shanghai, emitido depois de duros embates

---

<sup>21</sup> <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1967-10-01/asia-after-viet-nam>, consultado em 16/09/2023

<sup>22</sup> <https://www.nytimes.com/1971/06/11/archives/president-ends-21-year-embargo-on-peking-trade-authorizes-export-of.html>, consultado em 15/09/2023.

durante a última noite da visita do presidente americano, lançava as bases para um relacionamento funcional entre Estados Unidos e China no contexto deste *rapprochement*. Ao reconhecer a política de “uma China” e exercer tácita ambiguidade no quesito Taiwan, o comunicado abria espaço para um novo e ampliado grau de cooperação entre Washington e Pequim, driblando de maneira estratégica as questões mais espinhosas (Kissinger, 2011, p. 238). Adicionalmente, para os propósitos do convite conforme avançamos aqui, é de suma importância a presença da cláusula que afirmava que “nenhum dos lados deveria procurar hegemonia na Ásia-Pacífico e ambos se opunham a quaisquer esforços de outro país ou grupo de países em estabelecer tal hegemonia” (Kissinger, 2011, p. 270).

Conforme salienta o ex-Secretário de Estado americano, a cláusula anti-hegemonia representava enorme avanço no que se refere à cooperação “anti-soviética” entre os dois Estados:

Alianças já foram firmadas por muito menos. Apesar de toda a fraseologia pedântica, fora uma conclusão chocante. Os inimigos de outrora estavam anunciando sua oposição conjunta à qualquer expansão da esfera soviética. Foi uma verdadeira revolução diplomática, porque o próximo passo seria inevitavelmente discutir estratégias para barrar ambições soviéticas (Kissinger, 2011, p. 270).

Com a nova quadratura entre os dois países estabelecidas por um documento que era vago o suficiente sobre a questão de Taiwan e explícito o suficiente sobre a questão soviética para que pudesse ser digerido pelos dois públicos, o *rapprochement* estava livre para avançar. Kissinger nota:

A visita de Nixon à China é uma das poucas ocasiões em que uma visita de Estado trouxe mudanças significativas na arena internacional. A reentrada da China no jogo diplomático global, e o aumento nas opções estratégicas americanas, deram nova vitalidade e flexibilidade ao sistema internacional. A visita de Nixon foi seguida de outras visitas comparáveis por líderes de outras potências ocidentais e do Japão. A adoção de cláusulas anti-hegemonia no Comunicado de Shangai significava uma fatural mudança de alianças. Embora inicialmente restrito à Ásia, o entendimento seria expandido um ano mais tarde para incluir o restante do mundo. O nível de consultas entre China e Estados Unidos se expandiu e atingiu um grau raro até mesmo para aliados formais. (Kissinger, 2011, p. 273).

É importante notar que o processo de *rapprochement* com os Estados Unidos não se deu de forma tranquila e pacífica dentro do cenário político chinês. Após a morte de Mao, em 1976, um intenso conflito se desenrolou dentro do Partido Comunista da China. A notória “Gangue dos Quatro”, liderada por Jiang Qing, a última esposa de Mao, articulava as seções mais radicais e à esquerda do Partido, em oposição às facções mais moderadas e pragmáticas,

reunidas em torno de Deng Xiaoping. A Gangue dos Quatro já havia jogado um papel significativo e ampliado sua influência durante a Revolução Cultural, nos últimos anos de Mao e continuou a exercê-la após o falecimento dele (Dittmer, 1978). A instabilidade política em Pequim era algo que preocupava as lideranças em Washington e poderia justificar o postergamento do *rapprochement* (Sutter, 1983, p. 81). Ulteriormente, a disputa política fora resolvida em favor da facção em torno de Deng Xiaoping, sendo que Hua Guofeng, sucessor imediato de Mao no Partido, se move decisivamente contra a Gangue dos Quatro em 1976 (Dittmer, 1978). No campo externo, do nosso ponto de vista, isso abria caminho para o *rapprochement* com os americanos e intensificava a perspectiva do convite à China. Contudo, é fato que a opacidade da intensa disputa no seio do poder chinês nos impede de adequadamente averiguar qual foi a real importância da opção pela “carta americana” nessa luta.

O desdobramento político interno nos Estados Unidos também não era necessariamente menos litigioso. A opção pelo *rapprochement* com a China e a mobilização da política externa nesse sentido não foram acertadas sem um certo nível de contenção doméstica. Contudo, o sucesso doméstico quando do retorno de Nixon lhe garantiu um notório apoio bipartidário nesse tema (Sutter, 1983). De fato, quando se trata de China, a comunidade de política externa americana parece frequentemente contar com franco apoio bipartidário, uma vez que o *rapprochement* continuou tanto em administrações republicanas como democratas. Adicionalmente, o atual momento de tensão, característica da “Nova Guerra Fria”, também não faz distinguir entre republicanos e democratas, estando ambas as administrações em acordo, apesar de muita contenção em outros temas.

Sobre a questão do assento no Conselho de Segurança, cuja transferência de Taipei a Pequim em 1971 inaugura a crítica década do *rapprochement*; elementos da política externa americana já pediam por um reexame da questão chinesa nas Nações Unidas desde pelo menos a década de 1950 (Tucker, 2005). Mesmo as seções mais anti-comunistas do *establishment* em Washington salientavam a insustentabilidade da insistência americana em manter Taiwan como “a única China”:

O secretário de Estado de Eisenhower, John Foster Dulles, ignorando sua muito apaixonada retórica anti-comunista, avançava com muito interesse uma solução de duas Chinas para os conflitos no estreito de Taiwan. Crises repetidas nos anos 1950 a respeito de ilhotas no estreito o haviam convencido de que Chiang estava tentando manipular os Estados Unidos para irem à guerra contra a China. Embora não advogasse pelo abandono da República da China [...], ele repetidamente levantou a possibilidade de assentar as duas

Chinas nas Nações Unidas ao invés de manter a fantasia de que Taipei ainda representava toda a China. (Tucker, 2005, p. 113, tradução nossa).

O *China Lobby*, nome dado à constituição de influenciadores pró-Taiwan nos Estados Unidos, havia sido parte importante da carreira política de Nixon, que chegou a afirmar que ele não precisava ser convencido da importância de Taiwan pelo *China Lobby*, porque seria como “levar carvão a Newcastle” (Nixon apud. Tucker, 2005, p. 116). A delicada secretividade que envolveu a preparação do terreno para o *rapprochement* com a República Popular da China também dizia respeito ao receio que Nixon tinha de ser visto como um traidor pelos seus antigos aliados próximos a Taiwan (Sutter, 1983; Tucker, 2005).

Pressões crescentes pela admissão da República Popular, que haviam sido interrompidas por uma década da Revolução Cultural, haviam sido resumidas, indicando uma necessidade urgente de uma nova política americana. No outono de 1970, os Estados Unidos já não advogavam pela exclusão incondicional de Pequim, e preferiam manter uma postura de que Taiwan deveria estar dentro ao invés da República Popular fora, flertando com a perspectiva de duas Chinas. Diplomatas americanos tinham medo de que os membros das Nações Unidas vissem Taiwan como um ‘navio afundando’, assumindo sua queda como inevitável. Nixon disse a Kissinger que os ‘nossos compromissos com Taiwan devem ser mantidos, mas nós não devemos ser envergonhados por eles’. (Tucker, 2005, p. 127).

De fato, a diplomacia americana parece ter flertado com a ideia da solução de duas Chinas por um tempo. Contudo, quaisquer soluções de representação dual, e seis propostas foram examinadas; enfrentavam enormes obstáculos. O maior obstáculo de todos era, evidentemente, que nenhuma das “Chinas” consideraria a solução razoável. Elementos da política externa americana acreditavam na razoabilidade de uma proposta que colocasse Pequim no Conselho de Segurança e assegurasse um espaço para Taipei na Assembleia Geral. Eventualmente, Taipei declarou que não poderia permanecer nas Nações Unidas se Pequim ocupasse o assento no Conselho de Segurança, argumentando que a República da China era uma das fundadoras da Organização das Nações Unidas. Chiang kai-Shek disse a um emissário de Nixon que “patriotas não podiam conviver com traidores”, em relação à proposição de representação dual; e que “se a República da China um dia sair das Nações Unidas, o mundo saberia que ela não fora forçada a sair pelos comunistas, mas sim pelos EUA”. (Tucker, 2005, p. 129). Conforme o tempo se apressava para a votação em outubro de 1971, campanhas de convencimento global tomaram corpo, com uma importante contribuição para a República Popular da China vinda do movimento dos não-alinhados e de países africanos (Stamelos, Tsimaras, 2022).

Ulteriormente, a República Popular da China foi considerada a representante legítima da China nas Nações Unidas através da Resolução 2758, que tomou lugar a 25 de outubro de 1971, em detrimento da República da China e à luz do fracasso da insípida proposta de representação dual. Apesar da formalização do voto negativo dos Estados Unidos na Resolução 2758, o *rapprochement* continuava a passos firmes. Nixon e Kissinger teriam considerado a proposta de representação dual fantasiosa demais, e se preparado para a ascensão de Pequim nos bastidores, enviando garantias à República Popular (Tucker, 2005, p. 131). Ulteriormente, Nixon estava interessado em utilizar a República Popular da China no contexto de um grande desdobramento geopolítico com vistas a conter a União Soviética, e a questão da perda de Taiwan nas Nações Unidas fora enxergue como um desdobramento menor, tendo em vista os frequentes comentários demeritórios lançados por Kissinger às Nações Unidas, classificada como um ‘mero clube de debates’. (Tucker, 2005, p. 132).

A questão continuaria sensível, sendo tema do Communiqué de Shanghai em 1972, que parece finalmente concluir o debate sob uma quadratura vaga, cinza e flexível; mas que foi suficiente para permitir a continuidade do convite e do *rapprochement* entre as duas potências. Tucker (2005, p. 134) nota que, “até o fim de 1973, as duas Chinas haviam essencialmente trocado de lugar nos corações e mentes dos líderes e do povo americanos”. Laços mais fortes com Pequim e a desorganização do *China Lobby* em Washington contribuíram para a gradual ascensão da República Popular da China no contexto do *rapprochement* e do convite. O caminho parecia livre para o convite.

#### **2.4. O convite à China: aspectos geoeconômicos e geopolíticos**

Conforme vimos nas seções anteriores, os desdobramentos da era maoísta somados ao degrading das relações sino-soviéticas contribuíram para um cenário único onde a economia chinesa era impelida ao diálogo com Washington e a jogar a “carta americana”. Adicionalmente, por parte dos Estados Unidos, a crítica década de 1970 apresentava desafios únicos que também pareciam impelir os americanos ao diálogo com a China. Essa delicada década marca a desidratação do padrão monetário anterior, diagramado a partir de Bretton Woods; e marca também a desarticulação de um largo arcabouço prévio que organizava a economia política das nações ricas do globo, pautado amplamente no keynesianismo, na

manutenção de altas taxas de crescimento do produto, na perseguição ao pleno emprego e na tolerância a intervenções mais frequentes do Estado.

A fim de compreendermos como se deu o convite para o desenvolvimento à China nesse período, dividimos a seção presente em três partes. No primeiro, jogamos luz sobre o contexto do capitalismo mundial e das relações globais de poder a partir dos anos 1970 e passando pelos anos 1980, indo até o ulterior colapso da URSS, prestando especial atenção ao fortalecimento da globalização, ao desidratar do período prévio keynesiano da “era de ouro”, do neoliberalismo, da desindustrialização de países ricos e da abertura de uma nova fronteira de acumulação na China. Em seguida, examinamos os ganhos desse período do convite para a China e, posteriormente, para os Estados Unidos.

#### **2.4.1. O contexto do convite à China: cadeias globais de valor, desindustrialização e crise**

A criticidade desse período da década de 1970 já foi amplamente abordada pela literatura, tanto por aqueles que viam neste momento o possível fim da hegemonia americana e a substituição de um ciclo sistêmico de acumulação por outro (Arrighi, 1994), como por aqueles que, ao contrário, entendiam o momento como uma janela de oportunidade para a reassertão da hegemonia de Washington (Tavares, 1985 [1997]).

Fato é que a coadunação de elementos caóticos e disruptores que se apresenta a partir da década de 1970 introduzia mudanças estruturais ao capitalismo de então. A substituição de um padrão monetário dólar-ouro, regulado e previsível, pelo padrão dólar-flexível aumentou o grau de incerteza no sistema à medida em que fazia avançar o “privilégio exorbitante” de Washington. A Guerra do Yom Kippur, em 1973, movida pelos estados árabes contra Israel, introduz o primeiro choque do petróleo, com consequências indeléveis para o ambiente monetário ocidental. Com o súbito aumento do preço desse bem estratégico, o sistema passa a conviver com a incômoda situação de inflação persistente somada ao baixo crescimento e à alta generalizada das taxas de juros, a “estagflação”; logo após três décadas de “era de ouro” pós-Segunda Guerra.

O choque do preço das commodities balançava um recorte econômico do ocidente que era altamente regulado no período anterior (Serrano, 2004, p. 11). A alta persistente da inflação passava a motivar políticas do tipo *stop and go*, contracionistas. A contração, por sua vez, ao minar o ritmo de crescimento sustentado desde o pós-guerra, introduzia uma taxa de desemprego persistentemente mais alta, o que diminuía o poder de barganha da classe

trabalhadora e facilitava o processo de deslocalização produtiva. A inflação persistente desse período, ao pressionar a taxa de lucro de novos investimentos<sup>23</sup>, também impulsionava a abertura de novas fronteiras de acumulação, como na China (Serrano, 2004). Conforme avança Brenner:

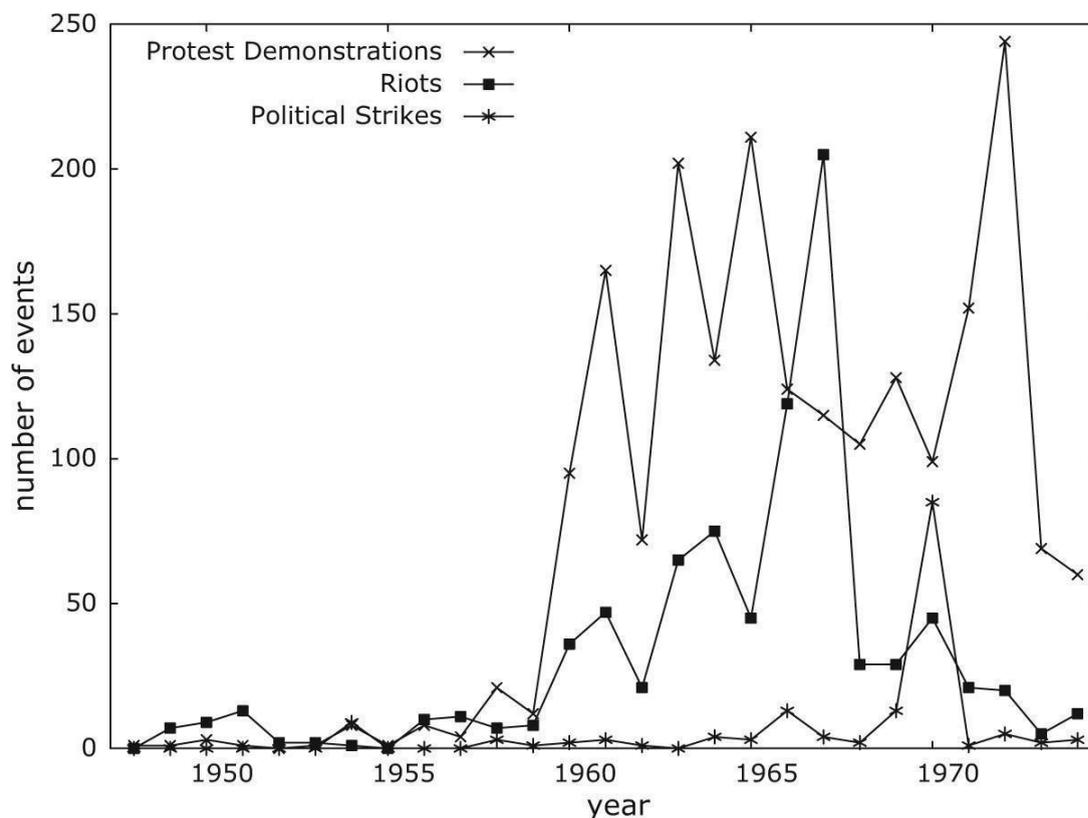
[...] Entre 1965 e 1973, (nos Estados Unidos) as taxas de lucro nos setores manufatureiro e de negócios privados caiu em 40,9% e 29,3%, respectivamente. [...] A taxa de lucro na economia americana então experimentou uma trajetória declinante que só acabaria no início dos anos 1980 (Brenner, 2006, p. 101, inserção própria)

Some-se a isso o legado de uma década de 1960 contestatória, marcada por conflitos raciais, distributivos e geracionais (Serrano, 2004, p. 12). De fato, conforme avança o autor, já havia um grau de pressão inflacionária advindo do reativamento do conflito distributivo nos Estados Unidos e em outros países capitalistas avançados após décadas de relativa tranquilidade keynesiana. O comportamento intranquilo e depois errático do preço das commodities já se faz presente em um contexto no qual a Era Dourada dava sinais de fadiga e crise. Conforme podemos ver na seguinte figura, a partir da década de 1960 temos uma explosão no número de protestos, manifestações e greves nos Estados Unidos:

---

<sup>23</sup> Contudo, é importante salientar que, tanto do nosso ponto de vista como do ponto de vista do autor referenciado, o investimento não é determinado pela lucratividade existente ou esperada, mas sim pelo nível total de demanda agregada (Serrano, 2004).

**Gráfico 11. Número de protestos, manifestações e greves nos Estados Unidos, 1948 - 1972**



Fonte: Taylor C, Jodice DA (1984) *World Handbook of Social and Political Indicators III: 1948–1982*. Inter-University Consortium for Political and Social Research, Ann Arbor, MI.

Este período também é marcado por uma série de perturbações culturais que chacoalharam a estabilidade social e política da Era de Ouro. O avançar do movimento que ficou conhecido como “contra-cultura” e o pipocar de movimentos contestatórios de matizes distintas e em diversos países do capitalismo avançado, como as revoltas de maio de 1968 na França, por exemplo; contribuíam para a instabilidade geral do sistema no período.

Em meio a esse cenário tumultuado, a gradual erosão dos pressupostos keynesianos, que haviam sustentado a “era de ouro” do capitalismo avançado a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, cedia lugar aos postulados neoliberais, que argumentavam pela redução do papel do Estado, a diminuição das redes de proteção social e trabalhista, a redução generalizada de barreiras comerciais e a desregulação do mercado de capitais. Do ponto de vista do padrão monetário internacional, a instabilidade era agravada pela substituição do padrão dólar-ouro pelo dólar-flexível, ocorrida pouco antes do *rapprochement* oficial entre Estados Unidos e China (Serrano, 2004).

Adicionalmente, o avanço dos meios de transporte e de comunicação abria novas avenidas para a expansão internacional dos negócios, ganhando tração assim o fenômeno da globalização. A abertura de uma nova fronteira de acumulação na China e na Ásia de forma geral a partir da década de 1970 alimenta este processo, que passa a transferir manufatura “do Oeste ao Leste” de maneira maciça.

É neste contexto que toma corpo o convite para o desenvolvimento à China. Portanto, o cenário é muito distinto daquele dos convites examinados no primeiro capítulo, Japão e Alemanha Ocidental, que têm seus capitalismo nacionais reativados em um contexto regular, esperado e interventor. Nas próximas seções, buscamos analisar os ganhos mútuos advindos do convite, a níveis geopolíticos e geoeconômicos, em primeiro lugar para a China e, posteriormente, para os Estados Unidos.

#### **2.4.2 Ganhos para a China**

O alívio inicial da tensão com os Estados Unidos, no início da década de 1970, já revelava ganhos imediatos, especialmente no que se refere à questão dos alimentos. Conforme vimos nas seções anteriores, a questão agrícola era de especial interesse para Pequim, uma vez que a estagnação da produtividade no campo era um dos dilemas centrais da economia política chinesa do período. Esse alívio inicial das restrições comerciais dá espaço para que a capacidade importadora chinesa se ocupe, inicialmente, de gêneros alimentícios durante a primeira metade da década de 1970:

O crescimento das exportações chinesas permitiu um elevado crescimento das importações. Estas foram concentradas no início da década (*de 1970*) em alimentos e bem intermediários e já na segunda metade da década, graças ao aumento da produção de grãos, as importações tornaram-se fortemente concentradas em máquinas e equipamentos (Medeiros, 1999, p. 384, adição própria).

De fato, a crescente presença da China no mercado americano de exportações agrícolas foi um dos principais pontos de novidade na década de 1970. Conforme avançam os autores:

Durante a última década (*de 1970*), os maiores mercados para produtos agrícolas americanos não mudaram em importância relativa. O maior mercado é a Comunidade Europeia, que absorve mais de um quarto de todas as exportações agrícolas dos Estados Unidos. Do outro lado, Japão é o país que mais recebe produtos agrícolas dos Estados Unidos, comprando em torno de US\$4 bilhões no ano fiscal de 1978, ou 15 por cento de todas as exportações americanas. *A maior e mais significativa mudança nos anos*

*1970 tem sido o aumento de vendas para países de economia centralmente planejada - Rússia e China em particular. Partindo de um nível negligenciável, exportações agrícolas americanas para essas economias cresceram e agora constituem 10 por cento de todas as exportações americanas. (Abrams, Harshbarger, 1979, p. 4, ênfase e adição próprias).*

Portanto, o *rapprochement*, ainda na década de 1970, rendeu um fruto imediato e importantíssimo para Pequim, relacionado ao alívio da questão agrícola e à possibilidade de importação de grãos, demonstrando como o convite repercutiu internamente na economia política chinesa.

Já no contexto da reorganização global dos fluxos de capital e da demolição das pretéritas barreiras comerciais, a China assume, nesse período, um papel relevante como receptora de fluxos de investimento de empresas transacionais oriundas de países capitalistas avançados. Neste novo contexto da divisão internacional do trabalho, profundamente marcado pelo conceito das “cadeias globais de valor” (CGV), o capital ganha mobilidade e passa a explorar diferenciais de custo de trabalho pelo Sul Global. Munido da teoria ricardiana de vantagens comparativas, o novo *Zeitgeist* neoliberal faz espalhar pelo Terceiro Mundo a produção manufatureira e industrial<sup>24</sup>:

Neste contexto, indústrias completas em que o trabalho era responsável pela maior parte dos custos, como têxteis, sapatos e brinquedos, foram massivamente realocadas em direção a países de baixo custo laboral; enquanto a fragmentação de processos produtivos em indústrias cujos bens finais eram marcados pela coexistência e combinação de altas tecnologias baseadas em P&D e tecnologias medianas padronizadas (Chesnais, 2015) permitiu com que os estágios intensivos em trabalho, particularmente a montagem, a também serem sujeitos à realocação. A fragmentação dos processos produtivos assumiu tamanha profundidade que engloba não apenas a partilha do processo manufatureiro de bens finais, mas também a própria partilha dos processos produtivos de bens intermediários, em particular no que se refere a partes e componentes, como é o caso na indústria dos semicondutores. Em termos de comércio internacional, a fragmentação da produção foi expressa pela crescente proporção de bens intermediários no comércio total. Muitos países periféricos tornaram-se exportadores líquidos de bens manufaturados finais, devido à sua especialização em indústrias intensivas em trabalho e/ou na etapa de montagem de indústrias de alta tecnologia enquanto dependem pesadamente da importação de bens intermediários. (Majerowicz, 2016, p. 214, tradução nossa).

É evidente que esse novo esquema da divisão internacional do trabalho beneficiava pesadamente os países capitalistas avançados e suas empresas transnacionais, que podiam reduzir dramaticamente seus custos de produção. Os “perdedores líquidos” do processo foram

---

<sup>24</sup> Para um exame mais detido a respeito da relação da China com as cadeias globais de valor, e a respeito das limitações teóricas do modelo neoclássico de comércio internacional, ver Esther Majerowicz Gouveia (2016).

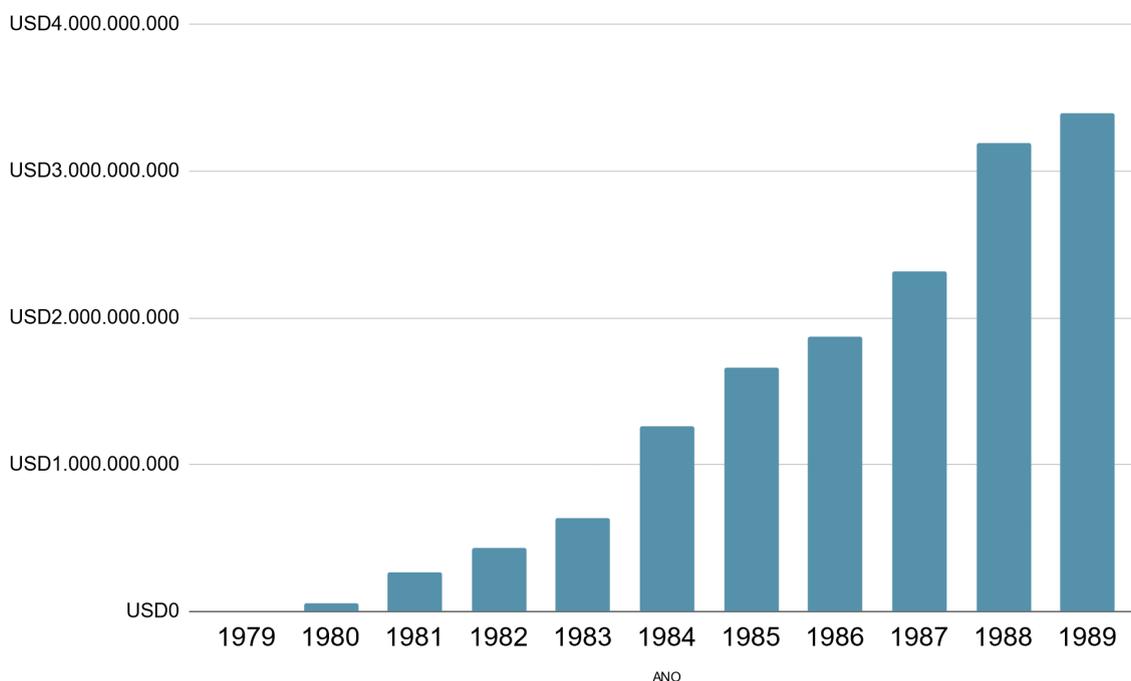
os trabalhadores dos países ricos envolvidos em indústrias cujos custos de produção fossem majoritariamente ligados ao trabalho (Majerowicz, 2016).

A intensificação do processo de realocação industrial sob a batuta das cadeias globais de valor não englobou, evidentemente, apenas a China. Todo o Sul Global pôde se inserir neste novo processo, mas a China, sem dúvidas, adquiriu um status de *primus inter pares*. Isso se deveu a diversos motivos: a produtividade “direta” dos trabalhadores (intensidade do trabalho); prévia facilidade com produção industrial da época maoísta; disciplina e rigor do trabalho no campo, também advindos da época maoísta; grande concentração de fornecedores e de trabalhadores; infraestrutura adequada; e incrível profundidade de oferta laboral (Majerowicz, 2016; Medeiros, 2006; Brown, 2011). Esses fatores contribuíram para que a China se tornasse, então, a “fábrica do mundo”. Do ponto de vista da nossa pesquisa, estes foram fatores que tornavam Pequim especialmente habilitada a aceitar a “carta americana” e o convite para o desenvolvimento cruzando o Pacífico. A autora resume:

[...] tão importante quanto a busca por redução nos custos unitários de trabalho que transformou a China na fábrica do mundo, a mistura entre baixos custos de trabalho com alta produtividade direta da força de trabalho, ganhos sistêmicos de produtividade advindos de logísticas, infraestrutura, redes de fornecedores, efeitos de concentração e de escala resultaram em impactos significativos de produtividade que vão além daqueles a nível da firma [...]. Além disso, o governo chinês colocou em moção uma série de incentivos fiscais, como taxaçaõ reduzida sobre os lucros, para melhorar a atratividade do país ao IED.” (Majerowicz, 2016, p. 221-2).

A posição chinesa neste novo contexto das cadeias globais de valor permitiu com que o país se tornasse um importante centro receptor de investimentos estrangeiros. Conforme podemos ver no gráfico abaixo, entre 1979 e 1989, o IED para a China cresceu de maneira estrondosa, partindo de meros 80,000 US\$ em 1979 para mais de 3 bilhões US\$ ao fim da década:

**Gráfico 12. IED para a China, em dólares americanos, preços correntes, 1979-1989:**



Fonte: World Bank Data.<sup>25</sup>

A presença de filiais de multinacionais na China se emaranhou de maneira significativa com a estratégia geral de promoção das exportações. Zhang e Song (2000) nos informam que, ao fim da década de 1990, exportações realizadas por filiais de empresas estrangeiras na China eram 44% das exportações totais, alcançando US\$ 81 bilhões. Em 1985, os americanos importam US\$3,8 bilhões em produtos da China, valor que saltou para US\$15,2 bilhões em 1989 (US Census<sup>26</sup>). Não é exagero dizer que a China desponta como uma nação comercial (*trading nation*, nas palavras de Naughton, 1996) a partir do convite. O rápido crescimento das exportações combinado à desvalorização do yuan fez subir o coeficiente de abertura (exportações somadas às importações) em relação ao PIB de 10% em 1978 para 17% em 1984 e a 44% em 1994 (Naughton, 1996, p. 273).

Este sucesso exportador gerava um acúmulo de moeda forte. O alívio da pressão sobre a balança de pagamentos advindo da abundância de dólares pode ser classificado como um

<sup>25</sup> Dados obtidos em 09/11/2023, disponíveis em: <https://data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.CD.WD?end=1989&locations=CN&start=1979&view=chart>.

<sup>26</sup> Consulta realizada em 9/12/2023, dados disponíveis em: <https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5700.html>

dos principais trunfos chineses advindos do convite. Apesar da enorme instabilidade monetária à qual várias regiões em desenvolvimento do globo foram submetidas no período em questão, a China pôde manter um perfil razoavelmente estável de suas contas externas. Lardy avança:

Em resumo, a vasta maioria das acrescidas importações chinesas durante a década de 1980 foram pagas com os rendimentos das aumentadas exportações de bens e serviços. [...] Na segunda metade dos anos 1970, trinta ou mais países regularmente exportavam mais bens para o mercado mundial do que a China. A China então deslanchou e se tornou o décimo sexto maior exportador do mundo em 1987 e o décimo terceiro maior em 1989. Ao fim da década de 1980, os únicos países que exportavam mais do que a China eram as economias avançadas da América do Norte e da Europa Ocidental, a Coreia do Sul e Taiwan. (Lardy, 1993, p. 13-14).

O sucesso das exportações e seus rendimentos contribuía para um perfil chinês que pouco necessitava se endividar em moeda estrangeira:

Em comparação com o influxo de investimento directo estrangeiro, o empréstimo chinês tem sido relativamente modesto, um total de 147 bilhões de dólares entre 1979 e 2005, a maior parte a longo ou médio prazo. **A estrutura da dívida apresenta uma exposição negligenciável a mudanças súbitas na confiança estrangeira;** a República Popular nunca esteve em atraso em relação à dívida externa e tem reservas de divisas muito grandes. A este respeito, a sua abertura à economia mundial tem sido notavelmente livre de problemas em comparação com a situação em alguns outros países asiáticos, latino-americanos e no antigo bloco soviético. (Maddison, 2007, p. 89, tradução própria, ênfase própria).

Neste ponto, a trajetória chinesa pareceu aprender com as fracassadas tentativas de industrialização por substituição de importações de regiões em desenvolvimento, como a América Latina ou a Europa Oriental, por exemplo<sup>27</sup>. Endividando-se excessivamente na tentativa de avançar na produção manufatureira, muitos estados dessas regiões foram pegos na “década perdida” e se viram na berlinda quando do momento de retração da liquidez mundial. O alívio político das relações com o Ocidente, o convite e o aumento sustentado das exportações garantiram à China a capacidade de financiar suas crescentes importações sem grandes sustos, mesmo em períodos de instabilidade monetária (Lardy, 1993). Entre 1980 e 1989, mais ou menos um terço das crescentes importações chinesas (ou mais ou menos US\$ 116 bilhões para a década) consistia de maquinaria, equipamento de transporte, instrumentos de teste, e equipamentos ópticos (Ho, 1997, p. 85).

---

<sup>27</sup> Weber (2021) de fato nota como delegações chinesas visitaram a América Latina e aprenderam com as trajetórias desenvolvimentistas da região.

Sendo assim, Pequim acumulou grandes reservas denominadas em dólares e não se expôs de maneira exagerada em sua estrutura de dívida, em um movimento que faria orgulho aos estruturalistas da escola latino-americana. Ou seja, apesar de não poder contar com um ambiente monetário externo controlado, estável e preparado para o desenvolvimento exportador, conforme Japão e Alemanha Ocidental; a China foi capaz de ser bem-sucedida em seu relacionamento com o contexto monetário internacional justamente através do seu desempenho exportador.

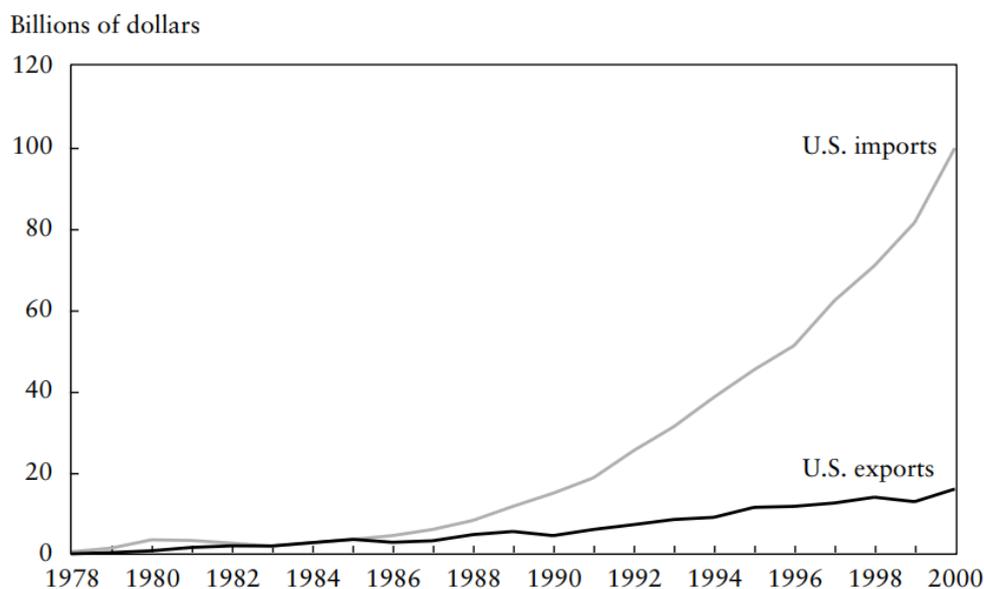
Em termos de matéria monetária, os entraves do convite à China parecem bem mais problemáticos do que aqueles dos convites “clássicos”. Se, em Japão e Alemanha Ocidental, vimos os americanos tolerando e até mesmo promovendo desvalorizações estratégicas da moeda em certos períodos (Medeiros, Serrano, 1999), no caso chinês a questão foi bem mais contenciosa, chegando à disputa sobre o termo “*currency manipulator*” no início do século XXI, conforme abordaremos no terceiro capítulo com mais detalhe. Essa disputa esteve reservada para o pós-convite, uma vez que a China pôde se aproveitar de um grau elevado de desvalorização do *yuan* no pós-Acordos de Plaza, como veremos logo em seguida.

Um dos temas relevantes a respeito da recém-forjada parceria econômica no bojo do *rapprochement* era a questão do estatuto de Nação Mais Favorecida (most-favored nation) (MFN). Já na administração Jimmy Carter, Washington desejava fazer avançar o seu relacionamento com a China adotando várias medidas orientadas ao desenvolvimento da relação bilateral entre os dois países. Especificamente, Washington passou a oferecer assistência técnica, facilitou empréstimos pelo Ex-Im Bank, reassegurou a comunidade de negócios sobre investimentos na China e prometeu um tratamento tarifário facilitado aos produtos chineses (Sutter, 1983, p. 102). Essas promessas relativas ao tratamento tarifário de Nação Mais Favorecida foram substanciais pelo envio de Carter de seu vice, Mondale, à China em 1979. Na ocasião, Mondale acertou o financiamento de US\$2 bilhões à China através do ExIm Bank (Sutter, 1983, p. 105). Nesta questão, o lado econômico do *rapprochement* era limitado pela emenda Jackson-Vanik ao Trade Act de 1974, que expressamente proibia a garantia do status MFN a quaisquer nações cujas economias não fossem de mercado. O Presidente Carter notificou o Congresso em 1979 de que sua administração abriria mão desses requisitos e o status MFN finalmente foi aprovado em 1980, pela primeira vez sendo garantido a um país comunista (Sutter, 1983, p. 103-4).

Os produtos chineses mais beneficiados inicialmente pelo status de MFN foram têxteis, brinquedos, eletrônicos de baixa complexidade e produtos manufaturados montados na China (Sutter, 1983). Considerando, como vimos, que muitos produtos exportados pela China eram oriundos de instalações de estrangeiros; a garantia do estatuto de MFN era também uma maneira de auxiliar empresas americanas e de outros países instaladas na China, podendo ser caracterizada como um ganho mútuo no contexto do convite.

Eventualmente, a renovação do estatuto de MFN para a China passou a ser um evento anual para o Congresso americano. Embora inicialmente pouco contenciosa, a questão adquire maior corpo com o passar dos anos. Após Tiananmen, a administração Clinton torna a renovação desse estatuto uma matéria de grande relevo da política bilateral, entrando em rota de colisão com a classe capitalista doméstica (Hung, 2022). No terceiro capítulo desta tese, ao abordar o desenlace do convite e o seu legado após a queda da União Soviética, daremos maior atenção a esse item.

Com o início da década de 1980, vemos que a maior parte dos obstáculos para o convite haviam sido tirados do caminho: a República Popular tinha seu assento garantido nas Nações Unidas e no Conselho de Segurança, as relações diplomáticas e econômicas com os Estados Unidos haviam sido reestabelecidas, a tarifa de nação mais favorecida garantida e a ameaça soviética temporariamente contida. A relação entre China e Estados Unidos no início da década de 1980 é tão marcadamente positiva que Kissinger chega a defini-la como uma “quase aliança” (2011, p. 363-3). Ao longo da década, exportações chinesas continuaram a penetrar no mercado americano e ocidental. O crescimento do produto continuou e apertou o passo, acompanhado por um aumento no emprego manufatureiro e no valor adicionado pela manufatura (Chang, Zach, 2019). O desenrolar do convite vê crescer de maneira substancial as exportações da China aos Estados Unidos, cujas relações comerciais são pautadas por um persistente superávit chinês:

**Gráfico 13. Comércio entre EUA e China, 1979 - 2000, em bilhões de dólares:**

Fonte: Lardy, Nicholas - Integrating China in the World Economy (2002, p. 159).

No mesmo período, a coadunação entre fluxos de IED, exportações e crescente parcela de participação de empresas controladas por estrangeiros nas exportações totais se fortalece, denotando a forte ligação que havia se estabelecido entre a China e o fluxo econômico mundial:

**Tabela 4 Fluxos de IED, exportações totais e exportações por empresas controladas por estrangeiros (FIEs) na China, 1980 - 1999, em milhões de dólares americanos.**

Table 1  
FDI flows, total exports, and exports by FIEs 1980–1999

Year	FDI flows (millions of US\$)	Total exports (millions of US\$)	Exports by FIEs (millions of US\$)	Share of exports by FIEs in total exports (%)
1980		18,119	8.2	0.05
1981		22,007	32.4	0.15
1982		22,321	52.9	0.24
1983	1802	22,226	330.4	1.49
1984	1258	26,139	68.9	0.26
1985	1661	27,350	296.7	1.08
1986	1874	30,942	582.0	1.88
1987	2314	39,437	1208.1	3.06
1988	3194	47,516	2456.4	5.17
1989	3392	52,538	4913.2	9.35
1990	3487	62,091	7813.7	12.58
1991	4366	71,910	12,047.3	16.77
1992	11,007	84,940	17,356.2	20.43
1993	27,515	90,970	25,237.2	27.51
1994	33,767	121,047	34,712.9	28.69
1995	37,521	148,797	46,875.9	31.51
1996	41,725	151,050	61,506.4	40.72
1997	45,257	182,790	74,899.9	40.98
1998	45,463	183,760	80,961.9	44.06
1999	40,390	194,791	88,630.0	45.50

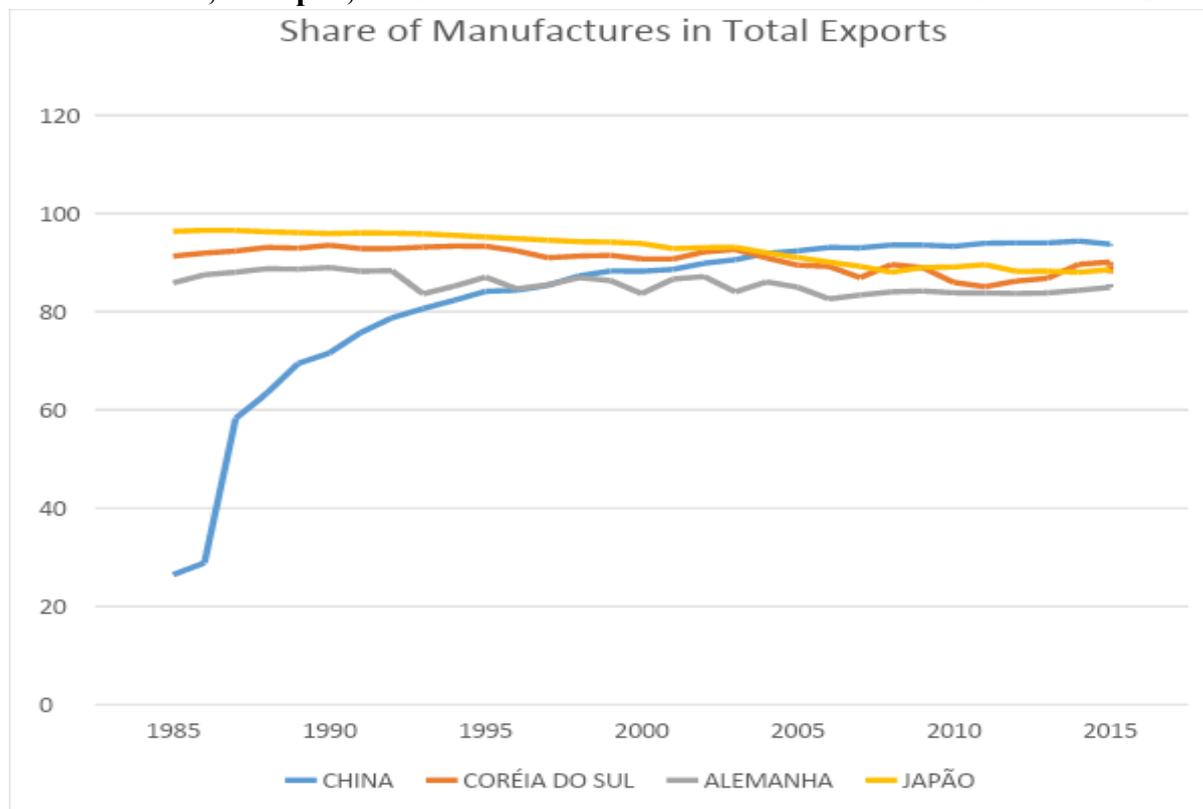
Fonte: Zhang, Kevin; Song, Shunfeng. Promoting exports: The role of inward FDI in China, p. 387 (2000).

O compartilhamento de tecnologia militar e a venda de armas também podem ser elencados como elementos de ganhos advindos do convite para a China. Considerando que até 1980 os americanos não podiam vender armas à China, o valor de vendas comerciais ultrapassara a marca de US\$40 bilhões em 1985 (Kenny, 1987). Kim e Hammersmith (1986, p. 70) notam que a partir do governo Jimmy Carter e passando pelo ímpeto anti-socialista de Reagan, Washington assumiu uma postura cada vez mais voluntariosa em vender armamentos sofisticados para Pequim.

O gráfico 14 abaixo resume aquilo que é talvez o principal ponto do convite para o desenvolvimento: a mudança estrutural. Vemos a China galgar um espaço para manufaturados em sua pauta exportadora que rivaliza e depois chega a superar todos os outros países convidados ao desenvolvimento pelos Estados Unidos em outros momentos. O

aceite da carta americana, do *rapprochement* e do convite, portanto, pagaram dividendos a Pequim, na forma de uma mudança estrutural sustentada e do desenvolvimento econômico:

**Gráfico 14. Percentual de manufaturados nas exportações totais. Comparação entre China, Japão, Alemanha e Coréia do Sul. 1985 - 2015.**



Fonte: WORLD BANK DATA.<sup>28</sup>

Em meados da década de 1980, no entanto, uma grande turbulência toma conta do sistema monetário internacional: os Acordos de Plaza. Após a brusca valorização do dólar no contexto do Choque Volcker, os americanos buscam coordenar uma desvalorização concertada de sua moeda com os seus aliados, em 1985. Do nosso ponto de vista, Plaza tem uma história bastante interessante a nos contar sobre os diversos convites para o desenvolvimento estendidos pelos americanos, e seu desfecho pode ser entendido como uma espécie de ganho para a China no contexto de seu convite particular. Em suma, os Acordos de Plaza nos fornecem uma prova cabal a respeito da diferença entre a China e os convidados de outrora, Japão e Alemanha Ocidental.

Plaza é justamente celebrado como um ponto alto da coordenação política internacional. O valor do dólar havia subido 44 por cento contra outras grandes moedas nos cinco anos até 1985. Largamente como resultado do dólar forte [...], a balança comercial dos Estados Unidos tinha caído a níveis baixos recordes em 1985, um déficit de US\$122 bilhões. O déficit comercial

<sup>28</sup> Disponível em: ( <https://data.worldbank.org/> ).

motivou apoio congressional para intervenções no comércio exterior que os economistas teriam achado danosas. Nos dois anos 1985-87, o dólar caiu 40 por cento. Depois da troca na taxa cambial, também mudou a balança comercial (com uma demora usual). No fim, o Congresso dos Estados Unidos se absteve de erigir barreiras protecionistas. Os Acordos de Plaza fizeram história institucional também. O grupo de oficiais que se encontraram em Nova York viraria o grupo de ministros das Finanças do G7, que tem continuado a se encontrar desde então. (Frankel, 2015, p. 2, tradução própria)

O movimento de valorização do dólar ao longo dos primeiros anos da década de 1980 não é difícil de ser explicado, mesmo levando-se em conta os pressupostos mais básicos da teoria monetária. O Choque Volcker em 1980-82 apertou a política monetária ao subir a taxa de juros do FED, sugando liquidez do mercado internacional e dando luz a um dólar muito forte. O prejuízo à competitividade internacional dos produtos americanos preocupava Washington e o crescente déficit comercial dos Estados Unidos motivava o desejo do concerto com os aliados pela desvalorização do dólar. Tavares (1985, p. 8) nota que, entre 1982 e 1983, os EUA conseguiram dobrar o seu déficit comercial a cada ano.

A balança comercial levou um tempo para responder ao estímulo cambial. Durante os dois primeiros anos após Plaza, na verdade o déficit comercial dos Estados Unidos piorou, o que parece ter confundido alguns analistas à época (Frankel, 2015). Contudo, o processo surtiu efeitos nos anos seguintes e o déficit comercial daria sinais de arrefecimento, em especial a partir de 1987. De fato, os Acordos de Plaza têm sido definidos como o mais importante acontecimento monetário desde o fim declarado do padrão ouro, em 1969 (Ibid).

Sendo assim, conforme sugerimos, os Acordos de Plaza marcam um momento muito relevante na história dos “convites”. Em Nova York, oficiais daquilo que viria a ser conhecido como o G7 concordaram em uma desvalorização substancial do dólar, e assim enquadraram os esforços exportadores e manufatureiros de Alemanha Ocidental e Japão. É verdade que a Alemanha Ocidental parece ter se saído um pouco melhor que o Japão, devido a uma miríade de razões. (Tse 2021). O importante, para nós, é a ideia de que esses Estados não gozavam de uma autonomia político-estratégica suficientemente alargada para poder fazer frente aos intuitos de Plaza. Comparemos a história de Plaza ao insistente drama sobre a classificação por parte de Washington da China como um “*currency manipulator*”. Por vinte anos os americanos têm insistido sobre a questão da manipulação da moeda chinesa e não têm conquistado ganhos relevantes sobre a precificação internacional do yuan vis-à-vis o dólar. Isso por si só nos deve dar a mensuração correta da autonomia política e estratégica de um Estado. Do nosso ponto de vista, os Acordos de Plaza oferecem uma possibilidade

bastante clara de examinar a distinta postura estratégica e geopolítica de, por um lado, Alemanha e Japão, e, por outro, a China.

Estes processos exportadores e desenvolvimentistas bem-sucedidos de Alemanha e Japão pareciam colocar em xeque a posição hegemônica americana. Embora com o privilégio da retrospectiva, olhando a partir do presente, aquela crise não tenha sido tão premente, um rápido exame da literatura produzida à época denota uma grande preocupação por parte dos analistas econômicos e geopolíticos com o possível “fim da hegemonia americana”, tema muito comentado entre as décadas de 1970 e 1980. De fato, Tavares confirma:

Até o final da década de 1970, não era previsível que os EUA fossem capazes de enquadrar dois países que tinham uma importância estratégica na ordem capitalista: o Japão e a Alemanha. Se os EUA não tivessem conseguido submeter a economia privada japonesa ao seu jogo de interesses e se a política inglesa e alemã não fossem tão conservadoras, os EUA teriam enfrentado um bloco com pretensões europeias e asiáticas de independência econômica. Deve-se salientar que, àquela altura, os interesses em jogo eram tão visivelmente contraditórios que as tendências mundiais eram policêntricas e parecia impossível aos EUA conseguirem reafirmar sua hegemonia, embora continuassem a ser potência dominante. (Tavares, 1985 [1997], p. 5).

Essa citação de Tavares nos é muito importante para analisarmos como os EUA se relacionavam com os seus convidados de outrora nesse contexto. Para os analistas daquele momento, a sensação de crise era palpável e a capacidade de retomada da hegemonia dos EUA não era dada. O fato do texto de Tavares ter se tornado tão relevante e premonitório, ao afirmar a capacidade de reassertão da hegemonia americana, somente nos prova que era uma visão minoritária e ousada no momento. Analistas e acadêmicos nutriam sim desconfianças a respeito da capacidade americana de reassumirem as rédeas daquela hegemonia que fora por eles criada (Schutte, 2021). A resposta americana foi dura e decisiva, rebaixando o perfil de seus aliados. Conforme nota a autora, na verdade a valorização do iene foi ainda maior do que o inicialmente previsto:

Por meio dos Acordos de Plaza de 1985, a expectativa era de que o iene deveria valorizar-se de 240 unidades por dólar para 160-170 unidades. Na realidade, a partir de 1987 o iene ficou em torno de 130, oscilando até menos de 100 por dólar na recente crise financeira. Essa sobrevalorização brutal reduziu consideravelmente a taxa de crescimento da economia japonesa e as margens de lucro dos setores exportadores. Para compensar essas perdas, o governo japonês decidiu ampliar a demanda interna adotando uma política monetária expansionista, que reduziu a taxa de desconto de 5% para 2,5% ao ano. (Tavares, 1996).

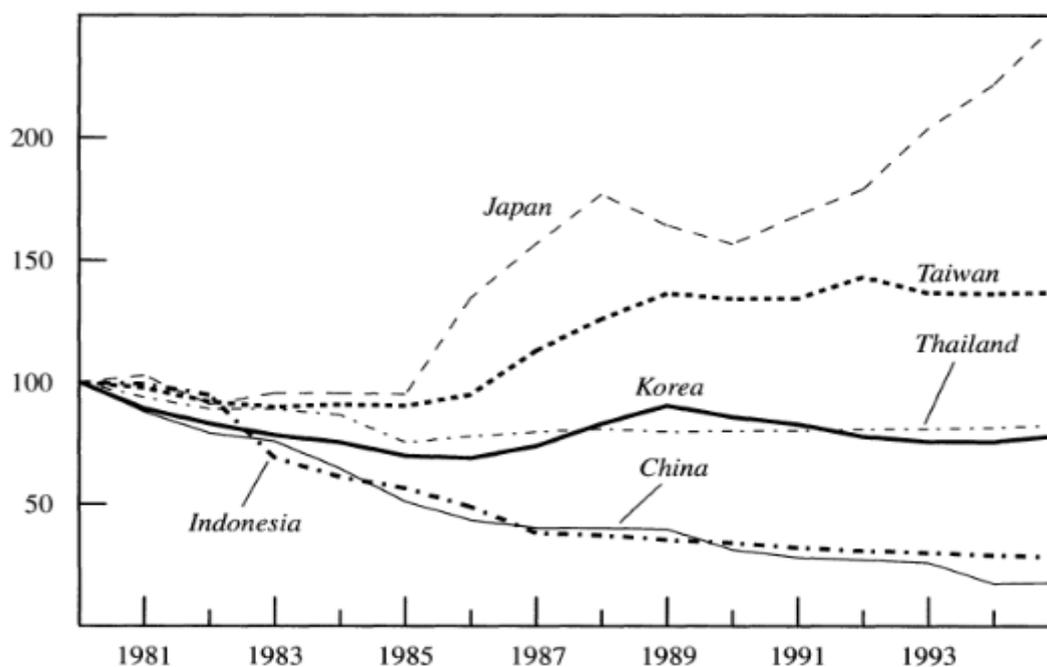
Essa “diplomacia do dólar” foi capaz de, simultaneamente, valorizá-lo e desvalorizá-lo de acordo com os intuítos geopolíticos de Washington. De fato, em um espaço

de pouco mais de cinco anos, vamos de uma valorização brutal (Choque Volcker) a uma desvalorização negociada com os parceiros (Plaza). Conforme avança a autora:

Durante uma década e meia a partir do choque da política Volcker, o FED pratica uma ‘diplomacia do dólar’ que muda de ênfase e mesmo de direção conforme as conveniências da economia americana, no sentido de restaurá-la a uma posição firmemente dominante. Entre 1979 e 1989, o banco central americano força uma flutuação da taxa de juros do teto de 20% (servindo de *umbrella* para os rentistas de todos os países) para um piso de 4,5% propiciando movimentos especulativos espasmódicos em todos os mercados financeiros relevantes - em função das tentativas de defesa contra perdas patrimoniais e da busca por novas fontes de ganho especulativo -, sem que, contudo, ocorressem ‘fugas’ do dólar, antes ao contrário. (Tavares, Melin, 1997, p. 62).

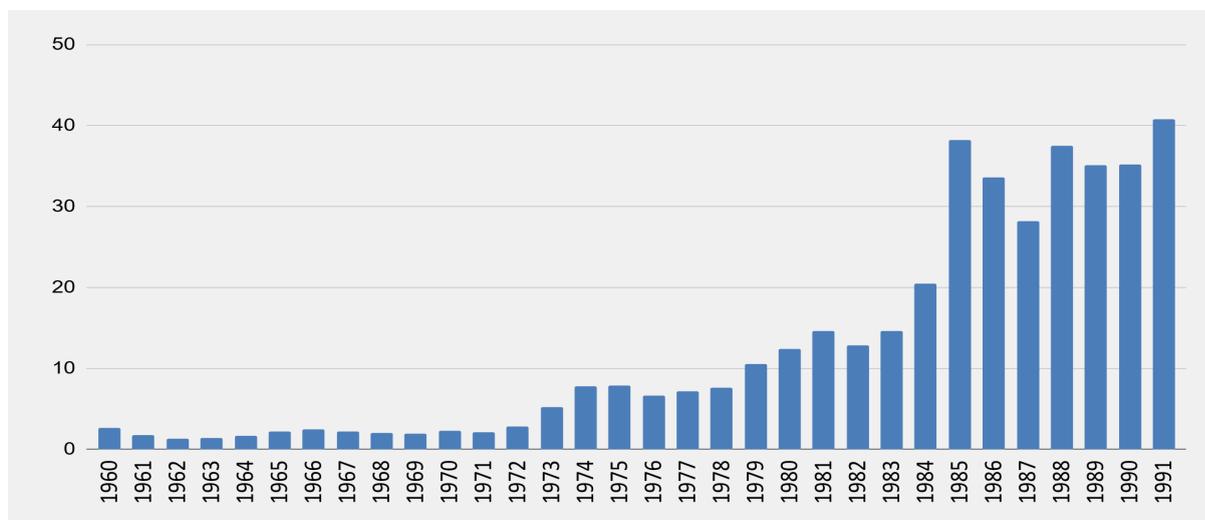
No gráfico 15, abaixo, podemos ver claramente os impactos dos Acordos de Plaza para o iene e para outras moedas da Ásia. Enquanto o iene experimenta uma salientada apreciação, o renminbi (yuan) figura como uma das moedas que mais se deprecia em relação ao dólar, auxiliando assim o ímpeto exportador de Pequim.

**Gráfico 15. Taxas nominais de câmbio de seletos países asiáticos em relação ao dólar. 1980 - 1995. Índice 1980 = 100.**



Fonte: Naughton, 1996, p. 96

**Gráfico 16. Importações chinesas em bilhões de dólares (preços correntes). 1960 - 1991.**



Fonte: World Bank Data.

Portanto, sustentamos que o movimento de reafirmação da hegemonia americana, através da “diplomacia do dólar e das armas” (Tavares, 1985 [1997]), nos lega uma importante lição a respeito da história dos convites. Os americanos foram capazes de enquadrar os esforços exportadores de Alemanha e Japão e de rebaixar seus perfis em meados da década de 1980. No contexto do convite chinês, o yuan pôde inclusive experimentar uma desvalorização, o que ajudava o desempenho exportador de Pequim. Enquadrada no contexto do debate sobre ser ou não uma *currency manipulator*, anos mais tarde, a alargada autonomia político-estratégica da China a preservou de um destino similar aos de Tóquio e Bonn/Berlim.

Caminhando para a conclusão desta seção, podemos elencar algumas das semelhanças e diferenças entre os casos de desenvolvimento chinês, japonês e alemão à luz do convite para o desenvolvimento partindo dos EUA. Como semelhanças principais, podemos elencar a importância da abertura do mercado americano e a motivação geoestratégica anti-soviética. Como diferenças importantes, podemos elencar o padrão monetário internacional e os distintos graus de autonomia político-estratégica. O fato de que Japão e Alemanha se mantiveram firmemente dentro do bloco geopolítico da OTAN capitaneado por Washington mesmo após o fim da Guerra Fria denota o elevado nível de complementaridade estratégica entre suas elites e tomadores de decisões e suas contrapartes americanas. Adicionalmente, a efetividade dos Acordos de Plaza e a subserviência demonstradas pelos parceiros de Washington são reveladores sobre quais alternativas político-estratégicas estes parceiros

realmente possuíam. A trajetória da China pós-Tiananmen e 1991 no que toca a sua relação com o Ocidente e com os Estados Unidos nos informa claramente sobre a sua distância política e estratégica em relação a esses dois outros países “convidados”. É tema do início do século XXI, inclusive, o elevamento de tensões entre dois prévio convidados, Japão e China: o orçamento militar japonês só fez crescer nos últimos anos, saltando de US\$42 bilhões em 2015 para US\$54 bilhões em 2021 (Banco Mundial<sup>29</sup>). O Japão também vem sendo peça importante, para Washington, na política estratégica anti-China dos semicondutores e no contexto mais geral do *friendshoring* e *derisking*<sup>30</sup>. A Alemanha, por outro lado, tem desempenhado papel importante no fornecimento de armamentos pesados à Ucrânia no contexto da invasão russa, em especial com o envio dos sofisticados tanques Leopard; e também tem se mantido firme no bloco ocidental apesar dos pesados custos energéticos decorrentes dessa escolha.

Finalmente, tendo em vista os ganhos que o *rapprochement* legou à China apresentados nesta seção, nos parece justo afirmar que o convite, que tem início na década de 1970, atinge a sua maturidade na década de 1980. Relações estáveis, “ignorando benignamente” a questão de Taiwan, avanços significativos nas questões econômicas, de comércio e tecnologia, e unidade anti-soviética. Com o fim da década e Tiananmen, temos um recrudescer dessa relação, uma vez que já não havia mais uma preocupação em comum representada pela União Soviética. Adicionalmente, a esperança washingtoniana por um desfecho liberal em Pequim “à la Moscou” e a pressão sobre a questão dos direitos humanos especialmente a partir de Clinton foram fatores que lentamente passaram a fustigar a boa relação construída na década passada, conforme veremos nas próximas seções e capítulos.

### 2.4.3. Ganhos para os EUA

Como visto, a abertura da fronteira chinesa para a acumulação industrial trouxe mudanças significativas para os Estados Unidos, impactando positivamente diversos setores da economia. À medida que as empresas norte-americanas buscavam reduzir custos de

<sup>29</sup> Fonte: World Bank Data. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.CD?end=2021&locations=JP&start=2013>. Consulta em 21/12/2022.

<sup>30</sup> *Friendshoring* se refere à tentativa de dissipar cadeias produtivas importantes da China em direção a países mais alinhados aos Estados Unidos. *Derisking* significa algo semelhante, sobre retirar cadeias produtivas de locais tidos como de alto risco (geopolítico ou de outra natureza).

produção, muitas delas decidiram transferir suas operações para a China, aproveitando a mão de obra mais barata e as condições favoráveis oferecidas pelo governo chinês (Majerowicz, 2016). Essa mudança resultou em uma transformação no panorama econômico dos Estados Unidos, especialmente no setor manufatureiro. Uma das principais vantagens para os Estados Unidos foi a oportunidade de reduzir custos unitários de trabalho e, em função disso, tornar seus produtos mais competitivos no mercado internacional. A transferência de indústrias para a China permitiu que as empresas norte-americanas explorassem uma classe trabalhadora mais barata e também que tivessem acesso a um novo mercado de profundidade incrível. Além disso, a abertura da fronteira chinesa proporcionou novas oportunidades de mercado para as exportações dos Estados Unidos, uma vez que a China emergia como um consumidor crescente de bens e serviços.

A abertura da fronteira chinesa aos investimentos americanos chegou a ser classificada como uma utopia por líderes da classe capitalista dos Estados Unidos. Matt Rubel, chefe executivo da Collective Brands, um grupo americano dono de lojas de sapatos, reconheceu o fim de um sonho quando confrontado com o aumento dos níveis salariais de trabalhadores chineses: “A utopia para encontrar em um lugar só qualidade e preços baixos tem sido a China... mas utopias nunca duram” (Rubel *apud* Brown, 2011). De maneira semelhante, Harry Lee, empreendedor da área de tecidos em Hong Kong, expressou: “Há cinco anos, se você me perguntasse qual o melhor lugar para construir uma fábrica, o primeiro seria a China, o segundo a China e o terceiro a China” (Lee *apud* Brown, 2011).

Vale salientar que o acesso ao mercado chinês também representou uma interessante saída para diversos contenciosos ligados ao próprio modelo de produção e de organização industrial americanos. Conforme procuramos mostrar anteriormente, a década de 1970 trouxe uma série de desafios ao capitalismo do líder hegemônico: convulsões sociais, pressões sobre a taxa de lucratividade, pressões no preço global de energia que levavam à estagnação, etc. Talvez nenhuma dessas questões tenha sido tão consequente e momentânea quanto o desafio geral levantado contra o keynesianismo previsível da *Golden Age* e seu braço na organização industrial, o fordismo regulado. O *toyotismo* japonês e sua produção flexível arrasavam a seção de eletrônica e tecnologia nos mercados ocidentais, representando assim um desafio de um convidado ao seu anfitrião. Arrighi (1994) chegara a elencar a flexibilidade e as inovações a nível de organização industrial japonesa como uma das possíveis características centrais do novo *ciclo sistêmico de acumulação* japonês e de sua tentativa vindoura hegemonia.

Respondendo a este desafio do antigo convidado japonês na área de eletrônica e tecnologia, Borrus (1979) coloca que o acesso americano ao mercado chinês e de outros Estados do *China Circle* - Singapura e Coréia - fora fundamental para a superação do assédio de Tóquio nessas cadeias produtivas. Acessar o mercado dos Estados do *China Circle* pôde garantir ao capitalismo americano uma flexibilidade que lhe faltava domesticamente:

Esta mudança organizacional das firmas americanas, no entanto, foi tão significativa em sua própria maneira e permitiu o surgimento de novas estratégias bem-sucedidas de produto e de mercado. A mudança na organização produtiva de firmas americanas foi o movimento de deixar integração tradicional em direção a formas interligadas de organização, especificamente, redes interligadas de produção centradas no *China Circle* e em Singapura. (Borris, 1997, s.p., tradução própria)

Conforme nota o autor, abandonar o modelo tradicional de integração industrial associado ao *fordismo* e acessar essas redes interligadas asiáticas do *China Circle*, nome dado ao espaço econômico composto pela China, Coréia e Singapura, foi instrumental para que o capitalismo americano superasse o desafio do redesenhado capitalismo japonês em setores chave. Borrus nota três vantagens fundamentais:

Essa mudança em direção a redes de produção baseadas na Ásia durante os anos 1980 teve três consequências significativas para as firmas americanas. As firmas americanas se tornaram capazes de resistir à constante ameaça representada pela sua dependência de firmas japonesas por uma miríade de produtos tecnológicos e de capacidades manufatureiras porque essas redes asiáticas conseguiam oferecer uma base alternativa competitiva de produtos-chave. Simultaneamente, essas novas redes asiáticas ajudaram a baixar os preços de produção e tempo de entrega ao mesmo tempo em que mantinham o ritmo inovador, ajudando assim as firmas americanas a manter competitividade em termos de inovação. Por último, essas redes deram origem a competidores diretos na Ásia que desafiavam as firmas japonesas em vários de seus mercados cativos (por exemplo, chips de memória, eletrônicos de consumo, e telas). (Borris, 1997, s.p., tradução própria)

Dessa forma, a nível econômico, os ganhos auferidos pelos Estados Unidos do acesso à China são variados. Conforme procuramos mostrar, o convite à China também pode ser entendido por esse ângulo da mudança de organização industrial: acessando as redes interligadas de produção centradas na China, o capitalismo americano pôde recuperar uma vantagem competitiva frente ao assédio representado pelas firmas japonesas em setores de alta produtividade, como na microeletrônica. De fato, entre as décadas de 1980 e 1990, as firmas americanas conseguem “virar o jogo” e chegam ao fim do século tendo superado o desafio de várias firmas japonesas (Borris, 1997). Temos aqui um exemplo de como Washington conseguiu, por assim dizer, usar um convidado contra o outro; à mesma maneira em que os chineses procuraram “trocar os bárbaros de perto pelos de longe”.

Contudo, os ganhos geopolíticos colhidos por Washington são tão fabulosos que parecem envergonhar os ganhos a nível de geoeconomia. O *rapprochement* entre Estados Unidos e China causara massivo desconforto em Moscou, que agora via seu flanco asiático desguarnecido. Apesar da recente mobilização de tropas na região da Manchúria, a porção leste da URSS é historicamente menos desenvolvida e também menos povoada, sendo alvo mais fácil para incursões inimigas. É válido lembrar que, no contexto do início do século XX, o Japão havia fustigado muito a posição russa naquela região e o Império Russo teve dificuldades em lá projetar poder.

A degradação das relações entre Pequim e Moscou, ao forçar a União Soviética a manter cada vez mais preparo militar na região, também pressionava o orçamento militar soviético<sup>31</sup>. Entre as décadas de 1960 e 1980, período que corresponde, grosso modo, ao degradar das relações entre os dois países, o orçamento militar soviético experimenta grandes saltos (Segrillo, 1999). Somado aos comprometimentos soviéticos em outros teatros, o racha sino-soviético certamente fez seu papel na pressão sobre a já debilitada economia soviética.<sup>32</sup>

Se nos recordarmos do mapa do *Rimland*, a adesão da China ao *rapprochement* praticamente completa o cerco à União Soviética. Todos os possíveis caminhos de expansão da União Soviética, partindo do *Heartland* em direção às franjas da Eurásia, estão bloqueados. O brilhante lance de geopolítica jogado por Washington a partir da década de 1970 é bem sucedido em checar o inimigo eurasiático soviético por todos os lados. Com seus convidados na Europa e no Leste Asiático, os americanos sentiram-se cada vez mais livres para apertar o torniquete contra Moscou, indo à carga frontal a partir da década de 1980, com o recrudescimento da Guerra Fria e com desafios cada vez maiores ao combalido orçamento soviético. Do nosso ponto de vista, nenhum lance da política externa americana foi mais importante para a conclusão vitoriosa na Guerra Fria do que o convite à China. Contudo, a abertura do mercado doméstico americano aos produtos chineses e a promoção do desenvolvimento econômico do gigante asiático ulteriormente viria a incomodar Washington, conforme demonstra o atual momento tensionado da “Nova Guerra Fria”.

---

<sup>31</sup> É importante notar que gastos militares adquirem papéis distintos em economias de mercado e economias planejadas. Em economias de mercado, gastos militares podem assumir um papel de estímulo de demanda agregada. Enquanto que, em economias centralmente planejadas, onde decisões de investimento e alocação de recursos são decididas previamente, gastos militares inexoravelmente representam um fardo e menor alocação em outros sentidos. Para uma discussão mais detida, ver Pivetti (1989).

<sup>32</sup> Sobre uma discussão a respeito dos desdobramentos internos à União Soviética na década de 1970, o papel jogado pelas crescentes importações e dependência tecnológica, ver Mazat, Serrano (2013).

Dessa forma, procuramos nesta seção demonstrar os ganhos mútuos dos quais se aproveitaram China e Estados Unidos a partir do convite para o desenvolvimento à China, a níveis geopolítico e geoeconômico. Procuramos demonstrar os ganhos econômicos dos quais se aproveitou Pequim, especialmente aqueles relacionados à promoção de suas exportações, ao acúmulo de moeda forte, à importação de tecnologia e maquinário e à mudança estrutural de forma geral. Procuramos também demonstrar os ganhos de lucratividade que Washington garantiu às suas empresas, ao abrir a fronteira chinesa para acumulação capitalista; além, é claro, dos fabulosos ganhos geopolíticos adquiridos com o *rapprochement*. Na próxima seção, buscamos jogar luz sobre aquilo que chamamos de “vozes liberais”. Com o avanço do convite, do milagre chinês e da queda da URSS, círculos liberais, de ambas as costas do Pacífico, passam a supor um desfecho similar na China, que finalmente sucumbiria à democracia e ao regime de mercado. Na próxima seção, tentaremos demonstrar que essas esperanças não eram tão fora da realidade quanto um exame atual possa sugerir, e que o estrondoso desfecho soviético inaugurava novas dinâmicas para a “quase-aliança” sino-americana.

## **2.5. Vozes liberais: armadilhas em Washington e Pequim**

Nesta seção, procuramos explorar as esperanças liberais que tomaram corpo, tanto em Washington como em Pequim, quando do desenlace da década de 1980 e da queda da União Soviética. Essas esperanças eram irremediavelmente ligadas a uma pergunta: A China haveria de seguir o destino dos demais convidados? Isto é, o desenvolvimento a convite estendido por Washington viria com um “presente surpresa”, a adoção da democracia liberal e da economia de mercado? Nesta seção, procuramos dar respostas a algumas dessas suposições, evidentemente muito imbuídas do *Zeitgeist* liberal do fim dos anos 1980 e início dos anos 1990. Concluimos, com base principalmente na obra de Isabella Weber (2011) que a China passara perigosamente perto de estilos soviéticos de reforma, mas que o apego de Pequim à cautela e à segurança, evidenciado pelo ritmo tentativo das reformas das últimas décadas, viria a salvá-la de estrondosos colapsos, eventualmente gestando a China moderna, pós-convite e aspirante a hegemônica.

Conforme nos aproximamos do colapso da URSS, as relações entre Pequim e Moscou ganham novo fôlego, conforme avança Garver:

Após um breve período de relações tensas depois do colapso dos regimes comunistas do Leste Europeu no final de 1989, houve uma melhoria constante nas relações sino-soviéticas nos domínios económico, político e de segurança desde o início de 1990 até ao colapso da tentativa de golpe soviético em agosto de 1991. Isto coincidiu com a intensificação do conflito entre os linha-dura do PCUS e as forças anticomunistas lideradas por Boris Ieltsin. As dimensões da melhoria das relações sino-soviéticas durante este período são bastante fáceis de descrever: aumento das trocas de alto nível que culminaram com a visita do Secretário-Geral do PCC Jiang Zemin a Moscovo em maio de 1991, extensão de um empréstimo chinês de um bilhão de dólares em créditos de commodities, e uma série de movimentos significativos no campo militar, começando com a visita do Vice-Presidente da Comissão Militar Central Liu Huaqing a Moscovo em maio de 1990 para discutir a aquisição chinesa de sistemas e tecnologia de armas soviéticas. No entanto, embora as medidas acordadas por Pequim durante este período possam ter ajudado os linha-dura do PCUS em conflito, não se segue necessariamente que o objectivo chinês fosse o de os ajudar na sua luta contra as forças liberais. (Garver, 1993, p. 1, tradução própria).

É claro que, conforme avança o autor, esse novo fôlego na amizade sino-soviética não reunia em si quaisquer intenções de Pequim no sentido de empoderar os linha-dura do PCUS no seu embate contra os liberais, amalgamados em torno de Yeltsin. Pelo contrário, do nosso ponto de vista, tal esforço só pode ser entendido na lógica da Diplomacia Triangular: Pequim busca Moscovo em momentos de tensionamento com Washington, o que é provável devido a pressão que a China vinha sofrendo por parte dos Estados Unidos e do Ocidente de forma geral no campo dos direitos humanos desde Tiananmen.

Com o declínio da ameaça soviética aos interesses sino-americanos durante a segunda metade dos anos 1980, Pequim e Washington tiveram de explorar novos significados para o seu relacionamento. Apesar da grossa rede de laços comerciais que agora existia entre os dois países, um propósito estratégico em comum ainda lhes escapava: “Os dois lados antes sabiam *contra o quê* eles se posicionaram, mas agora já não sabiam mais *para quê* estavam juntos.” (Shambaugh, 2000, p. 97, tradução própria).

Ponto importante nesta dança estratégica havia sido a própria leitura geopolítica de Mao sobre a relação entre os Estados Unidos e a União Soviética. Apesar de rechaçada pelo caminhar do tempo, a leitura inicial de Mao era a de que o poder em ascensão na verdade era a URSS, enquanto que os americanos estavam em decadência. Isso teria motivado a adoção da visão estratégica do tipo “Linha Horizontal” (Kissinger 2011). Contudo, conforme argumenta o autor, a lenta realização sobre o verdadeiro encaminhar da Guerra Fria - ou seja, a ulterior vitória de Washington - foi o estopim para o fim daquele período de aproximação da “quase-aliança”:

O que marcou uma mudança nas relações sino-americanas após isso não foi tanto a eleição de Ronald Reagan mas sim a insistente preocupação de Deng - conforme mais informação lhe foi disponibilizada - de que os chineses haviam mal interpretado a situação internacional. Se os soviéticos não estivessem avançando, mas sim recuando como resultado da pressão americana, então o mundo dos anos 1980 - mundo este que a China havia ajudado a criar com o seu anti-sovietismo - poderia, por causa da unipolaridade, se tornar um lugar mais perigoso para a China do que havia sido o mundo dos anos 1970. Deng queria assistência dos Estados Unidos e sua tecnologia, mas ele temia influência de Washington na política chinesa, especialmente se os Estados Unidos fossem o poder dominante do futuro unipolar. (Westad, 2011, p. 78, tradução própria).

Conforme visto, este receio de Deng foi provado correto pelo desenrolar dos fatos, uma vez que a “liberalização” da política chinesa era tida como certa acompanhante da liberalização econômica.

Com o avanço da “quasi-aliança” e das reformas em Pequim, muitas vezes em Washington pareciam apostar em um desfecho “soviético” para a China: reforma econômica explosiva que empurra inexoravelmente para uma reforma política ou “mudança de regime”. Sobre tais esperanças durante o ápice do *Zeitgeist* liberal, Jefferies avança:

[...]o Presidente Bush observou que “a participação na OMC, por exemplo, vai requerir com que a China *fortaleça o Estado de Direito* e introduza *certas reformas civis*, como a publicação de regras. Certamente, a China publicou regras<sup>33</sup>. (Jefferies, 2020, ênfase própria)

Adicionalmente:

[...] muitos membros do Congresso americano acreditam que *‘liberdade política seguirá liberdade econômica’* conforme *‘forças econômicas que fossem liberadas pelo comércio livre, e o comércio então sobrecarregaria as forças na China que querem manter o socialismo*, a repressão e o totalitarismo (Congresso Americano, 2006, p. 20) (Jefferies, 2020, ênfase própria)

Dentro da academia, a resposta das Ciências Sociais e da Ciência Política costumavam apontar a ligação indissociável entre as aberturas econômica e política:

Sociólogos neoconservadores como Gilley (2004), Glassman (1991), White (1994) e Rowen (1996) consideraram que a criação de uma economia de mercado inevitavelmente levaria à criação de uma força social - uma classe capitalista - que iria pedir a democracia liberal (Tsai, 2005). (Jefferies, 2020, tradução própria).

---

<sup>33</sup> Later President Bush observed that “WTO membership for example, will require China to strengthen the rule of law and introduce certain civil reforms, such as the publication of rules

O horizonte estipulado para essa transição variava segundo o interlocutor, mas o importante era que a associação entre livre mercado e democracia liberal parecia sólida e segura o suficiente para garantir a transição chinesa:

[...] o cenário mais provável para a China durante os próximos 25 anos é aquele de *contínua evolução em direção a uma sociedade baseada no Estado de Direito que seja crescentemente caracterizada por mercados, propriedade privada, e instituições políticas plurais...* ao invés do cimento ideológico do comunismo, uma nova geração de chineses está criando uma nova cultura política fundada nos princípios da democracia participativa (Jefferson 1997, 589) (Jefferies, 2020, tradução própria, ênfase própria).

Inclusive, a penetração da classe capitalista estadunidense na economia chinesa e os lucros extraordinários que de lá tirou motivava o *lobby*:

Uma carta ao Presidente Clinton dos CEOs de 340 firmas, incluindo General Motors, IBM, Boeing, McDonnell Douglas, e Caterpillar, dizia: ‘A persistente ameaça da retirada do status de Nação Mais Favorecida cria um ambiente instável e excessivamente arriscado para firmas dos Estados Unidos considerando comércio e investimento na China, e deixa a próspera economia chinesa pronta para os nossos competidores (Pierce e Schott, 2012, p. 1635) (Jefferies, 2020, tradução própria).

Ainda, o autor avança algumas linhas sobre o suposto “choque” que aguardaria a manufatura chinesa quando da abertura:

Economistas americanos neoclássicos haviam postulado que a ascensão da China (*à OMC*) era um meio de destruição do PCCh. Utilizando a versão neoclássica da teoria de vantagens comparativas, eles acreditaram que a indústria chinesa seria incapaz de competir com a manufatura ocidental, assim como a Alemanha Oriental foi incapaz de competir com as manufaturas da Alemanha Ocidental. Eles erraram. *A China não teve de se ajustar ao mundo; o mundo teve de se ajustar à China.* A má alocação de recursos no Ocidente para setores improdutivos custou à manufatura ocidental, o que significa que esta é totalmente incapaz de competir. Longe de ser uma desvantagem, as distorções de fora do mercado, empresas estatais (SOEs), e investimento e direcionamento estatais significaram, como Bukharin havia antecipado anos atrás, que *o empreendimento privado irrestrito era sim o sistema social ineficiente* (Jefferies, 2020, tradução própria, ênfase própria).

Em suma, não eram poucas as vozes, tanto no meio empresarial como no meio da academia organizada, que supunham que a abertura econômica levaria, de forma gradual e inexorável, à abertura política. Esta abertura política também poderia ser, a exemplo da liberalização de preços, tipo “big-bang”, soviético, imediato, chocante; ou “mini-bang”, incremental, lento. Sendo assim, sustentamos que o *coupling* produtivo e comercial entre a China, os Estados Unidos e o ocidente de forma geral não fez referência apenas ao aspecto geopolítico, ligado ao cálculo da *realpolitik* que orbitava a Diplomacia Triangular no

pós-Segunda Guerra; mas fez referência também ao cálculo econômico e lucrativo feito pela classe capitalista dentro de um contexto duro e premente a partir dos anos 70 do século XX, como tentamos demonstrar nas seções anteriores.

Os choques de preços e de concorrência operados pelas economias capitalistas avançadas no contexto das décadas de 1980 e 1990 não foram exclusivamente direcionados às experiências ex-socialistas. Estados desenvolvimentistas capitalistas ao redor do globo, como na América Latina e na Ásia, também passaram por tais processos, às vezes de forma concomitante a choques de restrição externa. Sendo assim, a manutenção das rédeas políticas por parte do Partido Comunista da China, a preservação da estabilidade macroeconômica, a continuidade do processo de desenvolvimento econômico e de mudança estrutural, e a operação bem-sucedida da transição a um outro tipo de recorte econômico são processos que merecem bastante atenção tendo em vista a criticidade do momento. Este sucesso se torna ainda mais notável quando examinamos os destinos de outras nações que passaram pelo mesmo período. Na América Latina, a década de 1980 é largamente conhecida como “a década perdida”, enquanto que os anos 1990 foram praticamente desperdiçados, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, na luta contra a resistente inflação. Na ex-União Soviética, a situação foi ainda mais calamitosa, em especial na Rússia, que experimentou a terapia de choque e privatizações em massa. Como resultado, os russos experimentaram um aumento na mortalidade nunca antes visto em tempos de paz em um país industrializado (Notzon et al., 1998; Leon e Shkolnikov, 1998).

Sobre o período de transição da economia chinesa, temos que a decisão sobre a liberalização dos preços foi palco de grande contencioso. Enquanto um grupo buscava a “modernização imediata”, aos moldes da terapia de choque aplicada à ex-URSS, outro grupo pleiteava um caminho mais incremental, “pulando as pedras do rio”, por assim dizer, como no velho adágio sino. A autora Isabella Weber classifica o período da seguinte maneira:

[...] começando cedo na reforma, duas abordagens básicas de reforma de mercado em geral e reforma de preços em particular competiram na China. Uma abordagem, inspirada em economistas matemáticos modernos e nas experiências prévias de reforma na Europa Oriental postulava um *reset* de todo o sistema e a sua reconstrução seguindo princípios de tipos-ideais. Cálculos complexos parecem sugerir que esta abordagem tinha sofisticação, mas dadas as complexidades do mundo real, era frequentemente inconsistente e se resumia a regras *ad hoc* postas em prática. A segunda abordagem, pelo contrário, parte do pressuposto de que é impossível construir um sistema tipo-ideal. Ao invés disso, *ela parte das realidades dadas e tenta conscientemente utilizar tendências espontâneas já existentes no*

*funcionamento da economia e da sociedade*. Essa abordagem mantém os elementos críticos do sistema para preservar a estabilidade da sociedade e da economia e para proteger as pessoas de choques econômicos violentos. Essa abordagem até mesmo usa blocos críticos do antigo sistema para regular as novas forças emergentes [...]. (Weber, 2021, p. 178, tradução própria, ênfase própria).

A autora narra, com base em entrevistas feitas com vários economistas chineses relevantes durante o período da transição, como esta segunda abordagem, mais pragmática e incremental, foi vitoriosa e acabou por dar o tom de toda a experiência chinesa após o colapso da União Soviética. Conforme avança a autora:

Essa segunda visão (*incremental, pragmática*) levava como premissa básica a ausência de qualquer mapa ou plano compreensivo que poderia garantir uma resposta geral ao desafio de reforma. A partir deste ponto de vista, *o mecanismo de reforma e as especificidades do novo sistema tinham de ser trabalhadas a partir da prática e pesquisa empírica*. Nessa última perspectiva, simplesmente não havia uma maneira de adivinhar o futuro da China em uma lousa. ‘Economistas de sofá’ estavam destinados ao fracasso. (Weber, 2021, p. 261, tradução própria, adição própria, ênfase própria).

Aqui, gostaríamos de chamar a atenção a um ponto crucial tendo em vista a proposta da pesquisa de tese. Já é muito revelador o próprio fato da economia chinesa, neste período, poder “se dar ao luxo” de decidir o próprio caminho da liberalização de preços. Isso, em si, já é muito revelador sobre o convite estendido à China e sobre o grau de autonomia política do qual se aproveitava Pequim. No caso das economias da Europa Oriental, ex-União Soviética e outros convidados, a liberalização de preços e o avassalador império do chamado Consenso de Washington foram fenômenos tão naturais que pareciam verdadeiramente parte do caminho esperado de todas as economias de mercado e da Humanidade de forma geral. Aqui, novamente voltamos ao *Zeitgeist* do período em questão e à grande penetração filosófica dos preceitos do neoliberalismo e do *homo economicus*, para sempre contente e próspero em uma economia de mercado e democracia liberal. Neste contexto, é impossível não fazermos referência à machucada obra de Francis Fukuyama (1992), que aglutinava e resumia de maneira indelével os achados dos ceifadores da História, prontos a enterrá-la sob a batuta do mercado, da democracia liberal e do neoliberalismo.

De fato, é justamente a tensão entre a ascensão chinesa e a sua adoção parcial de elementos de mercado o fato determinante do presente momento (Weber, 2021). É difícil sustentar que o caráter contemporâneo da disputa interestatal seja ideológico ou que se dê pela oposição de ideias econômicas. Nesse sentido, é revelador o fato de que, por exemplo, as tensões geopolíticas entre Washington e Moscou parecem ter sobrevivido à mudança de

regime na Rússia. A expansão da OTAN em direção à periferia eurasiática foi tema geopolítico da tensão interestatal durante e depois do socialismo bolchevique. Portanto, podemos imaginar também que, embora o caráter socialista de Pequim figure, é claro, como elemento da tensão interestatal contemporânea, é de se supor que as tensões geopolíticas no Mar do Sul da China, no entorno estratégico eurasiático e no Leste Asiático continuariam a existir fosse quaisquer outros o regime pequinês.

A nomenclatura *Big Bang* faz referência a dois estilos distintos de liberalização de preços. Por um lado, temos o *Big Bang*, que é imediato, um *reset* repentino. De outro lado, temos uma sequência de pequenos ajustes incrementais, sem revolução imediata, uma espécie de sequência de *mini-bangs*. Conforme narra a autora, em duas ocasiões, tudo esteve no lugar para um choque do tipo *Big Bang* na economia chinesa; e, em duas ocasiões, ela foi salva desse destino:

Economistas argumentando em favor de uma liberalização estilo terapia de choque batalhavam sobre a questão do futuro da China contra aqueles que promoviam uma liberalização gradual, começando nas beiradas e indo em direção ao núcleo. Em dois momentos, a China teve tudo para uma reforma de preços *big bang*. Em dois momentos, ela ulteriormente se absteve de implementá-la. (Weber, 2021, p. 1, tradução própria).

Conforme avança Weber, o fato de a economia chinesa ter passado tão perto do tipo *big bang* de liberalização em dois momentos acusa que a ideia de Washington, a esperança de que a China poderia seguir o caminho soviético, não era tão disparate assim. É evidente que a história contrafactual vai na contramão da ciência, mas é lícito imaginar que um colapso muito repentino nos preços e uma desorganização muito aguçada poderiam ter repercutido na estrutura política chinesa, mais ou menos da mesma maneira que ocorreu em Moscou.

Estes dois episódios, conforme postula Weber, ocorreram durante a década de 1980, mais precisamente, em 1986 e 1988. Em 1986, o premiê Zhao Ziyang foi convencido pelos gradualistas a abandonar a tentativa de um *Big Bang*. Em 1988, Deng Xiaoping também postulava um *Big Bang*, mas fora demovido em função de um episódio inflacionário naquele verão, o primeiro desde os anos 1940 (Weber, 2021). Ulteriormente, aquela facção representada pelos economistas que advogavam pequenas reformas incrementais ao invés de uma grande reforma *Big Bang* foi vitoriosa, possivelmente salvando a China de um “espiral política”.

A questão a respeito da pressão americana pela liberalização chinesa ganharia fôlego a partir do colapso soviético, em especial no contexto do governo Clinton. Neste cenário, a obra de Ho-fung Hung (2022) nos informa no sentido de considerar uma oposição entre *Deep State* e *Wall Street*, uma vez que a classe capitalista doméstica passa a se opor aos desígnios do aparato de política externa no sentido de pressionar por melhorias na questão dos direitos humanos da China pós-Tiananmen. Eliminada a razão crucial pelo *rapprochement*, a queda da URSS; a amizade sino-americana enfrenta novos e tumultuados oceanos. No terceiro capítulo desta tese, nos valeremos da obra de Ho-fung Hung como ponto de partida para examinarmos este desconforto entre *Deep State* e *Wall Street* no contexto do pós-convite. Buscaremos também examinar o legado deste desenvolvimento a convite a partir dos anos 1990 e 2000.

Na próxima e última seção, buscamos jogar luz sobre a reflexão travada até aqui e especular sobre a transição entre o convite e o caminho autônomo chineses, isto é, a transição entre uma nação inicialmente convidada a explorar o mercado doméstico de Washington em troca de ganhos geopolíticos para uma nação madura em suas reformas, auto confiante e mestre de seu desenvolvimento nacional.

## **2.6. Conclusões do segundo capítulo: do convite à autonomia**

Munidos da discussão empreendida até aqui, podemos nos voltar em direção à problemática de origem da pesquisa e perguntar se o caso de desenvolvimento chinês pode ser entendido como um convite, aos moldes daquele estendido por Washington à Tóquio e a Bonn; ou como uma espécie de inserção autônoma ao sistema, se valendo de um momento específico do capitalismo global para gradualmente ascender ao centro. É evidente que essa discussão fica carregada de afetos e emoções, em função da ideia de que um dos caminhos pode ser entendido como mais “meritório” que outro. Contudo, a nossa proposta aqui não é a de avaliar quais trajetórias desenvolvimentistas possuem mais ou menos mérito, mas sim partimos da premissa clara de que todas as experiências desenvolvimentistas dialogaram com o cenário geopolítico de uma forma ou de outra.

Do nosso ponto de vista, a ruptura sino-soviética e o imperativo estratégico de Washington na Guerra Fria forneceram elementos geoestratégicos evidentes para o que chamamos de convite, enquanto que a lucrativa oportunidade de *outsourcing* e deslocalização industrial em direção à China e a Ásia de maneira geral apelava às classes capitalistas das economias avançadas. Faz parte do processo de descoberta embutido neste capítulo a ideia de que os dois “lados do convite”, segurança e economia, também avançaram a ritmos distintos:

ora com um à frente, ora com outro, mas fundamentalmente se comunicando. Vale notar também o relativo descompasso do convite para setores do capitalismo americano e do estamento da política externa e segurança. É possível sugerir, a princípio, que a “parte de segurança” do convite foi desenvolvida mais cedo, com a aproximação ao longo da década de 1970 e a “quase-aliança” de 1981; e que a “parte econômica” do convite ganhou corpo principalmente ao longo da década de 1980. O conceito de desenvolvimento a convite surge como uma maneira útil de unir as duas partes da estratégia americana para a China a partir de 1972, mas não significa que houve progresso uniforme e simultâneo nas arenas estratégica e econômica.

Este convite estendido à China por Washington foi bem distinto daqueles oferecidos a outras nações, como Alemanha Ocidental e Japão, objetos de investigação no primeiro capítulo. Enquanto essas nações tinham elites repaginadas a partir da Segunda Guerra, um conflito que pelo incrível e inédito grau de destruição praticamente forçava a renovação das classes dirigentes; a China se manteve guiada pelo Partido Comunista que, apesar do movimento de grupos, manteve a unidade em torno de um projeto sobre uma China forte, independente, autônoma, moderna e próspera. Nesse sentido, argumentamos que houve um misto entre convite e inserção autônoma, com a China se beneficiando do contexto internacional à mesma medida em que Washington e as economias avançadas se valiam da China para os seus próprios objetivos, configurando assim um dos principais processos da economia política internacional da segunda metade do século XX, e que parece ser o principal fato modelador do século XXI.

É também neste contexto que se torna significativo o exame a respeito do contemporâneo reforço da amizade entre China e Rússia, justamente porque este desdobramento nas relações internacionais das primeiras décadas do século XXI se comunica muito diretamente com os desenlaces do século passado. Conforme avançamos, o eventual *rapprochement* sino-russo pode sugerir que o movimento estadunidense de 1976 foi malogrado, uma vez que a ruptura “se desfez” e que todos os benefícios dados à China acabaram se voltando contra os próprios Estados Unidos. Por outro lado, analistas contemporâneos clamam para que os Estados Unidos promovam uma reedição do *rapprochement*, mas, dessa vez, com a Rússia, buscando isolar a China (Sempa, 2016)<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> SEMPA, Francis. The Diplomat, 2 de agosto de 2016, consultado em 16/12/2023, disponível em: <https://thediplomat.com/2016/08/is-kissingers-triangular-diplomacy-the-answer-to-sino-russian-rapprochement/>.

Contudo, este movimento não seria fácil e com certeza implicaria em pesadas perdas aos interesses americanos no Leste Europeu e em outras áreas. Adicionalmente, não é dado que Moscou estaria aberta a um *rapprochement* com Washington, estando as relações entre os dois países nos seus piores níveis desde a Guerra Fria.

No que se refere ao convite chinês, conforme argumentamos, não eram poucas as vozes no *establishment* washingtoniano que pareciam esperar um desenlace similar aquele ocorrido na União Soviética, seguido de uma futura “absorção” da China à comunidade liberal das nações e de uma transição à uma economia de livre mercado e de democracia liberal. Ou seja, as esperanças de Washington não se encerraram com a queda da URSS, mas sim se alargavam conforme avançavam “o século americano” e o “Fim da História”. De fato, para leitores e observadores já situados a partir da terceira década do século XXI, este *zeitgeist* liberal pode parecer exagerado à luz do ressurgimento e refortalecimento do multilateralismo e da multipolaridade, ou à luz do próprio andar irrefutável da realidade histórica, que parece haver reestabelecido o papel dos Estados nacionais e refutado a hipótese de integração comercial irrestrita e vitória de uma visão de livre mercado neo-ricardiana. Contudo, faz-se necessário lembrar a força dessas hipóteses, em especial na virada do século passado para o século presente, que municiavam elites e tomadores de decisão no Norte e Sul globais.

No contexto do pós-convite, o sucesso estrondoso do investimento manufatureiro na China motiva os atores econômicos a um engajamento cada vez mais intenso com essa economia asiática, enquanto que a queda da URSS passa a colocar uma pulga atrás da orelha na motivação estratégica. Fascinada pelos lucros exorbitantes e pela perspectiva de total terceirização das atividades produtivas, a burguesia estadunidense e ocidental se imiscui cada vez mais no projeto “Chimérica”. Vacilante e preocupada com “novos atores da segurança”, como o terror; a coalizão da política externa passa a dar sinais de desconforto que só são plenamente realizados a partir, de fato, do Pivô Asiático de Obama. A partir de Trump e da guerra comercial, podemos ver o desidratar completo do “convite”, uma vez que tanto a classe capitalista como o aparato de política externa cerram fileiras em torno da “Guerra Fria 2.0”, ou “Nova Guerra Fria”, como vem sendo caracterizado na mídia o crescente romper de laços entre Estados Unidos e China. Inclusive, é revelador, nesse aspecto, o unísono concordar entre os Partidos Republicano e Democrata, que encontraram no combate à China um raro ponto de diálogo, espelhando, de maneira muito interessante, o consenso bipartidário prévio, no que se referia ao *rapprochement* com Pequim.

Tentamos pontuar ao longo do texto como vários aspectos apontavam para a alargada autonomia estratégica e política da qual se valia Pequim e como estes aspectos informaram uma versão “chinesa” do convite. Sustentamos que a abertura do mercado americano e ocidental às exportações chinesas e a integração comercial foram benesses garantidas e pagas geopoliticamente, com a oposição à União Soviética. O caminhar deste processo, conforme procuramos demonstrar, era informado por uma pretensão nutrida por Washington sobre a inexorável e vindoura liberalização política em Pequim. Através do uso de fontes como Weber (2021), procurou-se demonstrar que essas esperanças não eram ingênuas ou descoladas da realidade: de fato, o processo chinês de abertura e reforma experimentou choques recorrentes entre o aceleracionismo dos liberais e a prudência arraigada dos conservadores. Esses embates provam, do nosso ponto de vista, que a questão não estava resolvida para nenhum dos lados, e, na verdade, conforme nos informa Weber (2021), a China passou muito perto de reformas de preço estilo *big bang* que poderiam ter consequências catastróficas para a estabilidade do sistema político e para a autoridade do Partido Comunista da China. Em resumo, portanto, sustentamos que o convite chinês foi bastante distinto daqueles estendidos ao Japão e à Alemanha justamente em função da alargada autonomia estratégica de Pequim e de seu caráter socialista, forjado em uma revolução. Usamos, em específico, o caso dos Acordos de Plaza para notar de maneira contundente a diferença entre o relacionamento de Washington com seus convidados.

A transição do convite à trajetória autônoma só foi possível em virtude da caracterização especial do Estado chinês. No primeiro capítulo, abordamos como as elites japonesas e alemãs foram reorganizadas após a derrota na Segunda Guerra Mundial, inseridas no contexto de rearticulação de seus capitalismo nacionais. Nesses casos, como pudemos ver à luz dos desdobramentos posteriores, as elites desses países aderiram de maneira inequívoca ao projeto hegemônico capitaneado pelos Estados Unidos, em muitas ocasiões terceirizando o exercício de suas respectivas políticas externas à Washington. No caso de ambos, fora negada a ambição atômica e, no caso do Japão, mesmo a manutenção de forças armadas regulares. O convite estendido através do Pacífico à China foi muito distinto também pela autonomia política deste heterodoxo convidado. Pequim adere ao convite, ao contrário de Tóquio ou Bonn, muito mais por estratégia do que por necessidade. Embora as esperanças liberais em Washington pudessem enxergar uma China às vésperas da “abertura política”, Pequim pôde, a partir do *rapprochement*, evitar o destino da União Soviética e assim dar continuidade à sua revolução socialista, tornando-se o centro manufatureiro mundial, obtendo resultados

estrondosos em termos de mudança estrutural e gradativamente subindo os degraus da escada das “cadeias globais de valor”, posteriormente chegando às seções mais sofisticadas da cadeia produtiva mundial, assim dando corpo aquilo que é chamado de o milagre chinês. Sendo assim, com base em um Estado forjado em uma revolução socialista, concluímos que a China foi a última e também a mais proeminente das nações convidadas ao desenvolvimento pelos Estados Unidos na segunda metade do século XX. Ao contrário dos demais convidados, Pequim pôde transitar deste convite à sua própria trajetória autônoma justamente por se valer de uma autonomia política conquistada a duras penas, e de uma elite política intensamente motivada pela modernização.

Vale notar que Alemanha e Japão foram nações militarmente ocupadas e de fato continuam abrigando tropas americanas. O Japão reúne cerca de 50 mil soldados americanos em seu território até hoje<sup>35</sup>, enquanto Alemanha conta com aproximadamente 35 mil.<sup>36</sup> Do nosso ponto de vista, isso pode ser elencado como uma das características centrais da peculiaridade do “convite chinês”; Pequim se organiza em torno de um projeto totalmente autônomo.

No próximo capítulo, jogaremos luz sobre o legado deste convite para o desenvolvimento após o colapso da União Soviética, explorando o desenrolar das relações econômicas e políticas sino-americanas a partir da década de 1990, passando pelo fortalecimento dos laços produtivas da “Chimérica” e caminhando em direção ao desconfortável estado atual das coisas, marcado pelo conceito da “Nova Guerra Fria” e pela disputa comercial, tecnológica e produtiva que rapidamente se configura como um dos principais temas das relações internacionais e da geopolítica no século XXI.

---

<sup>35</sup> Dados do Departamento de Defesa, disponível em: (<https://globalaffairs.org/bluemarble/us-sending-more-troops-middle-east-where-world-are-us-military-deployed> )

<sup>36</sup> Statista, 2024, disponível em: (<https://www.statista.com/statistics/1294271/us-troops-europe-country/> )

### 3. TERCEIRO CAPÍTULO: O CONVITE NO PÓS-GUERRA FRIA

#### 3.1. Introdução

No último capítulo, exploramos o início do convite americano à China e o seu amadurecimento econômico e político ao longo das décadas de 1970 e 1980. Vimos como a política externa americana preparou o terreno e pôde ser bem-sucedida ao explorar brechas na relação sino-soviética. Explorando o racha sino-soviético e ampliando suas relações com Pequim, Washington pôde apertar o cerco contra Moscou na Ásia e isolá-la diplomática, militar e politicamente. Ulteriormente, sustentamos que o *rapprochement* sino-americano, no bojo deste convite, foi instrumental para pressionar o orçamento soviético e para assegurar a vitória americana na Guerra Fria. Simultaneamente, também procuramos demonstrar que o *rapprochement* sino-americano foi instrumental para a classe capitalista americana e ocidental, uma vez que abria a fronteira chinesa para acumulação e resolvia alguns dos incômodos do recorte ocidental de economia política da crítica década de 1970.

Do lado chinês, “trocar os bárbaros de perto pelos de longe”, como dizia o velho adágio, e aceitar o convite americano para o desenvolvimento também resolveu dilemas estratégicos e econômicos. Procuramos demonstrar que o alívio do entorno estratégico chinês durante a década de 1970 pôde relaxar as exigências levantadas sobre o sistema econômico nacional. Simultaneamente, o acesso ao mercado doméstico americano fornecia Pequim com uma opção econômica adicional, especialmente atrativa em um cenário de promoção de exportações. Isso foi particularmente útil à medida em que era justamente o tenso entorno estratégico chinês que informava as pesadas exigências levantadas sobre a economia nacional (Nogueira, 2019). Rodeada de ameaças e recém-saída de cem anos de conflitos internos e humilhação externa, a China cobrava de si mesma um alto grau de autossuficiência. Eliminada a necessidade de autarquia pelo relaxamento externo, Pequim também se via licenciada a relaxar as exigências estratégicas. Nas relações internacionais, o tenso relacionamento com Moscou havia sido resolvido pelo aceite da carta americana. Neste nível geopolítico, Pequim marcava a sua posição forte contra a União Soviética e erigia a “Linha Horizontal” (Kissinger, 2011, p. 277).

Dessa forma, ao longo do último capítulo, trabalhamos com o binômio economia-estratégia a fim de apresentar o convite para o desenvolvimento americano

estendido à China como um acordo múltiplo, que trabalhou nesses dois níveis e se caracterizou, portanto, como uma aposta essencialmente geoeconômica e geopolítica. Nossa opção foi tomada com vistas a fornecer uma nova maneira de se compreender o *rapprochement* sino-americano, mais profunda e sistemática; não apenas como uma mera etapa do jogo da Diplomacia Triangular e muito menos como uma simples decisão chinesa por “liberalizar”. Para o capitalismo americano, a ida à China era o “pacote completo”, já que resolvia simultaneamente o dilema estratégico premente da contenção soviética e o dilema material das novas relações de produção em voga.

Neste terceiro capítulo, procuramos manter o binômio economia-estratégia como forma de examinar o amadurecimento, a evolução e o eventual desenlace deste especial convite ao desenvolvimento. Aqui, sustentamos que o fim da Guerra Fria inaugurou um momento no qual os aspectos político e econômico deste convite começam a se descolar, à medida em que a classe capitalista americana mergulha cada vez mais na China e em que a política externa se desenrola sobre novas bases de disputa e cooperação na ausência de um inimigo em comum, a União Soviética, que outrora forneceu a razão para o *rapprochement* entre Washington e Pequim.

Para realizar esses objetivos enunciados, o presente capítulo está dividido em seis partes. Na primeira seção, intitulada “O convite no pós-Guerra Fria e o recalibramento das expectativas: o que fazer sem a União Soviética?”, procuramos apresentar o imediato impacto da queda da União Soviética para o relacionamento bilateral entre China e Estados Unidos. Procuramos entender o resultado gerado pelo fim daquilo que uniu, originalmente, Pequim a Washington.

Na segunda seção, intitulada “O aspecto geopolítico do convite na década de 1990: “aliança sem sentido” ou novos paradigmas?”, procuramos explorar como o aspecto geopolítico do convite americano à China evoluiu e amadureceu ao longo da década de 1990. Vemos que, no lado geopolítico do binômio economia-estratégia, a última década do século passado marcou tensões, em sua maior parte, pontuais e episódicas entre Washington e Pequim. Damos atenção especial ao episódio de crise aguda entre as duas capitais quando da tentativa da administração Clinton de atrelar a renovação do estatuto de nação mais favorecida à melhoria dos direitos humanos na China, no contexto de forte repercussão aos acontecimentos de Tiananmen. Essa atenção especial é dada porque neste episódio podemos enxergar de maneira explícita a atuação de muitos atores importantes para o convite, em

especial ligados ao esforço lobista de *Wall Street* quando do episódio e ao capital americano de maneira geral.

Na terceira seção, intitulada “O aspecto geoeconômico do convite durante a década de 1990: aprofundamento de laços apesar de tensões pontuais”, buscamos explorar, dessa vez, o aspecto geoeconômico do convite durante a última década do século passado. Nela, encontramos que esse período marcou um aprofundamento consistente dos laços comerciais entre Pequim e Washington, apesar dos sobressaltos na arena geopolítica, explorados na seção anterior. Procuramos demonstrar que a solução decisiva do impasse quando da questão dos direitos humanos, no início da década, parece ter marcado uma vitória explícita da comunidade de negócios e do capital frente a outros constituintes da classe política americana no contexto de sua política externa.

Na quarta seção, intitulada “O aspecto geoeconômico do convite no século XXI: a ‘Chimérica’ e a crise de 2008”, procuramos analisar a evolução do aspecto geoeconômico do convite ao longo da primeira década do século XXI. Nesse momento de profundo adensamento dos laços e também de aguçamento das crises, exploramos a formação daquilo que foi chamado pela literatura de “Chimérica” - a indelével união econômica e produtiva entre China e América. Ulteriormente, abordamos a crise financeira de 2008 como o período de desenlace do convite, sustentando que esta data marcou uma transformação estrutural do regime de acumulação chinês, que a partir de então se moveu em direção à inovação endógena e ao estabelecimento de uma outra relação com o capital estrangeiro. Do nosso ponto de vista, foi esta transformação que passou a desafiar os Estados Unidos de maneira estrutural.

Na quinta seção, “O aspecto geopolítico do convite no século XXI: desenlace, competição e ‘uma nova Guerra Fria’”, exploramos como o lado geopolítico do convite se comportou durante a primeira década deste século, ulteriormente caminhando para o cenário de disputa deflagrada que conhecemos a partir das segunda e terceira décadas do século e que marca aquilo que muitos analistas caracterizam como a “nova Guerra Fria”. Aqui, damos especial atenção aos temas de conflito que marcaram o relacionamento sino-americano neste período, em especial aquele ligado à controvérsia sobre designar a China como uma “manipuladora cambial”.

Finalmente, na sexta e última seção, procuramos apresentar as principais conclusões deste terceiro capítulo. Em especial, procuramos avançar a nossa tentativa de estabelecer uma

cronologia do convite americano à China até 2008, valendo-se do binômio economia-estratégia. Elencamos a crise de 2008 como a data de desenlace do convite americano para a China em função de mudanças basilares no relacionamento com os Estados Unidos. Através do exame da literatura, procuramos defender que essa data marca um período em que Pequim transforma estruturalmente seu regime de acumulação e avança uma outra relação com a sua classe capitalista doméstica e com o capital internacional (Nogueira, Hao, 2019). Também procuramos analisar de maneira final a natureza deste famigerado convite para o desenvolvimento, como a China pôde se aproveitar dele e quais são as perspectivas disponíveis para Washington neste novo momento estratégico.

### 3.2. O convite no pós-Guerra Fria e o recalibramento das expectativas: o que fazer sem a União Soviética?

Como visto, a lógica do *rapprochement* sino-americano era fortemente pautada pela identificação de um inimigo comum em Moscou. Com o colapso da União Soviética, a razão de ser dessa especial amizade entre Pequim e Washington teria de ser redefinida à luz do novo momento das relações internacionais. Em outros termos, cabia a pergunta - o que fazer sem a União Soviética? Neste sentido, é evidente que: “Quando a União Soviética era uma ameaça comum aos dois países, *realpolitik* determinava que o relacionamento estratégico tomasse precedência sobre outras considerações, como a natureza das instituições políticas e interesse econômico mútuo.” (Ting, 1999, p. 93). Portanto, a ausência de Moscou como inimiga em comum permitia com que outros temas, talvez previamente encarados como menores, secundários ou mesmo ‘ignoráveis’, viessem à tona. Se, no período pretérito, a ameaça soviética era o suficiente para azeitar as relações entre China e Estados Unidos no bojo do convite para o desenvolvimento; agora os problemas eram mais delicados e variados. A repercussão de Tiananmen e a consequente forte pressão da administração Clinton no tema dos direitos humanos oferecem um tenso ponto inicial de choque. A vitória avassaladora do “campo capitalista” e a maturação da era neoliberal que trazia o “fim da História” em seu bojo também ofereciam seus próprios desafios à relação entre China e Estados Unidos e desafiavam a lógica da disputa interestatal no pós-Guerra Fria.

No que se refere aos principais temas do relacionamento bilateral no imediato pós-Guerra Fria, Zhang (1995, p. 50/51) cita três: direitos humanos na China, o seu crescente superávit comercial com os Estados Unidos, e a proliferação de armas. Enquanto os americanos pressionavam sobre esses eixos, que foram, de uma maneira ou outra, evoluindo ao longo da década de 1990, os chineses se valiam dos ‘quatro pontos’ propostos por Deng Xiaoping no que se referia ao relacionamento bilateral com Washington:

Os líderes da República Popular da China seguiam os ‘princípios dos quatro pontos’ em relação aos Estados Unidos que foram estabelecidos por Deng; isso é, aumentar a confiança, reduzir os problemas, desenvolver cooperação, e abandonar o confronto. Apesar do vai-e-vem nas relações bilaterais, a liderança chinesa entendia a importância de continuar a melhorar suas relações com os Estados Unidos (Zhang, 1995, p. 50, tradução própria).

Consequentemente, a mudança na geopolítica do imediato pós-Guerra Fria repercutiu na visão de mundo da liderança chinesa de uma forma a subdimensionar as grandes questões externas e a superdimensionar os desafios domésticos e regionais. Conforme avança o autor:

A tendência global na nova era do pós-Guerra Fria representava uma **mudança de preocupações externas em direção a desafios domésticos**, desde ameaças militares a competição econômica; e de instabilidade global para instabilidade regional ou local. Os Estados Unidos, nesse momento, poderiam se dedicar a resolver **problemas regionais e de desequilíbrio comercial com parceiros, ao invés de se preocupar com diferenças ideológicas que haviam caracterizado a disputa Leste-Oeste [...]**. Portanto, alguns analistas americanos acreditam que a China se tornou estrategicamente menos importante aos interesses globais americanos. Essa mesma crença é verdadeira para a China. Para a liderança chinesa, a importância estratégica dos Estados Unidos também diminuiu drasticamente. Japão, Europa Ocidental e outros antigos aliados americanos também compartilhavam dessa visão agora que a União Soviética tinha desaparecido. **Talvez a simples verdade seja de que as potências mundiais sejam simplesmente menos estrategicamente importantes umas às outras.** [...] (Zhang, 1995, p. 47/48, tradução e ênfases próprias).

Dentre todas as questões domésticas que assumiam o protagonismo na nova era, talvez a mais importante fosse aquela ligada ao destino das reformas chinesas. O sucesso da empreitada reformista chinesa não era dado e havia um sem número de questões que poderiam degradingolar. Sendo assim, a sorte ainda estava lançada sobre o destino e a natureza dessas reformas, configurando como um tema em aberto e capaz de mudar radicalmente o rumo da década. Basta imaginar o quão diferente teria sido o mundo desde então se a China tivesse sucumbido de maneira similar à União Soviética.

Conforme avançava a década de 1990 e gradualmente formava-se o consenso em torno das reformas dentro do Partido Comunista Chinês, o sucesso ou fracasso dessa empreitada era cuidadosamente observado a partir de Washington e também do mundo todo. Conforme nota o autor (Ting, 1999, p. 93), se a China enfrentasse dificuldades severas ou mesmo fracassasse em seus programas de reforma, com o Estado perdendo controle sobre a sociedade e a autoridade central enfraquecendo seu papel de liderança e coordenação frente às autoridades locais, o cenário potencial de desintegração seria um pesadelo para todos os países vizinhos. Basta imaginar, por exemplo, o caos que um êxodo de refugiados da China representaria para a segurança regional, sem mencionar quaisquer protestos em larga escala ou conflitos armados internos, decorrentes da descentralização do poder. É válido lembrar que o último momento político da China pré-revolução socialista era de intensa descentralização, marcada por unidades políticas regionais que lutavam entre si pelo controle da nação, em um contexto de pulverização da autoridade.

Ao mesmo tempo, caso a China crescesse de maneira saudável e forte, mas a reforma das instituições econômicas e financeiras e a “liberalização” geral de seu sistema político

ficassem para trás, conflitos comerciais com o restante do mundo certamente aconteceriam e a perspectiva de uma China forte seguramente representaria pesadelos para o interesse estratégico americano no Ásia-Pacífico (Ting, 1999). Conforme abordamos no capítulo anterior, a esperança de um “desfecho liberal” para as reformas em Pequim era ativa e operante em Washington. Apoiados no trabalho de Isabella Weber (2021), procuramos demonstrar, no capítulo anterior, que essas esperanças não eram tão desencontradas assim e que o sistema de preços chinês passou por episódios periclitantes entre o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990.

Já aos olhos da política externa chinesa, sentimentos mistos se combinavam no tocante aos Estados Unidos. Por um lado, o mercado americano era entendido como vital para o sucesso das reformas, e para o rápido acúmulo de reservas. Por outro lado, os Estados Unidos eram percebidos pela política externa chinesa como o único superpoder hegemônico que pretendia exportar sua ideologia e seus valores de maneira incessante e insistente, principalmente no tocante aos direitos humanos e à democracia (liberal). Além disso, para o Partido Comunista Chinês, estava claro que alguns setores americanos já eram tremendamente hostis à China. Neste sentido, essa percepção das intenções americanas levava ao postulado de que a política americana à China era de “contenção”, essencialmente mirando Pequim após a queda de Moscou (Ting, 1999, pp. 94-95).

Escrevendo em 1996, Segal (p. 108), então co-presidente do Conselho Europeu para a Cooperação em Segurança no Ásia-Pacífico, propunha que a noção de “contenção” (*containment*) seria inadequada para lidar com a China, sendo necessária, na verdade, “constrangimento” (*constraintment*). Para o autor (Segal, 1996, p. 107), o debate sobre a China era excessivamente grosseiro quando se focava apenas sobre o eixo engajamento-contenção. Os postulantes da escola do engajamento argumentaram que a China poderia ser moldada através de incentivos para que ela aderisse às ordens regionais e globais. Nesses termos, não havia sentido em pensar em equilíbrio de poder porque a estabilidade estaria garantida aos estados que tivessem medo de perder benefícios econômicos, em um argumento bastante conhecido do liberalismo nas relações internacionais. Por outro lado, a escola da contenção propunha que a China deveria ser contida à mesma maneira em que fora a União Soviética, e que o desequilíbrio de poder no Leste Asiático já estava avançado demais.

Criticando pontos das duas abordagens, argumentando que tanto o engajamento quanto a contenção eram excessivamente simplistas, o autor propõe que Washington deveria empreender uma estratégia de “constrangimento”, que combinasse elementos da contenção e do engajamento (Segal, 1996, p. 134). Oferecendo incentivos para o bom comportamento, ao mesmo tempo em que mostrava o bastão para ameaçar após o mau comportamento, Washington poderia constranger e moldar a postura chinesa. Há pouca inovação em relação ao *carrot and stick* novecentista de Teddy Roosevelt:

Uma política com vistas a constranger a China, **parecida com a que conseguiu administrar relações com os soviéticos**, é necessária para dizer à China que o mundo exterior tem interesses e que estes serão defendidos por meio de incentivos por bom comportamento, dissuasão por mau comportamento, e punição quando a dissuasão falha. [...] O constrangimento da China pode funcionar, mas seus vizinhos e outros poderes precisam entender que eles devem agir de maneira concertada [...].” (Segal, 1996, p. 134, tradução e ênfase próprias).

Enfatizamos a seção acima para notar que a percepção da política externa chinesa sobre os anseios americanos não era tão desconhecida. Pequim, de fato, para alguns círculos da política externa americana, era vista como uma ‘nova Moscou’. Se não fosse contida, poderia ser “constrangida”.

Da mesma maneira, chama a atenção como a política externa americana também já pensava sobre a China nos mesmos termos em que tratava a União Soviética, e como os mesmos termos e opções já figuravam à mesa meros anos após o desfecho bem-sucedido sobre Moscou. Nesse sentido, não é de se espantar que a reedição da competição interestatal entre Washington e Pequim no século XXI tenha sido quase que imediatamente interpretada como a “nova Guerra Fria”, revelando os vícios cognitivos e os caminhos pré-estabelecidos da maior parte dos analistas ocidentais. O grande perigo disso, evidentemente, é que a China tem pouco a ver com a União Soviética. Como veremos mais tarde, Moscou nunca pôde realmente ameaçar Washington em suas cadeias produtivas mais sofisticadas. Os primeiro e segundo mundos, para usar uma terminologia do século XX, eram, a grosso modo, verdadeiramente separados. É justamente quando começa a haver algum intercâmbio entre os dois, a partir do momento da *détente*, na década de 1970 do século passado, que os problemas da economia política soviética tornam-se cada vez mais aparentes e a pressão se mostra insuportável<sup>37</sup>. Esse não é, de forma alguma, o caso da China. A inserção robusta e o

---

<sup>37</sup> Para mais detalhes, ver CECÍLIO, Matheus de Freitas. A armadilha de renda média e a China: uma abordagem a partir da economia política internacional; Dissertação de mestrado, UFRJ. 2020.

intercâmbio comercial foram decisões autônomas, tomadas a partir de um cenário de planejamento e segurança, possibilitado apenas pela bem-sucedida revolução socialista.

De fato, o crescente debate sobre a contenção à China que toma corpo ao longo dos anos 1990 e 2000 é testemunha inegável da própria visão de mundo americana. Conforme abordamos anteriormente, trata-se de uma persistente dicotomia entre promoção de valores (*engagement*) e equilíbrio de poder realista. A maneira como a política externa americana debate, em seus círculos, a questão da China é muito reveladora dessa persistente forma de pensar, e o imediato pós-Guerra Fria desnudou isso. Em muitos sentidos, conforme notado, Washington ainda parece buscar uma reedição contínua da política *carrot and stick* rooseveltiana, sem se atentar exatamente para o quão apetitosa e amedrontador são a cenoura e o bastão, respectivamente. Implícita nessa visão de mundo também está a crença inexorável no poder dos mercados como um fator de um vagamente definido “engajamento” (*engagement*), tributária da teoria da estabilidade hegemônica (Gilpin, 1987).

Portanto, o imediato pós-Guerra Fria inaugurava-se dessa maneira. A política externa americana debatendo como lidar com a China neste novo contexto, Pequim focada em manter bom relacionamento com Washington a fim de focar nas suas reformas domésticas, e com uma grande incerteza a respeito de como se daria a lógica da disputa interestatal sem um eixo Leste-Oeste, socialista-capitalista claro. A pressão americana sobre os direitos humanos no pós-Tiananmen se ofereceu imediatamente como um ponto de inicial tensão na década de 1990, como se a inaugurasse e anunciasse que o período do “Fim da História” precisava se materializar através do império da democracia liberal e do livre-mercado alhures.

Ao mesmo tempo em que a questão dos direitos humanos passava a ser oferecida como um ponto de dissenso e de possível tensão entre Washington e Pequim neste pós-Guerra Fria, também começava a surgir, a nível da comunidade de política externa e de relações internacionais, a ideia da “*China threat*”, ou “ameaça China”. Era evidente que continuava vivíssima na memória coletiva de Washington - e do Ocidente de forma geral - a ideia da “China Vermelha” (*Red China*). Conforme abordamos no capítulo passado valendo-se da inestimável contribuição de um agente *in loco* - Henry Kissinger - , Washington e Pequim tiveram de passar por cima e de ignorar uma série de questões para que fosse estabelecida essa “quase-aliança”, não menos importante entre elas a contenciosa controvérsia sobre Taiwan. Como Kissinger (2011, p. 273) nota, foi necessária uma verdadeira obra de arte, delicada e sutil, materializada no *communiqué* a respeito de Taiwan

para que as duas capitais estivessem satisfeitas e pudessem prosseguir em outras frentes. Dessa forma, era esperado e mesmo natural que todos esses estilhaços deixados pelo caminho - ignorados momentaneamente em prol da contenção soviética - voltassem à frente da questão uma vez que Moscou estivesse fora da equação e que a Diplomacia Triangular funcionasse sob novos eixos.

Na seção seguinte, procuramos entender como o aspecto geopolítico do convite evoluiu ao longo dessa crítica década, que reuniu em si muito potencial de radicais mudanças, mas acabou por reforçar a maioria das tendências já estabelecidas nesse relacionamento: aprofundamento de laços comerciais e tensões geopolíticas pontuais, mas administráveis.

### **3.3. O aspecto geopolítico do convite durante a década de 1990: “aliança sem sentido” ou “novos paradigmas”?**

Como vimos, a questão a respeito de uma “aliança sem sentido” refere-se ao desconfortável lugar em que se encontrava o relacionamento sino-americano. Sem Moscou, sem amizade garantida. Ao mesmo tempo, o pulo para os “novos paradigmas” - questões domésticas ou regionais, razoavelmente menos importantes e previamente ignoradas ou varridas para debaixo do pano - não garantia certamente bom relacionamento entre Pequim e Washington.

Do ponto de vista de Pequim, a lógica por detrás da condução da política externa também havia passado por um radical amadurecimento ao longo das décadas do convite. Se, no início do período do *rapprochement*, parecia haver um problema de linguagem muito grande entre as duas partes<sup>38</sup>, no pós-Guerra Fria parece haver um amadurecimento e uma postura mais discreta e compreensiva por parte de Pequim. Kissinger (2011, p. 463) possui um interessante comentário sobre essa distinção, notando que a condução da política externa chinesa após a Guerra Fria tinha se tornado muito “mais Bismarck do que Mao”; isto é, havia se tornado muito mais incremental, defensiva e pontual do que ambiciosa, grandiosa,

---

<sup>38</sup> Este problema de linguagem era por vezes literal. Kissinger (2011) narra episódios incomuns e mesmo engraçados, como aquele que envolveu uma verdadeira perseguição do estafe diplomático americano em Varsóvia às suas contrapartes chinesas. Como a única língua em comum entre eles era justamente o polonês, Kissinger narra o bizarro episódio em que os funcionários americanos perseguiram os assustados chineses pelas ruas de Varsóvia gritando em polonês e gesticulando: “Nosso presidente deseja encontrar o seu”. (Kissinger, 2011, p. 222/223). Tamanho era o abismo linguístico e gestual entre China e EUA pré-*rapprochement*.

inesperada e ousada. Nesta nova quadratura, Pequim parecia entender a necessidade de uma postura de mais baixo perfil para poder resolver gradual e pacientemente seus problemas domésticos e internacionais.

Como uma das principais razões domésticas para essa postura de baixo perfil eleita por Pequim como preferencial para as suas relações exteriores figurava o forte e desafiador ritmo da sua mudança socioeconômica interna. De fato, foi especulado pela literatura que a modernização pode ser um fenômeno inerentemente desestabilizador e instável (Pye, 1963; Apter, 1965; Ake, 1974). O ritmo e o volume das mudanças podem engendrar instabilidades sociais e políticas que, por sua vez, se comunicam e retroalimentam o próprio processo modernizante. Na China dos anos 1990, isso não era diferente:

Por natureza, a modernização é um processo muito desestabilizador. [...] As mudanças fundamentais nas estruturas sociais e na orientação de valores durante a modernização tornam a situação ainda mais instável, proporcionando um terreno fértil para agitação social e rebeliões políticas. Em comparação com a modernização, a transformação sistêmica é igualmente traumática psicologicamente e desestabilizadora politicamente. Durante essa transformação, uma economia centralmente planejada e uma economia de mercado coexistem. Consequentemente, as pessoas enfrentam dois conjuntos de princípios de distribuição e códigos morais muito diferentes. Enquanto muitos no setor estatal reclamam dos ‘obscenos’ altos rendimentos das pessoas no setor privado e deploram a corrupção moral associada à economia de mercado, muitos no setor privado criticam os ‘privilégios não merecidos’ (estabilidade no emprego, moradia gratuita ou subsidiada, atendimento médico gratuito, além de um grau de poder) desfrutados pelas pessoas no setor estatal e ridicularizam os costumes dos velhos tempos. Como resultado, praticamente todos se sentem frustrados e infelizes [...] (Jia, 2008, p. 53 - 54, tradução própria).

Com “todos se sentindo frustrados e infelizes” na maior população do globo à época, era sensível a tarefa mastodôntica de modernização cautelosa levada a cabo pelo Partido Comunista Chinês. Manejando cautelosamente este descomunal processo, Pequim parecia mais focada em manter um baixo perfil internacional e, como afirmou Kissinger (2011), ser mais “Bismarck do que Mao”.

A pressão por ser ‘mais Bismarck’ também dialogava com o recém-inaugurado da política internacional, sem a tradicional Diplomacia Triangular. Geopoliticamente, a China havia saído de um período em que alternava entre uma hesitante oposição ao mundo bipolar e um radicalismo engajado. Como vimos no capítulo anterior, com Kissinger (2011), a visão de política externa de Pequim utilmente variava entre a “Linha Horizontal” e os “Três Mundos”. Isto é, em períodos de maior cooperação com Washington, esposava-se a “Linha Horizontal”,

riscada horizontalmente na Ásia para conter a União Soviética. Em períodos de equidistância, Pequim esposava os “Três Mundos”, quadratura conceitual sob a qual se via como uma espécie de terceira via, para além de Washington e Moscou. Saindo deste cenário na Guerra Fria, os anos 1990 rapidamente apresentavam novos desafios ao país asiático. Se, do lado americano, certos elementos do aparato de política externa se viam encorajados pelo *zeitgeist* neoliberal e pressionaram por mudanças, do lado chinês perdia-se a condição privilegiada da qual se aproveitara nas décadas passadas. Como o lado mais fraco da Diplomacia Triangular, a principal alavanca diplomática e estratégica de Pequim era se manter útil perante as duas superpotências (Zhao, 2008, p. 8). Agora, sem os dois “bárbaros” que pudessem ser utilizados um contra o outro (Kissinger, 2011, p. 60), Pequim precisaria trilhar um novo modo de convivência e um novo caminho de política externa, tudo isso enquanto administrava vultosos desafios domésticos, como, por exemplo, o sucesso das reformas.

Contudo, o desejo expresso de Pequim por normalidade e estabilidade nessa crítica década não seria plenamente atendido por Washington e pelo Ocidente de maneira geral. Logo no início da década, a forte repercussão relacionada à questão dos direitos humanos pós-Tiananmen opôs a administração Clinton ao governo chinês. Recém-empossada e tendo feito dessa questão um tema eleitoral importante, a jovem, idealista e liberal administração democrata tentou pressionar Pequim neste tema. Na subseção seguinte, procuramos dar uma atenção especial a esse episódio e, particularmente, a como ele instou a classe capitalista americana a uma decisiva ação pró-China. Tentamos, portanto, mostrar qual foi a relação deste episódio com o convite.

### **3.3.1. A crise ligada à renovação do estatuto de nação mais favorecida: Clinton, direitos humanos e *lobby***

A resposta das lideranças chinesas aos protestos na praça da paz celestial (Tiananmen), em 1989, foram julgadas como excessivamente duras pelos Estados Unidos e pelo Ocidente de forma geral. Reunidos inicialmente pelo luto da figura reformista de Hu Yaobang, protestantes em geral pró-reforma receberam duro tratamento das autoridades em Pequim, o que foi transmitido internacionalmente por redes de televisão que estavam cobrindo a visita de Gorbachev, a primeira visita de uma autoridade soviética à China em trinta anos. A combinação da dura repressão com a ampla transmissão das imagens chocou o público ocidental e marcou de maneira indelével a percepção e a psicologia popular no pós-Guerra Fria. A maneira encontrada pela política externa americana de revidar esse

episódio seria o de atrelar a renovação do estatuto de nação mais favorecida à uma melhoria no tema dos direitos humanos na China.

Contudo, do nosso ponto de vista, Washington só se sentiu à vontade para pressionar a China nessa questão dado o contexto do pós-Guerra Fria, após a queda de Moscou e imbuída do *zeitgeist* neoliberal e do Fim da História. Uma vez eliminado aquilo que deu sentido à íntima relação estratégica sino-americana entre a década de 1970 e a queda da URSS, o capital americano já havia estabelecido uma série de relações lucrativas na China e ali havia se embrenhado de maneira carnal. Dessa maneira, conforme as rugas começam a aparecer na relação sino-americana durante a década de 1990, é muito reveladora a postura do grande capital americano. Em especial, analisamos aqui, com base no trabalho de Hung (2022) e outros, o contencioso ligado à renovação do status de nação mais favorecida ao longo da primeira administração Clinton, que pressionou Pequim na questão dos direitos humanos após a repercussão de Tiananmen. Inicialmente, o fim da necessidade de contenção soviética motivou a administração Clinton a ser mais dura com a China, conforme avança o autor:

[...] Com a dissolução da União Soviética, o inimigo em comum que havia unido Washington e Pequim desde os anos 1970, Washington reavaliou sua ‘quase-aliança’ com a República Popular e não estava exatamente com pressa em trazer a China para a órbita da globalização. Ao invés disso, **a elite de política externa da administração Clinton inicialmente viu a autoritária China como uma rival em potencial e priorizou a promoção dos direitos humanos como parte da sua *China policy*.** (Hung, 2022, p. 7, 8, tradução e ênfase próprias).

Ainda na administração de George H. W. Bush, após a repercussão de Tiananmen, membros do partido democrata no Congresso já se aliaram ao trabalho organizado e a ativistas do campo dos direitos humanos em uma forte repreensão à renovação do status de nação mais favorecida à China como punição por Tiananmen (Hung, 2022, p.10). Conforme nota o acadêmico Richard Bush (2019):

O *crackdown* em Tiananmen [...] mudou a visão do Congresso sobre a China. **Os mais chocados eram os congressistas liberais que achavam que a abertura econômica e gradual relaxamento da China e do Partido Comunista Chinês levariam vagarosamente a uma mudança política positiva.** [...] O Congresso rapidamente procurou maneiras de responder ao choque. Membros liberais acharam que a administração de George H.W. Bush fora muito tímida em sua resposta, e muitos criticaram-na severamente. (Bush, 2019, tradução própria, ênfase própria)

Nesse sentido, a postura mais pragmática e cautelosa de Bush era frequentemente ridicularizada. Durante a campanha presidencial de 1992, o presidenciável democrata Bill

Clinton criticou Bush sênior por “acariciar (*coddling*) os açougueiros em Pequim”. Clinton percebeu que os ataques à China ecoavam bem em dois grupos: nos idealistas empolgados com a vitória liberal e democrática na Guerra Fria e com a classe trabalhadora organizada, que se ressentia da competição dos produtos chineses. Ele prometeu que seria duro com a China e que aqueles atos percebidos como excessos autoritários não tomariam lugar caso ele fosse presidente (Jia, 2008, p. 47). Ironicamente, Clinton seria acusado por Bush filho, anos mais tarde, da mesma coisa (Saunders, 2008, p. 121). Ser “*soft on China*” (leniente com a China), como podemos ver, passou a ser uma acusação comum e frequentemente trocada entre os presidenciáveis americanos, independente dos fatos, do pleito presidencial ou do partido político.

Contudo, apesar deste agitado Congresso, a administração George H. W. Bush deixou claro que se valeria do veto presidencial para bloquear quaisquer propostas no sentido de barrar a renovação do status de nação mais favorecida à China, sendo instrumental para tal postura a maioria Republicana no Senado (Hung, 2022, p. 10). De fato, Bush sênior foi forçado a usar seu poder de veto em duas ocasiões, após forçosas demonstrações do Congresso americano (Ibid).

Nesse sentido, Kissinger possui um interessante comentário sobre Bush sênior, a quem considerava experiente demais para embarcar em uma campanha de pressão contra os chineses naquele momento:

O presidente Bush havia servido na China como chefe do escritório americano em Pequim dez anos antes deste tenso período. Bush tinha experiência o suficiente para entender que os líderes chineses, que estiveram na Longa Marcha, sobreviveram nas cavernas de Yan’an, e confrontaram tanto aos Estados Unidos como à União Soviética simultaneamente nos anos 1960 jamais sucumbiriam a vagas ameaças estrangeiras ou a ameaças de isolamento. E a qual objetivo serviria isso? Derrubar o governo chinês? Mudar a sua estrutura em qual direção? Como poderia ser parada a intervenção uma vez começada? E quais seriam os custos? (Kissinger, 2011, p. 412, tradução própria)

Na mesma toada, Kissinger, ao lembrar como as relações sino-soviéticas se deterioraram nos anos 1960, considerou que se a postura americana fosse dura demais algo semelhante poderia ocorrer entre Pequim e Washington:

[...] No outono de 1989 as relações entre China e Estados Unidos estiveram em seu pior ponto desde quando foram reatadas, em 1971. Nenhum dos governos queria uma ruptura, mas ambos não tinham condições de evitá-la. Uma ruptura, uma vez que tivesse ocorrida, poderia desenvolver seu próprio ritmo, muito como a controvérsia sino-soviética havia evoluído de uma série

de desentendimentos táticos e episódicos para uma confrontação estratégica de grande porte. Os Estados Unidos perderiam flexibilidade diplomática. A China teria de arrefecer seu ritmo econômico ou mesmo abandoná-lo por um período significativo, com sérias consequências para a sua estabilidade doméstica. Ambos os atores perderiam a oportunidade de avançar em múltiplas áreas de cooperação bilateral que haviam grandemente evoluído na década de 1980 [...]. (Ibid, p. 421, tradução própria).

Sendo assim, a administração Bush sênior, ao optar pelo não-enfrentamento direto e explícito sobre a questão dos direitos humanos na China, se opôs ao sentimento liberal e democrata no Congresso. Saunders (2000, p. 53), em entrevistas com acadêmicos, oficiais e analistas chineses, notou que líderes chineses preferiam lidar com Bush do que com Clinton, em especial dadas as repetidas críticas do candidato democrata ao longo da campanha presidencial em 1992. É impossível não lembrar do comentário de Mao, que privadamente disse a Kissinger preferir lidar com “direitistas, republicanos quando estes chegavam ao poder”; ao que Nixon teria respondido que “na América, os direitos podem fazer aquilo que os esquerdistas só falam sobre”.<sup>39</sup> Ironicamente, agora seria uma administração “esquerdista” (democrata) que procuraria fazer o que falava sobre.

Sendo assim, após a vitória democrata no pleito, em que Clinton supera o incumbente republicano Bush sênior e o independente bilionário Ross Perot, havia uma espécie de acumulado rancor liberal e democrata no que se referiu à resposta americana aos acontecimentos de Tiananmen. Já mesmo durante a campanha eleitoral o status MFN da China e a política comercial em geral foram assuntos de destaque, com Ross Perot em específico avançando uma agenda anti-livre comércio e focada na oposição ao NAFTA, em um desempenho que pode ser descrito como proto-trumpista (Boxwell, 2019). Já Clinton se apoiou em uma plataforma centrista, ligeiramente anti-livre comércio (Hung, 2022, p.10).

Encorajada pelo avanço democrático nos países da ex-União Soviética e pela presença de muitos idealistas dos direitos humanos, a vitoriosa administração Clinton anuncia em maio de 1993 que a renovação do status de nação mais favorecida da China não seria mais automático, e passaria por um crivo presidencial que avaliaria o país asiático em sete áreas dos direitos humanos, que cobriam setores contenciosos como tratamento a prisioneiros políticos, trabalho nas prisões, liberdade religiosa e a autonomia do Tibete. Um eventual fracasso de Pequim em melhorar em pelo menos duas das sete áreas levaria ao término de seu estatuto de nação mais favorecida (Hung, 2022, p. 11).

---

<sup>39</sup> Declassified transcript of the Beijing meeting between Mao Zedong, Henry Kissinger and President Nixon, 1972, available in: <https://china.usc.edu/mao-zedong-meets-richard-nixon-february-21-1972>

Isso, evidentemente, fazia soar numerosos sinais de alerta para o avanço do relacionamento econômico especial estabelecido entre a China e os Estados Unidos desde Nixon/Kissinger. Para piorar a situação, essa barreira americana ameaçava se erguer exatamente em um período em que Pequim havia tomado a decisão por um modelo de crescimento e de mudança estrutural pautado na promoção de exportações, e que enxergava o acesso ao rico e consumidor mercado americano como uma condição *sine qua non* (Hung, 2022, p.11). As rugas que surgiram a partir do mandato de Bill Clinton se manifestaram especialmente em um contexto em que Pequim havia feito a aposta decisiva em seu “autoconvite” em direção ao livre-comércio global e à globalização, conforme nota o autor:

Conforme a China passou incólume pela crise da dívida do Terceiro Mundo, o FMI e o Banco Mundial tinham pouco incentivo ou alavancas para pressionar Pequim a adotar reformas estruturais. A incorporação da China ao livre comércio global nos anos 1990 não foi nem resultado de convite ocidental nem pressão. Os líderes do Partido Comunista Chinês eles próprios tomaram a iniciativa de adotar liberalização de mercado nos anos 1980 e de buscar a incorporação da China ao sistema global de livre-comércio nos 1990s. Pequim até mesmo mobilizou firmas americanas para pressionar o eixo da política americana em relação à China da questão inicial dos direitos humanos para engajamento econômico. **Na verdade, a China entrou na ordem mundial do livre-comércio pós-Guerra Fria por autoconvite.** (Hung, 2022, p.8, tradução e ênfase próprias).

O autor considera, portanto, que os atores interessados tinham poucas alavancas disponíveis para fazer valer os princípios da era neoliberal em Pequim. Isto é, a China havia passado incólume pela crise da dívida dos anos 1980, que tanto fez água de projetos desenvolvimentistas alhures. Portanto, sem crise de balanço de pagamentos e sem necessidade de empréstimos emergenciais do outro lado do Pacífico, Pequim fornecia poucas chances ao FMI, ao Banco Mundial e, em última instância, ao santo espírito do Consenso de Washington. Dessa forma, pôde tomar a decisão autônoma pelo “auto convite”, conforme nota o autor, e resistir à pressão de Clinton usando a própria dinâmica dos capitais internacionalizados. É justamente neste contexto em que os líderes do Partido Comunista Chinês amadurecem a ideia de que o acesso ao mercado americano e a inserção exportadora guardavam as chaves para a prosperidade chinesa e para o sucesso ulterior do processo de mudança estrutural. Conforme nota o autor (Ibid, p. 9), as mudanças graduais e tentativas dos anos 1980 tinham sido mais tímidas e ligadas à flexibilização das exigências sobre a classe campesina após os problemas da Revolução Cultural e do Grande Salto Adiante. A “decoletivização” da agricultura e a origem das *town and village enterprises* (TVEs) faziam parte dessa quadratura de gradual liberalização. As TVEs, em suma, empregavam excedente

de trabalho no campo para a produção de bens de consumo de baixa e média complexidade para o mercado doméstico; sendo que poucas alcançaram competitividade internacional (Masiero, 2006). Simultaneamente, as exportações ainda desempenhavam um papel reduzido ao fim da década de 1980 (Hung, 2016). Nesse cenário de tentativas reformas, foi o *Southern Tour* de Deng Xiaoping em 1992 que ajudou a moldar um consenso em torno da liberalização e, mais especificamente, do modelo de promoção de exportações.

Com a liderança do partido dividida e paralisada após a crise de Tiananmen, Zhao Ziyang, secretário-geral do partido indicado pelo próprio Deng em 1986, havia sido politicamente expurgado em junho de 1989 e Jiang Zemin, então secretário do partido em Xangai, fora elevado ao mais alto escalão do partido, em um momento que Kissinger definiu como uma das crises mais delicadas e consequentes da história da República Popular: “[...] membros mais conservadores do partido, cujo apoio era necessário a Deng, culpavam sua política de abertura pela crise e pressionavam Jiang a retornar a políticas mais tradicionalmente maoístas” (Kissinger, 2011, p. 440/1). Dessa forma, saindo da aposentadoria e contando incríveis oitenta e oito anos, Deng embarca em uma jornada ao longo das províncias do sul chinês Guangdong e Fujian, visitando as ZEEs, zonas econômicas especiais, de Shenzhen, Zhuhai e Xiamen. Conforme abordamos, o tour sulista de Deng foi significativo porque ajudou a estancar a crise, e a reafirmar e revigorar o compromisso das lideranças do Partido Comunista com a reforma e abertura, em meio a um período de resistência política e incertezas após a cizânia de Tiananmen. Emprestando sua aura impecável e histórico prestígio aos reformadores, Deng pôde sinalizar, doméstica e internacionalmente, o rumo do processo de desenvolvimento e de mudança estrutural chinês. É justamente neste contexto que as lideranças do partido passavam a garantir uma importância cada vez maior à manutenção da abertura do mercado americano às exportações chinesas:

O mercado dos Estados Unidos tem sido o maior mercado para a manufatura orientada para a exportação do Leste Asiático desde pelo menos os anos 1960. Também foi o maior mercado para o nascente setor exportador chinês durante a década de 1980. Para que o esforço de Pequim em transformar a economia da China para um modelo *export-led* fosse bem-sucedido, **era imprescindível que o mercado americano continuasse aberto às exportações manufaturadas chinesas e com tarifas baixas.** (Hung, 2022, p. 9, tradução própria, ênfase própria).

Dessa forma, os anos 1990 se anunciavam com o aspecto econômico do convite a pleno vapor. Se, nos anos 1970 e 1980, o aspecto da segurança havia sido o mais importante,

com a contenção à ambição soviética e a colaboração na Indochina<sup>40</sup>; agora Pequim traçava com mais clareza seus planos para as exportações. Simultaneamente, Washington se via no topo da montanha, recém-saída de uma vitória acachapante na Guerra Fria e com muita confiança. Na administração Clinton, as duas visões se chocam:

Justamente nesse período em que a economia chinesa se via numa junção crítica de se mover em direção ao crescimento puxado pelas exportações, no entanto, a abertura do mercado dos Estados Unidos aos produtos chineses - algo que tinha estado em voga desde que os Estados Unidos e a China estabeleceram relações diplomáticas formais em 1979 - foi posto em xeque.” (Hung, 2022, p.9, tradução própria).

O crítico acesso ao mercado americano fora posto em xeque em função de uma administração Clinton recheada de idealistas. Ao menos, esta é a visão de Kissinger (2011, p. 462), que vê nos assessores de política externa do presidente democrata uma equipe ingênua tomada pelo *zeitgeist* do Fim da História. A visão de Kissinger é bastante testamentária do discurso tradicional de política externa americano, muito obcecado pela dicotomia entre realismo e liberalismo; entre *realpolitik* e promoção de valores. Hung (2022, p. 10), ao mesmo tempo em que corrobora com a visão do ex-Secretário de Estado, também avança que o trabalho organizado fazia parte da coalizão de poder de Clinton, e que esta fração de classe era muito sensível às importações mais baratas e competitivas vindas da China, que eram vistas como ceifadoras do trabalho *blue collar* americano. Portanto, também havia algo de material nessa inicial oposição à China. Em última instância, é preciso lembrar que os responsáveis pela política externa da administração Clinton herdaram um estamento de imenso poder: talvez em nenhum outro momento da História tenha havido tanta discrepância de poder entre o Hegemon e os demais atores do sistema quanto no imediato pós-Guerra Fria. Os administradores do império também precisavam tatear e entender quão longe conseguiriam empurrar os demais atores, como uma criança tenta forçar o seu novo brinquedo e perceber qual é o seu limite.

Sobre essa disposição idealista do estafe de Clinton e as motivações materiais de fundo, o autor avança:

A posição de Clinton de vincular direitos humanos à renovação do status de nação mais favorecida à China pode ser atribuída aos idealistas de direitos humanos no establishment democrata desde o *crackdown* em Tiananmen, em 1989. Mas, de maneira mais importante, foi uma resposta às preocupações

---

<sup>40</sup> Kissinger (2011, p. 340/377) notou como a cooperação sino-americana no contexto da Guerra Sino-Vietnamita pôde ser caracterizada como uma “quase-aliança”, tamanho foi o grau de cooperação e compartilhamento de inteligência militar entre os dois países neste episódio.

econômicas dos trabalhadores organizados, cujo apoio fora indispensável para a vitória democrata na corrida presidencial. O trabalho organizado nos Estados Unidos estava preocupado com a crescente competição do trabalho de baixo custo e não-sindicalizado chinês. Então, atrelar a renovação do status de nação mais favorecida à questão dos direitos humanos na China era uma oposição protecionista ligeiramente disfarçada à liberalização dos laços comerciais entre os dois países. (Hung, 2022, p. 10/11, tradução própria).

Dessa forma, conforme demonstramos, a ameaça de perder o estatuto de nação mais favorecida se anunciava exatamente em um período crucial de recém-encontrado consenso do Partido Comunista Chinês pós-*Southern Tour* em torno da necessidade de contar com o mercado americano como destino para as suas exportações. Perdê-lo neste momento crítico poderia representar um enorme problema. Desse lado do século XXI, onde conhecemos a história completa do convite e desconvite, é difícil mensurar a gravidade do episódio; mas os anos 1990 se anunciavam assim com a perspectiva muito real de um recrudescimento das relações econômicas sino-americanas.

A China vinha tendo seu estatuto de nação mais favorecida renovado de maneira relativamente não-problemática desde 1979. Esse estatuto era automático a todos os membros do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), principal mecanismo do comércio internacional da ordem mundial do pós-guerra, substituído em 1995 pela OMC (Organização Mundial do Comércio). Ou seja, quaisquer membros do GATT eram obrigados a oferecer o tratamento tarifário de nação mais favorecida a todos os outros, automaticamente. Sendo assim, todas as exportações dos membros do GATT possuíam o tratamento tarifário mais baixo possível. Durante a Guerra Fria, os países comunistas encontravam-se excluídos do GATT e a política comercial americana proibia que Washington estendesse o estatuto de nação mais favorecida a esses países. Depois de 1974, no entanto, um presidente americano poderia estender o status de nação mais favorecida a um país comunista caso este país permitisse a emigração para países não-comunistas. Neste caso, o status precisava ser revisado e reautorizado anualmente pela Casa Branca. Após a renovação presidencial, o Congresso tinha até sessenta dias para revogar a renovação, sendo necessários para isso dois terços da Câmara e do Senado; mas a Casa Branca poderia, de qualquer forma, vetar a revogação congressional. (Hung, 2022, p. 9).

No caso da China, a administração Carter imediatamente lhe garantiu o tratamento de nação mais favorecida quando da normalização das relações diplomáticas em 1979. Dali em diante, as sucessivas administrações americanas renovaram esse estatuto sem grandes problemas ou discussões, à medida em que avançavam o convite para o desenvolvimento e a

“quase-aliança” entre Washington e Pequim. Contudo, o ainda baixo volume do comércio bilateral durante os anos 1980 não causava grandes rugas no mercado americano. Conforme avança o autor, tudo isso muda com o fim da Guerra Fria e com a crescente inserção exportadora chinesa:

[...] Antes dos anos 1990, o comércio entre a China e os Estados Unidos não era muito significativo, e a renovação do estatuto de nação mais favorecida da China por parte dos Estados Unidos fazia parte de sua estratégia geopolítica de acomodar as necessidades econômicas da China em troca da cooperação na contenção à influência soviética na Ásia. Quando o comércio bilateral decolou no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, o trabalho organizado nos Estados Unidos, assim como a indústria têxtil e outros segmentos intensivos em trabalho nos estados do sul, começaram a vocalizar sua oposição ao livre comércio com a China. (Hung, 2022 p. 9/10, tradução própria).

Entre os chamados idealistas que se faziam presentes no estafê de Clinton estavam o secretário de Estado, Christopher Warren, a representante americana nas Nações Unidas, Madeleine Albright e o secretário assistente de Estado para o Leste Asiático e Pacífico, Winston Lord. Este último havia sido embaixador americano na China durante Tiananmen (Lampton, 1994). É interessante notar como as experiências pessoais desses oficiais na China forjavam visões distintas: neste episódio, enquanto Bush sênior prezava pelo pragmatismo, Winston Lord favorecia uma política de engajamento mais agressiva, apesar de ambos terem vivido na China e visto de perto as dinâmicas políticas deste país.

O anúncio de Clinton em maio de 1993 imediatamente preocupou o capital. Vários pontos de incerteza surgiam:

O fim da renovação anual automática do estatuto de nação mais favorecida para a China significativamente aumentou a incerteza das empresas americanas no que se refere ao ambiente de negócios na China. Os níveis tarifários para a China poderiam subir drástica e repentinamente caso o país perdesse o estatuto de nação mais favorecida nos próximos anos. Se e como a China retaliaria contra negócios americanos já estabelecidos no país no caso de uma não-renovação também se tornou uma preocupação. De qualquer forma, independentemente do resultado factual de cada revisão anual, ligar o estatuto de nação mais favorecida aos direitos humanos efetivamente breiou o crescimento das relações comerciais entre Estados Unidos e China e arrefeceu o ritmo da inserção das cadeias produtivas americanas na China. A tentativa chinesa de se mover em direção a um crescimento liderado pelas exportações havia atingido um grande obstáculo. (Hung, 2022, p. 11, tradução própria).

As incertezas advindas desse movimento de política externa imediatamente repercutiram no capital americano. Os negócios americanos na China começaram a se

mobilizar para pressionar a presidência por volta de 1993-4 (Hung, 2022). Destler (2005, p. 211) aponta que a Associação Nacional da Manufatura dos Estados Unidos imediatamente pressionou a administração Clinton, chamando o estatuto de nação mais favorecida de “o mínimo necessário para o comércio razoável entre dois parceiros”. Esta associação eventualmente se uniu a outras, que formaram a Coalizão de Negócios pelo Comércio EUA-China (*Business Coalition for US-China Trade*). Já em maio de 1993, essa coalizão enviou a Clinton uma carta assinada por 298 empresas e 37 associações comerciais se opondo a quaisquer condicionalidades que pudessem comprometer o estatuto de nação mais favorecida à China. Entre as empresas mais determinadas no *lobby* estavam a Boeing e a General Electric. Setores muito ativos também foram o trigo e revendedores de calçados e têxteis (Destler, 2005).

Um ponto muito interessante que dialoga com a nossa pesquisa é que esse esforço lobista não era feito apenas pelo capital que já estava presente na China e queria manter suas operações intactas; mas muito dele também fora feito por firmas ansiosas e desejosas de fazer negócios na China futuramente. Conforme avança o autor, ao comparar o *new China lobby* dos anos 1990 com outros esforços semelhantes do passado:

[...] Tipicamente, no entanto, estes (*esforços lobistas*) eram orquestrados por líderes do Executivo. A campanha entre 1992-1994 relativa à China foi diferente de tudo, porque aqui houve a união de uma vasta gama de interesses comerciais unidos por um grande propósito de expansão comercial. Uma razão era o medo de grandes perdas dos negócios correntes, algo que frequentemente costuma mover executivos e pessoas de negócios em direção à ação política. Contudo, aqui também havia um forte elemento de expectativas (*forward-looking*), que olhava para o futuro. A China se agigantava - para exportações, investimentos - em quase todos os planos de todas as grandes corporações multinacionais. Era a maior economia em rápido crescimento do mundo e potencialmente a economia dominante do século XXI. Encontrar-se fora daquele mercado poderia se provar devastador para a competitividade das firmas entendida em um contexto amplo - no Leste Asiático e também ao redor do mundo. Essa mistura de esperança com medo produziu aquilo que ficou conhecido como o *new China lobby*, talvez a mais formidável, palpável e pró-comércio união já feita pelo capital americano através de sua própria iniciativa. (Destler, 2005, p. 211/212).

Destler faz referência ao *New China lobby*. Como abordamos no capítulo anterior, o antigo *China lobby* referia-se aos partidários da República da China, Taiwan, em Washington. No segundo capítulo, procuramos demonstrar como Nixon precisou superar seus antigos constituintes e amigos do *China lobby* a fim de realizar o *rapprochement* com Pequim junto a Kissinger. Agora, o avanço do convite, a percebida ‘superação’ da questão de Taiwan, que havia sido posta de lado durante o período de aproximação, e, principalmente, a

bem-sucedida integração econômica entre os dois países fazia surgir o “novo lobby chinês”; desta vez, focado na República Popular da China.

Hung (2022, p. 14), através de importantíssima e original pesquisa em registros e levantamento de publicações, nos informa que a Boeing foi a firma mais atuante nesse episódio, o que vai de encontro aos achados de Destler (2005). A Boeing reuniu um total de 432 menções no registro congressional e em jornais, no contexto deste debate. A AT&T foi a segunda mais envolvida, com 215 menções totais, seguida pela General Motors. Outras firmas que tiveram papel de destaque no esforço lobista deste episódio foram a McDonnell Douglas, IBM, Chrysler, a General Electric e a Nike.

A seguinte tabela elenca as quinze principais firmas, conforme o levantamento do autor:

**Tabela 5. Menções de firmas no registro congressional americana e em notícias de jornais sobre o debate MFN, entre 1993 e 1994, ranqueada por menções totais<sup>41</sup>:**

Rank	Company	Congressional Record	<i>New York Times, Washington Post, Wall Street Journal</i>	All newspapers	Combined Congressional Record and all newspapers
1	Boeing	115	43	317	432
2	AT&T	77	39	138	215
3	GM	101	20	53	154
4	McDonnell Douglas	70	15	64	134
5	IBM	93	5	34	127
6	Chrysler	67	12	49	116
7	GE	73	13	43	116
8	Nike	32	15	59	91
9	Sears	67	5	24	91
10	Ford	46	13	39	85
11	Motorola	40	9	38	78
12	Westinghouse	47	4	24	71
13	Coca-Cola	28	8	36	64
14	Hughes	27	9	36	63
15	Lockheed	55	2	5	60

Fonte: Hung, 2022, p. 13.

<sup>41</sup> Uma menção congressional normalmente vinha acompanhada de uma petição em que a firma era mencionada em conexão com a controvérsia MFN. Ou seja, a menção congressional tipicamente se referia à uma instância em que a firma apoiou a renovação da cláusula. Para mais detalhes, ver Hung (2022, p. 12).

É importante notar que o esforço lobista não correspondia diretamente às firmas já presentes na China. Muitas dessas firmas tinham laços limitados no país asiático ou eram movidas por expectativas de ganho futuro, ou, como mencionou Destler (2005), eram movidas por uma atitude *forward-looking*. A Boeing, por exemplo, era sujeita a canais não-tradicionais de comércio para poder exportar seus aviões à China, o que era analisado caso a caso, em um mercado altamente regulado. Portanto, vendas de aeronaves são normalmente sujeitas a delicadas negociações bilaterais; o que explica o desejo da firma de manter bons laços com Pequim. O autor também nota que há uma larga interseção entre as firmas envolvidas nesse *new China lobby* e as firmas que mais doaram fundos para campanhas presidenciais. A AT&T, por exemplo, a segunda mais envolvida no lobby pró-China, fora a maior doadora empresarial no pleito de 1992 (Hung, 2022, p.12).

Contudo, os esforços lobistas das principais firmas envolvidas nesse episódio nem sempre foram bem-sucedidos. Para muitas daquelas firmas, como a Apple, Walmart e General Motors, os esforços pagaram dividendos, uma vez que a expansão dos investimentos e negócios na China tornar-se-iam elementos chave de expansão comercial nos anos e décadas vindouras. Contudo, para outros atores, as coisas não fluíram de maneira tão fácil. A gigante da área de telecomunicações AT&T, por exemplo, que fora justamente a firma vice-líder no esforço lobista para desvincular a renovação do MFN da questão dos direitos humanos na celeuma com Clinton, não viu seus desejos renderem frutos. Pequim havia assinado um memorando de entendimento (MOU) com a firma naquele momento, o que a seduziu. Contudo, no fim da década, Pequim restringiu o mercado de telecomunicações, promoveu campeãs nacionais como a China Telecom e a AT&T se viu reduzida a meros 25% de uma *joint-venture* em Xangai (Hung, 2022, p. 31).

O caso da Hughes, uma fabricante de aeronaves, também é relatado pelo autor e oferece lições importantes sobre os iniciais desconfortos das corporações americanas na China. A firma também havia sido instrumental no lobby quando da celeuma com a administração Clinton e inicialmente se beneficiou na China, auxiliando no lançamento de um satélite comercial a preços competitivos. Após um acidente em 1995 que viu a destruição de um foguete chinês, atritos entre parceiros chineses e a Hughes cresceram. A corporação americana foi instada a compartilhar dados sensíveis sobre o lançamento do foguete, a fim de diminuir as chances futuras de um novo acidente. A Hughes eventualmente anuiu e compartilhou os dados. Posteriormente, a transferência desses dados sensíveis foi considerada

contrária à segurança nacional dos Estados Unidos, e a Hughes acabou sendo multada em US\$ 32 milhões (Hung, 2022, p. 31).

Nesse contexto, um lobista em uma altamente requisitada firma especializada em *lobby* em Washington afirmou: “**A comunidade de negócios sempre foi a ponta de lança no sentido de manter a relação Estados Unidos - China em um bom caminho.** [...] Há muita interação entre autoridades na China e empresas americanas” (citado em Wagreich, 2013, p. 151, ênfase própria). Outro entrevistado anônimo explicou que “a China era capaz de contar com um grupo seleto de empresas e dizer a elas para agir de certa maneira” (citado em Wagreich, 2013, p. 151). Contudo, ambos os lobistas entrevistados concordaram que “a motivação para corporações multinacionais americanas agir em benefício da China não era geralmente resultado direto de comunicação ou ordens com autoridades chinesas” - pelo contrário, afirmaram que: “Era mais um acordo não-verbal” (Ibid, p. 152). Finalmente, concluem:

Na China, há muita regulação governamental; eles controlam aprovação de fábricas, aprovação de compras, aprovação de investimentos - cidade a cidade - então, corporações têm um interesse em mostrar que são aliadas do governo. [...] em questões comerciais, CEOs querem mostrar que estão sendo ativos na Colina do Capitólio. E a Embaixada estava anotando quem testemunhava frente ao Congresso, quem viajava ao Capitólio, quem assinava as petições. Tem que ser desse jeito para as empresas que investem na China - seus CEOs estão constantemente engajando com a Embaixada. (citado em Wagreich, 2013, p. 152, tradução própria).

Contudo, embora esse esforço lobista tenha sido relevante, os desencontros pontuais entre o capital americano e Pequim existiam. Em um primeiro momento, eram poucos e esparsos, mas davam o sentido geral daquilo que estava por vir no relacionamento sino-americano. O autor bem resume:

Nos anos 1990 e 2000, casos de empreendimentos de corporações americanas na China que não davam certo eram as exceções da regra. A maior parte das corporações que correram para se estabelecer na China viu ganhos tremendos. Mas os desafios que AT&T e a Hughes encontraram - acesso restrito ao mercado, contrastando com o que havia sido prometido e a pressão para transferir tecnologia delicada - foram precursores do que muitas outras firmas americanas enfrentam na China. Após a recuperação global da crise financeira em 2009 e 2010, cresceram os relatos de corporações americanas sendo pressionadas pelos seus competidores chineses, que frequentemente eram auxiliados por reguladores estatais e subsidiados por grandes empréstimos a baixo custo de bancos estatais. Reclamações cresceram de que o governo chinês pressionava as corporações americanas, sutilmente ou não, para que elas transferissem tecnologia aos seus parceiros chineses de *joint-venture*, que se tornavam, em um segundo momento, seus próprios

competidores mais tarde, vendendo bens ou serviços a preços muito mais baixos. (Hung, 2022, p. 31/32, tradução própria).

Do lado de Pequim, essa pressão da administração Clinton, que havia sido reforçada por outras nações democráticas ocidentais, foi vista como desejo de manter uma China fraca através da intervenção em seus negócios domésticos, não muito diferente do que fariam as potências coloniais do século XIX (Kissinger, 2011, p. 462). Evidentemente, essa resistência não nascia apenas do período do século de humilhação, como também da longa tradição confuciana de prezar pela ordem e estabilidade (Kissinger, 2011, p. 13).

Sobre o impacto dessa investida do governo Clinton aos olhos de Pequim, o trabalho de Saunders (2000) é especialmente relevante. Conduzindo 35 entrevistas com analistas de cinco institutos chineses de pesquisa, oficiais, acadêmicos e analistas militares, o autor nos fornece uma análise crucial, à medida em que procurou entender como a visão chinesa sobre os Estados Unidos evoluíram ao longo dos desdobramentos relacionados à Tiananmen. Para o autor, o fim da Guerra Fria e a pressão americana na questão dos direitos humanos levou os “*America Watchers*” na China a uma evolução forçada, à medida em que esses analistas agora precisavam abandonar postulados do realismo clássico:

[...] a variabilidade na *China policy* dos Estados Unidos após Tiananmen levou a um período agitado de rápido aprendizado conforme os *America watchers* eram forçados a reexaminar suas abordagens para compreender os Estados Unidos. Nem o realismo clássico ou mesmo o marxismo ajudavam os analistas chineses a entender por quê os americanos faziam algo que, aparentemente, ‘iria contra o interesse nacional’. A necessidade de explicar e, em algum grau, prever mudanças no comportamento americano forçaram os analistas chineses a irem além dos estereótipos e de análises ideologicamente restritas em direção a um entendimento mais profundo das políticas doméstica e externa dos Estados Unidos. (Saunders, 2000, p. 44, tradução própria).

Um analista-sênior do Instituto de Estudos Americanos na Academia Chinesa de Ciências Sociais relatou ao autor que a incerteza sobre a renovação do status de nação mais favorecida no início dos anos 1990 gerou grande interesse de alto nível em seu trabalho; e que seus relatórios iam direto ao topo da hierarquia política e que recebeu *feedback* diretamente de Deng Xiaoping (Saunders, 2000, p. 44). A necessidade de uma percepção acurada sobre a política doméstica nos Estados Unidos por parte de Pequim se tornou premente conforme agendas domésticas passaram a influenciar o relacionamento entre os dois países. O rápido aprendizado do período legou a Pequim capacidades institucionais e acadêmico-científicas mais sofisticadas sobre como compreender as disposições americanas (Ibid).

Do ponto de vista da percepção chinesa, o estranhamento e aparente isolamento que se seguiram ao período de Tiananmen foram arrefecidos algum tempo mais tarde, quando do esforço americano para assegurar o apoio chinês na Guerra do Golfo, em 1990. Esse conflito também foi importante para o relacionamento bilateral entre Pequim e Washington, nota o autor, uma vez que a ele analistas militares relataram um espanto em relação à velocidade da derrota das tropas iraquianas, equipadas, por vezes, com armas mais sofisticadas do que aquelas presentes no Exército de Libertação Popular (Ibid, p. 52). Isso teria, em tese, gerado um incentivo mais forte ao engajamento e uma preocupação a respeito de como Washington se comportaria neste período em que era a única superpotência incontestada.

Em 1993, Clinton, finalmente cedendo à pressão, escolheu renovar a cláusula de nação mais favorecida para aquele ano e estabeleceu critérios relativamente tímidos de direitos humanos para fundamentar sua próxima decisão, esperada para junho de 1994. Isso foi amplamente celebrado como uma vitória para os interesses comerciais e do *new China lobby*. Contudo, a atuação da China em relação aos critérios estabelecidos de direitos humanos permaneceu, na melhor das hipóteses, mista (Hung, 2022, p. 16). O Secretário de Estado, Warren Christopher, tinha ido a Pequim no início de março de 1994 para insistir na política de vincular a MFN aos direitos humanos, mas foi publicamente rejeitado pelas autoridades chinesas e não teve um tratamento digno da sua posição, o que foi interpretado como uma clara mensagem<sup>42</sup>. Logo após seu retorno, enfrentou nova resistência interna, quando o Conselho de Relações Exteriores promoveu um fórum público inédito em Washington, no qual três ex-secretários de Estado e vários outros acadêmicos criticaram a política de Clinton. Com a cooperação chinesa em direitos humanos sendo, no máximo, parcial e relutante, e difícil de conciliar com os critérios da administração Clinton, as críticas empresariais à política se intensificaram (Destler, 2005, p. 212).

Gradualmente, passou a tomar corpo em Washington o argumento de que seria danoso prejudicar os laços comerciais de curto prazo pela questão dos direitos humanos, sendo que o aprofundamento desses laços eventualmente levaria à ampliação dos direitos humanos no país asiático, através da força virtuosa do livre mercado (Destler, 2005, p. 213). Evidentemente, este argumento pode ser interpretado genuinamente, mas também pode ser interpretado como uma solução argumentativa para fornecer uma saída honrosa para a administração Clinton, derrotada de maneira acachapante na questão.

---

<sup>42</sup> LA Times, 12/03/1994, disponível em: (<https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1994-03-12-mn-33022-story.html>)

Conforme o prazo de junho de 1994 se aproximava, a administração democrata se via frente a uma dura decisão política. Ceder ao *new China lobby* implicaria colocar em xeque uma das principais promessas de campanha da administração e voltar atrás em uma questão importante; simultaneamente, insistir na campanha de pressão contra Pequim arriscava deixar a administração em uma situação extremamente desconfortável e litigiosa com a classe capitalista doméstica. Finalmente, Clinton escolheu a primeira opção e anunciou, pouco antes do prazo de junho de 1994, que estava “desacoplando a questão dos direitos humanos da renovação do estatuto de nação mais favorecida” e que “essa política tinha esgotado sua vida útil”. Por fim, o presidente democrata buscou se arvorar em uma espécie de saída honrosa, previamente debatida, em que procurava passar a mensagem de que o aprofundamento dos laços comerciais eventualmente traria a solução sobre a questão dos direitos humanos:

[...] acredito que a questão, portanto, não é se continuamos a apoiar os direitos humanos na China, mas como podemos melhor apoiar os direitos humanos na China e avançar em nossos outros interesses e questões muito significativas. Acredito que podemos fazer isso engajando os chineses. Teremos mais contatos. Teremos mais comércio. Teremos mais cooperação internacional. Teremos um diálogo mais intenso e constante sobre questões de direitos humanos. Teremos isso em uma atmosfera que nos dá a chance de ver a China evoluir como uma potência responsável, crescendo não apenas economicamente, mas também em maturidade política, de modo que os direitos humanos possam ser respeitados. (Clinton, 1994, tradução própria)<sup>43</sup>

Medeiros (s/d, p.12/13) oferece uma interessante chave explicativa que podemos ligar a esse momento de crise do relacionamento sino-americano e que também dialoga com a nossa hipótese do convite: o autor afirma que, após o período do convite e da mais intensa cooperação, o grau de internacionalização da economia chinesa já permitia “ao governo desenvolvimentista explorar as possibilidades abertas pela rivalidade oligopólica de capitais internacionais crescentemente voltados para o seu mercado interno”. Isto é, após o período do convite e do *rapprochement*, seguramente trilhado pela China “pela última vez” (Ibid), a inserção internacional de Pequim e a sua posição nas cadeias produtivas globais já eram sólidas o suficiente para que não houvesse mais retorno ou bloqueio do caminho desenvolvimentista. Nesse sentido, Pequim pôde “jogar com as possibilidades abertas pela rivalidade de capitais internacionais” de forma a manter seu estatuto de MFN. As conclusões que apresentamos de Hung (2022) sugerem a mesma ideia: na confusão sobre o estatuto de MFN, a disposição do capital, baseado nos Estados Unidos, mas já suficientemente “internacionalizado” e embrenhado no açúcar dos vultosos lucros do outro lado do Pacífico,

<sup>43</sup> President Clinton Press Conference on Human Rights in China, 1994. Disponível em: <https://china.usc.edu/president-clinton-press-conference-human-rights-china-1994>

foi o suficiente para constranger a administração Clinton a abandonar a pressão sobre a questão dos direitos humanos. Aqui tivemos, portanto, um exemplo da “exploração das possibilidades abertas pela rivalidade oligopólica” do capital mundial.

Do nosso ponto de vista, o ponto mais crucial não é exatamente o fato de que o relacionamento sino-americano passou por um período de recalibramento e de estresse no início do mandato Clinton; mas sim o quão decisiva e articulada foi a resposta da classe capitalista americana, já devidamente embrenhada no âmbar dos vultosos lucros que passaram a extrair cruzando o Pacífico. Do nosso ponto de vista, que examinamos o convite americano à China, este é o primeiro momento decisivo do relacionamento no qual houve desentendimento pontual entre os aspectos econômico e securitário do arranjo. As décadas de 1970 e 1980 haviam transcorrido, do nosso ponto de vista, com relativo equilíbrio entre os dois aspectos: a cooperação securitária e política avançava ao mesmo tempo em que os laços econômicos se aprofundavam. Agora, na primeira administração Clinton, a classe política passava a experimentar os primeiros pontos de discordância em relação à classe capitalista doméstica.

Isso é um ponto que jamais ocorreu em outras instâncias do convite para o desenvolvimento estendido por Washington, muito em função da total subserviência política dos estados receptores desse arranjo, derrotados na Segunda Guerra Mundial ou então firmemente confortáveis dentro do guarda-chuva de segurança de Washington e da OTAN. Conforme notamos, o convite americano à China é único justamente em função da alargada autonomia de Pequim, que só pôde aceitá-lo a partir de uma plataforma autoconfiante criada por uma revolução socialista bem sucedida. Agora, no pós-Guerra Fria, Washington parecia lentamente entender os limites deste relacionamento econômico especial que havia estabelecido com Pequim. Ao contrário de Japão, Alemanha Ocidental e outros “convidados”, a China não se dobraria facilmente aos desígnios americanos pois não estava geopoliticamente submetida. Na próxima seção, buscamos entender como o aspecto geopolítico deste arranjo evoluiu ao longo dos anos 1990.

### 3.4. Geopolítica com apoio vacilante da classe capitalista doméstica: o restante dos anos 1990 e suas tensões episódicas

Uma vez resolvida a crise com a China de maneira acachapante em favor da classe capitalista doméstica, o estamento da política externa americana se via em uma difícil posição: como fazer o jogo da geopolítica do “constrangimento” da China sem o apoio incontestado da classe capitalista doméstica? Como amadurecer uma estratégia de enfrentamento à China uma vez que a classe capitalista doméstica havia se posicionado de maneira tão forte? Do nosso ponto de vista, avançamos que o episódio de crise ligado ao estatuto de nação mais favorecida significou que o aspecto geoeconômico do convite funcionava a todo vapor, tomando a liderança do processo, enquanto que os aspectos geopolítico e estratégico, que haviam dado o tom da parceria nos anos 1970, agora tinham de assumir o banco de passageiro e confrontar a China de maneira mais tópica e limitada.

Sendo assim, a política externa americana optou por fazer oposição à China em questões pontuais, episódicas: uma série de problemas de pequeno e médio porte passaram a perturbar o relacionamento sino-americano durante o restante da década. Conflitos entre a China e aliados americanos no Mar do Sul da China e no Leste Asiático tomam corpo em meados da década de 1990, especialmente no que se referia às disputas marítimas sobre as ilhas Spratly e Paracel. Em 1995 e 1996 também há o desenrolar de mais uma crise no estreito de Taiwan, enquanto que fechamos a década com o gravíssimo incidente do bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado. Dessa forma, podemos ver que não apenas a grande tendência geopolítica do pós-Guerra Fria abria frestas no relacionamento sino-americano, como também uma série de problemas pontuais de médio porte se fez presente.

Nesse novo cenário, após ter sido pressionada de maneira repentina e momentânea na questão dos direitos humanos, Pequim novamente por vezes parecia mais interessada em seu recorte doméstico do que em temas alhures. Após a opção decisiva por um modelo centrado na promoção das exportações e o *Southern Tour* de Deng, a sociedade chinesa passava por mudanças radicais e relevantes, do tipo que provavelmente poderiam ter levado a consequências imprevisíveis. Falando à uma audiência americana, o conselheiro de alto nível Zheng Bijian enfatizou:

[...] há uma série de paradoxos no processo de desenvolvimento econômico e social, tais como o desenvolvimento desigual entre as áreas costeiras e o

interior, as contradições entre justiça social e retornos econômicos, disparidade urbano-rural, a desigualdade de renda, e tensões constantes entre reforma e estabilidade. (Zheng, citado em Zhao, 2008, p. 8, tradução própria).

Dessa forma, enfrentando a perspectiva de vultosas mudanças em casa, a liderança chinesa parecia querer passar a década de 1990 mantendo um baixo perfil, ao mesmo tempo em que anunciava esforços de manter boas relações com o mundo exterior (Zhao, 2008, p.9). Simultaneamente, conforme mostramos, a relação com os Estados Unidos e o acesso ao seu mercado doméstico eram vistos como cruciais e estes laços eram tidos como prioritários. A coalizão de negócios pró-China que tanto marcou a classe capitalista americana no início da década era uma demonstração de como um aspecto econômico engendrava consequências políticas relevantes, em um episódio que alegraria teóricos do liberalismo clássico. A situação entre os dois países na década de 1990 era afetada ainda pelo fato de que os Estados Unidos não apenas haviam se tornado a única superpotência mundial, mas também experimentavam taxas de crescimento ótimas nessa década. Sendo assim, os Estados Unidos não eram apenas a única superpotência mundial, mas também uma que se fortalecia e ascendia (Jia, 2008, p. 45). Conforme avança o autor, a adaptação chinesa à realidade do pós-Guerra Fria passou por alguns estágios:

Em retrospectiva, o ajuste chinês ao novo contexto após o fim da Guerra Fria passou por três fases: (1) entre junho de 1989 e junho de 1994, procurar restaurar as relações oficiais manchadas com os Estados Unidos; (2) entre junho de 1994 e setembro de 2001, tentar sustentar esse relacionamento; e (3) a partir de setembro de 2001, aproveitar novas oportunidades de expansão e aprofundamento do relacionamento. (Jia, 2008, p. 45, tradução própria).

Embora, como vimos, a classe capitalista americana tenha pressionado fortemente o governo Clinton para abandonar a vinculação entre direitos humanos e renovação do status de nação mais favorecida, também foi fundamental a própria posição chinesa, que foi muito dura no sentido de defender o manejo da crise em 1989 e de negar as demandas ocidentais. A opção por tal postura havia sido tomada após uma longa deliberação no contexto da qual as lideranças do partido decidiram que qualquer tipo de cessão seria suicídio político (Jia, 2008, p. 46). Contudo, é claro, negar as demandas ocidentais nesse episódio não significava negar o Ocidente como um todo. Para Jia (2008), era crucial para Pequim a manutenção de um ambiente internacional amigável com vistas ao sucesso das reformas domésticas. Nesse sentido, tomou-se a decisão pela manutenção de um perfil internacional baixo, que pudesse, sobretudo, garantir a amabilidade internacional dado o contexto das reformas no país.

Apesar do desejo chinês por “normalidade” e continuidade dos laços com Washington, a década de 1990 ainda guardava algumas armadilhas que seriam dispostas neste relacionamento bilateral. Especialmente significativa foi a influência exercida por autoridades de Taiwan. Lideradas por Lee Teng-hui, então presidente de Taiwan (1988 - 2000), essas autoridades mudaram sua postura política anterior sobre a reunificação nacional e escolheram um caminho de independência, momento a partir do qual passaram a promover com mais agressividade ideais de possuir um status separado e soberano para Taiwan na arena internacional, impulsionados pelo momento de unipolaridade em favor dos Estados Unidos. Nesse contexto, após cautelosas manobras, Lee Teng-hui conseguiu um convite para palestrar na Universidade de Cornell, evento que foi aprovado por Clinton apenas em caráter não-oficial e após longa deliberação (Jia, 2008, p. 49).

Essa reviravolta prejudicou os interesses nacionais fundamentais da China e levou à mais uma crise no estreito de Taiwan e nas relações entre os dois países. Eventualmente, com o escalar da crise, mísseis foram lançados e porta-aviões americanos foram enviados para a região. Apesar dessas tensões entre julho de 1995 e março de 1996, que ficaram conhecidas coletivamente como a Terceira Crise do Estreito de Taiwan, Pequim e Washington puderam superar a crise e ulteriormente abafá-la. Com esforços de ambos os lados, o presidente chinês Jiang Zemin e o presidente Clinton trocaram visitas em 1997 e 1998. Nessas ocasiões, os líderes dos dois países enfatizaram a importância de desenvolver boas relações mútuas e prometeram construir uma parceria estratégica construtiva. As relações oficiais entre os dois países, finalmente, assumiram novamente um impulso positivo. No entanto, as crises no Estreito de Taiwan de 1995 e 1996 destacaram o potencial para conflitos militares entre os dois países e ajudaram a fortalecer a alegação de que a China era o próximo desafiante ao poder e à influência dos EUA no mundo (Jia, 2008).

O bombardeio americano à embaixada chinesa em Belgrado em 1999 foi mais um evento crítico no período. No contexto da intervenção da OTAN nas guerras de secessão da antiga Iugoslávia, a embaixada chinesa na cidade de Belgrado foi erroneamente atingida em maio de 1999, em um ato que provocou a morte de três jornalistas, o ferimento de outras vinte e quatro pessoas e marcou o maior ataque militar a um prédio diplomático desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Embora os Estados Unidos tenham reiterado que a ação fora um erro e fruto de confusões repetidas, controvérsias se acumularam e os chineses classificaram

as desculpas oficiais como “qualquer coisa, menos convincente” (The Diplomat, 2024<sup>44</sup>), e viriam a considerar os ataques como “bárbaros” (CNN, 1999<sup>45</sup>). O acúmulo de controvérsias e o explícito desconforto chinês com as explicações oferecidas de maneira rápida e desencontrada pelas autoridades americanas e ocidentais marcaram mais um ponto de crise no relacionamento bilateral sino-americano, que fechava a década de 1990, assim, em um ponto baixo.

Escrevendo sobre a política externa chinesa ao final do século passado, Jia resume bem o período e especula corretamente sobre o possível fim da cooperação sino-americana:

Desde o fim da Guerra Fria, a política da China em relação aos Estados Unidos tem evoluído em direção a maior acomodação e cooperação. Enquanto a China desejava desenvolver boas relações com os EUA, sempre levando em consideração seu próprio interesse nacional, sua política mudou de um patamar no início da década onde precisava garantir sobrevivência política, à crise em meados da década, a finalmente ativamente promover o relacionamento na segunda metade dos anos 1990. A apreciação chinesa da realidade internacional do pós-Guerra Fria, de seus prementes desafios domésticos, e uma crescente percepção das implicações de seu desenvolvimento sublinharam tais mudanças. [...] O quão provável é a China continuar a aderir a uma política de acomodação com os Estados Unidos? Dados que esses três fatores não devem mudar logo, a probabilidade da China manter esse perfil é bastante alta. [...] **O fator que dará o tom do relacionamento é a política americana para a China. Se os Estados Unidos reverterem a uma política que trata a China como inimiga ou potencial inimiga, [...] isso pode forçar a China a enxergar os Estados Unidos de maneira semelhante.** (Jia, 2008, p. 56, ênfase e tradução próprias).

De fato, o autor acertou de maneira retumbante e avançou corretamente que o fator preponderante nesse relacionamento seria, essencialmente, a própria postura americana, e não a chinesa. A postura de política externa chinesa, ao longo dos anos 1990, teve de se adaptar à nova realidade do pós-Guerra Fria, resistir à pressão no período pós-Tiananmen, assegurar sua sobrevivência política em um novo contexto desafiador e depois resistir a períodos graves de crise durante a crise no estreito de Taiwan. Passando por esses períodos turbulentos, Pequim sempre sublinhou a necessidade de manutenção de boas relações com Washington, ainda mais no contexto em que os Estados Unidos se viram como a única superpotência global. Ou seja, apesar dos percalços e das questões pontuais, a política externa chinesa vis-à-vis Washington no pós-Guerra Fria sempre foi sublinhada por uma constância e por um

---

<sup>44</sup> The Diplomat. 25 Years Later: How a US Stealth Bomber Strike on China's Belgrade Embassy Shook the World. 2024. Disponível em: <https://thediplomat.com/2024/05/25-years-later-how-a-us-stealth-bomber-strike-on-chinas-belgrade-embassy-shook-the-world/>

<sup>45</sup> CNN. 1999. Disponível em: <http://edition.cnn.com/WORLD/europe/9905/07/kosovo.05/index.html>

desejo de manutenção de bons laços e de normalidade. O mesmo não pode ser dito por parte da política externa americana: começando a década com uma tentativa de pressionar Pequim, a política externa americana foi forçada a um recuo pela sua própria classe capitalista doméstica. Coagida pelo capital a um convívio com Pequim, a política externa americana administrou crises pontuais em Taiwan e no bombardeio a embaixada chinesa em Belgrado, mas só tomou um rumo decisivo em direção ao confronto e à disputa estrutural contra a China a partir de 2008, conforme sustentaremos adiante, a data que marca o desenlace e o fim do período de desenvolvimento a convite.

Na próxima seção, portanto, examinamos a evolução dos laços comerciais e o aprofundamento do aspecto geoeconômico do convite durante essa década. Após termos visto a decisiva resolução da crise em Clinton em favor da classe capitalista doméstica e também como a política externa foi reduzida a choques pontuais e episódicos, o capital americano encontrava-se livre para penetrar na China e plantar as sementes daquilo que eventualmente seria popularmente caracterizado como a “Chimérica”: a marcante união produtiva e comercial entre China e América.

### **3.5. O aspecto geoeconômico do convite durante a década de 1990: aprofundamento de laços apesar de tensões pontuais**

Conforme visto, a década de 1990 inicia-se marcando um crítico período no relacionamento sino-americano. Após o desenlace da malfadada tentativa de Clinton de pressionar Pequim no tema dos direitos humanos, a crise havia sido decisivamente resolvida em favor da classe capitalista doméstica, *pro-business with China*. Uma vez resolvida essa crise, o capital americano continuou a explorar suas atividades na China e os produtos chineses também viram aumentar sua presença no mercado americano. É claro que, apesar da enorme resistência apresentada pelos constituintes do trabalho organizado, ainda presente no Partido Democrata à época, a teoria econômica convencional, superdimensionada pelo Consenso de Washington, só informava a respeito dos benefícios do livre-comércio. Apesar da inerente e implícita positividade garantida ao livre comércio internacional pela teoria *mainstream*, os vencedores e os perdedores do comércio com a China rapidamente se tornaram aparentes: os vencedores foram, claro, os consumidores de importações chinesas baratas e empresas americanas que encontraram novos consumidores na China. No entanto, o mais impressionante de tudo foram as corporações que se beneficiaram da oportunidade de produzir novos produtos sofisticados — como um iPad ou um iPhone da Apple — com uma

combinação inédita de preço baixo e alta qualidade, ao combinar os recursos dos Estados Unidos e da China (Naughton, Yang, 2014, p. 40). Nesse sentido, a emblemática e insólita mensagem inscrita atrás de um produto da Apple - “projetado nos EUA, feito na China” - fica marcada não apenas como uma característica indelével do convite americano à China, mas também como um momento inconfundível da economia política internacional.

Nos próprios Estados Unidos, as consequências do aprofundamento dos laços comerciais com a China e do período neoliberal como um todo marcaram significativamente o recorte de sua economia política e de suas classes sociais, através da divisão clara de “perdedores e vencedores” do processo da globalização. Enquanto os trabalhadores qualificados das costas leste e oeste puderam colher alguns frutos desse processo, a enorme massa de trabalhadores dos “*flyover states*” outrora organizados de uma manufatura em fuga logo se viram órfãos. Conforme podemos examinar no **gráfico 17**, a história da manufatura americana no último quarto do século passado é uma história de gradual decréscimo e abandono. Se, como vimos, no início da década de 1990, trabalhadores organizados eram um dos constituintes importantes do partido democrata no episódio de estresse com a China, no século XXI essas massas passam a compor as fileiras da direita americana, em especial com Trump. O recrudescimento do discurso xenófobo e sobretudo sinofóbico é revelador da indelével marca psicológica que o neoliberalismo e a chamada globalização deixaram na classe trabalhadora americana. Em primeiro lugar nesse caldeirão de sentimentos, a crença de que a China “se aproveitou” dos Estados Unidos.

**Gráfico 17. Percentual da força de trabalho empregada na manufatura não-agrícola nos Estados Unidos. 1975 - 2008.**



Fonte: Federal Reserve Bank of St. Louis Economic Data.<sup>46</sup>

Na **tabela 6**, podemos ver o desempenho exportador da China ao longo dos anos 1990. Albaladejo e Lall (2004) notaram que a década de 1990 marcou um salto de qualidade nas exportações chinesas, que ampliou em sofisticação além de volume bruto. Nos anos 2000, a China já se posicionava como a quarta maior exportadora de bens de alta tecnologia da região, ficando atrás apenas de Singapura, Coreia do Sul e Taiwan. Nos setores exportadores de baixa e média tecnologia, a China já havia fechado a década de 1990 na primeira posição. (Albaladejo, Lall, 2004, p. 1449).

Esse robusto desempenho exportador causou desconforto na região do Leste Asiático, embora ele também envolvesse o comércio intermediário com muitos atores na região. O crescimento exportador foi compensado também pelo crescimento nas importações destinadas à China, cujo ímpeto era adicionado por cadeias produtivas que praticavam processamento e reexportação (Albaladejo, Lall, 2004). Nesse sentido, a postura das demais economias regionais poderia ser descrita como mista, uma vez que sofriam com a competitividade chinesa, em alguns pontos, e, em outros, ganhava com as suas próprias exportações para o crescente mercado chinês. Medeiros (2006) também notou como a China passou a funcionar como uma espécie de “duplo pólo” nesse período, em especial a partir da crise financeira asiática de 1997, momento a partir do qual Pequim engendrou uma clara política fiscal anticíclica que foi capaz de atuar como motor de crescimento regional.

---

<sup>46</sup> Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/graph/?g=1Gor>

**Tabela 6. Exportações chinesas nos anos 1990, discriminadas por tipo, valor em milhões de US\$ e taxas de crescimento. 1990 - 2000.**

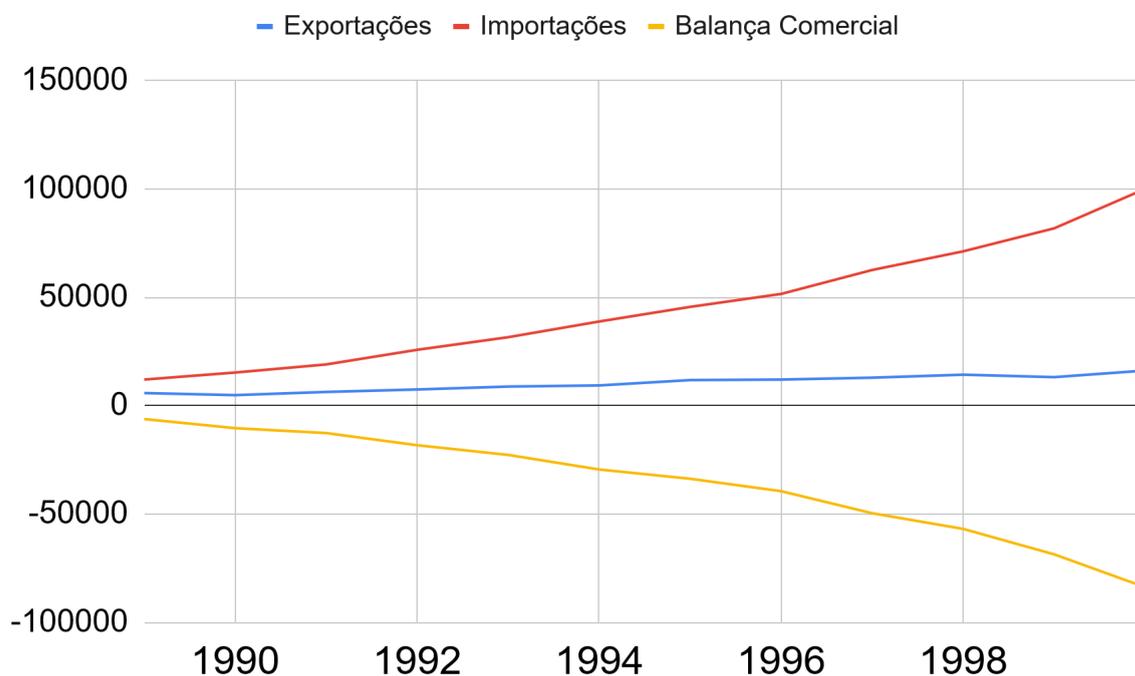
	Values (current US\$ million)			Growth rates p.a. (%)		
	1990	1995	2000	1990–1995 (%)	1995–2000 (%)	1990–2000 (%)
Total exports	60,805.5	147,634.5	247,579.2	19.4	10.9	15.1
Primary	12,762.1	14,850.5	18,332.1	3.1	4.3	3.7
Manufactured	48,043.4	132,784.0	229,247.0	22.6	11.5	16.9
Resource based	6,849.7	16,495.9	21,814.0	19.22	5.8	12.3
<i>Agro-based</i>	2,895.9	7,780.0	9,422.5	21.9	3.9	12.5
<i>Mineral-based</i>	3,953.7	8,715.9	12,391.5	17.1	7.3	12.1
Low technology	24,934.0	69,037.3	102,860.3	22.6	8.3	15.2
<i>Fashion cluster</i>	18,318.2	45,778.4	63,908.1	20.1	6.9	13.3
<i>Other LT</i>	6,615.7	23,258.9	38,952.2	28.6	10.9	19.4
Medium technology	12,939.6	27,859.7	48,566.1	16.6	11.8	14.1
<i>Automotive</i>	3,762.5	1,669.5	4,270.0	-15.0	20.7	1.3
<i>Process</i>	3,307.0	10,706.7	14,240.3	26.5	5.9	15.7
<i>Engineering</i>	5,870.2	15,483.5	30,055.7	21.4	14.2	17.7
High technology	3,320.1	19,391.1	56,006.7	42.3	23.6	32.7
<i>Electronic</i>	2,278.5	16,037.4	49,689.6	47.7	25.4	36.1
<i>Other HT</i>	1,041.6	3,353.7	6,317.1	26.4	13.5	19.8

Fonte: Albaladejo, Lall, 2004, p. 1445.

Do nosso ponto de vista, uma conclusão marcante de Albaladejo e Lall (2004) é o crescimento robusto do setor de média e alta tecnologia nas exportações. Isto é, a década de 1990 não marcou apenas o aumento do perfil exportador chinês, mas também marcou uma melhoria qualitativa desse perfil. A aposta do Partido Comunista Chinês no mercado americano, conforme salientara Hung (2022), dava claros sinais de sucesso.

Em 1989, as exportações chinesas aos Estados Unidos marcavam algo em torno de US\$ 12 bilhões, chegando ao fim da década de 1990 quase decuplicando, marcando US\$ 100 bilhões em 2000. Como podemos observar no gráfico 18, que descreve a balança comercial dos Estados Unidos com a China, o sobressalto no início da década e as tensões geopolíticas episódicas ao longo do decênio não foram o suficiente para frear o ritmo sustentado do aprofundamento dos laços comerciais.

**Gráfico 18. Balança comercial americana com a China, em milhões de dólares. 1989 - 2000.**



Fonte: US Census Gov<sup>47</sup>.

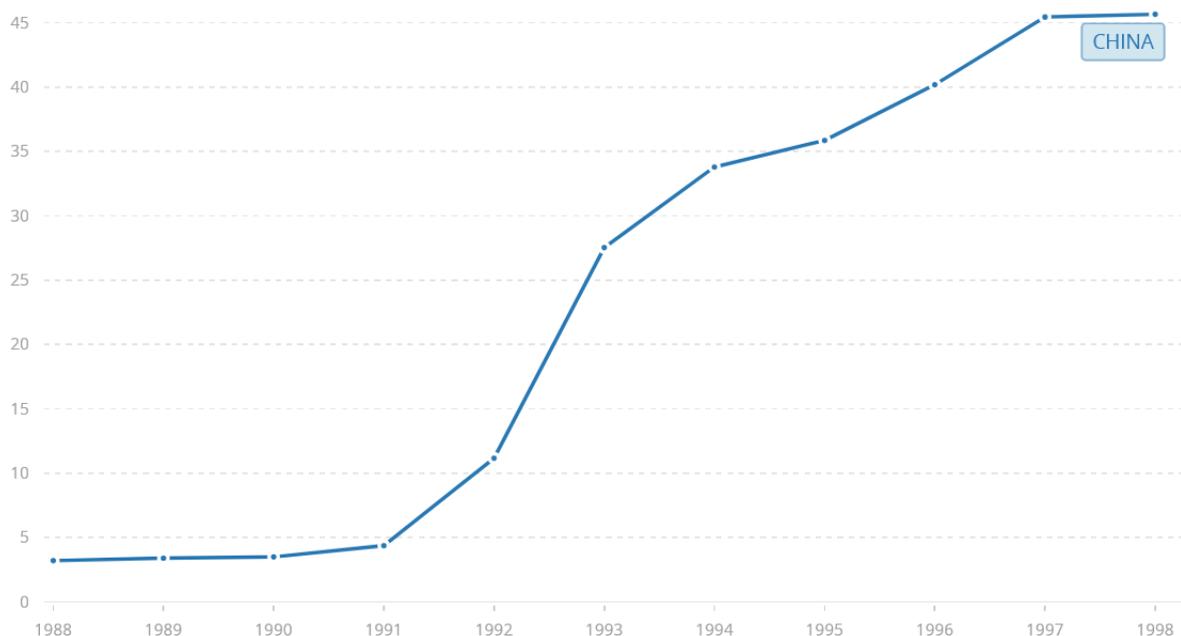
Partindo de um ponto bastante reduzido em fins dos anos 1980, a presença chinesa nas importações americanas galga posições ao longo da década de 1990. Em 2000, a China já figurava como a quarta maior exportadora ao mercado americano, atrás apenas de Canadá (US\$ 230 bilhões), Japão (US\$ 146 bilhões), e México (US\$ 135 bilhões). A China tornar-se-ia a maior exportadora ao mercado americano em 2007, ano em que representou a origem de quase 17% de todas as importações americanas (World Bank)<sup>48</sup>.

No período em questão, a China também se apresenta como uma grande receptora global de IED. Como podemos ver no **gráfico 19**, o volume de investimento externo direto para a China mais do que decuplica entre 1988 e 1998, saltando de US\$ 3,19 bilhões no início da série para US\$ 45,6 bilhões ao final (World Bank, 2024).

<sup>47</sup> Dados disponíveis em: <https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5700.html>

<sup>48</sup> Dados disponíveis em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/USA/Year/2007/SummaryText>

**Gráfico 19. Volume de Investimento Externo Direto para a China, 1988 - 1998, US\$ correntes.**



Fonte: World Bank, 2024<sup>49</sup>.

Como parte importante do aspecto geoeconômico do convite durante os anos 1990, é necessário enfatizar que boa parte desse esforço exportador era diretamente ligado ao capital americano e ocidental. Lardy (2001) nos informa que a parcela de exportações produzidas por firmas estrangeiras chegara a 10% em 1990. Ao fim da década, em 2000, as firmas estrangeiras, que representavam apenas um oitavo de toda a produção manufatureira na China, eram responsáveis por quase 50% de todas as exportações chinesas.

Portanto, sustentamos aqui que os anos 1990 marcam um singular período do convite. Através do exame da literatura e do resgate de fontes que procuramos realizar, avançamos que houve uma interação desigual dos dois aspectos do convite americano à China: enquanto os laços econômicos e comerciais só fizeram aumentar, a década foi marcada por uma coleção de episódios tensos e de crises pequenas e médias. Os episódios de abertura e de fechamento da década resumem bem essa tendência: enquanto no início do decênio temos toda a repercussão de Tiananmen e a crise do governo Clinton sobre a renovação do estatuto de nação mais favorecida, fechamos o decênio com o gravíssimo episódio do bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado, tendo passado por mais uma crise no estreito de Taiwan em

<sup>49</sup> Dados disponíveis em:

<https://data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.CD.WD?end=1998&locations=CN&start=1988>

meados da década. Ou seja, com base na divisão que propusemos, o período do pós-Guerra Fria é marcado por um descompasso importante no convite americano para o desenvolvimento à China: enquanto a parte econômica e o capital americano nadavam de braçada, havia desconfortos político-estratégico pontuais e por vezes muito tensos. *Wall Street* ia bem, mas o *Deep State* dava sinais de inquietações.

### **3.6. O aspecto geoeconômico do convite no século XXI: “Chimérica” e a crise de 2008**

Na seção passada, procuramos jogar luz sobre a crítica década de 1990 para o convite. Durante um período de vacilação e incerteza após a queda da União Soviética, os dois pólos do convite encontraram um modo de convivência em que o aspecto econômico caminhava a passos largos, enquanto a cooperação geopolítica não encontrava razão de ser sem o inimigo em comum soviético. Nesse novo cenário, Estados Unidos e China tiveram tensos, mas pontuais episódios críticos ao longo da década. Do lado chinês, procuramos demonstrar que o foco no sucesso das reformas domésticas informavam a necessidade de um baixo perfil geopolítico. Do lado americano, a política externa do novo superpoder hegemônico procurava entender o quanto podia pressionar a China e qual seria o tom de uma eventual nova disputa. Em meio aos interesses geopolíticos, o capital americano e ocidental aprofundaram sua presença na China e organizavam seu *lobby* quando necessário fosse.

Na presente seção, procuramos continuar a explorar o aspecto geoeconômico do convite, que atinge seu auge no século XXI, com a formação da “Chimérica” e a intensa cooperação econômica e produtiva entre os dois países. Simultaneamente, essa vultosa união planta sementes de desentendimentos que viriam a brotar na crise de 2008.

#### **3.6.1. A “Chimérica” e a união entre “produtores-poupadores” e “consumidores-tomadores”**

"Chimérica" foi um termo cunhado pelo historiador Niall Ferguson e pelo economista Moritz Schularick (2007) para descrever a complexa e simbiótica relação econômica entre a China e os Estados Unidos que se aprofundou no início do século XXI. Esta relação se caracteriza pela enorme quantidade de produtos manufaturados exportados da China para os EUA e, em contrapartida, pela enorme absorção de dólares por Pequim e pelo eventual reinvestimento desses vultosos montantes em títulos da dívida americana. Esse equilíbrio delicado moldou a economia global, salientando o aumento do perfil internacional de Pequim

nos anos 2000. O conceito da “Chimérica” é utilizado por nós aqui como uma maneira de entender o auge daquilo que chamamos de ‘desenvolvimento a convite’, e é capaz de destacar tanto a colaboração quanto as tensões entre as duas maiores potências econômicas do mundo no início deste século. Muito do que foi escrito sobre a “Chimérica” pautou-se a respeito da noção de desequilíbrio entre poupança e consumo entre China e Estados Unidos (Ferguson, Schularick, 2007; Roach, 2014; Pettis, 2014). Em tais obras, fica patente a sensação de que o abismo comercial entre os dois países é apenas sintoma desse desequilíbrio. Do nosso ponto de vista, como demonstrado ao longo dos últimos capítulos, o acesso chinês ao mercado doméstico americano foi condição *sine qua non* do convite e do pacto geopolítico pela contenção da União Soviética. Os enormes déficits comerciais americanos não são, do nosso ponto de vista, apenas consequências de uma sociedade que consome muito e poupa pouco, mas sim parte fundamental do padrão internacional monetário e produtivo após a década de 1970.

Com base nessas leituras, na Chimérica formavam-se os dois pólos: se os Estados Unidos eram, conforme Hung (2022) avança, o “consumidor de última instância”; a China figurava como, evidentemente, a “produtora de última instância” (Roach, 2014, p. 10). Se a inédita e elevada taxa de consumo americana fornecia um ideal aspiracional para muitas economias em desenvolvimento, era a produção chinesa que captava a atenção: “Assim como o mundo nunca tinha visto um consumidor como os Estados Unidos, também nunca havia visto um produtor como a China.” (Roach, 2014, p. 16).

Stephen Roach (2014) avança uma interessante reflexão a respeito da formação da “Chimérica” e da marcante ligação entre a China e as economias americana e ocidental. Para o autor, as economias capitalistas avançadas estavam perpetuamente presas em uma espécie de armadilha de falsa prosperidade. Após as décadas de crescimento econômico sustentado e do keynesianismo regulado da era de ouro, suas populações estavam acostumadas a altas taxas de crescimento e a uma continuada e sustentada tendência crescente de consumo e prosperidade. Contudo, é evidente que as condições materiais para essas relações de classe e para esse recorte de economia política não estavam mais dadas quando da transição do período keynesiano da era de ouro para o período neoliberal desregulado. Ao invés de reexaminar o recorte material, rever a deterioração das relações trabalhistas ou mudar os aspectos macroeconômicos e estruturais do momento, o autor sugere que essas economias do capitalismo avançado preferiram, nessa etapa neoliberal, manter artificialmente essas “armadilhas de falsa prosperidade”. Através da desregulamentação do mercado de capitais e

creditício, o sistema continuava a permitir às famílias manter altas taxas de endividamento e, portanto, altas taxas de consumo; contudo, agora sem um lastro produtivo e sólido.

O Japão teria sido um dos principais culpados dessa “armadilha de falsa prosperidade” das economias do capitalismo avançado, conforme avança o autor. Após ter sido enquadrado em Plaza e ter visto seu ímpeto exportador manejado por Washington, Tóquio teria tentado se aproveitar do iene valorizado para engendrar um modelo de crescimento dessa vez focado no consumo. Simultaneamente, com medo de perder o seu fiável motor de crescimento, recorreu a uma taxa de juros mais baixa e a um estímulo monetário agressivo. Ulteriormente, essas ferramentas não engendraram o resultado esperado e Tóquio se viu às voltas com um cenário de “falsa prosperidade” intensiva em bolhas e com algumas décadas perdidas (Roach, 2014, p. 18).

Indelevelmente ligada ao mercado americano e ocidental, a China também era, dessa forma, conectada aos excessos consumistas e às “promessas de falsa prosperidade”. Conforme as economias americana e ocidentais mergulhavam mais e mais na etapa neoliberal do capitalismo, na desregulamentação do mercado financeiro e creditício e no pacote ideológico do “Consenso de Washington”, mais a China produzia. Contudo, isso a ligava de maneira inexorável aos excessos ocidentais:

Após tornar-se o produtor definitivo para satisfazer as demandas dos consumidores definitivos no Ocidente, a China, talvez sem querer, criou uma armadilha política própria— não muito diferente das armadilhas criadas pelas economias mais avançadas. Ela se inscreveu voluntariamente como participante na era do excesso — não como consumidora mas como produtora. Isso significava que ela efetivamente aceitava seu papel como uma aposta alavancada na economia política de falsa prosperidade que varria as economias avançadas do mundo. (Roach, 2014, p. 21, tradução própria).

Essa “Chimérica” era confortável para Pequim e para o Ocidente. Tornando-se a fábrica do mundo, a China pôde usar os mercados americano e ocidental como uma fonte aparentemente inesgotável de demanda externa, mas principalmente de tecnologia e de moeda forte (Hiratuka, 2018, p. 5). Simultaneamente, os Estados Unidos e o Ocidente de forma geral podiam esconder a situação cada vez mais precária de suas classes trabalhadores atrás de bens de consumo cada vez mais baratos e amplamente disponíveis; além do recurso ao endividamento fácil e de muita liquidez. Já do ponto de vista da classe capitalista americana, por outro lado, o cenário era de confortáveis taxas de lucro, inclusive fazendo uso de uma produção globalizada e de uma mão de obra chinesa abaixo do seu custo de reprodução durante décadas. Nesse confortável cenário da Chimérica: “Washington curtia seu

lugar ao sol em uma era de baixa inflação no cenário de ‘Grande Moderação’ que supostamente havia criado” (Roach, 2014, p. 19). Em seu intenso vício teleológico, o Ocidente encontrava na “Grande Moderação” mais uma maneira de eternalizar seu presente; se o *Fim da História* ainda não havia se manifestado na forma de uma vasta onda liberalizante que levasse (também) Pequim, a *Grande Moderação* aliada à Chimérica, pelo menos, legava uma era de produção interligada, margens de lucro folgadas, baixa inflação e “sem sustos”. Para *Wall Street* e para a classe capitalista americana, havia poucos motivos de desconforto nesse relacionamento. A China representara uma quase-perfeita nova fronteira de acumulação. Como vimos, para um empresário do setor de tecidos, em 2006 a China era “o primeiro, o segundo e o terceiro melhor lugar para se fazer negócios no mundo” (citado em Brown, 2011). Medeiros e Trebat (2024, p. 526, tradução própria) corroboram com essa visão, assinalando ainda que “uma parte substancial do valor das exportações chinesas era apropriado pelas firmas americanas operando na China ou sublocando processos produtivos para firmas chinesas”. O aspecto econômico do convite parecia então encontrar seu melhor momento.

Neste sentido, Roach avança a visão de que o relacionamento especial e de codependência entre China e Estados Unidos só sofreria um revés em 2008:

Mas o desequilíbrio mais precário era a codependência insidiosa entre o produtor e o consumidor. A voraz demanda do consumidor americano repousava sobre a areia movediça das bolhas de ativos e de crédito. Da mesma forma, o modelo de produção voltado para o exterior da China se sustentava grandemente em ganhos ilusórios da demanda do consumidor nos EUA. **Os Estados Unidos e a China estavam ambos viciados em diferentes variantes da mesma falsa prosperidade.** A sedução da codependência estava completa—isto é, até 2008, quando a música finalmente parou. (Roach, 2014, p. 22, ênfase própria, tradução própria).

Presos em faces diferentes dessa “armadilha da prosperidade”, China e Estados Unidos viram a crise de 2008 mudar sua relação. Enquanto Pequim optou por explorar um caminho de estímulo à demanda interna e de upgrade tecnológico (Nogueira, Hao, 2021), Washington redobrou sua aposta na recuperação dos títulos podres emitidos por um mercado desregulamentado e no *quantitative easing*. Apesar de uma grande ansiedade geral relacionada ao papel do dólar neste novo esquema, a posição internacional da moeda americana continuou a ocupar lugar central no sistema monetário internacional, apesar de uma crescente literatura a respeito do desafio montado pela internacionalização do RMB (Orastean, 2023).

De fato, a enorme participação do consumo e sua importância psicológica na sociedade americana estiveram intimamente ligados à formação da Chimérica e ao aprofundamento do déficit comercial americano em relação à China e ao resto do mundo. Roach (2014, p. 5) especula que a formação da identidade nacional americana no pós-crise de 1929 tenha deixado um legado psicológico de febril medo da escassez e de intenso amor pelo consumo desenfreado, abundante e supérfluo. Tem sido uma visão popular aquela que conecta a eventual crise financeira de 2008 ao crescente e aparentemente inexorável desejo americano de sempre consumir mais, a qualquer custo, somado à desregulamentação do mercado financeiro e creditício, próprio da etapa neoliberal do capitalismo. Em contraste, a participação do consumo doméstico no processo de desenvolvimento econômico e mudança estrutural chinês fora realmente uma parte minoritária. A participação do consumo no produto chinês passou de 50% em 1980 para 35% em 2008 (Roach, 2014, p. 16). Hung (2022, p. 24) também caracteriza o lado consumidor da Chimérica, os Estados Unidos, como um mercado cuja preferência pelo consumo respondia a características históricas.

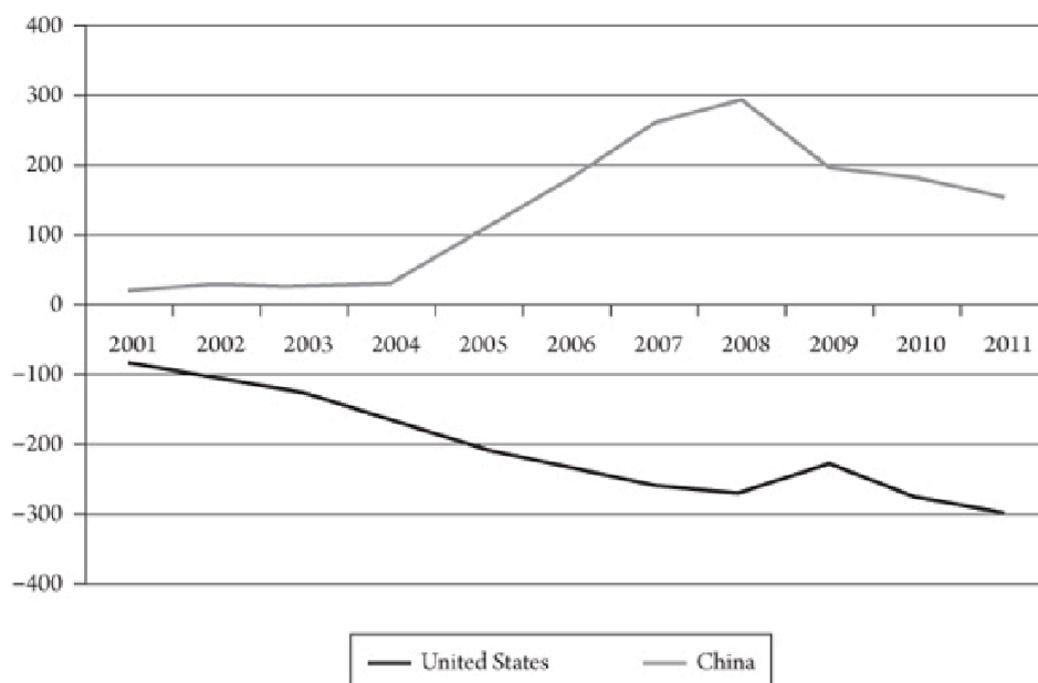
Conforme notado, essa preferência americana pelo consumo fazia com que muitos autores interpretassem o enorme déficit comercial americano, por um lado, e o crescente superávit comercial chinês, por outro, através do binômio “produtor-poupador” versus “consumidor-endividado”. Em outras palavras, o intercâmbio comercial China - Estados Unidos seria apenas o reflexo da interação entre duas sociedades: uma que poupa em excesso e outra que consome em excesso. Nesse sentido, mudanças no recorte de economia política das duas sociedades deveriam ser engendradas não com vistas a resolver explicitamente o problema do abismo comercial, mas sim com vistas a resolver estes problemas domésticos, dos quais o desequilíbrio comercial era sintoma (Roach, 2014; Pettis, 2013).

Pettis (2014), ao abordar a questão do comércio China-Estados Unidos, chega a resgatar o economista inglês John Hobson, que, em linhas gerais, sustentava que o imperialismo originava da necessidade de exportar uma produção que já não encontrava mercado doméstico. Para cortar o mal pela raiz, seria então necessária uma melhor distribuição de renda doméstica, que não impulsionasse a classe burguesa e o Estado à conquista de mercados alhures. Do nosso ponto de vista, enxergar a questão por esse ângulo apresenta uma série de problemas. Em primeiro lugar, isso leva à tentação de enxergar a China - e não os Estados Unidos - como a potência imperialista, exportando seus produtos e forçosamente “importando a demanda”. Em segundo lugar, segundo a nossa interpretação, o imenso déficit comercial americano com a China e com o restante do mundo não pode ser

simplificado apenas como uma questão de excessivo consumo e insuficiente poupança internos; os “déficits gêmeos” americanos formam uma parte estruturante do padrão monetário internacional contemporâneo. Um mundo sem excessivos déficits americanos é um mundo necessariamente sedento por dólares e carente de um novo padrão monetário. E, em terceiro lugar, o mercado ocidental não se apresentava à China apenas como uma fonte de demanda externa que pudesse ocupar suas fábricas e trabalhadores, mas sim essencialmente como fonte de tecnologia e como forma de alívio de sua restrição externa, conforme salientou Hiratuka (2018, p. 5).

No **gráfico 20**, abaixo, podemos ver o aprofundamento do desequilíbrio comercial entre Estados Unidos e China a partir do início do século XXI. A partir da entrada da China na OMC, em 2001, a característica fundamental desse relacionamento só faz aprofundar: superávit chinês e déficit americano. Também podemos analisar como a crise de 2008 representa um baque nessa dinâmica, pelo menos do ponto de vista da China:

**Gráfico 20. Balança comercial de Estados Unidos e China, em bilhões de dólares. 2001 - 2011.**



Fonte: Naughton, Yang, 2014, p. 44.

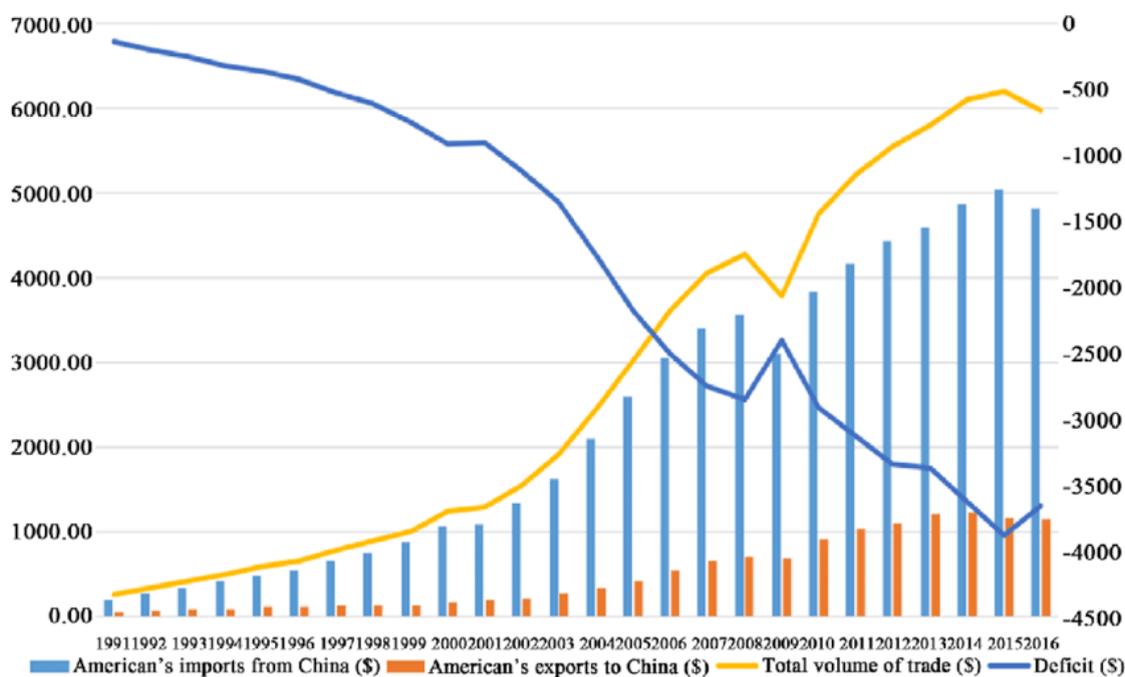
Segundo a nossa visão, vultosos déficits americanos têm sido a característica fundamental do sistema monetário e da economia política internacionais a partir dos anos

1970 e da resolução do famigerado “dilema de Triffin”. Conforme avançou Hung (2022), o papel dos Estados Unidos como “consumidor de última instância” é o que lhe permitiu usar estrategicamente seu mercado doméstico com vistas a cumprir metas geopolíticas, através daquilo que justamente chamamos de desenvolvimento a convite. Acreditamos, portanto, que a inserção exportadora chinesa acontece dentro dessa quadratura, trilhando, como escreveu Medeiros (1999, p. 391.), “certamente pela última vez” o caminho do desenvolvimento a convite. Inicialmente, Alemanha, Japão e outros estados puderam fazer o papel da ponta exportadora, “poupadora e produtora”; mas foi Pequim quem melhor incorporou esta posição. Nesse sentido, é revelador que a contemporânea estratégia de *nearshoring*, ou *friendshoring*, não busca resolver os déficits comerciais americanos como problema, mas sim buscam novos parceiros capazes de sustentar a outra ponta desses déficits, mais ou menos como Pequim entrou para substituir Tóquio e Bonn/Berlim. Dessa forma, alguém poderia argumentar que a “Chimérica” foi apenas o nome dado à edição mais recente desse arranjo.

Enquanto o sistema for caracterizado por enormes déficits americanos de um lado, sempre haverá um lugar cativo para quaisquer partes interessadas em cumprir o outro lado do arranjo. Setser (2024) avança nesse sentido, ao criticar a narrativa da “desglobalização”. Segundo o autor, é simplesmente impossível haver “desglobalização” em um mundo caracterizado por vultosos déficits americanos, de um lado, e por grandes superávits chineses, de outro. Veremos mais à frente algumas das narrativas sobre o atual estado da geoestratégia americana, em particular sobre a efetividade das tentativas de *nearshoring* ou *friendshoring*.

No gráfico abaixo, podemos perceber a continuada participação chinesa na balança comercial americana, desde o fim da Guerra Fria até pouco antes da disputa tarifária inaugurada por Donald Trump. Após a decisiva resolução em favor da classe capitalista doméstica pró-China no início da década de 1990, a presença chinesa no mercado americano só faz aumentar durante as próximas duas décadas. Apesar de um leve baque após 2008, data que propomos aqui como o momento de desenlace do convite e cuja justificativa exploraremos mais adiante, a presença chinesa na balança comercial americana não dá sinais de arrefecimento até 2016.

**Gráfico 21. Importações, exportações, volume total de comércio e déficit comercial americano. 1991 - 2015.**



Fonte: BI, 2017, p.158.

### 3.6.2. A crise de 2008 e o desgaste do aspecto geoeconômico do convite

Como vimos, para Roach (2014), 2008 marcou um momento em que o rei está nu, e a ‘armadilha global de falsa prosperidade’ era escancarada, enquanto Hung (2022) salientou o *squeeze* chinês sobre o capital estrangeiro e a ênfase na demanda doméstica. Do nosso ponto de vista, 2008 foi elencado como o momento de desenlace do desenvolvimento a convite uma vez que as condições materiais que lhe deram origem já não mais faziam parte da realidade, seja do ponto de vista geopolítico, seja do ponto de vista econômico. O aspecto geoeconômico da cooperação sino-americana havia carregado o convite para além da derrota da União Soviética, motivo inicial da aproximação geopolítica. A penetração do capital americano na China e seu intenso interesse no país asiático - dos quais são prova a forte coalizão de negócios pró-China quando da crise do governo Clinton - foram capazes de colocar o *Deep State* no banco de passageiro enquanto colhia seus lucros exorbitantes. 2008, do nosso ponto de vista, marca o episódio em que, frente à uma China mais assertiva no que toca o capital estrangeiro e mais focada no estímulo à inovação endógena, *Wall Street* se ressentiu e reencontra o *Deep State* onde ele esteve desde 1989, na ofensiva.

Sendo assim, procuramos avançar que a resposta chinesa à crise estrutural de 2008 marca de maneira indelével a ruptura em relação ao período anterior, salientado, em linhas gerais, pela cooperação íntima entre a classe capitalista americana e Pequim, relacionamento do qual a polêmica sobre a renovação do estatuto de nação mais favorecida representou prova inegável. O prejuízo ao desempenho exportador da China causado pela diminuída demanda ocidental após 2008 fez com que Pequim reavaliasse seus pretéritos planos exportadores e optasse por respostas domésticas robustas à crise. Nesse sentido, os novos planos de Pequim colocavam a China em rota de colisão com o capital americano:

Quando o *boom* liderado por exportações da China apresentou problemas durante a crise financeira global de 2008, o governo chinês respondeu lançando um agressivo programa de estímulo que engendrou de maneira bem-sucedida uma forte recuperação econômica motivada por investimentos em ativos fixos. O enfraquecimento do motor exportador e a arriscada expansão de investimentos financiados por bancos estatais durante a recuperação de 2009/2010 criou uma mastodôntica bolha de dívida que não era mais acompanhada pelo crescimento das reservas em moeda estrangeira. (Hung, 2022, p. 27).

Na interpretação do autor, um dos efeitos da nova dinâmica de economia política chinesa que se estabelecia após a crise de 2008 e a recuperação econômica a partir dos anos seguintes era um “vício em dívida”, sendo que a economia era dependente de estímulos cada vez maiores para resultados decrescentes (Ibid, p. 30). Ao mesmo tempo, as recém-encontradas dificuldades motivaram o Partido Comunista Chinês a realizar mudanças políticas, alternando entre demandas mais duras ao setor privado e ao capital estrangeiro:

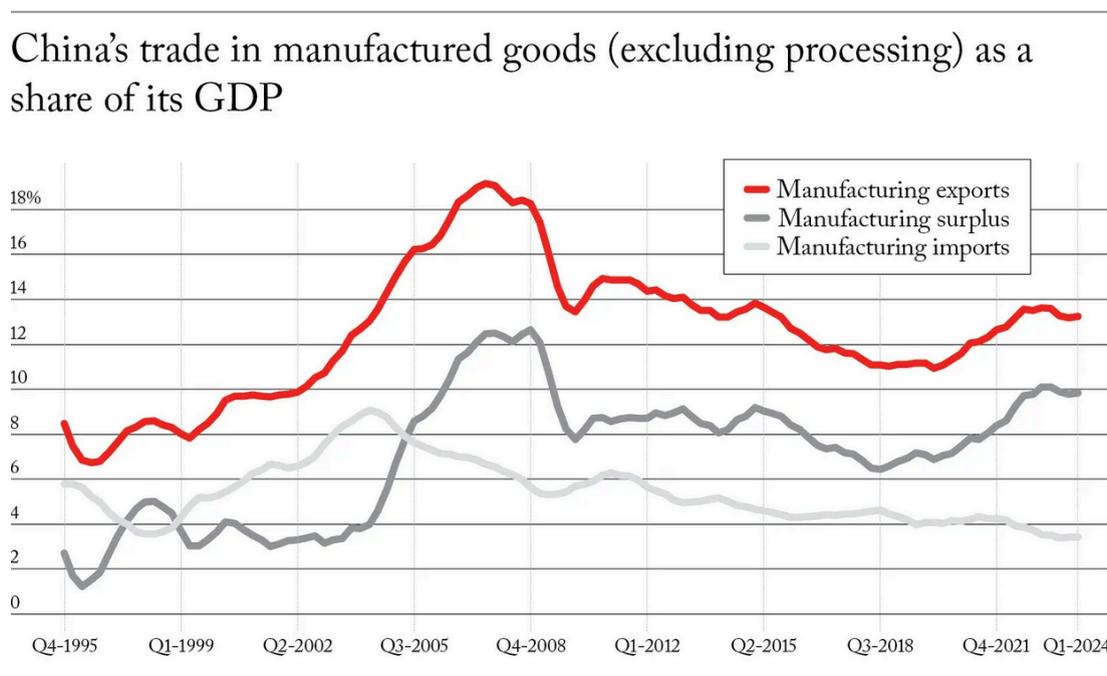
O arrefecimento do crescimento e o crescente endividamento motivaram a elite do partido-Estado a acelerar o seu aperto sobre o setor privado e sobre as empresas estrangeiras, bem como intensificaram conflito dentro da elite do partido quando o fim do crescimento econômico rápido ameaçava a liderança. (Ibid, p. 30).

De fato, Hung nota bem a relação entre este novo momento econômico e as consequências para a elite do partido. É neste contexto em que Xi Jinping ascende à posição de Secretário-Geral, que assume em novembro de 2012. Xi comanda um processo de centralização do poder e aliena potenciais rivais. Esse processo culmina na abolição dos termos de cinco anos e na oficialização de uma efetiva posição vitalícia (Ibid).

Setser (2024) também corrobora com essa leitura, notando que os impactos da crise financeira à inserção exportadora da China foram significativos, diminuindo a parcela total de exportações manufaturadas como percentual do produto, que chegara a vultosos 18% antes de

2008. No **gráfico 22**, podemos ver o impacto da crise de 2008 para o desempenho exportador chinês e sua fatia no PIB do país:

**Gráfico 22. Comércio em manufaturados (excluindo processamento) como parcela do PIB na China. 1995 - 2024.**



Fonte: Haver Analytics, em Setser (2024)<sup>50</sup>.

Outro ponto notório de desavença a respeito do capital americano em Pequim se referia à questão da propriedade intelectual. Em 2001, quando da ascensão chinesa à OMC, Pequim havia aderido ao TRIPS, acordo internacional sobre propriedade intelectual, que garantia segurança jurídica e uma moldura legal para as corporações estrangeiras na China. Isso havia sido, em partes, determinado também pela entrada de numerosas firmas multinacionais no mercado chinês e no seu anseio por uma quadratura institucional sobre o tema (Malkin, 2020, p. 15). Simultaneamente, o alto volume de litigância também sugere que as corporações americanas valorizam e entendem o sistema de proteção à propriedade intelectual na China como confiável e competitivo (Preud'homme, Zhang, 2019). Alternativamente, Hung (2022, p. 38) também nota que muitas firmas, ciosas do tamanho do mercado chinês e da importância da manutenção de uma boa rede de contatos, podem ter

<sup>50</sup> Disponível em:

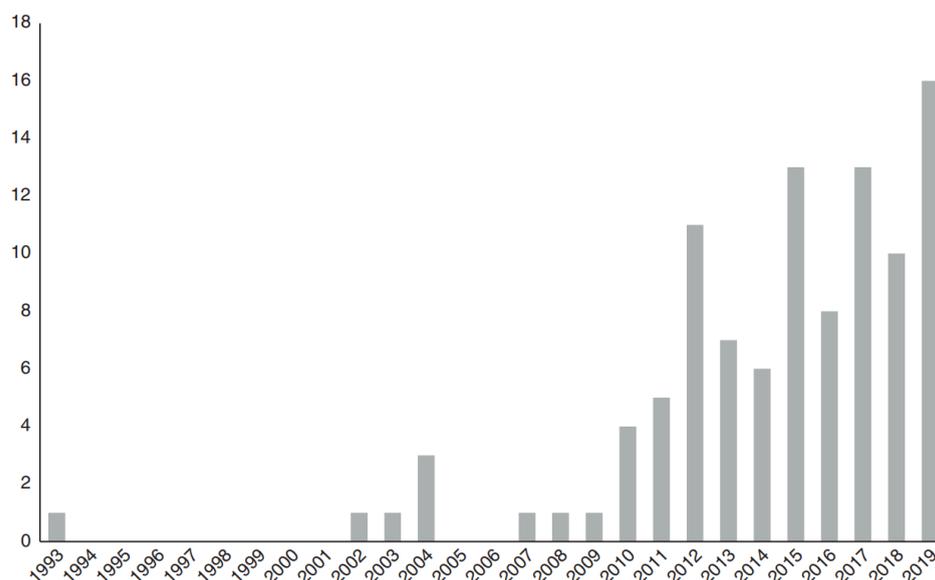
[https://www.foreignaffairs.com/china/globalization-dangerous-myth-economy-brad-setser?utm\\_source=linkedin\\_posts&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=ln\\_daily\\_soc](https://www.foreignaffairs.com/china/globalization-dangerous-myth-economy-brad-setser?utm_source=linkedin_posts&utm_medium=social&utm_campaign=ln_daily_soc)

desistido de mover processos contra entidades chinesas, o que mascararia o número real de litigâncias movidas pelas corporações americanas.

A lei antimonopólio implementada em 2008 e a lei de segurança cibernética aprovada em 2016 foram crescentemente usadas contra empresas estrangeiras, o que foi interpretado como um ataque ao acesso de mercado de corporações multinacionais dos EUA na China. Entre as principais queixas dessas firmas estavam o fato de que a legislação era usada de maneira desproporcional contra o capital estrangeiro e que ela colocava em risco o direito a propriedade intelectual e o uso de dados de consumidores obtidos na China (Hung, 2022, p. 32).

No gráfico 23, abaixo, podemos analisar como aumentou a *malaise* corporativa americana na China após a crise de 2008. Muito tímido antes, o número de processos movidos por corporações americanas contra entidades chinesas no tocante à propriedade intelectual vê um salto a partir de 2008, após ter experimentado pequeno aumento no pós-TRIPS, em 2001.

**Gráfico 23. Número de processos movidos por corporações americanas contra entidades chinesas no tema de propriedade intelectual, 1993 - 2019.**



Fonte: Hung, 2022, p. 37.

Medeiros e Trebat (2024, p. 527) também avançam nesse sentido e afirmam que “tendências de disputa comercial e de propriedade intelectual cresceram desde 2008”, muito em função das “regulações mais fortes do governo em relação às multinacionais

estrangeiras”. No pós-2008, avançam os autores, “violações de propriedade intelectual tornaram-se assuntos muito sérios para as empresas americanas operando na China” (Medeiros, Trebat, 2024, p. 527, tradução própria).

Do nosso ponto de vista, esse incremento das tensões a nível de propriedade intelectual se comunica diretamente com a nova realidade material estabelecida entre China e Estados Unidos no pós-2008. Conforme Pires nota, o mote após 2008 era a priorização do incentivo à demanda e do mercado doméstico:

A expectativa é o que a China gradativamente reverta o motor de seu crescimento ao **priorizar o mercado interno**, algo que vem sendo posto em prática tanto pelo vultoso pacote de investimentos adotado em novembro de 2008, como também pelos delineamentos do XII Plano Quinquenal, que abrangerá o período de 2011-15, cujo mote é o “crescimento inclusivo” [...] (Pires, 2010, p. 183, ênfase nossa).

Nesse sentido, a China nunca foi um caso clássico de crescimento puxado pelas exportações, ou de crescimento orientando para fora. Contudo, está claro pelo gráfico 22 que as exportações vão perdendo parcela no PIB e isso é um dos fortes sinais de que mudanças estruturais e qualitativas devem acontecer nessa economia para que ela possa continuar se expandindo com força. Essas mudanças qualitativas se ligam, sobretudo, à capacidade endógena de inovação.

Nogueira (2021) caracteriza o Estado chinês desde os anos 2000 como um “Estado investidor”. Além de um “Estado regulador e disciplinador do IED”, o Estado chinês também sempre foi interventor, decisivo e capaz de produzir estímulos. Conforme avança a autora, a característica “investidora” do Estado chinês se manifestava em vários níveis distintos:

O Estado investidor se materializou tanto na sua forma schumpeteriana, preparando a próxima revolução tecnológica, quanto em termos keynesianos, dado o efeito multiplicador desse tipo de gasto público sobre a renda, o emprego e as vendas das empresas. (Nogueira, 2021, p. 11).

Mas é a partir de 2010, depois da crise financeira global, que a forma inovativa do Estado chinês ficou mais evidente. Nesse novo cenário, o objetivo não era meramente fazer *catch up* e equiparar a China aos países do capitalismo avançado, mas, em muitos sentidos, superá-los do ponto de vista tecnológico. A consolidação do sistema nacional de inovação chinês foi robusta e, como vimos anteriormente, também ampliou o volume de contensões na esfera da propriedade intelectual. O período da década de 2000, incluindo e passando pela crise financeira, viu a China galgar muitos espaços nas cadeias produtivas globais, como por

exemplo na sintomática área dos trens de alta velocidade. De importadora líquida até 2004, a China é líder tecnológica nesse setor desde 2011 (Nogueira, 2021, p. 13).

Conforme este novo recorte robusto e mais liderado pelas inovações tomava corpo no pós-2008, a China também experimentava volumosos desafios internos. Neste sentido, Nogueira e Hao (2019) notam como os efeitos da crise financeira de 2008 repercutiram internamente na China, especialmente a nível da composição da classe capitalista doméstica. Os autores (Nogueira, Hao, 2019, p. 2) avançam uma original diferenciação e classificação da classe capitalista doméstica na China, sendo esta dividida entre as frações do tipo *low road*, focada na exploração de trabalho e terra baratos; do tipo inovadora, impulsionada pelo desejo do Partido de avançar nas cadeias produtivas mais sofisticadas; e do tipo financeira. Para os autores (Nogueira, Hao, 2019, p. 14), a crise financeira de 2008 foi instrumental no sentido de desarticular a fração do tipo *low road*, que se especializava nas cadeias produtivas mais rasteiras e de menor valor agregado, dependendo de trabalho barato e amplamente disponível.

Essa parcela da classe burguesa chinesa era, evidentemente, aquela mais ligada ao mercado internacional e ao convite de maneira geral, porque se conectava ao setor externo através da exportação de bens hiper-competitivos, cuja produção dependia implicitamente do acesso a trabalho abundante e barato. À medida em que a crise de 2008 enfraquece a demanda externa e motiva uma reorientação do regime de acumulação em Pequim, essa fração perde espaço para as outras frações mais ligadas à inovação e às finanças (Ibid, p. 15). Dessa maneira, do nosso ponto de vista, interpretamos, com base no trabalho de Nogueira e Hao (2019), que o declínio da fração do tipo *low road* e o fortalecimento da fração inovadora representam desdobramentos domésticos da crise de 2008 e do fim do convite para o desenvolvimento. Os produtores de baixo custo eram, evidentemente, a classe que melhor dialogava com o convite e com o setor externo. A virada de chave no regime de acumulação chinês pós-2008 coloca a inovação e o *catch up* tecnológico como temas centrais, jogando para segundo plano, portanto, a produção *low cost* e a inserção no mercados externos baseada em competição de custos. Conforme mencionado, esta mudança, do ponto de vista da nossa hipótese de pesquisa, representa um significativo desdobramento doméstico do fim do convite para o desenvolvimento americano à China.

Hiratuka (2018, p. 6) também nota como a crise financeira de 2008 mudou a política econômica em Pequim, salientando o estímulo monetário engendrado a fim de sustentar a taxa de crescimento, pelos meios fiscal e creditício. A capacidade ociosa resultante desse

período e os desafios consequentes motivaram o crescente consenso em torno de estratégias econômicas mais centradas sobre o consumo interno e sobre a necessidade premente de inovação. Conforme nota o autor (Ibid, p. 7), preocupações nessa seara passaram a se tornar mais presentes a partir da crise de 2008, e em especial no 13º Plano Quinquenal e através do plano *Made in China 2025*. Paulino e Pires (2016, p. 18), por sua vez, também notaram a mudança a nível da política econômica pós-crise de 2008, elencando a ascensão de Xi Jinping em 2012 como o marco inicial de um período em que o Estado chinês estaria mais focado no *upgrade* tecnológico, no incremento da produtividade do trabalho e no acesso a cadeias produtivas mais sofisticadas.

De qualquer forma, a mudança no relacionamento entre a China e o mercado ocidental centralizado nos Estados Unidos após a crise de 2008 diz muito também sobre como Pequim usou esse mercado no passado. Conforme notou Hiratuka (2018, p. 5), a importância central deste mercado ocidental sempre fora a nível da transferência de tecnologia, do fornecimento de moeda forte - e, portanto, do alívio da restrição externa -, mais do que propriamente como fonte de demanda. Sendo assim, se a importância histórica destes mercados para Pequim eram ligados sobretudo à dimensão tecnológica e ao alívio da restrição externa, este período de inovação endógena da China certamente colocaria em xeque este relacionamento. No novo período, Pequim passa a focar na sua inovação endógena, e provavelmente tem mais dólares em reserva que o necessário.

A posição do capital americano nessa questão e seu cambiante humor nos permitem defender a hipótese de que o aspecto geoeconômico do convite encontrou seu auge e seu ocaso no século XXI. Indo da “Chimérica” ao *decoupling* e passando pela crise de 2008, o aspecto geoeconômico do convite se desfez assim que Pequim procurou dar ênfase a um tipo de desenvolvimento econômico mais endógeno, conforme procuramos demonstrar abordando a literatura sobre o tema. Sobre o humor do capital americano pós-2008, os autores avançam:

Em 2010, dezenove grupos de negócios e empresas escreveram à Casa Branca reclamando sobre mudanças regulatórias na China que representavam ‘perigo imediato às empresas americanas’, refletindo ‘esforços sistêmicos da China em construir políticas que buscam favorecer suas empresas domésticas em detrimento das firmas americanas e de sua propriedade intelectual’. (Medeiros, Trebat, 2024, p. 528)

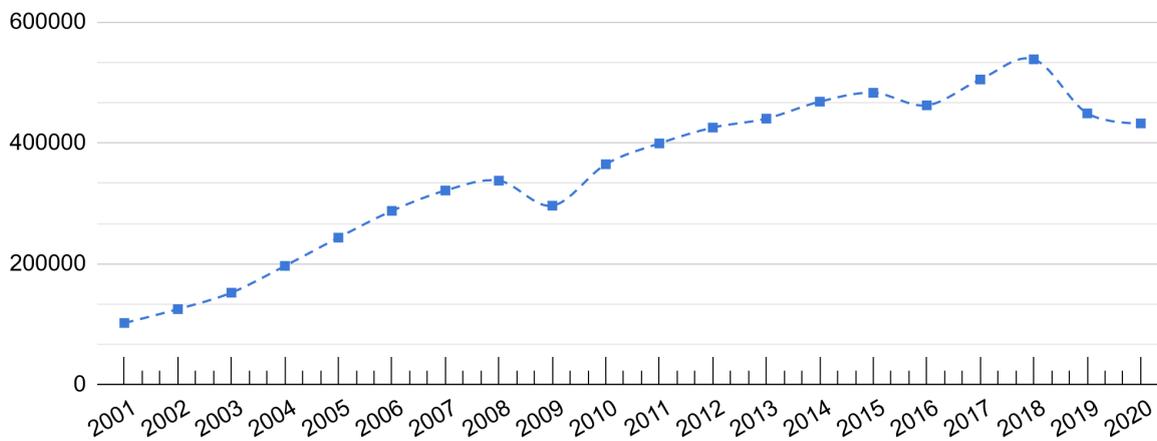
É revelador contrastar essa posição ao episódio relatado no início deste capítulo, relacionado à renovação do estatuto de nação mais favorecida pós-Tiananmen. Na década de 1990, o capital americano se mobilizou decisivamente em prol de seus negócios na China. No

pós-2008, há uma radical mudança e as firmas americanas parecem encontrar um outro consenso, forjado a partir da impressão de uma China focada na inovação endógena e na promoção de suas próprias empresas domésticas. Do ponto de vista da hipótese que informa esta pesquisa, isto revela o desenlace do aspecto geoeconômico do convite para o desenvolvimento americano à China, decisivamente desfeito a partir das mudanças estruturais que tomam lugar no pós-crise.

Entretanto, é evidente que 2008 não marca uma disrupção radical desse relacionamento. Em retrospectiva, defendemos aqui 2008 como um ponto de ruptura nos mecanismos mais estruturais do convite americano à China, mas muitos dos elementos deste relacionamento continuaram avançando a passos largos mesmo depois da crise. As próprias exportações chinesas aos Estados Unidos, por exemplo, continuam a avançar e só dão sinais de arrefecer quando da administração Trump, conforme disponível no gráfico 24. Os fluxos de IED também continuam a se aprofundar, apesar de breves soluções no pós-crise, como podemos enxergar no gráfico 25. Do nosso ponto de vista, isso significa que o convite fora tão bem-sucedido e que a “Chimérica” foi uma união tão umbilical que nenhum tipo de mudança ou ruptura seria imediata. Na verdade, através do exame da literatura sobre este momento, procuramos demonstrar que as transformações não foram repentinas ou radicais; pelo contrário, o novo regime de acumulação chinês mais inovativo no pós-2008 lenta e cautelosamente lançou as sementes para um novo tipo de desenvolvimento, este sim incompatível com o lugar que os Estados Unidos e os capitais ocidentais enxergavam para a China, outrora mera “produtora”.

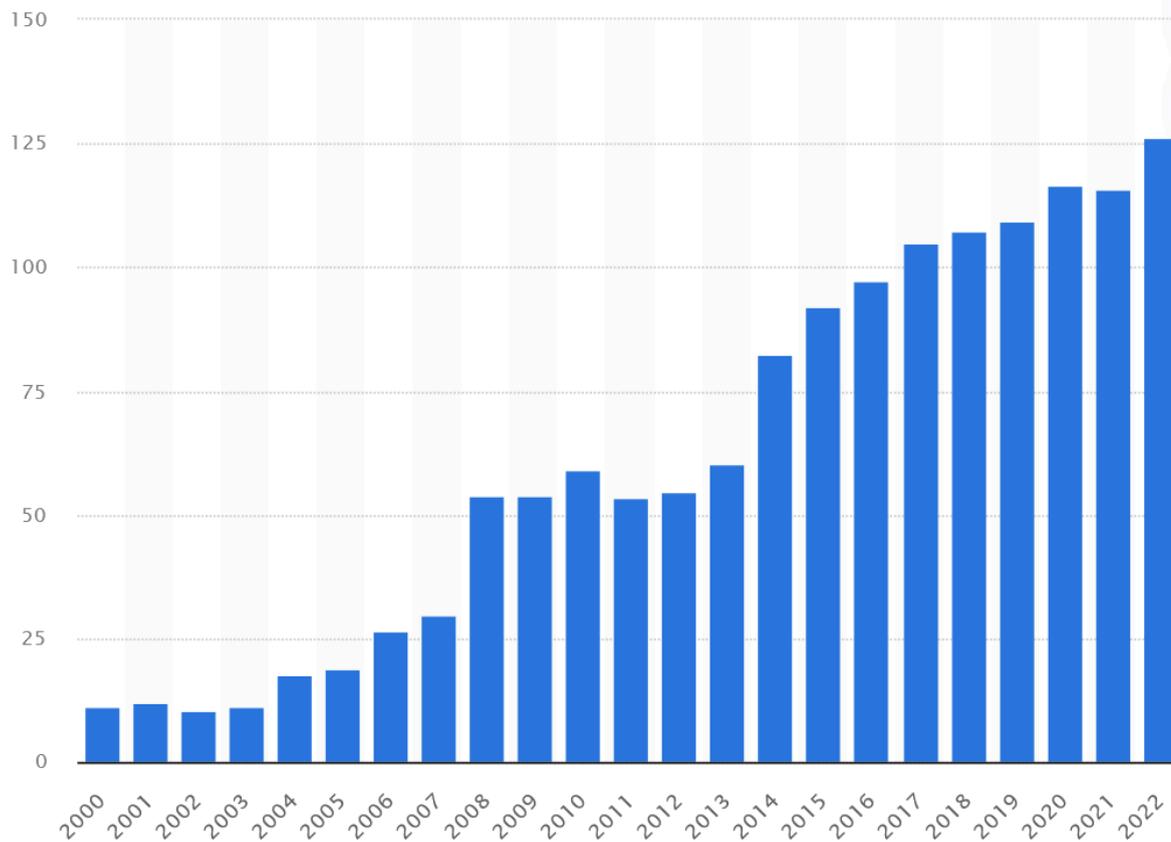
**Gráfico 24. Exportações da China aos Estados Unidos, 2001 a 2020, milhões de US\$**

Exportações chinesas aos Estados Unidos, 2001 a 2020, milhões de US\$



Fonte: US Census Gov.

**Gráfico 25. FDI americano na China, 2000 a 2022, em bilhões de dólares**



Fonte: Statista<sup>51</sup>.

Em tese, poderíamos especular sobre a continuidade da cooperação geoeconômica se as corporações multinacionais americanas na China pudessem participar do novo ciclo de estímulo à demanda interna e à inovação endógena inaugurado em Pequim. Contudo, como vimos no gráfico 21, as exportações americanas sempre tiveram muito pouca entrada na China, e, além do mais, os setores mais sensíveis, inovadores, sofisticados e de mais alta produtividade sempre seriam tratados de maneira especial por Pequim, privilegiando empresas e capitais nacionais. De qualquer forma, como veremos na seção a seguir, o aspecto geopolítico do convite neste século já acumulava tensões insolúveis, e o rancor americano em relação à “convidada China” sugeria uma inevitável ruptura.

---

<sup>51</sup> Dados disponíveis em:

<https://www.statista.com/statistics/188629/united-states-direct-investments-in-china-since-2000/>

### **3.7. O aspecto geopolítico do convite no século XXI: desenlace, competição e uma “nova Guerra Fria”**

Na seção passada, abordamos como se desenvolveu o aspecto geoeconômico do convite ao longo do século XXI. Aqui, por fim, jogaremos luz sobre como se desenrolou o aspecto geopolítico da relação sino-americana ao longo da primeira década deste século.

A virada do milênio não apresentou mudanças positivas imediatas. Em abril de 2001, houve a colisão de um avião de reconhecimento dos EUA com um jato chinês no Mar do Sul da China que tensionou as relações entre os dois países. Este acidente aumentou a desconfiança e a tensão entre Washington e Pequim, com ambos os lados engajando em uma narrativa de confronto e emitindo declarações acusatórias. Após o incidente, a China deteve a tripulação do avião dos EUA por onze dias, mas eventualmente a devolveu a Washington, junto com o avião capturado (Jia, 2008). Apesar dos claros esforços de contenção do problema por parte de Pequim, o incidente fez com que as relações bilaterais continuassem em um terreno conflituoso. Além disso, essa crise marcou uma série de outros eventos tensos entre os países, como a detecção de dispositivos de escuta no avião de Jiang Zemin, e a complexidade das negociações comerciais e militares. A espionagem mútua e as disputas sobre questões de segurança e comércio continuaram a afetar a dinâmica entre os EUA e a China, reforçando um ambiente de rivalidade estratégica (Jia, 2008, p. 51). Eventualmente, Pequim teria de aproveitar um momento de cooperação oportuno inaugurado pelo 11 de setembro para que pudesse ampliar e desenvolver boas relações com os Estados Unidos.

Nesse sentido, o 11 de setembro e a subsequente “Guerra ao Terror” empreendida pela administração Bush foram questões que trouxeram novos ares ao relacionamento bilateral sino-americano. À medida em que mobilizavam a atenção da comunidade internacional a novos temas, como o terrorismo, esses acontecimentos arrefeciam a disputa interestatal “tradicional” prévia. No contexto dos ataques terroristas aos Estados Unidos, o governo chinês expressou suas condolências e votou de maneira coordenada a Washington nas Nações Unidas no tocante aos temas relacionados à luta contra o terrorismo (Jia, 2008, p. 51). Em uma reunião com o Presidente Jiang Zemin em Xangai, em outubro de 2001, o Presidente Bush agradeceu à China por sua rápida reação ao expressar seu claro e firme apoio aos Estados Unidos e por seus esforços em cooperar na guerra ao terror. Nessa ocasião, Bush ressaltou que via a China como um grande país e como um aliado; e que sua administração estava totalmente comprometida em desenvolver relações “francas, cooperativas e

construtivas” com a China. "Os chineses compartilham nossa determinação em dismantelar a rede global de terror ligada a Osama bin Laden", disse o General Frank Taylor, embaixador itinerante do Departamento de Estado para o contraterrorismo: "Estamos satisfeitos com a cooperação que recebemos da China desde 11 de setembro." (citados em Jia, 2008, p. 52).

Conforme o autor salienta, Pequim não se contentou a meramente cooperar na questão do anti-terrorismo. Como prova do seu compromisso em manter uma linearidade positiva no seu relacionamento com os Estados Unidos, a China também procurou avançar em outros temas e também cedeu em assuntos conflituosos. Conforme avança o autor:

O governo chinês não se limitou a ajudar na guerra contra o terrorismo. Também tentou ajudar em outras questões. Entre outras coisas, procurou intensificar seus esforços no combate à proliferação de armas de destruição em massa e tecnologias de mísseis. Além disso, a China fez muitos esforços para buscar uma resolução pacífica da crise nuclear coreana. Ademais, em resposta às pressões domésticas dos EUA sob o governo Bush para abordar o problema do déficit comercial com a China, o governo chinês enviou várias delegações para fazer compras significativas de aviões, carros e produtos agrícolas dos EUA, e fez concessões significativas nas recentes negociações sobre a eliminação gradual dos benefícios fiscais para os fabricantes de chips de computador na China. [...] Além disso, o governo chinês procurou limitar danos ao relacionamento sino-americano naqueles temas em que os dois países divergiam de maneira significativa. [...] Pequim não reagiu fortemente às escutas telefônicas no avião do Presidente Jiang Zemin<sup>52</sup>, Pequim também não tomou uma forte posição contrária à invasão americana ao Iraque [...]. (Jia, 2008, p. 52, tradução própria).

No caso do tema do terrorismo, é importante ressaltar que este era um assunto que aproximava aos dois países, uma vez que a China também possuía preocupações nesse sentido, especialmente ligadas ao seu Oeste (Xinjiang), com minorias muçulmanas e com atuação do grupo terrorista e separatista Movimento para a Liberação do Turquestão Oriental (Kan, 2007, p. 144). Sendo assim, a centralidade do tema do combate ao terror no início do século XXI oferecia uma oportuna arena em que China e Estados Unidos poderiam cooperar, deixando de lado, temporariamente, suas pretéritas questões mais espinhosas.

Neste novo contexto de forte interesse chinês em investir no desenvolvimento de seu relacionamento com Washington, o início do século XXI marcou um frutífero período de boas relações entre os dois países. Em muitos pontos, o caráter relativamente relaxado desse

---

<sup>52</sup> Em 2001, a China descobriu vinte e sete escutas telefônicas em um Boeing 767 reaproveitado vindo dos EUA e utilizado pelo então Presidente chinês Jiang Zemin. Oficiais chineses sugeriram que as escutas faziam parte dos planos americanos de inteligência. Disponível em: <https://www.upi.com/Archives/2002/02/21/Who-Bugged-Jiang-Did-Hu-Bug-Jiang/9601014267600/>

relacionamento no pós-11 de setembro marcou o mais alto ponto das relações diplomáticas e políticas entre a China e os Estados Unidos desde o fim da Guerra Fria:

Principalmente por causa desses esforços chineses em cooperar e administrar seu relacionamento com os Estados Unidos, a administração Bush encontrou o relacionamento entre os dois países em sua melhor forma desde a normalização das relações entre os dois países. Apesar da transição de liderança na China, o crescente desequilíbrio comercial entre os dois países e a continuada ascensão chinesa não foram capazes de mudar a tendência positiva desse relacionamento. (Jia, 2008, p. 52, tradução própria).

Outro ponto que informava o aspecto geopolítico do convite no início do século, a longamente debatida entrada da China na OMC, em 2001, reabilitou momentaneamente aquelas vozes americanas que esperavam - e pressionavam - por um ritmo mais veloz de liberalização em Pequim. A então representante comercial dos Estados Unidos, Charlene Barshefsky, enfatizava a crença de que a entrada da China na OMC ajudaria a acelerar a liberalização e seria um auxílio aos reformadores em Pequim (Barshefsky, 2006). Nicholas Lardy, em seu *Integrating China into the World Economy* (2002), escrito logo após a conclusão da entrada do país asiático na organização internacional, novamente apontava a necessidade de uma liberalização mais profunda e antecipava uma liberalização política seguinte à entrada na OMC. Já Elizabeth Economy (2018), escrevendo mais tarde, aponta o período de entrada nessa organização como uma chance perdida e que, não tomada, abriu o caminho para a ascensão de Xi Jinping e a sua “terceira revolução”. Medeiros e Trebat (2024, p. 526) também notam como os americanos pressionaram e lideraram as negociações pela entrada da China. O eventual acesso da China à organização foi visto como um “esforço sem precedentes financiado pelas maiores multinacionais e capitaneado pela Câmara de Comércio americana” (Wagreich, 2013, p. 143, citado em Medeiros e Trebat, 2024, p. 526). De qualquer forma, o início do século XXI marcou não apenas um alívio temporário nas tensões geopolíticas pontuais e episódicas entre Estados Unidos e China que pontuaram a última década do século XX, mas também parece ter marcado um repique das esperanças liberais em Washington.

Conforme vimos na seção anterior, a primeira década do século XXI marcou o auge do aspecto geoeconômico do convite americano à China. Apesar do êxtase de Wall Street, da formação da “Chimérica” e do deleite da classe capitalista doméstica, os anos 2000 anunciavam também as sementes do desconforto político que viriam a brotar ao longo dos próximos anos. Apesar de uma leve tendência positiva no início do século marcado pela entrada da China na OMC e pela cooperação anti-terror, a primeira década do século marcou

sobretudo o acúmulo de tensões, que borbulhariam e viriam à tona em 2008. Enquanto os laços econômicos se aprofundavam, aprofundava-se também o sentimento de que havia um desequilíbrio injusto entre os vencedores e os perdedores do comércio com a China. No que se refere ao latente sentimento de “injustiça” a respeito dos desiguais ganhos comerciais advindos da relação bilateral com os chineses, Naughton resume muito bem esse pensamento, que parece querer enxergar o desenvolvimento chinês como uma “permissão” americana ou algo do tipo, e parece sugerir que a hora passou para “retribuições”:

Os americanos sentem que fizeram um compromisso em sua relação com a China. Os mercados americanos têm estado abertos para a China. Os Estados Unidos são de longe o maior mercado para as exportações chinesas e têm sido uma enorme fonte de tecnologia moderna para a China por mais de três décadas. Empresas americanas investiram massivamente na China, transferindo tecnologias tangíveis e intangíveis para trabalhadores, gerentes e engenheiros chineses. Universidades dos EUA formaram dezenas de milhares de brilhantes cientistas chineses, muitos deles com bolsas de estudo integrais. **Não é exagero dizer que o crescimento surpreendente da China nos últimos 30 anos seria inconcebível sem a conexão com os EUA.** Portanto, não é irracional que os americanos peçam à China para fazer o mesmo tipo de compromisso com os princípios do livre comércio que nós fizemos. (Naughton, 2014, p. 41, ênfase nossa, tradução própria).

Evidentemente, Naughton ecoa nesta manifestação um sentimento profundo do inconsciente americano, de que a China teria, de alguma forma, “se aproveitado” da boa-vontade americana e declinado a “pagar a conta” quando chegou a hora. Podemos explorar algumas ideias relativas a esse sentimento. Em primeiro lugar, o inicial reatar de relações entre Washington e Pequim respondia, sobretudo, ao ímpeto geopolítico americano, de ampliar sua rede de contenção em relação à União Soviética na Ásia e assim “fechar o cerco” de maneira mais eficiente. Em um segundo momento, como procuramos demonstrar no capítulo passado, o *rapprochement* com a China matava dois coelhos com uma cajadada só, à medida em que resolvia a questão geopolítica, mas também resolvia um dilema do capital americano e ocidental. A abertura da fronteira chinesa para a acumulação industrial dialogou diretamente com a profunda crise estrutural do capitalismo ocidental e americano na década de 70 do século passado. Dessa forma, o desenvolvimento chinês não foi uma “dívida” assumida para com outros, mas sim fruto de uma multiplicidade de fatores domésticos e externos. De qualquer maneira, a reveladora forma de pensar de Naughton evidencia um ressentido rancor das elites americanas, que eventualmente fervilharia mais tarde no século XXI e seria posto à frente das relações sino-americanas quando da disputa tarifária, comercial e tecnológica inaugurada formalmente pela administração Donald Trump.

Tornou-se latente, entre o *establishment* intelectual e político americano, a expectativa de uma China que se prestasse às reformas liberais no campo político, mais ou menos como sua própria versão de uma *Glasnost*. A lógica parecia sólida: ganhos econômicos e laços comerciais cada vez mais profundos trariam, inexoravelmente, a abertura política. O autor avança: “No fim, você imaginaria que a China, tendo se beneficiado tanto da globalização, emergiria como uma campeã desse processo, uma defensora do sistema internacional baseado em regras do qual ela se beneficia.” (Naughton, 2014, p. 46).

O desconforto com um RMB (*renminbi*) aparentemente “artificialmente subvalorizado” andava de mãos dadas com o mal-estar relacionado ao abismo comercial entre os dois países. Na mente de muitos interlocutores americanos, o imenso déficit na balança comercial americana com relação à China só poderia ser explicado por uma forçosa e adulterada subvalorização da moeda chinesa. Na visão destes interlocutores, Pequim praticava uma decisão “política” no tocante à taxa de câmbio e não a deixava se comportar como o que de fato, segundo a sua perspectiva, deveria ser: um preço (Naughton, 2014, p. 45). Essa controvérsia a respeito da designação da China como uma “manipuladora cambial” (*currency manipulator*) soa como uma espécie de “Plaza atrasado”. Isto é, em 1980, Washington pôde enquadrar seus antigos convidados e levá-los à uma valorização - esta sim, política - de suas moedas, aliviando o déficit comercial americano e restabelecendo a competitividade internacional de alguns setores da sua economia. No século XXI, avançamos aqui que Washington procurou repetir Plaza, dessa vez com a China, buscando reeditar a manobra pressionando Pequim politicamente a uma valorização de seu RMB e ao reequilíbrio da balança comercial entre os dois países.

Na tentativa de dourar a pílula, mesmo possíveis benefícios domésticos eram avançados à China, como uma taxa de consumo mais forte:

Deveria ser óbvio que a maneira como a China formula sua taxa de câmbio não está funcionando: o sistema está quebrado. [...] Fracassar em resolver esses problemas significa que os chineses não vão se beneficiar tanto do crescimento quanto eles poderiam. [...] Seria muito melhor se o governo chinês se movesse em direção à uma economia mais equilibrada, com mais consumo e menos investimento, e com um superávit externo menor. A taxa cambial poderia ser parte dessa solução: um RMB mais forte daria aos domicílios chineses maiores oportunidades de consumo, e também daria aos exportadores americanos uma oportunidade de servir a esses consumidores. É claro que uma valorização do RMB não resolveria o problema sozinho, mas é verdadeiramente bizarro que o governo chinês continue falando sobre estimular o consumo doméstico enquanto continua resistindo à única

mudança que contribuiria para esse objetivo: deixar a moeda apreciar. (Naughton, 2014, pp. 43-44, tradução própria).

Naughton (Ibid), ao avançar essas questões, se posiciona como um interlocutor que fala a partir do *establishment* acadêmico e intelectual americano. Muitos outros economistas americanos também corroboravam com esse desconforto e pediam uma valorização do RMB. Paul Krugman, prêmio Nobel e falando totalmente a partir de dentro do *establishment*, juntou-se à cruzada contra o RMB fraco, escrevendo: “A política chinesa de manter sua moeda, o RMB, subvalorizado se tornou um significativo peso para a recuperação econômica global. Algo precisa ser feito” (Krugman apud Deng, Liu, 2012, p. 350). É irônica a fala de Krugman, uma vez que ela contradiz sua produção de 1989, *Exchange Rate Instability*, onde afirma “[...] mercados financeiros não devem ser confiados [...], a taxa de câmbio é um preço muito importante para ser deixado à mercê do mercado de câmbio” (Krugman apud Deng, Liu, 2012, p. 350). Na verdade, esse é um *motif* comum e recorrente no pensamento ideológico ocidental: para conter a China, vale tudo, inclusive passar por cima de valores antes tidos como cruciais e como parte inegável de seu sistema de conceitos.

De fato, a pressão por taxas mais altas de consumo e por um reequilíbrio da economia chinesa tem sido mencionada por líderes chineses desde pelo menos 2005 (Naughton, 2014, p. 43). Contudo, seguramente mudanças expressivas na condução da política cambial na China não seriam tomadas com vistas a resolver o problema comercial americano. Nessa questão, temos um dos exemplos mais claros e retumbantes da China como uma convidada de diferente estirpe: com Alemanha e Japão, Washington pôde exercer pressões políticas para a valorização de suas moedas vis-à-vis o dólar; com a China, não. Desde o fim da Guerra Fria, este já seria o segundo episódio em que as “esperanças liberais” (conforme aludimos no último capítulo) de Washington cresciam e não se realizavam. Junto ao episódio da pressão de Clinton pela vinculação do status de nação mais favorecida aos direitos humanos, este se somaria às instâncias em que os Estados Unidos se frustraram com suas esperanças de uma China liberal, aderente e promotora da *rules-based international order*.

De maneira semelhante a como a classe capitalista americana se mobilizou fortemente em uma coalizão pró-China quando do episódio de tensão durante o governo Clinton, a economia política doméstica nos Estados Unidos também foi importante para a questão da designação da China como manipuladora cambial. Desde 2003, Xie (2009, p. 77) aponta, alguns membros do Congresso têm pressionado Pequim a valorizar sua moeda na esperança de desacelerar o crescimento do déficit comercial dos EUA com a China. Em uma

interessante investigação, Ramirez (2012, p. 227) encontrou que para cada cinco mil dólares recebidos em contribuições eleitorais de grupos que propunham uma *China policy* mais dura, um congressista americano era 1,35x mais propenso a chamar a China de “manipuladora cambial”. Simultaneamente, um aumento de um por cento na força de trabalho ligada à manufatura no distrito deste congressista o tornava 19,6% mais propenso a carimbar a China como manipuladora cambial e a propor legislação mais dura.

Da mesma forma em que quanto mais Clinton pressionava a China, mais pressionado ele era pela classe capitalista doméstica, quão mais era mencionada a “manipulação cambial” chinesa, mais desvalorizado se tornava o RMB. Continuando com sua original reflexão, Ramirez (2013, p. 235) nota que cada episódio de ataque à China nessa questão podia atrasar o ritmo de valorização do RMB em relação ao dólar em até quatro meses. Ou seja, quão mais se clamava por um RMB valorizado, mais desvalorizado ele se tornava.

Analisando estes resultados juntamente às conclusões propostas por Hung (2022), podemos ver que, em toda a história do convite, a manufatura e o trabalho organizado americanos sempre enxergaram claramente que eles sairiam perdedores do processo de globalização e de liberalização comercial. De qualquer forma, apesar da suposta lucidez de sua visão político-estratégica e da força de suas mobilizações sociais e políticas, esses grupos foram consistentemente derrotados nos episódios em que foram postos à prova contra o grande capital doméstico. Ao mesmo tempo, conforme avançava a era neoliberal e aprofundava-se a globalização, o trabalho organizado era cada vez menos presente na correlação de forças na sociedade americana. As novas relações de trabalho avançadas pela etapa neoliberal do capitalismo e a fuga da manufatura americana em direção à Ásia faziam com que a classe trabalhadora doméstica que restava fosse cada vez mais fraca. Ou seja, não apenas essa classe se mostrou fraca nos episódios de crise, como também era vítima de processos estruturais que a tornavam cada vez mais fraca e impotente no médio e longo prazos.

Evidentemente, no mundo pós-Bretton Woods de taxas cambiais flutuantes, todos os atores relevantes do sistema internacional buscam manter sua taxa de câmbio de maneira que se comunique com os seus interesses estratégicos - pelo menos, o fazem aqueles atores que possuem interesses estratégicos. Toda a história do sistema monetário internacional do pós-guerra é, em essência, a história do dólar e de como os interesses estratégicos e geoeconômicos americanos se fizeram transmitir pelo comportamento de sua moeda.

Enquanto Plaza desarticulou os esforços exportadores dos primeiros convidados, o Choque Volcker, por sua vez, desarticulou os esforços industrializantes de muitos estados periféricos, inclusive o Brasil, por meio de uma brutal valorização do dólar que rapidamente estrangulou as dívidas externas destes estados ainda em processo de substituição de importações. Portanto, para qualquer analista experimentado em termos de geopolítica e de estratégia, a questão de “manipulação cambial” é uma não-questão; sendo um problema relevante apenas para aqueles setores do establishment que propõem taxas cambiais e de juros “naturais”.

Nesse sentido, os autores corroboram com a avaliação proposta, à medida em que avançam:

A substância da acusação dos Estados Unidos contra a China de manipulação cambial é que, quando os Estados Unidos usam seu controle sobre seus dólares para transferir seus problemas econômicos domésticos para o exterior, espera-se que a China não faça nada e simplesmente conviva com uma taxa de câmbio do RMB instável. Obviamente, há uma grande diferença entre China e Japão. A China nunca permitirá que se torne ‘o segundo Japão’ que engole pílulas amargas como o Acordo Plaza. (Deng, Liu, p. 344, 2012, tradução própria).

Sendo assim, conforme avançam os pensadores citados, concordamos que a China jamais poderia ser forçada a tomar a “pílula amarga” de uma - agora sim - manipulação cambial forçada a partir de fora. O episódio da vinculação da nação mais favorecida aos direitos humanos e a fracassada tentativa de bulinar a China em direção à uma valorização de sua moeda marcam, do nosso ponto de vista, os elementos mais claros do *sui generis* convite chinês. Autônoma, independente, confiante e construída sobre as bases de uma bem-sucedida revolução socialista, essa China não poderia se comportar como os convidados de outrora. No âmbito de seu “auto convite”, conforme avançou Hung (2022, p. 8), Pequim pôde usar o melhor do comércio internacional sem pagar as contas que os convidados de outrora foram forçados a quitar. Talvez nenhum dos muitos aforismos curtos e potentes comuns no pensamento chinês reflita tão bem a situação como a suposta frase de Deng Xiaoping em meados dos anos 1980: “Temos que abrir as janelas, aproveitar o ar fresco, mas lutar contra os mosquitos”.<sup>53</sup>

A nível da política partidária institucional, a união completa e uníssona entre *Wall Street* e o *Deep State* após 2008 se reflete na também uníssona mensagem bipartidária sobre a China: tanto o partido democrata quanto o partido republicano parecem ter aderido à uma

<sup>53</sup> Time Magazine, 6 de janeiro de 1986, disponível em: <https://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,1074879-9,00.html>

potente narrativa anti-China. Unidos nesse novo consenso, a coalizão bipartidária sobre esse tema chama a atenção quando consideramos a intensa polarização que toma lugar na sociedade americana sobre outros assuntos. Do ponto de vista da pesquisa que aqui procuramos avançar, o consenso entre os dois lados da política americana só aconteceu em função do consenso entre os dois lados do convite americano à China: segurança e economia. Ao longo deste capítulo, vimos como estes dois aspectos estiveram separados em muitos momentos, causando mensagens cruzadas na política externa americana e por muitas vezes fornecendo flancos para Pequim explorar. O Pivô Asiático, a guerra tarifária de Trump e o recrudescimento de uma estratégia de *friendshoring* ou *nearshoring* anti-China em Biden marcam, do nosso ponto de vista, a final coadunação dos diferentes aspectos do convite americano à China.

Do ponto de vista estratégico, a mudança no convite a partir de 2008 fica muito clara quando resgatamos o “Pivô Asiático”, uma das principais inovações estratégicas introduzidas pela administração Obama. Buscando se desengajar das custosas e domesticamente impopulares intervenções no Oriente Médio, Washington elencava a Ásia como novo ponto focal. Do nosso ponto de vista, munidos da hipótese do convite, aqui temos finalmente um realinhamento entre os aspectos geoeconômicos e geoestratégicos/geopolíticos. Agora, capital e estratégia se reencontravam, reunidos em torno de um claro e um conciso eixo anti-China após décadas de divórcio e desentendimentos.

O Pivô Asiático, em linhas gerais, respondia a esse novo cenário e buscava fortalecer os laços econômicos americanos no continente asiático. Como parte desse pacote figurava, por exemplo, iniciativas como a Parceria Transpacífica (TPP), que visava ampliar as oportunidades de comércio e investimento americanos na região. Embora inicialmente apresentado como tentativa americana de “engajamento” na região, foi logo interpretado como “contenção”. Além disso, o Pivô tinha como objetivo aumentar a presença militar americana na Ásia e desenvolver a cooperação com aliados regionais para avançar no objetivo de fazer oposição à China. Por detrás da mudança na balança de poder entre os dois países, encontravam-se a continuidade dos investimentos chineses na modernização de suas forças militares e seu crescimento de perfil econômico internacional, muito por meio da ampliação de parcerias com países do Sul Global, dos investimentos em inovação, da criação de instituições financeiras que representavam um desafio ao arcabouço tradicional e de seus projetos ambiciosos globais de investimento em infraestrutura, como, por exemplo, a Belt and Road Initiative (Nogueira, Hendler, 2016).

No pós-2008, também cresciam significativamente os investimentos militares chineses. Segundo estimativas revisadas do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), o gasto militar chinês saltou de 120,8 bilhões de yuans em 2000 para 533,3 bilhões em 2010, chegando a 908,8 bilhões em 2015 (SIPRI, 2021, p. 22). Este aumento de mais de 340% ao longo da década chama atenção, especialmente quando consideramos que ele se insere em um contexto de crescente rivalidade regional com os Estados Unidos. Do nosso ponto de vista, o acelerado ritmo da modernização militar e do investimento chinês nessas áreas se comunica com a percepção do Pivô Asiático como uma tentativa implícita de contenção aos desígnios de Pequim na região.

Conforme esses desconfortos avançavam na primeira década deste século, o fim do convite se anunciava de maneira patente: enquanto a crise de 2008 marcava de maneira indelével a separação de caminhos entre os capitais chinês e americano, a crescente toada da competição interestatal desde então derrubava quaisquer possibilidades de cooperação e anunciava formalmente o fim da reaproximação sino-americana que tanto moldou o mundo a partir do último quarto do século passado. Na próxima e última seção, procuramos avançar as conclusões deste terceiro capítulo, onde abordamos a evolução e o desgaste do convite americano à China através do binômio economia-estratégia.

### **3.8. Conclusões do terceiro capítulo: o fim do convite para o desenvolvimento americano à China**

Ao longo deste capítulo, procuramos demonstrar a evolução do convite americano para o desenvolvimento à China ao longo das décadas de 1990 e 2000. A queda da União Soviética forneceu o pano de fundo e a tendência estrutural para uma gradual elevação do perfil do relacionamento sino-americano, que acumulou contradições ao longo desse período. Usamos o binômio economia-estratégia para elucidar como esses aspectos andavam a ritmos distintos, a depender do período. No século XXI, abordamos a evolução dos aspectos geoeconômico e geopolítico do convite americano à China, elencando 2008 como a data-chave em que transformações estruturais mudaram de maneira indelével este relacionamento.

Conforme Medeiros (1999) afirmou, a China trilhou o caminho do desenvolvimento a convite “seguramente pela última vez”. Hung (2022) sugeriu que a China optou pelo “auto convite”, inserindo-se no cenário global de maneira forçosa e decisiva, após a opção confiante em um tipo de desenvolvimento econômico acertada nos anos 1980. De qualquer

forma, fica patente a sensação de temporalidade desse arranjo: isto é, é irremediavelmente algo conectado ao século XX. Neste período, os Estados Unidos puderam chefiar grandes arranjos geoeconômicos de alcance global, em uma íntima intersecção entre geopolítica e economia, ao qual a literatura chamou de “desenvolvimento a convite”. Washington pôde chefiar esses arranjos de uma maneira que era impensável ao poder hegemônico anterior, a Grã-Bretanha, que possuía um mercado doméstico menor e dependia mais do controle do comércio internacional (Lake, 2016), além de possuir metas geopolíticas centradas na Europa Continental. No escopo desses arranjos, as metas estratégicas americanas eram cumpridas, mas pagava-se um custo: o enriquecimento de um potencial rival. No caso da Europa Ocidental, Japão, Coréia do Sul e Taiwan, essas unidades políticas encontravam-se solidamente posicionadas dentro do escopo geopolítico do Hegemon e o seu enriquecimento e desenvolvimento não necessariamente implicavam em questões securitárias. No caso da China, temos então o convite mais heterodoxo e incomum. Se a China o “trilhou certamente pela última vez”, isso diz muito sobre a incapacidade americana de continuar esposando este arranjo no futuro: com um mercado doméstico robusto e atraente, sua parceria era inexorável para quaisquer atores que pensassem em uma inserção exportadora forte no passado, algo que não parece mais refletir as condições materiais do presente. Em 1970, o PIB americano representava algo em torno de 40% do PIB mundial, enquanto que em 2010 representa metade disso (Forbes, 2016).

No cenário do pós-Segunda Guerra, o desenvolvimento a convite viveu sua época dourada, junto ao capitalismo da *Golden Age*, forte, estável e previsível. Os americanos puderam fazer valer seus anseios estratégicos ao redor do globo, pagando, através do convite, com seu mercado doméstico. Neste escambo pós-moderno, a parte da barganha que pertencia a Washington se desvalorizava a cada vez em que era usada. Mais ou menos como a “bomba-dólar” (Torres, 2016), que quanto mais usada menos eficaz é, à medida em que exclui um número cada vez maior de atores do sistema monetário internacional, o desenvolvimento a convite também parece ser um arranjo que perde sua força a cada uso. A cada iteração deste arranjo, cria-se um potencial rival, que desta vez não compartilhava da visão geopolítica de Washington. No caso chinês, o convite pôde ser utilizado de maneira única graças ao caráter único desse Estado, obcecado pela modernização, desenvolvimento e forjado a partir de uma duramente conquistada revolução socialista cujos líderes estavam, como notou Kissinger (2011), entre as pessoas mais experimentadas e politicamente sábias do planeta durante a segunda metade do século XX. Determinada a trilhar um caminho de

desenvolvimento, modernização e a, acima de tudo, ser bem-sucedida, essa liderança pôde se valer do desenvolvimento a convite estendido por Washington de maneira completamente *sui generis*.

Nesse sentido, reveste-se de importância e clama por atenção a bem-sucedida estratégia desenvolvimentista chinesa nesses críticos períodos. Alguém poderia se perguntar como fora possível reeditar uma estratégia desenvolvimentista bem-sucedida exatamente naquelas décadas em que se anunciavam de forma estrondosa o avanço da frente neoliberal e a ruína do socialismo. Os anos 1990, de maneira ainda mais clara, marcam o período unipolar e do domínio incontestado do chamado consenso de Washington. O “caso chinês”, portanto, não chama atenção apenas porque normalmente é difícil sair da periferia e ir ao centro; mas também porque é ainda mais difícil fazê-lo em um quadro externo tão desafiador.

No convite à China, o movimento de Washington se reveste de importância quando consideramos a sua herança na forma de uma China forte e atualmente aliada à Rússia. Considerando todo o jogo da Diplomacia Triangular, Washington se aproximou de Pequim com vistas a aumentar a pressão sobre a União Soviética e a assegurar um desenlace positivo na Guerra Fria. Pois bem, uma vez assegurado esse objetivo, os americanos se viram às voltas com uma China economicamente integrada que não cedia facilmente às pressões diplomáticas, como vimos no caso da administração Clinton. Contudo, uma vez solucionado o “problema soviético”, Washington vê sua posição hegemônica, no século XXI, pressionada por uma China cuja economia acessa, disputa e supera os Estados Unidos em muitas cadeias produtivas sofisticadas de alto nível, de uma maneira que Moscou jamais fez. Moscou também jamais teve uma pegada internacional tão relevante quanto a China, que hoje é a maior parceria comercial de um número significativo de países no globo, inclusive em áreas de tradicional influência americana, como a América Latina. A influência global de Moscou se operava muito mais pelas esferas política, militar, ideológica e intelectual. A partir de meados dos anos 1970, já se vendo pressionada pela sua própria forma de “armadilha de renda média”, Moscou jogava um jogo econômico muito mais restrito e difícil, em outro nível daquele jogado hoje pela China (Cecílio, 2020). Adicionalmente, a natureza da disputa entre China e Estados Unidos não guarda semelhanças com aquela entre os americanos e os soviéticos. O desafio soviético representava um modelo de produção alternativo, enquanto o desafio chinês procura deslocar Washington do topo de diversas cadeias produtivas globais e do controle de tecnologias-chave, dentro do próprio jogo interestatal e intercapitalista. Por isso, o termo “Nova Guerra Fria” para tratar da disputa sino-americana soa tão anacrônico.

Portanto, considerando o atual *rapprochement* sino-russo, a nível estratégico, securitário e geopolítico, a opção por favorecer a China em detrimento da União Soviética pode, à primeira vista, parecer malograda ou frustrada no longo prazo. Contudo, como Fiori (2020) argumenta, a natureza do poder hegemônico é a necessidade incessante pela sua própria reprodução e ampliação, independente do nível já atingido; aqui, temos poder sendo interpretado como fluído processo e não como estanque estoque. De maneira similar, buscando em fontes como Arrighi (1998) e Wallerstein (1974), também podemos observar que essa é, semelhantemente, a natureza própria do capital, que busca sua reprodução de maneira incessante e ampliada. Dessa forma, sustentamos que o movimento de *rapprochement* sino-americano dos anos 1970, o lance geopolítico mais consequente e significativo da segunda metade do século passado, respondeu a ambas necessidades febris e desenfreadas destes dois pólos: poder e capital. A particularidade do convite chinês foi, além da própria natureza política do “convidado”, o descompasso entre estes dois aspectos. Em certos períodos, ambos caminharam juntos de maneira decisiva e concertada. Em outros períodos, o poder não pôde se sobrepor à força do capital. Isso não ocorreu com os demais convidados, que sempre responderam a um consenso entre o binômio economia-estratégia. Quando a economia pediu o enquadramento de Japão e Alemanha em Plaza, a estratégia o entregou. Com a China, o convite foi uma espécie de veículo dirigido com dois volantes.

Tentativamente, buscamos então definir o convite americano à China em três etapas, com base na observação a respeito de seus dois pólos: (1) Entre 1972 e 1989, ampla coordenação de expectativas e desejos entre os aspectos econômico e securitário/geopolítico. Este período marca o auge da relação política sino-americana, o início do convite para o desenvolvimento e a queda da União Soviética; (2) Entre 1989 e 2008, o aspecto econômico do convite avança a plenos pulmões, enquanto é passivamente observado por um desconfortável e recalcitrante pólo do poder, que fora momentaneamente escanteado pela crise do governo Clinton; (3) A partir de 2008, com a piora das expectativas e condições para o capital americano no país asiático, estes dois pólos se reencontram em uma decisiva política “anti-China”, marcando assim o fim do *sui generis* convite americano para o desenvolvimento à China.

Ironicamente, o incrível desenvolvimento econômico chinês e a sua posição central na economia mundial desde o período do convite colocam o país, hoje, em um posicionamento de “anfitrião”. Mobilizando seu enorme e pujante mercado doméstico, somado aos vultosos investimentos internacionais e à sua cada vez maior pegada mundial, Pequim pode figurar

hoje como uma anfitriã para diversos atores do sistema, que frequentemente devem suas altas taxas de crescimento ao apetite chinês por seus produtos. De maneira sagaz, muitas das avenidas globais pelas quais Pequim hoje se projeta internacionalmente são locais, justamente, tradicionalmente ocupados pela hegemonia americana. Dessa forma, acontece uma espécie de reedição não-oficial do convite, mas dessa vez é um convite chinês ao desenvolvimento. Seu aspecto geopolítico, ‘de contenção americana’, ainda não é explicitamente claro ou tão direto como fora com a questão da União Soviética, mas a expansão chinesa em direção a muitos atores do sistema previamente localizados sob o guarda-chuva geopolítico de Washington continua a figurar como um dos itens espinhosos da “Nova Guerra Fria”.

Nesse sentido, analisando toda a história dos convites e dos convidados, incluindo Plaza e os momentos de estresse pós-Guerra Fria com a China, é impossível não lembrar do aforismo atribuído a Kissinger: “Ser inimigo da América é perigoso; mas ser amigo da América é fatal”.<sup>54</sup> Enquanto Japão e Alemanha, firmemente localizados sob o bojo geopolítico de Washington, tiveram suas ‘janelas geopolíticas para o desenvolvimento’ abertas e fechadas à revelia, a China pôde manter um posicionamento equidistante em relação a Washington e assim colher os frutos do processo de maneira mais madura e equilibrada. Para a China, o convite foi perigoso; mas para o Japão e para a Alemanha, foi fatal.

É justamente neste sentido que a atual disputa americana com a China se distancia de seu relacionamento com os demais convidados. Conforme avançam Medeiros e Trebat:

O conflito entre Estados Unidos e China é muito mais amplo do que aquele entre Estados Unidos e Japão e também tem menos chances de uma resolução pacífica porque a China - e isto é o elemento-chave que a distingue de outros processos industrializantes na Ásia - **é um Estado não-subordinado com capacidades militares autônomas**, tornando difícil com que os Estados Unidos imponham condições à China. (Medeiros, Trebat, 2024, p. 529, tradução própria, ênfase própria).

Ser, justamente, “um Estado não-subordinado com capacidades militares autônomas” é, resumidamente, o grande elemento *sui generis* do convite para a China. Forjado a partir de uma revolução socialista bem-sucedida e adaptável, o desenvolvimentismo chinês, com seu “sentido ontológico”, conforme apontou Nogueira (2021), pôde se valer do convite americano a partir de uma posição mais confiante e autônoma. Conforme procuramos demonstrar nas seções anteriores, Washington não conseguiu fazer a China “pagar” por isso,

<sup>54</sup> Washington Post, 17/12/2010, disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB10001424052748704828104576021823816289798>

nem no caos pós-colapso da URSS, nem nos unilaterais 1990s, na ascensão à OMC, na tentativa de valorizar o RMB, no pós-2008 ou em qualquer outro momento.

No escopo da Diplomacia Triangular que inspirou o convite, é interessante notar que fora justamente o mesmo movimento de Washington que causou respostas tão diferentes em Moscou e em Pequim. Na década de 70 do século passado, tanto Moscou quanto Pequim experimentam um relaxamento das relações com Washington no contexto da *détente* e do *rapprochement*. Em ambas as nações, o intercâmbio comercial com o Ocidente aumentou. Contudo, no caso soviético, isso gerou uma gradual mas inexorável reprimarização de sua pauta exportadora e atrapalhou um segundo momento da industrialização soviética, focada no desenvolvimento de setores mais sofisticados e na continuidade do aumento da produtividade do trabalho, uma vez concluída a fase primária da industrialização, focada na transição campo-cidade e na exploração menos custosa dos recursos (Mazat, Serrano, 2013).

Para Pequim, no entanto, a situação não poderia ter sido mais distinta. O aumento do intercâmbio comercial com o Ocidente foi feito em seus termos, conforme procuramos demonstrar ao longo destes últimos três capítulos. Decidida a partir de um local de segurança e confiança, apenas possibilitado pela bem-sucedida revolução socialista concluída nas décadas precedentes, a inserção comercial chinesa pôde se comunicar com os Estados Unidos e com o Ocidente de forma geral de maneira muito mais estratégica e planejada, quando comparado ao desfecho soviético. Ao invés de estimular a reprimarização da pauta exportadora chinesa e de seu recorte de economia política - que já havia experimentado um inicial surto industrializante após Mao<sup>55</sup> - o acesso aos mercados americano e ocidental só permitiram a continuidade do processo de desenvolvimento econômico e de mudança estrutural, dessa vez em uma escala muito maior. Portanto, o “socialismo com características chinesas”, definitivamente, não é “socialismo em um só país”.

Apesar de havermos elencado 2008 como a data de desenlace do convite e de conclusão da pesquisa aqui presente, procuramos avançar algumas linhas e curtas reflexões a respeito de como a relação econômica especial entre China e Estados Unidos têm evoluído desde então e de como chegamos ao atual estado de *decoupling*, *nearshoring* e disputa. Apesar da patente rivalidade comercial sino-americana e do crescente consenso entre analistas a respeito de uma suposta “desglobalização” e do fortalecimento de blocos regionais, os dois pólos da “Chimérica” continuam pautando o cenário internacional. Para

---

<sup>55</sup> Para mais detalhes, ver NOGUEIRA, Isabela (2019).

Setser (2024), a “desglobalização” oferece uma história simples aos analistas, que podem resumir as tendências gerais da economia mundial. Contudo, conforme coloca o autor, a herança da Chimérica torna a realidade muito mais complexa: “É simplesmente impossível uma economia global caracteriza por um grande déficit americano de um lado e um grande superávit chinês de outro se fragmentar” (Setser, 2024, tradução própria)<sup>56</sup>. Conforme avançamos anteriormente, os enormes déficits comerciais americanos não procuram ser solucionados; pelo contrário, a atual estratégia do *nearshoring* apenas procura outros parceiros que possam segurar a outra ponta do esquema, como Pequim gradualmente superou Tóquio e Bonn/Berlim.

Contudo, para muitos do círculo de política externa em Washington, mais importante do que achar ‘novos convidados’ é monitorar a aliança sino-russa:

A ameaça geopolítica representada pelo bloco sino-soviético diminuiu gradualmente quando surgiu a divisão sino-soviética, que foi habilmente explorada pela administração Nixon com sua famosa "abertura" à China. **A atual reaproximação sino-russa deve levar os formuladores de políticas dos EUA a se concentrarem na diplomacia destinada a impedir uma aliança de segurança sino-russa completa.** Um bom começo seria refletir sobre a diplomacia triangular perseguida por Nixon, conforme explicado por seu conselheiro de segurança nacional e secretário de Estado Henry Kissinger. (Sempa, 2016, tradução e ênfase próprias).

A aliança bem-sucedida entre China e Rússia reeditaria, assim, os mesmos medos que motivaram a política externa americana durante a Guerra Fria. Uma confiante aproximação sino-russa seria capaz de dominar a “ilha-mundo” (*World Island*) eurásiana cujo comando, conforme as formulações de Mackinder, seria condição suficiente para o estabelecimento de um império resiliente e auto-suficiente (Sempa, 2016). “Formidável, mas não invencível”, a aliança sino-russa deveria ser monitorada de perto por Washington com vistas a identificar quaisquer tropeços e brechas para atuação (Wyne, 2023). Evidentemente, adentrar uma estratégia de aproximação com a Rússia atualmente não seria tarefa fácil para Washington, uma vez que os americanos têm pouco a oferecer comparado ao que Moscou ganha com Pequim. Ao mesmo tempo, a reigitação da tensão militar entre a OTAN e Moscou na franja ocidental da Eurásia, nas bordas da antiga União Soviética, parece tornar tal opção um *non sequitur*. Em relação à China, Washington tampouco parece poder oferecer algo substancial, uma vez que optou pela estratégia de confronto e disputa.

---

<sup>56</sup> Disponível em:

[https://www.foreignaffairs.com/china/globalization-dangerous-myth-economy-brad-setser?utm\\_source=linkedin\\_posts&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=ln\\_daily\\_soc](https://www.foreignaffairs.com/china/globalization-dangerous-myth-economy-brad-setser?utm_source=linkedin_posts&utm_medium=social&utm_campaign=ln_daily_soc)

Nesse sentido, a atual estrutura da estratégia geoeconômica americana para a competição com a China parece ser mais focada no *nearshoring* ou *friendshoring*. Traduzidos de forma vaga, estes termos se referem à tentativa americana de trazer mais etapas das cadeias produtivas para perto (*near*) ou para amigos (*friend*). Essa aposta dialoga de maneira íntima com a prática do desenvolvimento a convite. Se, no século passado, Washington pôde usar seu grande, rico e consumidor mercado doméstico como elemento dinamizador de economias seletas com vistas a resolver questões geopolíticas em pontos sensíveis do *Heartland*, hoje tenta apresentar seu mercado doméstico como prêmio para aqueles Estados que aceitarem entrar na lógica do *nearshoring* ou *friendshoring*. Estados espalhados pela Ásia e pelo mundo podem tentar entrar no jogo de receber cadeias produtivas que saem da China, seja por questões ligadas à guerra tarifária, perturbações geopolíticas ou sanções diversas. O México, por exemplo, parece ter adotado o *nearshoring* como parte de sua estratégia de desenvolvimento industrial, se aproveitando das tensões geopolíticas e dos crescentes salários manufatureiros na China, que permitem com que os mexicanos se posicionem como produtores de baixo custo para o mercado americano (Gantz, 2024)<sup>57</sup>. Simultaneamente, tem sido apontado que a presença chinesa ainda consegue ser sentida nos produtos reexportados pelo México<sup>58</sup>, colocando em dúvida a efetividade da estratégia do *nearshoring*.

Esta “camuflagem” das exportações chinesas aos Estados Unidos pode escapar de uma análise mais primária, que foque apenas no volume de comércio bilateral. Arthur Kroeber, fundador de uma firma de consultoria especializada nas relações China-Estados Unidos, avança:

Se hoje eu exporto 100 painéis solares da China para os Estados Unidos, mas amanhã eu exporto zero da China para os Estados Unidos, mas 100 do Vietnã para os Estados Unidos, isso vai registrar como uma redução das exportações chinesas aos Estados Unidos, mas na realidade, o comércio só foi desviado por um país terceiro. (Kroeber, 2024, tradução própria).

De maneira similar, o analista afirma:

Se a Apple precisa mover sua produção de smartphones para fora da China, da onde vem os componentes? [...] Eles continuam vindo da China e apenas chegam ao Vietnã ou à Índia para a montagem final. [...] Será muito difícil

---

<sup>57</sup> Disponível em:

<https://www.bakerinstitute.org/research/60-years-nearshoring-historical-exploration-us-production-shifting-mexico>

<sup>58</sup> BBC, How Chinese firms are using Mexico as a backdoor to the US. 21/04/2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/business-68825118>

fazer o *decoupling* total dos mercados desenvolvidos em relação à China, porque a China é simplesmente muito importante em cadeias produtivas demais. [...] A resposta curta para o *decoupling* é que não tem uma “próxima China”. Não tem mais ninguém. (Ibid)

Dessa forma, a estratégia de *decoupling* e o foco da geoestratégia americana para o conflito produtivo e tecnológico com a China não tem seu sucesso garantido e enfrenta muitas dificuldades dada a posição central chinesa nas *global supply chains*. Kroeber (Ibid) sustenta que muitos “Estados-candidatos” conseguem emular parte do pacote chinês, mas ninguém consegue replicá-lo integralmente. Vietnã tem um Estado desenvolvimentista comandado por um partido comunista e orientado para a modernização, mas sem escala. Índia tem grande escala e profundidade de mão-de-obra, mas uma infraestrutura pior. Em suma, muitos imitam parte da China, mas não há uma “próxima China”.

Sendo assim, a estratégia de oposição pontual nas franjas da Eurásia e da facilitação ao desenvolvimento econômico de Estados seletos - trilhado certamente pela última vez pelos chineses - deu lugar à uma estratégia mais ampla, geral e vagamente definida de reposicionar as cadeias globais de valor e de recolocar cadeias produtivas em estados *friends* ou então *near*. Assim como o México fez do *nearshoring* parte de sua estratégia geoeconômica, muitos outros estados na Ásia e no resto do mundo também podem intender fazê-lo, como o Vietnã e a Índia. Contudo, como mencionado, a efetividade do *nearshoring* para Washington não está dada e o sucesso geral dessa estratégia geoeconômica é incerto e vacilante. Em partes, porque o mercado americano já não é um elemento *sine qua non* para atores que desejarem engendrar um processo de enriquecimento ou de promoção de exportações. Lembrando do *carrot and stick* rooseveltiano, a periferia e possíveis Estados receptores de novos convites para o desenvolvimento podem achar a cenoura não tão apetitosa e o porrete não tão mais ameaçador.

No momento de conclusão dessa pesquisa, no ano de 2024, o eleitorado americano encontra-se ferozmente dividido entre garantir mais um termo aos democratas, agora na figura de Kamala Harris, ou reinstaurar o republicano Donald Trump, derrotado em 2020. Embora tenha começado a guerra tarifária contra a China após sua ascensão em 2016, Donald Trump não pode ser apontado como o único candidato duro com a China (*tough on China*). A administração Biden amadureceu a estratégia americana na disputa interestatal, ampliando e sofisticando as tentativas de excluir Pequim das etapas mais sofisticadas das cadeias produtivas globais, em especial na questão dos semicondutores. Através do CHIPS Act e do Inflation Reduction Act, a atual administração americana procurou entender o momento

estratégico da disputa com a China, ampliar o controle tático sobre tecnologias e produtos-chave, e promover a repatriação da manufatura. Como foi dito, a sorte está lançada sobre a ulterior efetividade dessas estratégias domésticas e internacionais e nada parece estar decidido ainda.

Ao longo deste capítulo, exploramos como a questão de ser “*tough on China*” foi um tema recorrente e espinhoso em várias corridas presidenciais, opondo de maneira especial Clinton a Bush sênior em 1992. Hoje, a questão da China continua a importar na corrida presidencial; contudo, em outros termos. Após o Pivô Asiático, democrata, e a disputa tarifária, republicana, parece ter sido formado um consenso bipartidário em torno de necessidade premente de conter ou “constranger”<sup>59</sup> a China. Conforme procuramos avançar, do nosso ponto de vista, o consenso bipartidário formal responde a um consenso também entre os aspectos econômico e político do convite ao desenvolvimento americano estendido à China, hoje morto e enterrado. Entre 1992 e 2008, preocupações geopolíticas e securitárias ficaram à reboque do capital, profundamente investido nos vultosos lucros que conseguia obter através do Pacífico. Após 2008, a geoeconomia e a geopolítica deste convite voltam a se encontrar, dessa vez reunidas em torno da perspectiva de disputa. Desde então, sustentamos aqui que avançamos em direção a, se não uma ‘nova Guerra Fria’, certamente a um cenário de renovada competição interestatal e intercapitalista.

O socialismo com características chinesas parece ter sido capaz de ordenar todos os possíveis benefícios do convite e agora se encontra em uma contenda estrutural com o capitalismo americano, já em uma etapa pós-neoliberal de difícil definição. Como abordamos, os esforços americanos de repatriar manufatura e de fazer *friendshoring* com importantes cadeias produtivas não têm sua eficácia assegurada, por enquanto. De maneira semelhante, a expansão da pegada chinesa no globo, através da Iniciativa *Belt and Road*, também enfrenta seus próprios desafios. A notável expansão chinesa poderia, por sua vez, oferecer seus próprios ‘convites’ à periferia global, de maneira a reeditar a bem-sucedida estratégia geoeconômica de Washington do século passado. O futuro é indefinido para Estados Unidos, China e Rússia e também para todos os demais atores, que serão instados a se comunicar com o novo cenário estrutural da economia política internacional de uma maneira ou outra. O convite americano à China decidiu o mundo pós-Segunda Guerra, assentou o desenlace da Guerra Fria e inaugurou o século XXI nos anos 70 do século

---

<sup>59</sup> SEGAL, Gerald. **East Asia and the ‘Constraint’ of China**. *International Security*, Vol. 20, No. 4 (1996), pp. 107-135.

passado. Se vivemos a morte dos “convites” americanos para o desenvolvimento, ainda não sabemos em qual direção caminhamos.

## CONCLUSÃO

---

Nesta última seção, resumimos os principais achados da nossa investigação, abordamos suas principais limitações e avançamos possíveis pontas soltas deixadas para futuras propostas de pesquisa. Ao longo desta pesquisa de tese, passamos pela discussão do conceito de desenvolvimento a convite como um arranjo geoeconômico patrocinado pelos Estados Unidos no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. Conforme procuramos demonstrar, Washington pôde construir este tipo específico de arranjo valendo-se do seu pujante mercado doméstico para exigir como “moeda de troca” o alinhamento geopolítico e militar explícito dos “convidados”. A nossa problemática original de pesquisa era, justamente, como entender a China neste arranjo. Sendo “a última convidada”, a China parecia desafiar postulados básicos deste mecanismo geoeconômico de desenvolvimento e oferecer um caso totalmente *sui generis*.

A fim de melhor entender este arranjo e como localizar a China dentro dele, abordamos, no primeiro capítulo, os casos históricos de desenvolvimento a convite, um asiático e um europeu: Japão e Alemanha Ocidental, respectivamente. Nosso intuito inicial era o de entender como haviam se articulados os convites para o desenvolvimento destes dois estados e como havia se dado o relacionamento com Washington. Ao longo deste exame, compreendemos que não havia exatamente uma espécie de *checklist* para o “desenvolvimento a convite”, configurando geralmente como questões centrais o alívio à restrição externa dos convidados, através da promoção de suas exportações ao mercado americano, e o alinhamento geopolítico no contexto de uma acirrada disputa Leste-Oeste contra a União Soviética.

Nosso exame permitiu avançar a conclusão de que os convites à Alemanha e ao Japão foram distintos em um ponto central: enquanto as exportações desempenharam um papel maior no convite alemão, Bonn tinha um recorte exportador mais centrado no continente europeu; enquanto o Japão dependeu comparativamente menos das exportações, mas seu recorte exportador precisava mais do mercado americano. Abordando a literatura, conectamos esse achado à nossa hipótese do convite através do postulado de que Washington inicialmente não possuía um recorte econômico explícito para o Japão, enquanto que o espaço econômico alemão era indelevelmente ligado ao continente europeu. Adicionalmente, procuramos demonstrar que Washington tolerou uma “reconcentração” capitalista oligopólica

nestes dois Estados e pôde também influenciar fortemente as elites políticas locais, processo este que fora facilitado pelo absoluto grau de destruição do conflito recém-acabado.

Também procuramos demonstrar aquilo que avançamos como o principal diferencial do convite à China neste contexto: a autonomia política. Japão e Alemanha puderam ser enquadrados quando dos Acordos de Plaza e foram forçados à valorização de suas moedas e a uma perda de competitividade de suas exportações por Washington. Usando Plaza e outras instâncias político-militares, procuramos demonstrar como este postulado central do convite, a falta de autonomia política e estratégica, se fez valer nos casos japonês e alemão.

Partindo destes exames clássicos, no segundo capítulo passamos ao caso da China. Abordamos a rivalidade sino-soviética como ponto de partida para o aceite da “carta americana” e do convite para o desenvolvimento. Acessamos a literatura para demonstrar o cenário da economia política chinesa pré-convite e como a aproximação com os Estados Unidos pôde resolver dilemas domésticos justamente através do relaxamento do cenário externo. Neste capítulo, dividimos a nossa reflexão entre ganhos para a China e ganhos para os Estados Unidos porque desejávamos demonstrar como o *rapprochement* a partir de Nixon-Kissinger resolveu muitos problemas desses dois Estados de forma simultânea.

Adicionalmente, avançamos neste capítulo a divisão do convite americano à China em dois níveis: economia e estratégia. Procuramos demonstrar como o *rapprochement* e o convite resolveram dilemas nestes dois níveis. O acesso ao mercado de trabalho chinês e a ida de capitais ocidentais à China tiveram papel fundamental na resolução dos críticos problemas da economia política ocidental na década de 1970. Simultaneamente, o alívio do cenário externo permitiu que Pequim resolvesse sérios gargalos internos, relacionados ao campo e às exigências levantadas contra a classe campesina. A nível estratégico, a forte cooperação estabelecida entre China e Estados Unidos com vistas à contenção da União Soviética chegou a níveis íntimos, caracterizada por Kissinger (2011, p. 275) como uma “quase-aliança”.

No terceiro e último capítulo, abordamos o novo cenário do convite chinês após o colapso da União Soviética. Desenvolvendo-se sobre novas bases, o relacionamento sino-americano experimentou desafios. Procuramos acessar com cuidado especial a comunicação entre os dois níveis do convite, a economia e a estratégia. Abordando a crise relacionada à renovação do estatuto de nação mais favorecida, procuramos mostrar como a classe capitalista americana se mobilizou decisivamente em favor dos seus negócios com a China, opondo-se ao *establishment* político naquele momento.

Partindo desta crise do governo Clinton, procuramos usar o binômio economia-estratégia ao longo do capítulo no sentido de demonstrar a peculiaridade do convite americano à China. Em certos momentos, os fatores ligados à cooperação econômica tomavam a dianteira, como no caso da crise supracitada; em outros, os fatores ligados à estratégia americana assumiam o controle. Baseados nessa dicotomia entre economia e estratégia, avançamos uma tentativa divisão temporal do convite americano à China, separando-o em três momentos: 1) Entre 1972 e 1991, houve plena cooperação e comunicação entre os aspectos econômicos e estratégico-securitários; 2) Entre 1991 e 2008, os aspectos estratégicos e securitários davam sinais de desconforto enquanto a faceta econômica avançava a passos largos, consubstanciando-se na infame “Chimérica”; 3) Por último, a partir de 2008, sustentamos que transformações estruturais no regime de acumulação chinês fazem com que Pequim mude seu diálogo com o capital americano e ocidental, assim motivando uma união entre os aspectos econômico e estratégico em torno de uma opção decisiva pelo confronto com a China.

Por último, neste capítulo também procuramos avançar aquelas características que fizeram do convite chinês um caso totalmente *sui generis*. Em especial, abordamos as repetidas tentativas de Washington de elencar “novos Plazas” em relação à China, seja no tema da renovação do estatuto de nação mais favorecida, na controvérsia sobre manipulação cambial ou nas disputas de propriedade intelectual. Do nosso ponto de vista, a abordagem dessas repetidas rugas no relacionamento sino-americano nos informam a respeito da peculiaridade do convite à China, que, ao contrário de Japão e Alemanha, possuía uma alargada autonomia política e estratégica que permitiu que Pequim se valesse do convite americano com prudente equidistância e independência. Usando o aforismo atribuído a Kissinger, ser inimigo da América é perigoso e ser amigo é fatal; avançamos que o convite americano à China foi perigoso, mas ao Japão e Alemanha foi fatal.

Ao longo desta pesquisa, procuramos contribuir para uma nova maneira de entender a construção e o eventual ocaso do relacionamento econômico especial estabelecido entre Estados Unidos e China. Usando o conceito de desenvolvimento a convite como ponto de partida para analisar este tipo de arranjo geoeconômico do pós-guerra, procuramos demonstrar como a China foi “convidada” e depois “desconvidada” ao desenvolvimento. Passando pelos ditames geopolíticos e econômicos que marcaram esse relacionamento desde o início da década de 1970, buscamos jogar luz sobre a construção, a maturação e o ulterior desenlace daquilo que chamamos de convite para o desenvolvimento americano à China.

Nossa aposta era a de que tal exame contribuiria para a formulação de uma compreensão mais estrutural e fundamental a respeito das relações sino-americanas. Ao invés de analisar meramente o jogo da Diplomacia Triangular e a oposição conjunta à União Soviética ou o processo de “reforma e abertura” como uma decisão econômica isolada das lideranças chinesas, procuramos unir as duas pontas deste grande processo de aproximação com os Estados Unidos sob o bojo do “convite”.

Nas próximas linhas, descreveremos aqueles pontos que a nosso ver constituem limitações da pesquisa. Finalmente, procuraremos mostrar possíveis pontas soltas deixadas por essa investigação e possíveis futuras propostas de pesquisa com base nos nossos achados.

Uma primeira limitação encontrada a partir do momento em que nos propusemos esta investigação era relacionada ao exato papel do Estado chinês dentro do arranjo do convite. Evidentemente, uma discussão que se proponha a examinar aspectos externos que são pertinentes ao desenvolvimento das nações invariavelmente esbarrará em uma discussão fundamental sobre determinismo. Em alguns pontos, é similar ao próprio debate filosófico entre idealismo e materialismo, sobre a agência dos Estados, dos indivíduos e das unidades políticas perante as condições estruturais, a matéria. O exame do convite e a discussão que empreendemos ao longo desta pesquisa não devem ser interpretados como a ideia de que a China fora uma parceria passiva deste processo e que fora “convidada” e “desconvidada” conforme os ditames de Washington e nada mais. Na verdade, a história do convite à China é uma história do Estado chinês. Conforme procuramos demonstrar através do exame da literatura, muitos aspectos deste relacionamento econômico e estratégico sino-americano podem ser interpretados como uma espécie de “autoconvite” da China, como avançou Hung (2022). Ao mesmo tempo, procuramos sustentar que a quadratura geopolítica e estratégica que se apresentara a Pequim desde 1970 também desempenhou um papel fundamental para que os intentos chineses fossem bem-sucedidos.

Dessa forma, procuramos trilhar o caminho do meio entre o idealismo e o determinismo, tentando mostrar como as estratégias chinesas e americanas poderiam ser genuína e originalmente traçadas, mas precisavam se comunicar com a moldura geral do pós-guerra em diante e com suas condições estruturais domésticas. Neste sentido, esbarramos em uma segunda limitação evidente. Nosso exame pôde acessar de forma relativamente fácil aquela literatura e dados ligados à formulação da política externa americana. A influência da classe capitalista naquele país sobre as decisões de política externa é mais acessível e existe

uma literatura maior e mais disponível sobre esse tema. A intersecção entre classe, estratégia e economia nos Estados Unidos acabou se tornando um dos eixos centrais da nossa investigação. De forma contrária, o exame dos mesmos aspectos do lado da China revelou uma literatura menor e menos acessível. Em que pese o fato desses fatores serem menos inteligíveis do lado chinês da pesquisa, procuramos fazer valer o nosso acesso à literatura, ainda que diminuta, em especial nos momentos pontuais de crise que abordamos.

Finalmente, gostaríamos de abordar pontas deixadas pela nossa investigação que possam motivar futuras propostas de pesquisa. É evidente que a própria natureza dos “convites” agora pode ser reinterpretada à luz do desenvolvimento chinês. Se Washington pôde usar seu mercado doméstico para “converter” unidades políticas nas franjas de um território geopolítico de seu interesse, talvez Pequim possa fazer o mesmo?

Sobre esse ponto, há muitas questões. Em primeiro lugar, nessa disputa interestatal entre China e Estados Unidos, os arredores estratégicos são muito distintos. No passado, Washington pôde trazer para o seu bloco aquelas unidades políticas que fustigavam as bordas eurásianas da URSS. A posição geoestratégica chinesa também parece oferecer muitas frentes de ataque. Inclusive, toda a estratégia de “Pivô Asiático” já tem procurado há ao menos uma década solidificar a posição americana na região do Pacífico ocidental. A China é cercada por Estados com os quais sustenta delicadas questões, incluindo Índia, Taiwan e o Vietnã. Esse campo minado fronteiriço não se assemelha em nada aquele experimentado pelos Estados Unidos, que têm na sua vizinhança tranquila e apaziguada um de seus principais privilégios para o exercício da hegemonia global. Se a China conseguisse utilizar estratégias do tipo “convite” para perturbar essa pacífica vizinhança, certamente representaria uma enorme perturbação para Washington. Apesar dessa possibilidade, a segurança hemisférica de Washington parece justa e bem assentada, por enquanto. As incursões sino-russas no hemisfério ocidental e nos arredores imediatos dos Estados Unidos permanecem limitadas.

Ao mesmo tempo, a continuidade do processo de desenvolvimento chinês e o seu acesso cada vez maior às cadeias produtivas mais sofisticadas e aos setores de tecnologias-chave, somado ao seu imenso e cada vez mais rico mercado doméstico, sugere a viabilidade de estratégias de “convite” a partir de Pequim. De fato, regiões críticas nessa disputa podem ter o acesso a tecnologias-chave e ao mercado chinês usadas como moeda de troca no futuro. Regiões como a América Latina e a África, por exemplo, já experimentaram um forte alinhamento econômico e comercial a Pequim, apesar de que este alinhamento nem

sempre - ou quase nunca - vem acompanhado de um alinhamento a nível geopolítico. Na própria América Latina, governos de direita atacam publicamente Pequim, mas mexem pouquíssimo ou nada no alinhamento comercial e econômico, casos de Jair Bolsonaro e Javier Milei, para citar alguns recentes. Neste mesmo sentido, empréstimos de bancos e instituições ligadas à China e aos BRICS têm sido repetidamente descritos como do tipo *no strings attached*, ao contrário daqueles avançados pelas instituições ocidentais. Todas essas questões pairam sobre a possibilidade de Pequim conseguir atrelar seu jogo econômico ao seu jogo estratégico em estratégias do tipo “convite”.

Por fim, a continuidade da disputa tecnológica, estratégica e comercial entre China e Estados Unidos continua ditando o ritmo das relações internacionais e da economia política internacional no século XXI. Ao longo da nossa pesquisa, procuramos demonstrar a história do convite e seu eventual desenlace. Conforme avançamos no terceiro capítulo e reafirmamos nesta conclusão, a nossa cronologia para o convite americano à China aponta um desenlace estrutural após 2008. A continuidade desses embates só fez crescer e amadurecer desde então, sendo que chegamos à terceira década do século com um uníssono consenso em torno do confronto com a China entre ambos os partidos americanos. A Rússia, outrora motivo do *rapprochement* sino-americano, hoje aparece investida em seu relacionamento de amizade com Pequim e inverte a lógica de outrora da Diplomacia Triangular. Estes desdobramentos continuam a confirmar a importância do *rapprochement* sino-americano como um decisivo lance geopolítico que resumiu em si o principal desenvolvimento da economia política internacional pós-Segunda Guerra Mundial e inaugurou o século XXI. Para o futuro, as unidades políticas do sistema devem aprender a navegar em um contexto de desenlace deste convite e a montar suas estratégias de acordo. As circunstâncias estão dadas e a sorte está lançada.

## REFERÊNCIAS

ABRAMS, R.K; HARSHBARGER, C.E. US Agricultural trade in the 1970s: Progress and problems. **Economic Review**. Federal Reserve Bank of Kansas city. 1979.

AKE, Claude. Modernization and Political Instability: A Theoretical Exploration. **World Politics**, 26, pp 576-591. 1974. doi:10.2307/2010102

ALBALADEJO, Manuel; LALL, Sanjaya. China's Competitive Performance: A Threat to East Asian Manufactured Exports? **World Development** Vol. 32, No. 9, pp. 1441–1466, 2004.

ALVARES, Ticiana de Oliveira. **Rússia e China: uma parceria estratégica em busca da multipolaridade**. Dissertação de Mestrado. 2020.

AMSDEN, Alice. **The Rise of the 'Rest':** challenges to the West from late-industrializing economies. 2001.

ANDERSON, Perry. **As Duas Revoluções**. Editora Boitempo. 2018.

APTER, David. **The Politics of Modernization**, Chicago, 1965.

ARBAGE, Jorge. **A Diplomacia Triangular: Nixon, Kissinger e a China**. Epígrafe, São Paulo, v. 10, n. 2, pp. 89-120, 2021. DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i2p89-120

ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Editora Vozes. 1998.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Editora Contraponto 1994.

ARMACK, Alfred Muller. The Social Market Economy as an Economic and Social order. **Review of Social Economy**. Vol. 36, pp. 325 - 331. 1978. DOI: <https://doi.org/10.1080/00346767800000020>

BARSHEFSKY, Charlene. **China's Reemergence and Role in World Trade**. 2006. Selected Papers of Beijing Forum 2006.

BI, Zhaohui. Does China-US Trade Have an Impact on Employment of the United States? **Technology and Investment**, 2017, 8, 158-166.

BIX, Herbert. **Hirohito and the Making of Modern Japan** (2000).

BORRUS, Michael. **Left for Dead: Asian Production Networks and the Revival of US Electronics**. In: NAUGHTON, Barry (Ed.). **The China Circle: Economics and Electronics in the PRC, Hong Kong and Taiwan**, Washington, DC: Brookings Institution, 1997. Disponível em: ( <https://www.rrojasdatabank.info/wp100.htm> )

BOXWELL, Robert. **Did Ross Perot give us Donald Trump? His anti-free trade 1992 campaign certainly gave us the blueprint**. Disponível em: <https://www.scmp.com/comment/opinion/article/3018299/did-ross-perot-give-us-donald-trump-his-anti-free-trade-1992>

BRAGA, José Carlos de Souza. **Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado**. In: FIORI, José Luís. **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Editora Vozes. 1999.

BRENNER, Robert. **The Economics of Global Turbulence**. 2006.

BROWN, K. **“Rising Chinese Wages Pose Relocation Risk”**. The Financial Times. February 15, 2011. em 12/12/2023, disponível em: <https://www.ft.com/content/ae627c26-fcbd-3a69-a462-d143ddfdb485>

BUGIATO, Caio. **Kautsky e Lênin: imperialismo, guerra e paz nas relações internacionais**. S/d. Disponível em: ( <http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/201710416859.pdf> ). Acesso em: 21/08/2024.

BUSH, Richard C. **30 years after Tiananmen Square, a look back on Congress’ forceful response**. Commentary.

CARLIN, Wendy. **West German Growth and Institutions**. 1993. Disponível em: (<https://www.ucl.ac.uk/~uctpa36/west%20germany%20in%20crafts%20toniolo.pdf>). Acesso em: 19/10/2021.

CARVALHO, Cecília; CATERMOL, Fabrício. **As relações econômicas entre China e Estados Unidos: um resgate histórico** In: **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, vol. 16, nº 31, p. 215-252, junho de 2009.

CECÍLIO, Matheus de Freitas. **A armadilha de renda média e a China: uma abordagem a partir da Economia Política Internacional**. Dissertação de Mestrado, IE/UFRJ. 2020.

\_\_\_\_\_. **Guerra da Ucrânia e o jogo de percepções entre Moscou, Pequim e Washington**. Informe OPEU. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2023/03/13/guerra-da-ucrania-e-o-jogo-de-percepcoes-entre-moscou-pequim-e-washington/>

CHANG, Ha-joon; ZACH, Kyril. Industrialization and Development. In: **Asian Transformations: An Inquiry into the Development of Nations**. Edited by Deepak Nayyar, Oxford University Press (2019). © Oxford University Press. DOI: 10.1093/oso/9780198844938.003.0008.

CHANG, Ha-joon. **Chutando a Escada**. Editora UNESP. 2004.

COHEN, Benjamin J. **International Political Economy: An Intellectual History**, Princeton University Press. 2008.

COLE, Matthew; NEUMAYER, Eric. **The pitfalls of convergence analysis : is the income gap really widening?** London: LSE Research Online. 2003. Available at: <http://eprints.lse.ac.uk/archive/00000603>. Acesso em: 05/02/2022.

DENG, Libing; LIU, Wei. Who is the Exchange Rate Manipulator: China or America? **World Review of Political Economy**, Vol. 3, No. 3 (Fall 2012), pp. 344-353

DESTLER, Irving M. 2005. **American Trade Politics**. New York: Peterson Institute for International Economics.

DITTMER, Lowell. **Bases of Power in Chinese Politics - A theory and an analysis of the Fall of the Gang of Four** (1978)

DONG, Wang. **The United States and China: A History from the Eighteenth Century to the Present**. 2013.

DOWBOR, Ladislau. **"O Poder do Capital: A Concentração de Riqueza e a Erosão da Democracia"**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2018.

ECONOMY, Elizabeth C. **The Third Revolution: Xi Jinping and the Chinese State**. Oxford University Press. 2018.

EICHENGREEN, Barry; RITSCHL, Albrecht. **Understanding West German Economic Growth in the 1950s**. Working Papers No. 113/08. London School of Economics. 2008. Disponível em: (<https://www.lse.ac.uk/Economic-History/Assets/Documents/WorkingPapers/Economic-History/2008/WP113.pdf>). Acesso em: 20/03/2022.

ELMAN, Benjamin. Ming-Qing border defense, the inward turn of Chinese Cartography, and Qing expansion in Central Asia in the Eighteenth Century in: Diana Lary (ed.) **Chinese State at the Borders**. Univ. Wash. Press, pp. 29–56. 2007.

FERGUSON, Niall; SCHULARICK, Moritz. **‘Chimerica’ and the Global Asset Market Boom**. International Finance, 2007; <https://doi.org/10.1111/j.1468-2362.2007.00210.x>

FIORI, José Luís. **A Síndrome de Babel e a disputa do poder global**. Editora Vozes. 2020.

\_\_\_\_\_. **História, Estratégia e Desenvolvimento**. Editora Boitempo. 2014.

\_\_\_\_\_. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANKEL, Jeffrey. **The Plaza Accord, 30 years later**. NBER Working Paper Series. Disponível em: [https://www.nber.org/system/files/working\\_papers/w21813/w21813.pdf](https://www.nber.org/system/files/working_papers/w21813/w21813.pdf), consultado em 16/12/2023

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GADDIS, John Lewis. **Cold War**. New York: Penguin Books, 2005.

GALA, Paulo. **O desenvolvimento a convite do Leste da Ásia**. S/d. Disponível em: (<https://www.paulogala.com.br/o-desenvolvimento-a-convite-do-leste-da-asia/>).

GANTZ, David A. **60 Years of Nearshoring: A Historical Exploration of US Production Shifting to Mexico**. The Baker Institute for Public Policy. 27/03/2024.

GAREAU, Frederick - Morgenthau's Plan for Industrial Disarmament in Germany. **Western Political Quarterly**, 14 (2), 517 - 534. DOI: <https://doi.org/10.1177/106591296101400210>. 1961.

GARVER, John W. **China's Quest: The History of the Foreign Relations of the People's Republic of China**, Oxford University Press. 2016.

\_\_\_\_\_. The Chinese Communist Party and the Collapse of the Soviet Union. **The China Quarterly**, v. 133, março de 1993.

GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations**. Princeton, 1987.

GLUCK, Carol. **Japan's Constitution Across Time and Space**, 33. *Asian L.* 41. 2019. Disponível em ( [https://scholarship.law.columbia.edu/japanese\\_legal\\_studies/1/](https://scholarship.law.columbia.edu/japanese_legal_studies/1/) )

GOH, Evelyn. **Constructing the US Rapprochement with China, 1961 - 1974**. (2005).

GONÇALVES DE OLIVEIRA, Alana Camoça. (2021). Os percalços da política externa norte-americana em direção à Ásia: uma análise realista neoclássica do Pivô para a Ásia no governo de Barack Obama (2009-2016). **Conjuntura Austral**, 12(57), 7-22.

HALEWI, Joseph. The Accumulation Process in Japan and East Asia as Compared with the Role of Germany in European Post-war Growth in: HALEWI, Joseph et. al. **Post-Keynesian Essays from Down Under**. Volume II. Cambridge University Press. 2016.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. UFRGS. 2007.

HASEGAWA, Tsuyoshi. **Racing the Enemy: Stalin, Truman, and the Surrender of Japan** (2005)

HEINZIG, Dieter. **The Soviet Union and Communist China 1945-1950: The Arduous Road to the Alliance** (M.E. Sharpe, 2004).

HIRATUKA, Celio. Changes in the Chinese development strategy after the global crisis and its impacts in Latin America. **Revista de Economia Contemporânea** (2018) 22(1): p. 1-25.

HO, Samuel P. S. - **Technology transfer to China during the 1980s - How effective - Some evidence from Jiangsu** (1997)

HUNG, Ho-fung. **The China Boom: Why China Will Not Rule the World**. New York: Columbia University Press. 2016.

\_\_\_\_\_. **Clash of Empires: From “Chimerica” to the “New Cold War”**. Cambridge University Press. 2022. DOI: 10.1017/9781108895897.

JEFFERIES, William. China’s Accession to the WTO and the collapse that never was. **Review of Radical Political Economics**. Vol. 53, Issue 2. 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0486613420948968>. Acesso em: 08/04/2023.

JIA, Qingguo. Learning to live with the hegemon: China’s policy toward the U.S.A. since the end of the Cold War. In: ZHAO, Suisheng. **China - U.S. Relations Transformed: Perspectives and Strategic Interactions**. Routledge. 2008.

JUDT, Tony. **Postwar: A History of Europe Since 1945**. London: Penguin Press, 2005.

KAN, Shirley A. U.S. - China Counterterrorism cooperation: Issues for U.S. policy. In: LEVY, Janine A (ed.). **Terrorism Issues and Cooperation**. Nova Science Publishers: New York. 2007.

KEAY, John. **China: a History**. Basic Books. 2009.

KENNAN, George (pseudônimo “Mr.X”) . **The Sources of Soviet Conduct**. Foreign Affairs, v. 25, n. 4, p. 566-582, 1947. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/20030065>.

KENNY, Henry J. **Underlying Patterns of American Arms Sales to China. U.S Arms Control and Disarmament Agency**. Reprint of World Military Expenditure and Arms Transfers. 1987. Disponível em: < <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA497047.pdf> >. Acesso em 17/02/2023.

KIM, Hong N.; HAMMERSMITH, Jack - U.S-China Relations in the Post-Normalization Era, 1979-1985. In: **Pacific Affairs**, Spring, 1986, Vol. 59, No. 1 (Spring, 1986), pp 69-91.

KISSINGER, Henry. **On China**. Penguin Books, 2011.

KOSINSKI, Daniel Santos. **A Moeda como meio de comando: a Alemanha e a integração monetária europeia**. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: ( <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/teses/2019/Daniel%20Santos%20Kosinski%20.pdf> )

KROEBER, Arthur. **Why this China analyst says full decoupling is unlikely, and what's missed in reform talk**. South China Morning Post. 2024. Disponível em: ( [https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3270078/why-china-analyst-thinks-full-decoupling-unlikely-and-what-gets-missed-talk-reforms?module=flexi\\_unit-focus&pgtype=homepage](https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3270078/why-china-analyst-thinks-full-decoupling-unlikely-and-what-gets-missed-talk-reforms?module=flexi_unit-focus&pgtype=homepage) ).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKE, David - British and American hegemony compared: lessons for the current era of decline. In: FRY, Michael (ed.). **History, the White House and Kremlin: Statesmen as Historians**. 2016. Printen Publishers: London and New York.

LAMPTON, David M. 1994. "America's China Policy in the Age of the Finance Minister: Clinton Ends Linkage." **China Quarterly**. No. 139, 597–621.

LARDY, Nicholas. **Foreign Trade and Economic Reform in China, 1978 - 1990**. Cambridge University Press, 1993.

\_\_\_\_\_. **Integrating China into the world economy**. 2002.

\_\_\_\_\_. **Issues in China's WTO Accession**. Commentary. Brookings Institute. 2001. Disponível em: ( <https://www.brookings.edu/articles/issues-in-chinas-wto-accession/> ).

LEAMAN, Jeremy. **The Political Economy of West Germany**. Palgrave Macmillian, UK. 1988.

LEON, D., and V. SHKOLNIKOV (1998). Social Stress and the Russian Mortality Crisis. **Journal of the American Medical Association**, 279 (10), 790–791.

LI, Zhisui. **The Private Life of Chairman Mao. The memoirs of Mao's personal physician**. Nova York: Random House, 1994.

LUTHI, Lorenz. **The Sino-Soviet Split: Cold War in the Communist World**. Princeton Books. 2008.

MACKINDER, Halford. **O Pivô Geográfico da História**. 1904 (2011). São Paulo.

MADDISON, Angus. **Chinese economic performance in the long run**. OECD Development Centre. Second Edition Revised and Updated. 2007.

MAJEROWICZS, Esther. **The Globalization of China's Reserve Industrial Army**. 2016. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/teses/2016/Esther%20Majerowicz%20Gouveia.pdf>

MALKIN, Anton (2020). The made in China challenge to US structural power: industrial policy, intellectual property and multinational corporations. **Review of International Political Economy**, 29(2), 538–570.

MASIERO, Gilmar. Origens e desenvolvimento das Town and Village Enterprises (TVEs) - **Brazilian Journal of Political Economy** - Set/2006.

MAZAT, Numa; SERRANO, Franklin. A potência vulnerável: padrões de investimento e mudança estrutural da União Soviética à Federação Russa. In: **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia**. 2013.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; SERRANO, Franklin. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: (ORG.), José Luís Fiori. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 119-149.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; TREBAT, Nicholas M. From Complementarity to Rivalry: The political economy of United States - China relations. **Journal of Economic Issues**. 58:2, 525-532, DOI: 10.1080/00213624.2024.2344431. 2024.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 3 (103), pp. 381-400 julho-setembro/2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/ckBJZnLqVSRyC8wSShkFqCh/?format=pdf&lang=pt>

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China**. S/d. Texto para discussão. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Texto disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/medeiroschina.pdf>

\_\_\_\_\_. China: entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, José L. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MILWARD, Alan, **The European Rescue of the Nation-State**. London: Routledge. 1992.

MOREIRA, Uallace; BASTOS, Pedro Paulo Zanluth. Desenvolvimento convidado ou projetado? Dependência, Estado e capital nacional no desenvolvimento capitalista da Coreia do Sul. **Revista de Economia Contemporânea**. 2023. 27: p. 1-37. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/198055272712>. Disponível em: ( <https://www.scielo.br/j/rec/a/J78bZvPNRVZcyPp6m3tx95g/?format=pdf&lang=pt> ).

NAUGHTON, Barry; YANG, Yao. The Economic Relationship. In: HACHIGIAN, Nina (ed.). **Debating the U.S. China Relationship in Ten Conversations**. Oxford University Press. 2014.

NAUGHTON, Barry. **China's emergence and prospects as a trading nation**. Brookings Paper on Economic Activity, 2: 1996.

\_\_\_\_\_. **The Chinese Economy: Transitions and Growth**. The MIT Press, 2007.

NAYYAR, Deepak. **Catch Up: Developing Countries in the World Economy**. Oxford. 2013

NESTER, William. **The Foundation of Japanese Power**. MacMillian Press. 1990.

NOGUEIRA, Isabela; HAO, Qi. The state and domestic capitalists in China's economic transition: from great compromise to strained alliance. **Critical Asian Studies**. 2019. DOI: 10.1080/14672715.2019.1665469.

NOGUEIRA, Isabela; HENDLER, Bruno. O Sudeste Asiático entre Estados Unidos e China: “arquipélago de economias de mercado” ou palco da competição interestatal capitalista?. **Carta Internacional**, v.11, n.3, p. 199-222, 2016.

NOGUEIRA, Isabela. Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao. **Carta Internacional**. DOI: <https://doi.org/10.21530/ci.v14n2.2019.931>. 2019.

\_\_\_\_\_. O Estado na China. In: **Oikos**, Vol. 20, n.1, Mar/2021, pp. 6 - 16.

NOTZON, F. C. et al. (1998). Causes of Declining Life Expectancy in Russia. **Journal of the American Medical Association**, 279 (10), 793–800.

O'ROURKE', K. Tariffs and Growth in the Late 19th Century. **Economic Journal**, v. 110, n.4, 2000.

ORASTEAN, Ramona. Renminbi Internationalization Process: A Quantitative Literature Review. **Int. J. Financial Stud.** 2023, 11(1), 15.

PALMA, Gabriel. Flying Geese and Waddling Ducks. In: STIGLITZ et al. **Industrial Policy and Development**. 2009.

PAULINO, Luis Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro. As relações entre a China e a América Latina frente ao novo normal da economia chinesa. **Economia e Políticas Públicas**, v. 4, n.1, 1º Semestre, 2016.

PETROV, Vladimir. **Money and Conquest: Allied Occupation Currencies in World War II**. The Johns Hopkins Press: Baltimore. 1967.

PETTIS, Michael - **Rebalancing: Trade, conflict and the perilous road ahead for the world economy**. Princeton University Press. 2013.

PIRES, Marcos Cordeiro. **A estratégia de modernização chinesa como expressão de um modelo asiático**. 2010. Disponível em: <https://economiapoliticaerelacoesinternacionais.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/08/estrategias-de-modernizac3a7c3a3o-da-china-marcos-cordeiro.pdf>

PIVETTI, Massimo. Military expenditure and economic analysis: A review article. **Contributions to Political Economy**, pp. 55-67, vol. 8, 1989.

PRUD'HOMME, D., & ZHANG, T. (2019). **China's intellectual property regime for innovation**. Springer International Publishing

PYE, Lucyen W., **Politics, Personality and Nation Building: Burma's Search for Identity**, 1963.

RADCHENKO, Sergey. **When Mao Met Stalin**. 2013. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/article/when-stalin-met-mao-digital-archive-featured-foreign-policy>. Acesso em: 23/11/2022.

RAMIREZ, Carlos D. The political economy of “currency manipulation” bashing. **China Economic Review** 27 (2013) 227–237.

RATNER, Ely; CAMPBELL, Kurt. **The China Reckoning: How Beijing Defied American Expectations**. Foreign Affairs. 2018. Disponível em: (<https://archive.is/HF9CQ#selection-1641.481-1641.861>). Acesso em: 20/03/2022.

REED, Thomas C.; STILLMAN, Danny B. **The Nuclear Express: A Political History of the Bomb and its proliferation**. 2010.

REIGOTO, L.; MATTOS, F.; CERQUEIRA, L.F. **Aspectos cambiais do Governo Dutra (1946 - 1951)**. 2019.

ROACH, Stephen. **Unbalanced: The Codependency between America and China**. Yale University Press. 2014.

SAAD, Lydia. “**Gallup Vault: Nixon's China Visit Was a Game Changer**, February 17, 2017”. Disponível em: <https://news.gallup.com/vault/204065/gallup-vault-nixon-china-visitgame-changer.aspx> Acesso em 20 de agosto de 2020.

SAUNDERS, Phillip C. China's America Watchers: Changing Attitudes Towards the United States. **The China Quarterly**, Vol. 161, 2000, pp. 41 - 65, DOI: <https://doi.org/10.1017/S0305741000003933>

SCHALLER, Michael. **The American occupation of Japan: the origins of the Cold War in Asia**. Oxford University Press. 1987.

SCHUTTE, Giorgio Romano. The challenge to US hegemony and the “Gilpin Dilemma”. **Revista Brasileira de Política Internacional**. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329202100104>.

SEGAL, Gerald. East Asia and the ‘Constrainment’ of China. **International Security**, Vol. 20, No. 4 (1996), pp. 107-135.

SEGRILLO, Angelo de Oliveira. **Reconstruindo a “reconstrução”: uma análise das principais causas da Perestroika soviética.** Tese de doutorado. Niterói. 1999. Disponível em: <https://www.usp.br/lea/arquivos/angelosegrillotesededoutorado.pdf>

SEMPA, Francis. **Is Kissinger’s Triangular Diplomacy the Answer to Sino-Russian Rapprochement?** The Diplomat. 02/09/2016, consultado em 16/12/2023, disponível em: <https://thediplomat.com/2016/08/is-kissingers-triangular-diplomacy-the-answer-to-sino-russian-rapprochement/>.

SERRANO, Franklin; MAZAT, Numa. A potência vulnerável: padrões de investimento e mudança estrutural da União Soviética à Federação Russa; In: **Padrões de Desenvolvimento Econômico (1950 - 2008): América Latina, Ásia e Rússia.** CGEE. Brasília. 2013. Disponível em: [https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/PDE\\_V2\\_Web\\_08082014\\_9603.pdf/24aaf2a0-5225-4eb9-adfe-8449d8be545e?version=1.5](https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/PDE_V2_Web_08082014_9603.pdf/24aaf2a0-5225-4eb9-adfe-8449d8be545e?version=1.5). Acesso em: 22/11/2022.

SERRANO, Franklin. **Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível.** 2004. Disponível em: [https://franklinserrano.files.wordpress.com/2017/05/serrano\\_poder\\_macro\\_americano\\_2004-1.pdf](https://franklinserrano.files.wordpress.com/2017/05/serrano_poder_macro_americano_2004-1.pdf)

SETSER, Brad. **The Dangerous Myth of Deglobalization: Misperceptions of the Global Economy Are Driving Bad Policies.** Foreign Affairs. 2024.

SHAMBAUGH, David. **Beautiful Imperialist: China perceives America.** Princeton: Princeton University Press. 1993.

\_\_\_\_\_. **Sino-American strategic relations: from partners to competitors,** Survival, 42:1, 97-115, DOI: 10.1080/713660152. (2000)

SPEIER, Hans. **German Rearmament and Atomic War.** Evanston, Illinois. Row, Peterson and Company. 1957.

STAMELOS, TSIMARAS in: ABBIDE, Sabella O. **China and Taiwan in Africa.** 2022.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, **A New Estimate of China's Military Expenditure**. Nan Tian and Fei Su. 2021. Disponível em: <https://www.sipri.org/publications/2021/research-reports/new-estimate-chinas-military-expenditure>

STRANGE, Susan. (1987). The persistent myth of lost hegemony. **International Organization**, 41(4), 551–574.

\_\_\_\_\_. (1990). Finance, information and power. **Review of International Studies**, 16(3), 259–274.

SUTTER, Robert G. - **US - Chinese relations - Perilous past, pragmatic present** (2010)

\_\_\_\_\_. **Chinese foreign relations - Power and policy since the Cold War** (2012)

\_\_\_\_\_. **The China Quandary - Domestic Determinants of US China Policy, 1972 - 1982** (1983).

TAVARES, Maria da Conceição. “A retomada da hegemonia norte-americana”. In: TAVARES, M. DA C.; FIORI, J. L. (Eds.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. [1997], p. 27-53

\_\_\_\_\_. A Retomada da Hegemonia Norte-Americana. **Revista de Economia Política**, Vol. 5, N. 2. Abril/Junho, 1985.

\_\_\_\_\_. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 217-237.

\_\_\_\_\_. **O desafio japonês**. 1996. Folha de São Paulo, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/12/15/dinheiro/16.html>

TAVARES, Maria da Conceição. MELIN, Luiz Eduardo. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luiz. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

TILLY, Richard H.; KOPSIDIS, Michael. **From Old Regime to Industrial State: A History of German Industrialization from the Eighteenth Century to World War I.** Oxford Academic. 2020. DOI:<https://doi.org/10.7208/chicago/9780226725574.001.0001>.

TING, Wai. Sino-American Relations in the Post-Cold War Era. In: TEATHER, David; YEE, Herbert; CAMPLING, Jo (ed.) - **China in Transition - Issues and Policies** (1999).

TORRES, Ernani Teixeira. **A bomba dólar: paz, moeda e coerção.** Texto para discussão 026, IE/UFRJ. 2019.

TORRES, Ernani. Japão: Da industrialização tardia à globalização financeira. In: FIORI, José Luís (org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações.** Editora Vozes. 1999.

TORRES, Ernani. **O Mito do Sucesso: Uma análise da economia japonesa no pós-guerra (1945 - 1973).** Texto para discussão do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro. . 1983. Disponível em: (<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/14857/1/E.T.TorresFilho.pdf>). Acesso em: 20/02/2022.

TSE, Ching Tat. A Comparative Analysis of the Economic Impacts of West Germany and Japan after the Plaza Accords. In: **Advances in Social Science, Education and Humanities Research**, Vol. 586. Disponível em: ( <file:///C:/Users/freit/Downloads/125961733.pdf> ). Acesso em: 08/04/2023.

TUCKER, Nancy Bernkopf. China as a factor in the Collapse of the Soviet empire. **Political Science Quarterly**, vol. 110, n. 4, pp. 501-518, inverno 1995-1996.

\_\_\_\_\_. Taiwan Expendable? Nixon and Kissinger Go to China. **Journal of American History**. 2005.

U.S. Role In Global Economy Declines Nearly 50%. **Forbes**. 29/06/2021. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/mikepatton/2016/02/29/u-s-role-in-global-economy-declines-nearly-50/>

VISENTINI, Paulo Fagundes. Eixos de Poder Mundial no século XXI: uma proposta analítica. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 8, n. 15, p. 9-25, jan./jun., 2019.

VOLSCHO, Thomas. **The Revenge of the Capitalist Class: Crisis, the Legitimacy of Capitalism and the Restoration of Finance from the 1970s to the Present**. 2017.

VONYO, Tamas. **The Economic Consequences of the War: West Germany's growth miracle after 1945**. Cambridge University Press. 2018.

WAGREICH, Samuel. 2013. "Lobbying by Proxy: A Study of China's Lobbying Practices in the United States, 1979–2010 and the Implications for FARA." **Journal of Politics and Society**. Vol. 24, No. 1, 130–60.

WALLERSTEIN, I. (1974). Dependence in an interdependent world: the limited possibilities of transformation within the capitalist world economy. **African Studies Review**, 17(1), 1-26.

\_\_\_\_\_. **The Capitalist World-Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

\_\_\_\_\_. **World-System Analysis: An introduction**. Durham and London. Duke University Press. 2004.

WEBER, Isabella. **How China Escaped Shock Therapy: The Market Reform Debate**. Routledge. 2021.

WESTAD, Odd. **The Global Cold War: Third World Interventions and Making of Our Times**. 2011.

WYNE, Ali. **Formidable but Not Invincible**. Foreign Affairs. 23/11/2022.

XIE, Tao. U.S. - **China relations: China Policy on Capitol Hill**. Routledge, 2009

ZESTOS, George K.; COOKE, Rachel N. **Challenges for the EU as Germany Approaches Recession**. Working Paper no. 948. Levy Economics Institute of Bard College. 2020. ISSN 1547-366X.

ZHANG, Jialin. U.S. - China relations in the post-cold war period: A Chinese perspective. **Journal of Northeast Asian Studies** 14, 47–61 (1995).

ZHANG, Kevin; SONG, Shunfeng. **Promoting exports: The role of inward FDI in China.** 2000.

ZHAO, Suisheng. **China - US Relations Transformed: Perspectives and Strategic Interactions.** Routledge. 2008